

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**A CRISE NA PENÍNSULA COREANA E A
SEGURANÇA REGIONAL DO LESTE ASIÁTICO**

Porto Alegre

2014

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**A CRISE NA PENÍNSULA COREANA E A
SEGURANÇA REGIONAL DO LESTE ASIÁTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Brites, Pedro Vinicius Pereira

A crise na península coreana e a segurança regional do leste asiático / Pedro Vinicius Pereira Brites. -- 2014.

165 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Segurança internacional. 2. Leste asiático. 3. Península coreana. 4. Política externa e de segurança dos Estados Unidos. 5. Política externa e de segurança da República Popular da China. I. Martins, José Miguel Quedi, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES

**A CRISE NA PENÍNSULA COREANA E A
SEGURANÇA REGIONAL NO LESTE ASIÁTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador
PPGEEI/DERI – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
Departamento de História – UFRGS

Prof. Dra. Analucia Danilevicz Pereira
PPGEEI/DERI – UFRGS

Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira
Relações Internacionais e Integração – UNILA

*À memória de Terezinha de Jesus Pereira Gomes,
cujo amor incondicional foi essencial para minha
formação.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil por ter me dado a oportunidade de cursar um mestrado público e de qualidade. Em um país cujo acesso ao ensino superior ainda é restrito, me sinto privilegiado pela oportunidade e espero poder retribuir em alguma medida o investimento na minha formação.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por toda a estrutura e suporte acadêmico que obtive nesses oito anos como aluno dos cursos de Jornalismo, Relações Internacionais e Estudos Estratégicos Internacionais. Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais por todo o apoio e condições técnicas para que pudesse desenvolver minha pesquisa ao longo desses dois anos.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor José Miguel Quedi Martins, por ter me oportunizado a possibilidade de estudar as relações internacionais asiáticas. Além disso, gostaria de agradecer pela paixão constante com que transmite o conhecimento, adotando a docência como uma missão e contagiando aqueles que o cercam. Além disso, gostaria de agradecer ao professor e amigo Lucas Kerr de Oliveira por ter me incentivado a seguir a carreira docente e por ter revigorado o meu interesse por relações internacionais. Gostaria de agradecer aos meus amigos de jornada e de ISAPE, Bruno Magno, Camila Moreira César, Rômulo Pitt, João Gabriel Burmann pelo apoio nas horas mais complicadas, o que foi essencial para que atravessasse essa fase de forma mais leve. Especialmente, gostaria de agradecer a meus amigos Athos Munhoz Moreira da Silva e Bruno Gomes Guimarães por todo apoio fornecido durante a produção dessa dissertação, apoio que foi vital para a conclusão desse trabalho.

Especialmente, gostaria de agradecer à Bruna Coelho Jaeger por ter sido a centelha de renovação na minha trajetória pessoal e acadêmica. O seu apoio e dedicação foram absolutamente essenciais para que esse trabalho fosse viabilizado. Agradeço, principalmente, pela paciência pelas inúmeras horas de trabalho e pelas noites sem dormir.

Gostaria de agradecer a minha família, especialmente meus irmãos e sobrinhos, que estão no cerne da minha estrutura pessoal e, dessa forma, contribuíram magnanimamente para a conclusão do mestrado. Por fim, gostaria de agradecer a meus pais por terem militado desde sempre para que eu tivesse uma educação de qualidade, não medindo esforços para atingir esse objetivo. Ademais, gostaria de agradecer a minha mãe, que onde estiver continua torcendo para meu sucesso.

[...] Negro drama, cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga à procura da cura
Negro drama tenta ver e não vê nada
A não ser uma estrela longe, meio ofuscada
Sente o drama, o preço, a cobrança
No amor, no ódio, a insana vingança
Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo
O trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fodido
O drama da cadeia e favela
Túmulo, sangue, sirene, choros e vela
Passageiro do Brasil, São Paulo
Agonia que sobrevivem em meia às honras e covardias
Periferias, vielas e cortiços
Você deve tá pensando o que você tem a ver com isso
Desde o início, por ouro e prata
[...] Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros, escritos
Não é conto nem fábula, lenda ou mito
Não foi sempre dito que preto não tem vez?
Então olha o castelo e não foi você quem fez
Eu sou irmão dos meus trutas de batalha
Eu era a carne agora sou a própria navalha
Tin, tin, um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias trajetos e glórias
O dinheiro tira um homem da miséria
Mas não pode arrancar de dentro dele a favela
São poucos que entram em campo pra vencer
A alma guarda o que a mente tenta esquecer
[...] Entre o gatilho e a tempestade
Sempre a provar que sou homem e não covarde
Que Deus me guarde
Pois eu sei que ele não é neutro
Vigia os ricos, mas ama os que vêm do gueto
Eu visto preto por dentro e por fora
Guerreiro, poeta entre o tempo e a memória
[...] É um elogio, pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu
Num clima quente a minha gente sua frio
Vi um pretinho seu caderno era um fuzil
[...] Ei, senhor de engenho
Eu sei bem quem você é
Sozinho, cê num guenta, sozinho cê num entra a pé
Cê disse que era bom e as favela ouviu,
Lá também tem Whisky, Red Bull, Tênis Nike e fuzil
Admito seus carro é bonito

É, eu não sei fazê internet, videocassete, os carro loco
Atrasado, eu tô um pouco sim
Seu jogo é sujo e eu não me encaixo
Eu sô problema de montão de carnaval a carnaval
Eu vim da selva, sou leão, sou demais pro seu quintal
Problema com escola eu tenho mil, mil fita
Inacreditável, mas seu filho me imita
No meio de vocês ele é o mais esperto
Ginga e fala gíria, gíria não, dialeto
Esse não é mais seu ó, subiu
Entrei pelo seu rádio, tomei e cê nem viu
Nós é isso ou aquilo. O quê? Cê não dizia?
Seu filho quer ser preto, rá, que ironia
Cola o pôster do 2Pac aí. Que tal? Que cê diz?
Sente o negro drama, vai, tenta ser feliz
Ei bacana, quem te fez tão bom assim?
O que cê deu, o que cê faz, o que cê fez por mim?
Eu recebi seu tic, quer dizer, kit de esgoto a céu aberto e parede madeirite
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui
Você, não. Cê não passa quando o mar vermelho abrir
Eu sou o mano, homem duro, Do gueto, Brown
Aquele louco que não pode errar
Aquele que você odeia amar nesse instante
Pele parda, ouço funk
E de onde vem os diamantes? Da
Aê, na época dos barracos de pau lá na Pedreira, onde vocês tavam?
O que vocês deram por mim? O que vocês fizeram por mim?
Agora tá de olho no dinheiro que eu ganho, agora tá de olho no carro que eu dirijo
Demorou, eu quero é mais, eu quero até sua alma
Aí, o rap fez eu ser o que sou
[...] Aê, você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você, morou irmão?
Você tá dirigindo um carro o mundo todo tá de olho em você, morou?
Sabe por quê? Pela sua origem, morou irmão?
É desse jeito que você vive, é o negro drama
Eu não li, eu não assisti, eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama, eu sou o fruto do negro drama.

Racionais Mc's – Negro Drama

RESUMO

Este trabalho tem como tema central a relação entre a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e a República da Coreia (Coreia do Sul) com seus vizinhos (China, Japão, Rússia) e com atores regionais (Estados Unidos da América), e as implicações destas relações sobre o equilíbrio regional. O objetivo central do mesmo é analisar as implicações que decorrem da instabilidade na península coreana para o equilíbrio regional. Assim, buscará analisar em que medida a modificação no padrão de cooperação ou conflito entre as duas Coreias altera ou interfere na relação entre todos os atores envolvidos, nomeadamente China, Japão, Rússia e Estados Unidos. Destarte, este trabalho analisará o quanto uma mudança brusca na estabilidade securitária na península influencia na dinâmica regional de segurança. O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trata da evolução histórica da dinâmica regional de segurança, abordando os aspectos estratégicos e políticos que conduziram ao status quo atual na península coreana. É nesse capítulo que se verifica a emergência da industrialização sul-coreana, central para o atual processo de modernização do país, e as origens do programa nuclear norte-coreano, eixo das questões securitárias no Leste Asiático. O segundo capítulo tem como objetivo analisar o contexto regional de segurança e a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências, nomeadamente China, EUA, Japão e Rússia, para o Leste Asiático. O terceiro capítulo analisa a Política Externa e de Segurança da República Democrática Popular da Coreia e da República da Coreia. Nesse sentido, verifica os principais fatores que tem pautado a inserção internacional desses países e os condicionantes que podem vir a ser centrais para eventuais mudanças na estabilidade regional.

Palavras-chave: Coreia do Norte. Coreia do Sul. Estados Unidos. Rússia. Japão. China. Leste Asiático. Península Coreana. Multipolaridade. Recomposição Hegemônica. Segurança Internacional.

ABSTRACT

This work is focused on the relationship between the Democratic People's Republic of Korea (North Korea) and the Republic of Korea (South Korea) with their neighbors (China, Japan, Russia) and regional actors (United States) and the implications of these relationships on the regional balance. The main purpose is to analyze the implications arising from the instability on the Korean peninsula for the regional balance. This way, it seeks to examine to what extent the change in the pattern of cooperation or conflict between the two Koreas alters or interferes the relationship between all actors involved, including China, Japan, Russia and the United States. Thus, this paper examines how an abrupt change in the security stability on the peninsula influences in the regional security dynamics. The work is structured in three chapters. The first chapter deals with the historical evolution of the regional security dynamics, addressing strategic and political factors that led to the current status quo on the Korean peninsula aspects. This chapter verifies the emergence of South Korean industrialization - that is central to the current process of modernization of the nation - and verifies the origins of the North Korean nuclear program, which is the securitarian axis of the issues in East Asia. The second chapter aims to analyze the regional security context and Foreign and Security Policy of the Great Powers, including China, USA, Japan and Russia for East Asia. The third chapter analyzes the Foreign and Security Policy of the Democratic People's Republic of Korea and the Republic of Korea. In this sense, it checks the main factors that have guided the international integration of these countries and the conditions that may be central to any changes in regional stability.

Keywords: North Korea. South Korea. United States. Russia. Japan. China. East Asia. The Korean Peninsula. Multipolarity. Hegemonic Recomposition. International Security.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD – Anti-acesso/Negação de Área
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
APEC – Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico
ASEAN – Comunidade das Nações do Sudeste Asiático
COMS – Satélite de Comunicação, Oceânico e Meteorológico
CSNU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EAJNC – Exército Antijaponês do Nordeste da China
ECLP – Exército Chinês de Libertação Popular
EOD – Estratégia, Operações e Doutrina
EPCN – Exército Popular da Coreia do Norte
ERC – Exército da República da Coreia
EUA- Estados Unidos da América
FAELP – Força Aérea do Exército de Libertação Popular
FAD – Forças de Auto-defesa do Japão
FAO – Organização Mundial dos Alimentos e Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
GAC – Grande Ásia Central
GCP – Governo Coreano Provisório
GPN – Grande Partido Nacional (Coreia do Sul)
GPS – Sistema Global de Posicionamento
IRBM –Míssil Balístico Móvel de Alcance Intermediário
JOAC – Joint Operational Access Concept
KARI – Instituto Coreano de Pesquisa Aeroespacial
KEDO – Organização do Desenvolvimento Energético da Península Coreana
KISTI – Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia da Informação
KOMPSAT – Satélite Multi-propósito da Coreia
N-11 – Next Eleven ou Próximos Onze
ONU – Organização das Nações Unidas
OPCOM – Comando Operacional (Coreia do Sul)
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCCh – Partido Comunista Chinês
PACOM – Comando Operacional do Pacífico
PD – Partido Democrático (Coreia do Sul)
PDJ – Partido Democrático do Japão
PES – Política Externa e de Segurança
PIB – Produto Interno Bruto
PIK – Parque Industrial de Kaesong
PLD – Partido Liberal-Democrata (Japão)
PTC – Partido dos Trabalhadores Coreanos
RAL – Reator de Água Leve
RDPC – República Democrática Popular da Coreia
RPC – República da Coreia
RTCM – Regime de Controle da Tecnologia dos Mísseis
SAM – Míssil Superfície-Ar
SLOCs – Linhas de Comunicação Marítimas
STSAT – Satélite de Ciência e Tecnologia
TEP – Toneladas Equivalentes de Petróleo
TPP – Parceria Trans-Pacífica
TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO LESTE ASIÁTICO: O PAPEL DA PENÍNSULA COREANA.....	17
2.1	A Centralidade Geopolítica da Península Coreana e a Formação das Duas Coreias	17
2.1.1.	A Restauração Meiji e o Processo de Industrialização Japonês	20
2.1.2.	A Ascensão dos Estados Unidos no Pacífico	22
2.1.3.	A Consolidação do Império Japonês	23
2.1.4.	O Fim do Império Coreano e a Domínio Japonês na Coreia.....	25
2.1.5	O Fim da Dinastia Joseon e a Ascendência Japonesa na Coreia.....	26
2.2	A Divisão da Península e a Guerra Fria na Península	27
2.2.1	A Guerra da Coreia.....	29
2.2.2	Os Anos 1960: a industrialização coreana e o “milagre do rio Han”	33
2.2.3	O Governo de Park Chung Hee (1961-1979) e a Industrialização Sul-Coreana.....	34
2.2.4	A Industrialização na Coreia do Norte	36
2.2.5	O Governo Nixon e a Doutrina Guam.....	38
2.2.6	Os Anos 1980 e o Governo Reagan	40
2.3	O Fim da URSS e a Nova Dinâmica Regional.....	43
2.3.1	A Ascensão De Kim Jong-Il e o Governo Clinton.....	44
2.3.2.	Kim Dae Jung e a Sunshine Policy	46
2.3.3	A Doutrina Bush (Eixo do Mal).....	49
2.3.4	O Fim da Era Bush e o Abandono da Sunshine Policy	51
3	A SITUAÇÃO REGIONAL E A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DAS GRANDES POTÊNCIAS PARA O LESTE ASIÁTICO	57
3.1	A Crise na Península Coreana de 2013 e a Mudança na Situação Regional	57
3.2	A Política Externa e de Segurança da China para o Leste Asiático	62
3.2.1	Correntes do Partido Comunista Chinês, Plataformas Políticas e Situação Atual	62
3.2.2	A China e o Leste Asiático.....	66
3.3	A Política Externa e de Segurança dos Estados Unidos para o Leste Asiático.....	73

3.3.1	Considerações sobre os Dilemas da Política Externa e de Segurança dos Estados Unidos da América	74
3.3.2	Evolução da Política Estadunidense para o Leste Asiático	75
3.3.3	A Era Bush Filho: o unilateralismo e o “eixo do mal”	77
3.3.4	A Política Externa de Barack Obama/Hillary Clinton	78
3.3.5	O Pivô Estratégico e o Joint Operational Access Concept (JOAC).....	80
3.3.6	O Pivô Econômico e a Parceria Transpacífica	82
3.3.7	Considerações sobre a PES dos Estados Unidos.....	83
3.4	A Política Externa e de Segurança do Japão para o Leste Asiático	85
3.5	A Política Externa e de Segurança da Rússia para o Leste Asiático	89
3.6	Considerações Parciais	93
4	A PENÍNSULA COREANA NO CENÁRIO REGIONAL E OS IMPACTOS SOBRE O EQUILÍBRIO DE PODER NO LESTE ASIÁTICO	95
4.1	A Política Externa e de Segurança (PES) da República Democrática Popular da Coreia....	96
4.1.1	A RDPC e o Contexto Regional.....	97
4.1.2	A Ascensão de Kim Jong-Un ao Poder	99
4.1.3	O Panorama Político Interno da RDPC.....	105
4.1.4	Considerações sobre a PES da Coreia do Norte para o Leste Asiático	110
4.2	A Política Externa e de Segurança (PES) da República da Coreia	113
4.2.1.	O Governo de Lee Myung-Bak	115
4.2.2	O Governo Park Geun-Hye: a possibilidade da Terceira Revolução Nacional	117
4.2.3	O Projeto de Modernização Militar.....	124
4.2.4	O Processo de Transição Tecnológica na Coreia do Sul.....	127
4.2.5	A Geopolítica da Energia no Leste Asiático: Estudo de Caso da Coreia do Sul	128
4.2.6	Panorama Econômico da Coreia do Sul.....	142
4.2.7	Considerações sobre a PES da Coreia do Sul para o Leste Asiático.....	144
4.3	Considerações Parciais	146
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
6	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central a relação entre a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e a República da Coreia (Coreia do Sul) com seus vizinhos (China, Japão, Rússia) e com atores regionais (Estados Unidos da América), e as implicações destas relações sobre o equilíbrio regional.

O objetivo central do mesmo é analisar as implicações que decorrem da instabilidade na península coreana para o equilíbrio regional. Assim, buscará analisar em que medida a modificação no padrão de cooperação ou conflito entre as duas Coreias altera ou interfere na relação entre todos os atores envolvidos, nomeadamente China, Japão, Rússia e Estados Unidos. Destarte, este trabalho analisará o quanto uma mudança brusca na estabilidade securitária na península influencia na dinâmica regional de segurança. Cabe destacar que estabilidade refere-se à manutenção do padrão de interação entre os principais atores da região. Dessa maneira, uma escalada nas tensões, ou uma ampliação da cooperação entre estes, representa uma mudança na interação entre os atores, ou seja uma alteração da estabilidade na região. Nesse sentido, o conceito de mudanças nas interações entre os polos no Leste Asiático, baseia-se na conceitualização de Robert Gilpin (1981)¹, segundo a qual existem três níveis de mudança no Sistema Internacional. Grosso modo, (I) mudanças no Sistema, dizem respeito à mudanças na própria essência do Sistema Internacional, do próprio hegêmona; (II) mudanças sistêmicas estão relacionadas à mudança no perfil de governança do Sistema Internacional, o que pode se dar via emergência de novos polos de poder; e, por fim, (III) as mudanças de interação, dizem respeito a modificações no padrão de interação entre os atores do Sistema Internacional.

Tendo isso em vista, a pesquisa procura responder a seguinte pergunta: em que medida as relações internacionais e a dinâmica de segurança regional do Nordeste Asiático são pautadas pelas inflexões nos padrões de cooperação e conflito da península? Dessa forma, parte-se da hipótese de que as relações entre as duas Coreias são decisivas para a dinâmica regional de segurança, o que pode ser verificado tanto pela análise histórica do leste asiático, como pode ser verificado durante a crise na península em 2013, quanto pelo estabelecimento do grupo das Seis Partes. Nesse sentido, as mudanças no padrão de interação entre as duas Coreias incidem diretamente sobre a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências para o Leste Asiático,

¹ GILPIN, Robert. War and Change in The World Politics. Cambridge, 1981.

nomeadamente, China, EUA, Japão e Rússia. A definição de Grande Potência aqui utilizada é a de Estados capazes de projetar poder, empreender a guerra, para além de sua região.

Este trabalho tem justificativas de ordem acadêmica e social. Em termos acadêmicos, cabe destacar que no Brasil, apesar de existirem inúmeros estudos que tratam dos aspectos econômicos do Leste Asiático e dos impactos da ascensão chinesa, ainda são poucos os trabalhos que abordam o contexto de segurança regional do Leste Asiático. Especialmente, estudos que busquem reunir as Políticas Externas e de Segurança das Seis Partes para o Leste Asiático. Por isso, o presente estudo procura a seu modo contribuir para as pesquisas sobre a região. Em termos sociais, a justificativa reside na centralidade que a Península Coreana possui para o equilíbrio regional do Leste Asiático. O Leste Asiático é o principal motor da APEC – responsável por 54% do PIB e 44% do comércio mundial (APEC, 2011). Assim, do futuro Coreano depende em grande medida o cumprimento das expectativas acerca do “século do pacífico”. Além disso, para o Brasil é fundamental avaliar a trajetória dos países asiáticos, já que nessa região estão alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil (China, Coreia do Sul e Japão), e, por isso, parcela significativa do crescimento econômico do país deriva das relações econômicas com a Ásia. Dessa forma, do futuro do Leste Asiático depende, em grande medida, a sustentabilidade do crescimento econômico brasileiro.

A península, desde o início do século XX, foi teatro principal de alterações políticas que acabaram por alterar significativamente o ambiente regional. Nesse sentido, destaca-se o exemplo da Guerra da Coreia, cujos desdobramentos determinaram o rumo da guerra fria e das condições de emprego de armas nucleares. Além disso, mesmo os atuais atritos entre os dois vizinhos servem também de exemplo posto que influenciem na polarização do nordeste asiático, bem como na política das principais potências mundiais para a região. Assim, compreender o contexto político desta região extremamente relevante é fundamental para a academia brasileira.

O final da Guerra Fria trouxe um novo padrão de interação entre a distribuição de poder entre as principais potências mundiais e as dinâmicas regionais de segurança. Essa interação entre os dois sistemas reforçou a importância de conflitos regionais ainda latentes; principalmente, aqueles oriundos da Guerra Fria. Nesse contexto emerge a importância estratégica da situação de instabilidade na península coreana. A situação na península coreana é um dos principais, senão o principal, foco de tensão no Nordeste Asiático. A instabilidade coreana pauta a política externa das principais potências mundiais para a região, como mostra a instauração das “negociações das

Seis Partes” que reúne República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), República da Coreia (Coreia do Sul), República Popular da China (RPC), Estados Unidos da América (EUA), Japão e Rússia. Assim, dentro do estudo sobre o Leste Asiático destaca-se a relevância estratégica da península coreana, especialmente em termos de implicações securitárias.

Historicamente, a península tem sido alvo de disputas entre as potências asiáticas. Entre 1910 e 1945, a Coreia foi colonizada pelo Japão, o que culminou com a ocupação da península, dividida em duas zonas de ocupação entre EUA e URSS. Na zona soviética, no norte do país, foi instalado um governo de orientação comunista; e no sul, um governo alinhado aos estadunidenses. Essa divisão arbitrária culminaria na Guerra da Coreia, que veio a ser uma das conflagrações mais violentas do século XX. Esse conflito foi decisivo na trajetória da Guerra Fria na Europa, na medida em que serviu de parâmetro para a realização de um confronto entre as duas superpotências mundiais à época. Mesmo toda a superioridade armamentista dos Estados Unidos não foi o bastante para derrotar o exército chinês, e nem a guerra aérea suficiente para obter vantagens definitivas (MARTINS, 2008). Assim, serviu como um teste para um confronto na Europa. A Guerra da Coreia ainda seria relevante pelo uso massivo de armas de alta destruição realizado pelas tropas das Nações Unidas, sob o comando americano. Desde então, acabaram sendo escritas as regras da Guerra Fria, onde a norma foi a abstenção do emprego de artefatos nucleares. A história da península coreana ajudou a moldar os rumos e o estilo de confrontação da Guerra Fria, mas também acabou sendo moldada por ela. Ao longo das décadas subsequentes, a trajetória histórico-política da península passaria por oscilações originadas dos ciclos políticos da própria disputa central entre Estados Unidos e União Soviética. Esse padrão de interação verificou-se ao longo de toda a Guerra Fria. Em outros termos, as políticas adotadas por EUA e URSS influenciaram diretamente no nível de interação entre as duas Coreias e dessas com o restante da região.

A Guerra Fria foi o padrão que balizou as relações coreanas. Por isso, quando essa chegou ao final, o perfil de interação entre as Coreias entrou em uma nova fase. A Coreia do Norte perdeu um dos seus maiores parceiros estratégicos e acabou buscando uma aproximação com o vizinho do sul e com os Estados Unidos. Desde então, as duas Coreias têm vivido em um padrão de relacionamento atrito-aproximação, que afeta diretamente a situação política interna dos países vizinhos, bem como o equilíbrio regional.

Para atingir seus objetivos, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trata da evolução histórica da dinâmica regional de segurança, abordando os aspectos estratégicos e políticos que conduziram ao status quo atual na península coreana. É nesse capítulo que se verifica a emergência da industrialização sul-coreana, central para o atual processo de modernização do país, e as origens do programa nuclear norte-coreano, eixo das questões securitárias no Leste Asiático. O segundo capítulo tem como objetivo analisar o contexto regional de segurança e a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências, nomeadamente China, EUA, Japão e Rússia, para o Leste Asiático. O terceiro capítulo analisa a Política Externa e de Segurança da República Democrática Popular da Coreia e da República da Coreia. Nesse sentido, verifica os principais fatores que tem pautado a inserção internacional desses países e os condicionantes que podem vir a ser centrais para eventuais mudanças na estabilidade regional.

Este trabalho trata-se de um estudo de caso. Assim, procura analisar o estudo da história das duas Coreias de modo a combinar a análise da política doméstica com as limitações sistêmicas. A partir dessa análise busca prospectar as possibilidades de confrontação ou integração (unificação), bem como definir o padrão de interação securitária entre as duas Coreias, e dessas com China, Japão, Rússia e Estados Unidos. Trata-se de um estudo de caso que das possibilidades limites – confrontação e integração – procura prospectar a trajetória do Nordeste Asiático.

A metodologia adotada constituiu-se em uma livre operacionalização do método de Waltz (2004)². O ponto de partida foi a segunda imagem: a evolução dos condicionantes estruturais internos do Estados coreanos e as dificuldades subjacentes que derivam das relações com as Grandes Potências. O segundo capítulo procura descrever os condicionantes sistêmicos, isto é, o que pode ser vinculado à terceira imagem de Waltz. No último capítulo, se confrontam as duas imagens precedentes para destacar o momento separatório da consciência, isto é, o grau de liberdade que dispõem os coreanos e o caminho que pretendem adotar no presente (primeira imagem).

² O método de Kenneth Waltz, sua abordagem sobre política internacional – de maneira muito simplificada, certamente empobrecido - pode ser resumido em três elementos. A primeira imagem, o indivíduo; a segunda imagem, o Estado; e a terceira imagem, a guerra. A primeira imagem trata do comportamento humano, a segunda da estrutura interna dos Estados e, a terceira, do conflito e da anarquia internacional. O propósito de Waltz era o de estudar as causas da guerra, estabelecendo três níveis de análise que se sobrepõem sucessivamente com o último nível determinando em última instância os dois primeiros. Neste ponto, a abordagem de Waltz distingue-se dos marxistas e liberais que consideram a política externa o mero desdobramento internacional da política interna.

Esta operacionalização pode ser justificada de modo sumário em três razões. I) a abordagem tradicional de Waltz reconhece a importância, porém não relega papel decisório à primeira e à segunda imagem. O indivíduo e o Estado ficam subsumidos a uma estrutura férrea que determina tudo, em última instância. Em resumo, as dificuldades internas intrínsecas à evolução dos dois Estados coreanos - a RDPC que sofre com as dificuldades econômicas, sociais e políticas oriundas dos desdobramentos da Guerra Fria e a República da Coreia que carece de uma soberania plena já que esta está em grande medida nas mãos dos Estados Unidos - foram adotadas como ponto de partida da pesquisa. Assim, a análise adotou uma perspectiva do sujeito, ainda que constituída a partir da segunda imagem (Estado). O salto em direção à terceira imagem, feita no segundo capítulo, é a consequência lógica do corte metodológico anterior: se o Estado é o sujeito coletivo, o sistema internacional (estrutura) é o palco na qual ele se bate e de onde advém os óbices e condicionamentos.

2 A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO LESTE ASIÁTICO: O PAPEL DA PENÍNSULA COREANA

Esse capítulo tem como objetivo central analisar a formação estrutural do ambiente regional no Leste Asiático. Nesse sentido, procura verificar em que medida a Península Coreana influencia nas relações regionais e como as mudanças na atuação das Grandes Potências incidem sobre as relações entre as duas Coreias e no plano interno de cada um dos países. Para atingir seu objetivo, este capítulo será dividido em três seções. Na primeira seção, será analisados o papel geopolítico e estratégico da península e o processo de formação histórica da divisão da península. A seguir, serão avaliados os impactos da estrutura do Sistema Internacional, especificamente da Guerra Fria, sobre as relações do Leste Asiático. Ainda nesse período, é analisada a industrialização da Coreia do Sul durante o governo de Park Chung Hee, processo central para o reposicionamento no cenário regional. Na terceira seção, são verificados os impactos da questão nuclear sobre as relações regionais no período pós-Guerra Fria e a reconfiguração das relações interestatais asiáticas.

Por fim, conclui-se que a Coreia assume um papel central para o equilíbrio regional no Leste Asiático. Seja por sua posição geoestratégica, seja por sua atuação externa, a Coreia tem sido central para as relações entre os países do Leste Asiático. Especialmente, depois da Guerra da Coreia, as duas Coreias buscaram aliar-se às Grandes Potências e pautar as agendas regionais de modo a assegurar meios e subsídios para a sua inserção internacional.

2.1 A Centralidade Geopolítica da Península Coreana e a Formação das Duas Coreias

Em termos históricos e geopolíticos a Península Coreana serviu como uma grande zona de passagem e contato entre as principais potências da Ásia-Pacífico, a China e o Japão. Basicamente, a Coreia se configurou como importante zona-vetor de comércio e fluxo dinâmico de pessoas e serviços entre os países da região. A sua posição estratégica, por outro lado, tornou a península objeto de disputas entre as duas potências, que viam a península como uma espécie de ponte para acessar o território do adversário.

Essa importância geoestratégica pode ser verificada durante vários momentos da história. Durante o domínio mongol sobre a China - sob o imperador mongol Kublai Khan - a Coreia foi ocupada. Essencialmente, a península foi utilizada como base de apoio para as tropas mongóis e chinesas nas ofensivas contra o Japão nos anos de 1274 e 1281. Igualmente, durante o século

XVI, o Império Japonês tentou ocupar a península. Mais uma vez, o objetivo era usar a Coreia como base para as incursões contra o território chinês.

Mapa 2.1. - A Península Coreana como pivô de equilíbrio de poder regional na Ásia-Pacífico



Fonte: OLIVEIRA & BRITES (2012). Mapa Azimutal Equidistante centrado na fronteira entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, ilustrando a centralidade das Coreias para o equilíbrio de poder na região da Ásia Pacífico. Escala radial de 1000km/cm.

Todavia, foi especialmente durante o século XIX, que a importância da Península Coreana para o equilíbrio regional ficou mais evidente. Desde o século XIV, a Coreia era governada pela dinastia Joseon (1392-1910). Durante esse período, o Império Coreano ficou marcado por seu baixo nível de interação com os impérios limítrofes, sendo reconhecido assim como “o império eremita” (HARRISON, 2002). À exceção de expedições tributárias à China, os coreanos mantinham poucas relações políticas e econômicas com os vizinhos. Nesse contexto, as mudanças derivadas da aproximação ocidental, intensificadas a partir do século XIX, no início pouco influenciaram o cotidiano político da península. Embora a Coreia fosse reconhecida pelo seu relativo isolamento, o advento da presença ocidental e as mudanças estruturais por que

passava a Ásia acabariam por determinar o fim do Império Coreano, logo no início do século XX e a definitiva inclusão da Coreia no cerne das disputas do sistema interestatal asiático.

Nesse contexto, três níveis de mudanças ensejaram uma nova configuração do contexto regional, com claras implicações para a trajetória política coreana que acabou definitivamente inserida na dinâmica regional de segurança. Esses três níveis são os seguintes: (I) os novos impulsos do capitalismo industrial que levaram à expansão imperialista das potências ocidentais em direção ao Leste Asiático; (II) o consequente dismantelamento progressivo do sistema tributário chinês; bem como (III) a emergência dos Estados Unidos como potência regional da Ásia-Pacífico e a industrialização japonesa. Cabe destacar que todos esses eventos estão intimamente interligados, e que estão no âmago das mudanças estruturais porque passaria o Leste Asiático durante o século XIX.

O processo de industrialização das potências europeias aliado à adoção do ideário liberal, levaram às práticas protecionistas e à busca pela expansão de mercados, bem como por recursos energéticos (HOBSBAWN, 2010; VISENTINI & PEREIRA, 2010). Ou seja, por um lado, se observa um processo de transição tecnológica, marcado pela passagem da primeira (baseada no carvão e no ferro) para a segunda revolução industrial (calcada no petróleo e no aço); por outro, se observa a emergência de vários polos regionais de poder que intensificam sua concorrência e disputas por acesso a mercados e recursos energéticos (MARTINS, 2013). Nesse contexto, as potências ocidentais passaram a aumentar a procura por acesso a mercados e recursos energéticos e pela implementação de acordos de livre-comércio com países da periferia, especialmente na África e na Ásia. Na Ásia, esse processo foi intensificado a partir de meados do século XIX, e foi responsável pela reconfiguração das relações entre os países da região. Em suma, o reordenamento das relações no Leste Asiático pode ser atribuído às mudanças sistêmicas no plano global, bem como às disputas envolvidas no contexto da geopolítica dos recursos energéticos.

O contexto regional começou a mudar drasticamente, principalmente, a partir do estabelecimento do Tratado de Nanquim em 1842. A China que mantivera-se afastada do Ocidente por um período bastante extenso, com um Estado centralizado e baseado em suas tradições culturais milenares, acabou por ter de abrir sua economia ao Império inglês. O Tratado

de Nanquim, que se seguiu à derrota chinesa na I Guerra do Ópio³ (1839-42), estabeleceu, entre outras coisas, que a China cederia Hong Kong aos ingleses e abriria cinco portos ao comércio britânico. Cabe destacar que a forçosa abertura chinesa ao comércio com os britânicos, que seriam seguidos por acordos com franceses, alemães e estadunidenses, representou o princípio do desmantelamento do sistema tributário chinês. Esse sistema, baseado em ideais confucianos, primava pela manutenção de relações de semi-vassalagem com os Estados vizinhos, como a Coreia, a Mongólia e Birmânia por exemplo. Assim, a reformulação da estrutura econômica e estatal que constituía esse sistema implicou conseqüentemente na alteração da ordem regional vigente. Esse processo de decadência do Império Chinês não derivou, entretanto, apenas das pressões externas das potências imperialistas, mas também do próprio enfraquecimento interno do Império, como define Hobsbawn (2010):

O Império Chinês vinha sendo abalado por uma crise social importante desde meados do século XIX. Só conseguira superar a ameaça revolucionária à custa de praticamente liquidar o poder administrativo central do Império e de deixá-lo a mercê dos estrangeiros, que haviam estabelecido enclaves extraterritoriais e praticamente assumido o controle da fonte principal das finanças imperiais, a administração alfandegária chinesa (HOBSBAWN, 2010, p. 433).

2.1.1. A Restauração Meiji e o Processo de Industrialização Japonês

Esse processo de desmantelamento do sistema tributário chinês, que se vincula diretamente às mudanças estruturais porque passava o capitalismo industrial àquela altura do século XIX, não foi, entretanto, o único motor das mudanças regionais no Leste Asiático. Outro episódio igualmente derivado das mudanças sistêmicas e que se configuraria como central para o futuro das relações no Leste Asiático àquela altura é o processo de industrialização do Japão e sua ascensão enquanto potência regional. O Japão que durante o período Tokugawa mantivera-se em uma política de isolamento regional, foi bruscamente lançado na dinâmica regional com a chegada da marinha dos Estados Unidos ao Japão em 1853. O episódio da chegada do Comandante Perry⁴, precipitou o processo de modernização japonês. Pode-se dizer que o Império Japonês buscou alavancar seu processo de industrialização no intuito de assegurar a estabilidade

³ A Guerra do Ópio (1839-1842) foi uma conflagração entre China e Grã-Bretanha motivada pela reação chinesa ao contrabando crescente de ópio promovido pelos britânicos. Após um episódio no qual o governo chinês apreendeu mais de 19 mil caixas de ópio na província de Cantão, e acabou por proibir o comércio com os britânicos, a Grã-Bretanha bombardeou Cantão. Posteriormente, os europeus tomaram Xangai e Xinjiang, chegando até Nanquim.

⁴ A chegada da expedição do Comandante Perry, representando os Estados Unidos, marcou a abertura dos portos japoneses ao exterior.

do país e evitar que o Japão seguisse o mesmo destino da China, que àquela altura estava sendo comprimida pelos acordos comerciais desfavoráveis impostos pelas potências ocidentais. Esse processo marcado pela centralização política e industrialização no Japão ficou conhecido como “Restauração Meiji” (HALL, 1985, VISENTINI, 2012).

O processo de industrialização japonês aproximou-se da chamada “via prussiana”, o que permitiu ao país se inserir na segunda revolução industrial. Assim, tal qual Itália e Alemanha, o Japão passou a compor o grupo dos países que vivenciaram espécies de “revoluções burguesas tardias”, em que pesem as distinções de cada caso (VISENTINI, 2012). As pressões exercidas pela presença das potências imperialistas geraram uma disputa entre os que defendiam que o Japão deveria adotar a via do desenvolvimento e os que lutavam pela manutenção da política isolacionista. Nesse sentido, o debate acerca do perfil de inserção regional que o Japão deveria adotar manteve-se por décadas. Cabe destacar que as relações com a Coreia estavam no cerne desse debate. Em um primeiro momento, aqueles contrários à intervenção na Coreia prevaleceram, porém como demonstrou a I Guerra Sino-Japonesa (1894-5), a ala a favor da intervenção acabou se sobrepondo em um segundo momento.

Segundo Visentini (2012), após uma série de conflitos internos, o Xogunato foi eliminado, e foi promulgada uma restauração do poder imperial. O fim do Xogunato Tokugawa em 1868, dessa forma, fortaleceu o papel do imperador, cujo papel estava secundarizado devido ao regime do Xogunato. A superação da antiga ordem semi-feudal vigente vem acompanhada da percepção de que o país necessitava se modernizar, e que deveria cooperar no plano regional com os vizinhos. A própria derrota da Rebelião de Satsuma (1877) reflete esse caráter multidimensional da Restauração Meiji: por um lado, o início do processo de industrialização e modernização econômica, por outro, a busca por centralização política e de defesa da cooperação no plano regional em um primeiro momento. Nesse sentido, o objetivo da classe dirigente era permitir que o país rapidamente se industrializasse, o que obteve através da interação com os países ocidentais. Assim, o significado da Restauração Meiji foi o de viabilizar no Japão o processo de industrialização. Em termos práticos, esse processo conduziria o Japão à condição de potência regional. A Guerra com a China (1894-5), assim, elevaria o Japão definitivamente à condição de potência regional, processo aprofundado na Guerra Russo-Japonesa (1904-5) quando o Japão se consolida como uma das Grandes Potências da época (MARTINS, 2013).

2.1.2. A Ascensão dos Estados Unidos no Pacífico

Outro fator essencial para a redefinição da arquitetura regional do Leste Asiático foi a ascensão dos Estados Unidos enquanto potência da Ásia-Pacífico. A expansão dos EUA em direção ao Pacífico pode ser definida como uma decorrência natural da consolidação da formação territorial do país. A “corrida pelo ouro”⁵ que gerou um processo migratório sem precedentes em direção ao oeste (Califórnia, especialmente) redefiniu as fronteiras estadunidenses, tornou o país uma espécie de ilha-continente (país bioceânico). Nesse contexto, a expansão para o oeste impulsionou a busca por maior ascendência na região da Ásia-Pacífico. A chegada da expedição liderada pelo Comandante Perry ao Japão em 1853, foi um marco desse processo de emergência dos EUA na condição de potência na região. Baseada, inicialmente, em objetivos comerciais, a expansão em direção ao Leste Asiático acabaria por se tornar um processo redefinidor do equilíbrio de forças na região. Com o domínio do Havaí⁶, das ilhas Aleutas, e a posterior vitória na Guerra contra a Espanha (1898), que deu aos Estados Unidos suas primeiras possessões coloniais (Ilhas Wake, Midway, Guam, Filipinas), os EUA obtiveram condições de se consolidar como uma potência marítima, capaz de projetar poder para a região (CUMINGS, 2009; PIKE, 2011). Essa expansão dos EUA em direção ao Pacífico assentava-se na busca pelo “livre-comércio”, e no ideário representado pelo “Destino Manifesto”⁷.

A ascensão dos EUA enquanto potência marítima no Pacífico representou uma das grandes revoluções na estrutura da polaridade regional. Desse período em diante, os EUA estariam direta ou indiretamente envolvidos nas disputas pela hegemonia regional. Além da conquista de territórios-chave na região, os EUA são partícipes do próprio processo de industrialização japonesa e da anexação da Península Coreana, bem como se envolveram no processo de partilha da China. Assim, a emergência dos EUA está também no cerne das conflagrações regionais que marcariam as interações entre os países da região no período entre o final do século XIX e meados do século XX.

⁵ A “corrida pelo ouro” é como é conhecido o processo migratório maciço, durante meados do século XIX, em direção à costa oeste dos Estados Unidos após a descoberta de jazidas de ouro na região, especialmente na Califórnia.

⁶ As relações dos EUA com o Havaí remontam ainda ao século XVIII, quando o arquipélago servia de entreposto para o comércio com a Ásia. Entretanto, é a partir de meados do século XIX, que a influência estadunidense tornou-se mais intensa. Esse processo levou ao fim do Reino do Havaí, e à posterior anexação do arquipélago aos EUA (PIKE, 2011).

⁷ O Destino Manifesto foi um ideário surgido no século XIX que baseava-se na crença da superioridade dos Estados Unidos, na necessidade da dominação civilizatória, derivada da crença de que o povo dos EUA é excepcional, está destinado a guiar o mundo (MARTINS, 2013).

2.1.3. A Consolidação do Império Japonês

A Guerra Sino-Japonesa (1894-5) foi um marco nas disputas pela hegemonia regional no Leste Asiático. Além de representar uma inflexão na hierarquia das relações entre China e Japão, já que esse último se consolidou como potência regional em detrimento do primeiro, ratificou a importância geoestratégica da Península Coreana para o equilíbrio regional do Leste Asiático.

O interesse japonês na Coreia transcendia a relevância estratégica que a Coreia exercia para a segurança nacional do país, já que estava vinculado, igualmente, à demanda japonesa crescente por recursos energéticos. Nesse sentido, o processo de industrialização que iniciara cerca de três décadas antes, colocava o Japão como potência industrial e as reservas de carvão e ferro existentes na península atraíram o foco da política externa japonesa. Ou seja, o predomínio sobre Coreia se tornou prioridade para a segurança energética do Japão.

Com a vitória japonesa na guerra, a Coreia deixou de fazer parte do sistema tributário chinês e, além disso, o Japão obteve o controle da ilha de Taiwan, da ilha de Pescadores e das ilhas Diayou/Senkaku. Assim, o Império Coreano que historicamente estivera sob a zona de influência do Império chinês, passou a ser zona de influência japonesa. A afirmação do Japão como potência regional precipitou a decadência da dinastia Qing e o posterior desmantelamento do Exército chinês. Com essas mudanças, as relações da China com as potências ocidentais entraram em uma nova fase: a partir de então, não tratava-se apenas de estabelecer e manter as áreas de influência, mas sim de governar o país. O Tratado das Oito Potências⁸, firmado sob o impacto da Revolta dos Boxers⁹, delegou a função de manutenção da ordem e provimento de forças às potências estrangeiras (SENISE, 2008, MARTINS, 2013). Esse processo de desmantelamento do regime chinês foi um elemento central para a evolução do equilíbrio de forças no Leste Asiático nas décadas subsequentes. A queda do Império Chinês alterou a polarização regional, dado que o Império Coreano e Taiwan passaram para a esfera de influência japonesa, e afirmou o Japão como hegemona regional. Esse processo seria redimensionado com a vitória japonesa na guerra contra a Rússia na década seguinte, quando o Japão ascendeu à condição de grande potência (MARTINS, 2013).

⁸ Tratado foi firmado por Inglaterra, EUA, Rússia, França, Alemanha, Áustria, Itália e Japão.

⁹ A Revolta dos Boxers (1900-1901) foi um rebelião motivada por sentimentos anti-estrangeiros e anti-cristianismo e demonstrou a fragilidade do poder imperial chinês, que foi incapaz de controlar a rebelião. Essa revolta marca o processo de decadência do Império Chinês, que culminaria na proclamação da República Chinesa em 1911 (ROBERTS, 2011).

A Guerra Russo-Japonesa (1904-5) está inserida no contexto de disputa por hegemonia no Leste Asiático, bem como pelo controle sobre a Península Coreana e a Manchúria (LEE, 2006). A vitória japonesa sobre os russos, além de representar a primeira vitória de um país oriental sobre uma potência europeia, deu aos japoneses o predomínio pleno sobre a Península Coreana, o controle do Port Arthur e da Península Liadong, bem como a porção austral das Sacalinas. Nesse sentido, a Guerra Russo-Japonesa representou a definitiva emergência do Japão no concerto asiático, e a consolidação do país como potência industrial (JUKES, 2002).

A ascensão japonesa que iniciou com a Restauração Meiji, conduziu o país à condição de grande potência. Esse processo teve claras implicações para o conteúdo das relações interestatais do sistema asiático. A colonização da Coreia em 1910 e a II Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) são, assim, decorrências da ascensão japonesa e do reordenamento da hierarquia hegemônica regional.

A Coreia manteve-se como colônia japonesa até o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi nesse período que a luta anticolonialista estabeleceu as bases políticas e sociais para a moldagem da Coreia no pós-1945. Além disso, a colonização japonesa produziu marcas profundas na constituição produtiva e social da península, elementos igualmente essenciais para o nascimento da divisão que prevaleceria a partir da Guerra Fria. Por um lado, os japoneses trataram de estabelecer uma rede de infraestrutura que permitisse escoar o ferro e carvão extraído da península, bem como realocaram parte de seu parque industrial para a região norte da Coreia. Com isso, instalaram a zona industrial próxima às reservas de matérias-primas, enquanto que no sul da península mantiveram a base agrária, responsável por fornecer alimentos para o Japão. Nesse período, foram construídas estradas, portos, ferrovias e complexos industriais que viabilizaram a extração de recursos coreanos por parte do Japão. Contudo, esses investimentos acabaram por fomentar uma divisão estratégica do país. O norte foi voltado para atividades industriais, e o sul para atividades agrícolas. Dessa forma, a península ficou estruturalmente dividida, bem como incluída na lógica imperialista do Japão do início do século XX (DUDDEN, 2005).

No contexto de resistência à colonização japonesa, emergiram as lideranças que viriam a ser fundamentais nos desdobramentos do pós-Segunda Guerra Mundial; notadamente, o cerne do vindouro Partido dos Trabalhadores Coreanos, que controlaria a República Democrática Popular

da Coreia (Coreia do Norte), e no exterior, o ativista político Syngman Rhee, que dirigiria a República da Coreia (Coreia do Sul).

2.1.4. O Fim do Império Coreano e a Domínio Japonês na Coreia

A dinastia Joseon (1392-1910), que governou a Coreia por aproximadamente cinco séculos, entrou em declínio a partir de metade do século XIX, com as mudanças que reestruturaram as relações no âmbito regional. Em 1907, na Conferência de Paz de Haia, a Coreia perdeu seus direitos de nação soberana, o que legitimou o domínio japonês sobre a península. Quando em 1910, o Japão formalmente anexou a Coreia como colônia, os tratados especiais com as demais potências estrangeiras foram abolidos. Os Estados Unidos, por exemplo, inicialmente condenaram a colonização coreana, porém acabaram por aceitar a colonização da península, em troca do apoio japonês ao domínio estadunidense nas Filipinas (JONGSOO LEE, 2006; BRITES, 2011).

O período de colonização japonesa exerceu influência decisiva na formação histórica da península. Essencialmente, a influência japonesa marcou o nascimento de um movimento nacionalista, bem como da emergência de lideranças políticas civis. A influência do período dinástico, nesse sentido, foi parcialmente superada em virtude da colonização japonesa. Em 1919, ocorreram as primeiras manifestações, e surge a insurgência contra o domínio nipônico. Esses movimentos foram rapidamente suprimidos pelos japoneses o que resultou em um fluxo de refugiados em direção à China. Parte significativa da oposição emigrada partiu em direção à Xangai e fundou o Governo Coreano Provisório (GCP) e elegeu Syngman Rhee como presidente. Além do GCP, o fluxo de emigrados que estavam na China originou o movimento guerrilheiro antijaponês no nordeste chinês, responsável pela luta armada contra a presença japonesa. Cabe destacar que essas duas vertentes oposicionistas são o embrião das elites políticas que dominariam a península no pós-Segunda Guerra Mundial, respectivamente na Coreia do Sul e da Coreia do Norte.

O movimento nacionalista na Coreia foi diversificado, sendo composto por projetos distintos, com diferentes correntes e diferentes objetivos políticos. Apesar de fazer parte do sistema tributário chinês, o Império Coreano manteve um isolamento que lhe garantia certa independência. Assim, por cerca de um milênio manteve uma unidade étnica e cultural, que só foi rompida com a colonização japonesa. O domínio japonês estabeleceu uma divisão social que exacerbou as estratificações existentes no âmago da sociedade coreana e que ficavam escondidas

sob o manto social do Império (CUMINGS, 2010; BRITES, 2011). A sociedade era composta, grosso modo, por camponeses, que eram a maior parte da população, e pela aristocracia (yangban) que dominava a terra e a economia do Império. Nesse contexto, os colonizadores japoneses buscaram estabelecer uma aliança com a aristocracia. Dessa forma, os colonizadores conseguiram aprofundar as cisões sociais pré-existentes e aumentar as condições de controle sobre a península (DUDDEN, 2005; CUMINGS, 2010).

2.1.5 O Fim da Dinastia Joseon e a Ascendência Japonesa na Coreia

O movimento nacionalista na Coreia foi bastante segregado. Não havia um projeto único, mas sim diferentes correntes com diferentes objetivos políticos. A Coreia sempre fora uma nação independente, que por cerca de um milênio manteve uma unidade étnica e cultural, porém a ascendência japonesa acabou por forçar uma divisão, que exacerbou as estratificações sociais existentes no âmago da sociedade coreana e que ficavam escondidas sob o manto social do Império (CUMINGS, 2010). Assim, essa estrutura social coreana oriunda de séculos acabou por emergir quando da dominação japonesa. A maioria da população era de camponeses, sendo muitos deles escravos¹⁰; a aristocracia (yangban) que dominava a terra e a economia acabou por ser instrumentalizada pelos colonizadores — isso facilitava o controle japonês sobre a península.

Na década de 1920, o Japão diminuiu a rigidez do domínio sobre a península. Essa mudança é reflexo da chamada “ocidentalização” do Japão, no período da Democracia Taisho (HUNTINGTON, 1997). Àquela altura, a Península Coreana estava vinculada à Esfera de Co-prosperidade japonesa¹¹, ou seja, estava no cerne do projeto regional do Japão, a potência regional dominante. Entretanto, após um interregno de cerca de uma década, o Japão voltou a intensificar seu domínio sobre a Coreia e conseqüentemente a repressão com a depressão econômica do final da década.

Assim, restaram poucas opções para os coreanos: ou colaborava-se com os japoneses, ou buscava-se a opção armada como forma de resistir a esse domínio. Em 1931, o Japão decidiu invadir o nordeste da China, especificamente três províncias, e estabeleceu, em 1932, um Estado fantoche, denominado Manchukuo. Essa atitude japonesa mais drástica foi ao encontro da necessidade de controlar as reservas de carvão da região. Essa região recebeu muitos coreanos

¹⁰ A escravidão era uma condição hereditária.

¹¹ A Esfera de Co-Prosperidade foi um conceito criado pelos militares líderes do Império do Japão. Esse conceito advogava a unidade cultural e econômica do Leste Asiático. Além disso, militava pela criação de um "bloco de nações asiáticas autossuficientes, lideradas pelos japoneses e livres das potências ocidentais.

que haviam fugido do país ou buscando uma melhor condição de vida, ou para fugir do jugo japonês. Dado esse quadro, os coreanos uniram-se às forças combatentes chinesas, o que recrudescer as relações com os japoneses. Cabe destacar que é nesse período que surge o embrião da aliança histórica entre chineses e norte-coreanos.

Nesse período também que ascende uma das principais figuras políticas no pós-Segunda Guerra na Península Coreana: Kim Il-Sung. A atuação das guerrilhas coreanas foi bastante significativa na luta anticolonial. Nesse contexto, Kim Il-Sung, que liderara uma das células guerrilheiras, se destacou, especialmente, após o episódio da batalha de Ponch'onbo, na qual a guerrilha conseguiu controlar uma cidade dominada pelos japoneses. Dessa forma, Il-Sung emergiu como uma das representações da resistência coreana aos japoneses. Em que pese o estabelecimento de uma aura mítica em torno de sua figura, o fato é que Kim Il-Sung teve papel relevante e legítimo no combate aos japoneses. Kim se juntou a um grupo marxista ainda em 1929, e permaneceu na luta anticolonialista até 1940, fazendo parte, também, do Exército Antijaponês do Nordeste da China (EAJNC).

2.2 A Divisão da Península e a Guerra Fria na Península

Os desdobramentos ao final da Segunda Guerra Mundial foram decisivos para a configuração política que a Península Coreana assumiria até os dias atuais. O Leste Asiático esteve no cerne das disputas pelo domínio da Ásia-Pacífico. A China era o grande teatro das disputas entre o Império Japonês e os Estados Unidos. Essas disputas acabariam por ensejar a divisão da península no pós-guerra. A supressão das forças japonesas e a busca pelo controle da China levaram as tropas estadunidenses e soviéticas a ocuparem a península. Assim, em um processo similar ao que ocorreu na Alemanha, a península ficou dividida: uma zona de ocupação estadunidense (sul) e outra soviética (norte). Cabe destacar que a ocupação coreana pelos EUA se deu, justamente, para conter o avanço soviético em direção ao Japão e evitar o predomínio da URSS no Leste Asiático. Os soviéticos, por sua vez, tinham rivalidades históricas com os japoneses que remontam inclusive ao período pós-revolução, quando forças japonesas invadiram a Sibéria.

A indiferença que marcava a relação das potências, tais como EUA, para com a Coreia, começou a diminuir a partir da eclosão da conflagração na Ásia. Ainda na Conferência do Cairo de 1943, que reuniu líderes de EUA, Reino Unido, China, entre outros, foi discutida a questão coreana — ficando estabelecido que após o término do conflito a Coreia voltaria a ser um país

independente. Porém, essa independência ocorreria através de uma transição, através de um processo gradual de transferência de autonomia política (JONGSOO LEE, 2006). Nesse sentido, a declaração de Cairo estabeleceu uma espécie de tutoria para a Coreia. As disputas internas desse período de transição acabaram sendo as razões pelas quais a Guerra da Coreia eclodiu cerca de uma década mais tarde.

A divisão do território coreano ocorreu de forma arbitrária, e a “fronteira” ficou definida sobre o paralelo 38. Portanto, foram estabelecidas duas zonas de ocupação distintas: uma soviética e outra estadunidense. Essa divisão atendia ao interesse estadunidense de manter sob seu controle a capital Seul, que àquela altura era a maior cidade coreana (MALKASIAN, 2001). A preocupação dos EUA era evitar que o exército de Stalin ocupasse toda a península, e assim a utilizasse como plataforma de projeção soviética no Nordeste Asiático (PIKE, 2010). Por outro lado, para os soviéticos era fundamental garantir que a Coreia não servisse como base para atacá-la, como já ocorrera outrora. Assim, as tropas soviéticas entraram na Coreia logo ao final da guerra. Nesse período já havia uma aproximação entre os soviéticos e as guerrilhas coreanas de resistência aos japoneses, o que em certa medida moldou o perfil das forças de ocupação do norte. A porção setentrional da península — zona de ocupação soviética — era maior do que aquela controlada pelos EUA, concentrando a maior parte do complexo industrial instalado pelos japoneses. Essa divisão da Coreia pode ser incluída na lógica de descolonização (ou fim dos impérios coloniais) do pós-Segunda Guerra Mundial (PIKE, 2010).

Um ano após a implementação da zona soviética, foram adotadas algumas medidas de estabilização. Essas medidas, que já estavam sendo testadas na Europa Oriental, incluíam a nacionalização de toda a indústria pesada, reforma agrária com redistribuição de terras, igualdade de sexo, novo código eleitoral, entre outros. Essas medidas tinham respaldo da maioria da população norte-coreana, já que essa maioria era composta por camponeses e trabalhadores de baixa renda. Cabe salientar que essas medidas adotadas procuravam evitar que se estabelecesse no norte da península um regime que se opusesse à Moscou.

Em contrapartida, na zona de ocupação norte-americana, a escolha, inicialmente, deu-se pela utilização da burocracia japonesa já instalada. Posteriormente, seriam utilizados os serviços daqueles repatriados nacionalistas que fizeram sua carreira longe da Coreia — como é o caso de Syngman Rhee. Ele tornou-se o líder escolhido pelos EUA para comandar a zona de ocupação do sul. Entretanto, essa não era uma escolha natural. Ele não gozava de popularidade, e sua

administração ficou marcada pela corrupção e impopularidade. Apesar disso, em julho de 1948, foi estabelecida na zona do sul, a República da Coreia (RDC), que possuía uma constituição própria e forças armadas treinadas e patrocinadas pelos EUA¹². Concomitantemente, na porção setentrional constituiu-se a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), liderada por Kim Il-Sung e apoiada pelos soviéticos. Por conseguinte, institucionalizava-se a divisão sugerida pelas forças de ocupação.

2.2.1 A Guerra da Coreia

A Guerra da Coreia foi uma conflagração que matizou as relações entre as Grandes Potências do Leste Asiático mesmo nas décadas subsequentes. Por tratar-se de uma guerra atrelada aos desdobramentos típicos da Guerra Fria, converteu-se em um dos episódios mais sangrentos da Guerra Fria. Ao final do conflito, os dois países estavam destruídos, e a quantidade de mortos era de cerca de 2,5 a 3 milhões, sendo que cerca de 50% desses mortos eram civis (MARTINS, 2008). A Guerra da Coreia foi um episódio definidor da identidade coreana, principalmente para a Coreia do Norte que viu seu território ser devastado por uma massiva campanha de bombardeio aéreo, responsável por destruir grande parte da infraestrutura do país, arrasar todas as maiores cidades e vilas do país (CUMINGS, 2010). A Guerra fratricida deixou marcas profundas no modo das duas Coreias ver os outros países envolvidos, que em grande medida influencia o comportamento externo dos dois países até hoje.

A guerra na Coreia pode ser dividida em quatro fases, de acordo com Edwards (2006). Em um primeiro momento, as tropas do norte empurraram as forças do sul, tomaram Seul e as encurralaram próximas ao perímetro de Busan. Na sequência, com a chegada das forças das Nações Unidas, lideradas pelo General MacArthur¹³, através de um ataque anfíbio que desembarca no porto de Incheon, consegue cortar as linhas de suprimento do Exército Popular da Coreia do Norte (EPCN), e reverte a série de vitórias que esse vinha obtendo. A partir disso, as forças da ONU — lideradas pelos Estados Unidos — empurram o EPCN para além do paralelo 38, atendendo à resolução do Conselho de Segurança da ONU¹⁴ que determinava o retorno ao

¹² A administração Truman treinou e capacitou 60 000 homens do exército sul-coreano. A partir disso, sentiu-se confiante para sair da Coreia. Esse cálculo estratégico foi levado em conta pelos norte-coreanos, que julgavam que a Coreia não era ponto fundamental na estratégia americana para Ásia (PIKE, 2010).

¹³ O General Douglas MacArthur era comandante das forças dos Estados Unidos.

¹⁴ A resolução 82 do Conselho de Segurança determinava que as forças norte-coreanas fossem empurradas até o paralelo 38, a fim de restabelecer a existência dos dois governos, que segundo a ONU, teriam sido legalmente constituídos.

status quo ante ao ataque norte-coreano. A partir daí, os Estados Unidos optaram por exceder o mandato que lhes fora concedido, e decidiram destituir o governo de Kim Il-Sung.

Avançaram além do paralelo 38 e empurraram as forças norte-coreanas até as proximidades do Rio Yalu (Amnokgang), na fronteira com a China, a fim de reunificar a península sob sua bandeira. A terceira fase é caracterizada pela entrada do Exército Chinês de Libertação Popular (ECLP) no conflito. Nessa fase, as forças da ONU são empurradas para além do paralelo 38, sofrendo uma sequência de sérias derrotas. Essa é uma das fases mais cruéis da guerra e durou cerca de um mês. Já a quarta e última fase, é caracterizada por ser um momento de pouco avanço significativo — as tropas da ONU utilizam uma tática de exaustão do exército chinês (DUARTE, 2009), o que culmina no armistício de 1953. O conflito coreano foi um dos mais violentos do século XX. Envolveu direta, ou indiretamente, as principais potências da época e serviu como um grande teste para a evolução da Guerra Fria como um todo. É nesse período que fica estabelecido a política para o uso de armas de destruição em massa, e que os Estados Unidos percebem que apesar de sua superioridade militar, isso não bastaria para, por exemplo, obter uma vitória contra exército soviético na Europa. Assim, não há como negar a extrema relevância do conflito na península para os desdobramentos regionais e até mesmo globais (MALKASIAN, 2001). Isso sem mencionar o quão determinante esse episódio é para o futuro da história coreana.

A entrada dos Estados Unidos na guerra ocorreu devido ao colapso surpreendentemente instantâneo das forças do Exército da República da Coreia (ERC). O EPCN era muito mais habilidoso que o ERC, devido ao fato de contar com efetivos que participaram dos conflitos na Manchúria. Os americanos também subestimavam as habilidades do EPCN. Além disso, o presidente Truman e o general MacArthur não acreditavam que Rússia e/ou China entrariam no conflito. Por isso, quando optaram por exceder o mandato que lhes fora concedido pelas Nações Unidas, e forçaram a “Grande Retirada Estratégica” do Exército de Kim Il-Sung, imaginavam que seria a oportunidade perfeita para extirpar o governo comunista da península.

A reação norte-americana à investida norte-coreana se encaixa dentro âmbito da doutrina Truman, que previa a intervenção dos Estados Unidos em caso de ataque a uma nação democrática. Entretanto, segundo Cumings (2004), o conflito na Coreia não pode ser definido como uma agressão interestatal, mas sim como um conflito de ordem interna, posto que o limite estabelecido para dividir a península tivesse sido arbitrariamente concebido e não se tratasse de uma fronteira internacional.

A Guerra na península teve importantes reflexos, não apenas em termos humanos e sociais para a Coreia, mas também em termos estratégicos. A guerra foi o primeiro embate aéreo entre aviões a jato¹⁵. Nesse sentido, a entrada da China na guerra redimensionou as proporções da conflagração. Segundo Zhang (2002),

Quando a Guerra da Coreia eclodiu em junho de 1950, a recém estabelecida República Popular possuía forças armadas com 5 milhões de soldados, mas poucos aviões e pilotos. Entretanto, a intervenção chinesa em outubro de 1950, e a subsequente aparecimento dos caças comunistas sobre a Coreia, surpreenderam as forças das Nações Unidas e os líderes dos EUA em Washington. O General Douglas MacArthur, comandante das forças da ONU, respondeu a isso, escalando a Guerra aérea para dissuadir ou limitar qualquer intervenção chinesa na Coreia. Um dos resultados foi um novo tipo de guerra aérea como demonstrou as escaramuças aéreas entre as forças comunistas e da ONU (ZHANG, 2002, p. 4)¹⁶

A entrada da China no gerou um desequilíbrio na Guerra. As forças da ONU tiveram de se retirar, o que desencadeou uma massiva campanha de destruição por parte das tropas da ONU. O General MacArthur ordenou que fossem realizados ataques aéreos a quaisquer cidades, instalações industriais, vilas, ou construções que pudessem facilitar a reorganização norte-coreana. Hidrelétricas foram atingidas, causando grandes inundações. Um exemplo disso é o bombardeamento sistemático da usina hidrelétrica de Su’pung, que era uma das maiores da região e responsável por grande parte do abastecimento norte-coreano. Os ataques a hidroelétricas não ficaram restritos a uma única usina, mas sim a um total de treze, e objetivavam gerar uma pressão política capaz de suscitar uma paz favorável aos Estados Unidos. Além disso, a quantidade de explosivos utilizada nessa retirada superou o total de explosivos utilizados contra o Japão na Segunda Guerra Mundial (CUMINGS, 2010), sendo compostos por material de alta destruição — como o Napalm, que foi utilizado de forma massiva — o que potencializou o poder de devastação. Há, inclusive, o registro de utilização de armas químicas e biológicas por parte das tropas de MacArthur (CUMINGS, 2010). Sua ideia era utilizar armas nucleares a fim de incapacitar plenamente as forças comunistas, criar uma espécie de “anel de cobalto radioativo” que impediria a utilização da região por alguns anos.

¹⁵ Segundo Martins (2008), apesar de os aviões a jato já existirem desde a Segunda Guerra Mundial, foi na Guerra da Coreia que tiveram seu uso disseminado.

¹⁶ Excerto original: When the Korean War broke out on June 1950 the newly established People’s Republic possessed an armed force of five million soldiers, but few planes or pilots. Nevertheless, Chinese intervention in October, 1950, and the subsequent appearance of Communist jet fighters over Korea, stunned UN forces and U.S. leaders in Washington. General Douglas MacArthur, commander of the UN forces, responded by escalating the air war to “deter” or limit “any intervention by Chinese forces” in Korea.³ One result was a new type of aerial warfare as the UN and Communist air forces skirmished with jet aircraft (ZHANG, 2002, p. 4).

Com o avanço chinês, os Estados Unidos ficaram em uma posição delicada. Ou escalavam o conflito, em uma atitude que requisitaria mais engajamento e que poderia ocasionar uma intervenção direta da União Soviética; ou teriam de se retirar. Por isso, optaram por uma terceira via, ou seja, a busca por um acordo de paz que garantisse a manutenção da península dividida, o que permitiria uma presença norte-americana na região (MALKASIAN, 2001). Para atingir esse objetivo, os EUA passaram a se engajar em uma guerra limitada. Em uma guerra limitada o principal objetivo não é a destruição completa das tropas inimigas, mas sim conquistar vitórias pontuais que permitam um ambiente de negociação mais favorável. Além disso, uma guerra limitada não prevê um engajamento pleno, o nível de interação da sociedade beligerante é baixo, e o nível de recursos mobilizados é escasso (DUARTE, 2011). Cabe destacar que um dos principais problemas enfrentados pela China foi a dificuldade de atacar a retaguarda estadunidense, pois os aviões não possuíam autonomia suficiente para atacar o território sul-coreano desde as bases localizadas próximas ao rio Yalu.

Essa guerra de atrito empreendida pelos EUA conduziu a um impasse. Assim, negociações de paz foram iniciadas. Dada as dificuldades em estabelecer uma superioridade, os EUA objetivavam o estabelecimento de um cessar-fogo que pudesse determinar o fim dos embates. Dado contexto estratégico, a manutenção do status quo anterior à guerra, com a divisão da península, era um ganho político, já que com a intervenção chinesa os EUA não tinham condições de estabelecer superioridade. Apesar do impasse, não foi estabelecido um tratado de paz. O resultado foi a assinatura do armistício — que estabeleceu uma linha de demarcação entre as duas Coreias e determinou que os dois exércitos deveriam se afastar dois quilômetros dessa linha, estabelecendo assim a zona desmilitarizada (que persiste até os dias de hoje) que afasta as forças oponentes. Esse armistício não instituiu, contudo, uma demarcação adequada dos limites marinhos, nem concluiu um processo de paz — através de um tratado —, e também não resolveu nenhuma das questões que originaram a guerra.

A guerra na península foi central para a evolução da guerra fria. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a crença na superioridade aérea para a definição do combate levou os Estados Unidos a empreenderem uma diminuição do papel das forças terrestres para a resolução de uma conflagração. Nesse sentido, a própria posse de armas nucleares parecia sugerir que a simples posse desse artefato inibiria a ação dos inimigos e seria decisiva para o estabelecimento da superioridade na guerra. Entretanto, a Guerra da Coreia mostrou que a superioridade aérea não

era suficiente para determinar a vitória no combate, e que dado os custos políticos, o uso de armas nucleares ficava bastante restrito. Cabe destacar que apesar da superioridade tecnológica das forças dos Estados Unidos, na campanha aérea as forças coreanas e chinesas principalmente, conseguiram estabelecer um impasse. O uso dos MIG-15 foi suficiente para restringir a ação da força aérea estadunidense. Apenas com a introdução dos F-86, os EUA conseguiram estabelecer vantagem sobre os MIGs. Entretanto, ainda assim, não foi suficiente para estabelecer uma superioridade capaz de oferecer vantagens nas negociações de paz. Durante a guerra aérea, a principal ação da Força Aérea do Exército de Libertação Popular (FAELP) foi de dar proteção às linhas de comunicação, alvos militares e industriais, enquanto fornecia suporte indireto às unidades de força terrestre (ZHANG, 2002, p. 205). Cabe destacar que as bases chinesas estavam localizadas em seu próprio território, tanto que a China ao avaliar o contexto da guerra aérea, segundo Zhang (2002) concluiu que se as bases aéreas fossem alocadas dentro do território coreano, é provável que as perdas fossem mais significativas. Claramente, os Estados Unidos tiveram suas ações restringidas, pois não atacaram o território chinês, para evitar uma escalada do conflito que provocasse uma intervenção soviética.

Nesse sentido, a Guerra da Coreia definiu o padrão de interação entre as superpotências durante a Guerra Fria: por um lado, estabeleceu a política de não uso de armas nucleares, por outro definiu as guerras locais (regionais) como padrão de mediação entre EUA e URSS (MARTINS, 2008). Dali por diante, as guerras locais seriam o mecanismo de manutenção do equilíbrio internacional.

2.2.2 Os Anos 1960: a industrialização coreana e o “milagre do rio Han”

Logo após a determinação do armistício em 1953, as duas Coreias entraram em uma fase de reconstrução. A Conferência de Genebra, realizada em 1954, buscava atingir um resultado satisfatório que recolocasse no horizonte a hipótese de reunificação. No entanto, as negociações a esse respeito falharam. Paulatinamente, a cultura coreana foi sendo sobreposta pela cultura da Guerra Fria (BLEIKER, 2005).

Na Coreia do Sul, Sygman Rhee permaneceu no poder, após ser reeleito em 1952 depois de uma onda de repressão contra seus opositores. Os Estados Unidos assumiram uma postura bastante ostensiva em relação à Coreia do Sul, assumindo a responsabilidade pela segurança nacional, controle operacional, treinamento militar e fornecimento de material bélico (LEE, 2006). O apoio dos EUA transcendia as questões militares, transbordando para as questões

econômicas e políticas. Isso acabou sendo consolidado pelo tratado de defesa mútua, que além de manter Rhee sob sua égide, colocava a Coreia do Sul no centro da sua doutrina de contenção do comunismo na região. Segundo Lee (2006), o apoio financeiro americano à Coreia do Sul, no período entre 1953–61, atingiu a casa dos quatro bilhões de dólares (sendo 2,5 bilhões de assistência econômica e 1,5 bilhões em ajuda militar). Essa aliança estratégica tinha como objetivo principal garantir a estabilidade da Coreia do Sul no pós-guerra, empoderando o Estado para que um governo fragilizado não fosse derrubado por forças internas ou pudesse ser atacado pela Coreia do Norte. As eleições de 1960, a qual Rhee concorreu à reeleição, foram marcadas por denúncias de corrupção e fraude. Àquela altura, o ambiente político era bastante instável. A morte do principal candidato de oposição, Chough Pyong Ok¹⁷, aumentou a instabilidade política do país. Assim, violentos protestos contra a administração de Rhee surgiram por todo o país¹⁸. Dada a instabilidade, o governo norte-americano optou por pressionar o regime sul-coreano. Assim, com o agravamento da situação, interna e externamente, Rhee acabou renunciando em abril de 1960, era o fim da primeira república coreana. Após novas eleições, uma mudança constitucional instituiu um sistema parlamentarista. Esse período, denominado de segunda república, durou pouco tempo. Já que em 1961, o país sofreu golpe de Estado com apoio dos EUA.

2.2.3 O Governo de Park Chung Hee (1961-1979) e a Industrialização Sul-Coreana

Esse golpe instituiu o General Park Chung Hee como o novo presidente. Logo após dissolver a Assembleia Nacional, ele reafirmou seu comprometimento com a bandeira anticomunista e anunciou um programa de desenvolvimento econômico quinquenal que tornaria a Coreia como uma plataforma de exportação. Ele ainda criou a Federação das Indústrias Coreanas e forneceu um sistema de empréstimos a baixo custo para fomentar a industrialização.

Esse processo iniciou a rápida industrialização e o desenvolvimento sul-coreano dos anos 60, e marcou também a ascendência dos chaebols. Similares aos Zaibatsus japoneses, eles caracterizavam-se por serem grandes conglomerados empresariais controlados por algumas famílias, e fortemente apoiados pelo governo. Esse processo de industrialização pode ser definido como o processo de Revolução Nacional, com a endogeneização do Centro de Decisão. Segundo Furtado (1962), o Centro de Decisão é a capacidade de gerir o próprio desenvolvimento

¹⁷ Chough Pyong Ok era líder do partido democrático de oposição que liderou os protestos contra Rhee.

¹⁸ Esses protestos que culminariam na queda de Rhee são conhecidos como a Revolução de Abril.

econômico. Quando as decisões referentes ao processo de desenvolvimento econômico são originadas externamente, o Estado não possui soberania plena. Nesse sentido, a entronização do processo decisório econômico é também um processo de fortalecimento do Estado (MARTINS, 2008; FURTADO, 1962). Por isso, o processo de industrialização e de capacitação econômica implementada por Park Chung Hee pode ser considerado uma Revolução Nacional. Foi o início da aquisição de soberania econômica da Coreia do Sul.

Na Coreia do Sul, o estabelecimento dos grandes conglomerados nacionais, os chaebols¹⁹, e a liderança estatal durante esse processo foram os condicionantes principais da Primeira Revolução Nacional. A diferenciação ocidental entre público e privado ajuda pouco a compreender a natureza dos chaebol, já que em muitas ocasiões as funções típicas exercidas pelo Estado, são exercidas pelos conglomerados (WOO, 1991:175). Nesse sentido, Estado e chaebol se misturam e se intercambiam de funções, o que caracteriza sua singularidade gestacional.

Embora sejam sujeitos do direito privado, sofrem grande influência da atuação do Estado. Essa influência deriva principalmente do uso de financiamentos públicos, através de bancos comerciais que foram nacionalizados por Park. Desse modo, estabeleceu-se uma espécie de alavancagem industrial. Se, por um lado, os chaebol têm a facilidade de acesso a crédito, por outro se tornam mais sensíveis às demandas governamentais. (AMSDEN, 1989:16). Ou seja, se estabelece uma simbiose entre o Estado e os grandes conglomerados.

A partir disso, Chung Hee adotou uma rigorosa política industrial apoiada por proteção tarifária e controle do investimento externo direto. Esse modelo híbrido de gestão associada da economia foi a base da industrialização pesada do país na década de 1970. Esse modelo de fomento e proteção à indústria é uma tipificação do excepcionalismo asiático: um Estado forte e protecionista alavancando a industrialização nacional²⁰. Desse modo, o modelo de parceria entre o Estado e os chaebols consiste na essência do pacto de elites para controlar as riquezas do país, especialmente dado o caráter familiar dessas empresas (MARTINS, 2008:146). Segundo Martins (2008), Park Chung Hee

Estabeleceu uma doutrina de “Segurança Nacional” de matizes nativas que criminalizava qualquer espécie de contestação ou oposição à ditadura militar, considerando inclusive atos de pessoas em empresas privadas como crimes de lesa-pátria. A construção dos

¹⁹ Os chaebols são espécies de grandes conglomerados industriais com negócios diversificados (AMSDEN, 1989:9).

²⁰ Visentini (2012) afirma que esse modelo de gestão econômica, baseado na força do Estado e na industrialização acelerada financiada através do protecionismo, marcou o chamado “excepcionalismo asiático”. Com o fim da Guerra Fria, essa permissividade que os EUA deram aos seus aliados na região terminou. Assim, foram estimuladas políticas de liberalização econômica, que acabariam por conduzir à crise asiática de 1997.

chaebols foi feita de acordo com os critérios vigentes na vida pública de então: personalidades políticas e suas famílias eram encarregadas de contratos envolvendo os gastos do governo. O estilo personalista de gestão do Estado foi incorporado às empresas que mitigavam a ideologia oficial de segurança nacional com valores e crenças ligadas à família. Os chaebols fizeram as vezes de uma organização oligárquica, feita, todavia, em bases capitalistas e empresariais. Basicamente era um acordo entre as grandes famílias proprietárias para dividirem entre si a riqueza do país, controlando sua mão de obra e seus recursos naturais. Os chaebol levavam o nome da família que os dirigia e construíram um sistema de subcontratação estratificado por camadas análogo ao japonês, com uma diferença importante. Nos chaebols, as empresas afiliadas pertenciam a membros da mesma família e as transações entre as diversas empresas do conglomerado eram decididas nestas bases familiares e patriarcais. (MARTINS, 2008: 146).

A partir do início da década de 1970, a política externa dos Estados Unidos para a região foi reajustada. A Doutrina Nixon estabeleceu maior autonomia para os aliados regionais dos EUA. Tendo como contexto político, os desdobramentos da Guerra do Vietnã, os EUA promoveram uma política de fomento das indústrias bélicas locais. Assim, os aliados assumiriam um protagonismo nas atribuições relativas à garantia da defesa e da segurança regionais (NIXON, 1969). Essa mudança na Política Externa e de Segurança (PES) dos Estados Unidos para a região possibilitou o surgimento da formação de um complexo industrial de defesa a Coreia do Sul. Cabe destacar que esse novo panorama, permitiu que parte das demandas governamentais por armamentos (fuzis de assalto, obuseiros, etc.) fossem repassadas para os chaebol O que denota a importância que as compras militares assumiram para a consolidação dos conglomerados (MARTINS, 2008:147).

Para os Estados Unidos, em termos estratégicos importava o estabelecimento de arranjo securitário regional que unisse Coreia do Sul e Japão. Nesse sentido, Park Chung Hee, tornou isso viável, afinal, afastou a política externa do país do padrão antijaponês. Desse modo, em 1965, os dois países assinaram o Tratado de Relações Básicas. Esse tratado estabeleceu relações diplomáticas entre os dois países e previa cooperação na área econômica.

2.2.4 A Industrialização na Coreia do Norte

Na Coreia do Norte, no pós-guerra, foi adotada a doutrina juche. O seu ideário é, talvez, o elemento mais central de coesão social norte-coreana contra as ameaças externas, visto que, enquanto doutrina da “autoconfiança”, estabelece que o povo coreano é o senhor do destino e desenvolvimento do país — além disso, serve como embasamento político para as ações do próprio governo (SCOBELL, 2005). Ou seja, é um ideário que estabelece o nacionalismo norte-coreano. Cabe destacar que emergiu no contexto do aumento das rivalidades entre os dois

principais aliados do país nos anos 1960: URSS e China. Além disso, aproxima o país do movimento terceiro-mundista. O núcleo central dessa doutrina está baseado na independência política, autossustentação econômica e capacidade de defender-se militarmente.

Nesse período, por outro lado, a Coreia do Norte formalizava e ampliava os laços de cooperação com URSS e a República Popular da China. Inicialmente, o governo de Kim Il-Sung buscou reconstruir a nação através dos investimentos em indústria pesada — em contraste com o modelo predominante na vizinha do sul, na qual os investimentos maiores foram em indústrias leves e na modernização agrícola. O interesse na formalização de uma aliança estratégica com China e URSS se intensificou à medida que os governos de Eisenhower e Kennedy adotaram uma política externa agressiva para a região. Além disso, dado o aumento das tensões entre os dois aliados comunistas, se tornava necessário que a Coreia do Norte obtivesse garantias de que os dois países continuariam a apoiá-la. Assim, em 1961, a Coreia do Norte obteve dois tratados estratégicos. Quase que simultaneamente assinou tratados com URSS e China, estabelecendo um sistema de aliança securitária similar ao obtido pela Coreia do Sul em relação aos EUA.

No plano econômico, em 1958, a RDPC lançou o programa Chollima (cavalo voador), que buscava recuperar rapidamente o atraso econômico em relação aos países ocidentais — e inspirava-se no Grande Salto Adiante (Chinês) e na Coletivização de Stalin dos anos 30. Entretanto, o resultado do plano foi desastroso. Apesar de um período inicial de crescimento significativo²¹, os trabalhadores e os gestores das fazendas coletivas e das empresas estatais ficaram exauridos em suas capacidades; além disso, o planejamento central esgotou sua capacidade de reagir frente aos diversos gargalos econômicos que começaram a surgir²². Para reverter a situação econômica, em 1962, o regime comunista lançou o programa: “Armas em uma mão, e o martelo e a foice na outra”. A partir disso, a Coreia do Norte — assim como ocorrera com a vizinha do sul — entrava em uma fase de militarização: em um período de três anos os gastos militares passaram de 6% para 30% do PIB (GLOBAL SECURITY, 2013). Porém, nesse mesmo período, o governo de Krushev na URSS diminuiu a ajuda econômica, o que gerou um período de estagnação econômica no país comunista.

Ainda na década de 1960, o programa nuclear norte-coreano — objeto de disputa até os dias de hoje — teve início com a construção de um grande centro de pesquisa em energia nuclear

²¹ Esse crescimento chegou a ser de cerca de 35% nos primeiros quatro anos (SNYDER & LEE, 2010).

²² Entre esses gargalos encontram-se a falta de terras aráveis, trabalho qualificado, energia, deficiências no sistema de transporte, desequilíbrios entre diferentes setores da economia.

na cidade de Yongbyon, com suporte soviético. Esse foi a primeira iniciativa para obtenção dessa tecnologia — e em 1965, um reator IRT-2M foi instalado nesse centro de pesquisa. A busca por tecnologia nuclear estava atrelada a objetivos estratégicos e energéticos. O país já sofria com carência energética, nesse sentido, a utilização de energia nuclear permitiria ao país aproveitar as grandes minas de urânio de alta qualidade existentes à época²³.

2.2.5 O Governo Nixon e a Doutrina Guam

O final da década de 60 ficou marcado pela crise enfrentada pelos EUA no Vietnã e pelo início de uma crise econômica que viria a culminar no fim do padrão-ouro em 1971. Esse panorama global gerou efeitos desestabilizadores na relação entre as duas Coreias e seus principais aliados. Com a chegada de Richard Nixon (1969-1974) ao poder nos EUA e a adoção da Doutrina Guam²⁴ — que estabelecia um desengajamento norte-americano na Ásia — as pressões sistêmicas que restringiam a aproximação entre os países da Ásia diminuíram drasticamente. Dado esse novo contexto, os países asiáticos ampliaram o investimento em iniciativas regionais que acabaram por reformular a configuração do sistema interestatal asiático.

A doutrina Nixon buscava estabelecer uma arquitetura regional que concedesse mais poder aos aliados dos EUA. Assim, a responsabilidade estadunidense de prover a defesa diminuiria e os EUA teriam menores custos de manutenção em relação aos que possuíam com a doutrina de contenção dos anos 60. Esse novo panorama gerou um arrefecimento no crescimento vertiginoso da economia sul-coreana, já que agora o país teve de assumir os custos de sua própria defesa. Isso gerou reflexos nas eleições de 1971, nas quais o presidente sul-coreano, Park Chung Hee, não obteve uma vitória tão significativa como a que obtivera nas eleições anteriores. Essas eleições ficaram marcadas pelo surgimento das primeiras manifestações contra o governo de Hee e pela ascensão, enquanto candidato de oposição, de uma figura que viria a marcar a política sul-coreana pouco mais de vinte anos mais tarde: Kim Dae Jung, que ao assumir a presidência em

²³ Estima-se que à época a Coreia do Norte possuía reservas de cerca de quatro toneladas de urânio (GLOBAL SECURITY, 2013).

²⁴ A Doutrina Guam ou Doutrina Nixon foi lançada em 1969, pelo então presidente Richard Nixon. Em seu discurso, Nixon defendeu que os aliados regionais dos Estados Unidos assumissem um papel mais ativo no custeio de sua própria defesa. Assim, os EUA abriam mão de sua função de provedor da segurança dos seus aliados. Nesse contexto, os aliados regionais ampliaram sua possibilidade de desenvolver indústrias bélicas próprias, já que as empresas estadunidenses estavam atendendo as demandas oriundas das forças armadas que estavam atuando no Vietnã.

1997, reverteu o padrão de relacionamento com a Coreia do Norte, ao estabelecer uma política de construção de confiança mútua.

Ademais, o governo Nixon buscou uma diplomacia de distensão com a República Popular da China. Isso permitiu que as duas Coreias estabelecessem uma política de aproximação. Em 1971, se iniciaram as negociações entre as duas Coreias. Esse processo de aproximação conduziu à assinatura do Comunicado Conjunto Norte-Sul em 1972. Embora esse documento não tenha produzido resultados efetivos na aproximação entre os países, demonstrou que, à medida que as pressões sistêmicas arrefeceram a partir da Doutrina Nixon, as duas Coreias tinham disposição para estabelecer um processo de cooperação autônomo.

A eleição de Carter para a presidência dos EUA trouxe alguns desafios ao governo de Park Chung Hee. Primeiramente, ele anunciou a retirada de tropas norte-americanas da Coreia do Sul, aumentou a pressão por investigações no caso “Koreagate”²⁵, para que fossem adotadas medidas de combate aos desmandos políticos e aos abusos dos direitos humanos. O aumento da pressão estadunidense sobre a Coreia adveio da necessidade que os EUA tinham em aproximar a Coreia do Sul da China. Além disso, foi uma clara reação ao processo de nacionalização da produção bélica e ao programa nuclear desenvolvido por Park Chung Hee.

As pressões externas por maior transparência e direitos humanos se inserem na postura do governo Carter de não permitir a excepcionalidade dos regimes políticos dos aliados. Cabe destacar que o lançamento da doutrina Nixon cedeu maior autonomia aos aliados. Assim, a Coreia do Sul adotou um programa militar ambicioso, incluindo o desenvolvimento de programa nuclear. Com a mudança do contexto geopolítico mundial, os regimes ditatoriais que adotaram uma postura mais nacionalista, como é o caso da Coreia do Sul, passaram a sofrer pressões através das alegações de violação dos direitos humanos. Nesse sentido, os EUA utilizaram os direitos humanos como meio para pressionar os governos aliados asiáticos (processo similar ocorreu na América Latina) a se afastar da via chauvinista e a abandonar os programas de desenvolvimento nacionais. Com o aumento da pressão externa, passaram a surgir movimentos de resistência ao regime ditatorial da Coreia do Sul. Isso levou Park a decretar lei marcial em outubro de 1972 — marcando o início da quarta república sul-coreana²⁶. As concessões,

²⁵ O caso Koreagate é um escândalo que envolveu políticos sul-coreanos que teriam subornado congressistas norte-americanos para que esses votassem a favor de interesses coreanos. Essa teria sido uma das causas da não retirada das tropas norte-americanas da Coreia do Sul durante o governo Nixon.

²⁶ Esse período também é conhecido como Yushin.

entretanto, não evitaram o recrudescimento da situação política do país. Assim, em 1979, o presidente Park foi assassinado²⁷.

Em relação ao desenvolvimento do programa nuclear na Coreia do Sul, pode-se dizer que foi uma clara resposta à doutrina Nixon que previa a autodefesa. Quando da saída de parte das tropas americanas, o governo de Park instituiu um Comitê de Exploração de Armas que optou por desenvolver armas nucleares como meio de assegurar a segurança do país. Porém, em 1975, devido à pressão dos Estados Unidos, a Coreia do Sul aderiu ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Todavia, o programa permaneceu ativo clandestinamente até o fim do governo de Park Chung Hee, o que se configurou em uma das razões para as pressões estadunidenses sobre o governo sul-coreano e que culminaram na morte de Park. (HYUNG-A, 2004).

2.2.6 Os Anos 1980 e o Governo Reagan

A partir da década de 1980, com a ascensão de Reagan e o recrudescimento das relações entre os EUA e a URSS na nova guerra fria exerceram pressões sobre as relações entre os países do Leste Asiático.

Após o assassinato de Park Chung Hee, um golpe de estado levou ao poder Chun Doo Hwan²⁸; que, praticamente, manteve a política mais agressiva de Park — a lei marcial foi mantida, e ele continuou a perseguição de adversários políticos. Porém, adotou uma postura de retomada do crescimento baseado em leis monetárias mais restritivas e taxas de juros mais baixas que contribuíram para a estabilidade dos preços e para o surgimento de um novo boom econômico. Esse boom teve lugar, especialmente, na indústria de semicondutores, eletrônica e automobilística. Essas indústrias conseguiram crescer graças a empréstimos internacionais, e à mão de obra barata que era usada em larga escala nessas indústrias. Cabe destacar que a política monetarista sacrificou a indústria de base, especialmente a siderurgia e petroquímica.

Além disso, o país sul-coreano iniciou o processo de redemocratização política. Os protestos pela redemocratização do país aumentaram ao longo da década, e o risco de uma escalada de violência repressiva preocupava, principalmente, os Estados Unidos. Mesmo as taxas

²⁷ Há indícios de que o assassinato do presidente Park pode ter sido cometido por um agente da inteligência sul-coreana em colaboração com os Estados Unidos. Porém, não há uma comprovação definitiva dessa ligação (HYUNG-A, 2004).

²⁸ Chun Doo Hwan era um general do exército sul-coreano, com forte apoio do EUA. Seu governo esteve fortemente comprometido com a reformulação do projeto industrializante promovido pelo ex-presidente Park.

de crescimento econômico não eram suficientes para arrefecer o descontentamento com o regime autoritário que se perpetuava desde o governo de Park Chung Hee. Nesse contexto, Reagan apareceu como um interlocutor entre o governo de Chun e os principais líderes de oposição. Após uma sequência de desdobramentos políticos, a oposição se dividiu, o governo conseguiu controlar o processo eleitoral e elegeu um candidato da situação: Roh Tae Woo (PIKE, 2010).

Ainda nessa década, foi estabelecido o diálogo de Pequim²⁹. Essa iniciativa, que reunia EUA e Coreia do Sul, que tinha como objetivo mediar as relações entre as duas Coreias representou uma inflexão nos debates acerca da situação na Península Coreana. Agora, a resolução da questão coreana tornava-se regionalizada, com os atores regionais participando do processo. Àquela altura, as dificuldades econômicas e políticas por que passava a União Soviética — parceiro estratégico norte-coreano — levou a um crescente isolamento do país de Kim Il-Sung. Esse contexto ensejou uma aproximação entre o país comunista e os EUA. Em 1988, o Departamento de Estado norte-americano anunciou a liberação a seus diplomatas para manter conversações com representantes norte-coreanos e que iria permitir o comércio de bens de primeira necessidade (remédios, alimentos, roupas) com a Coreia do Norte³⁰.

O governo de George Bush (1989-1993) direcionou a sua política para a Coreia do Norte no intuito de solucionar a questão do programa nuclear. Primeiramente, exigiu que a RDPC aderisse às salvaguardas da AIEA, além disso, demandou o fim da propaganda antiamericana e garantias de que o país não daria suporte a atos de terrorismo. O governo norte-coreano acreditava que essa era uma oportunidade de discutir pontos importantes nas relações entre os dois países (principalmente, por tratar-se de uma negociação direta, sem a presença da Coreia do Sul). O estabelecimento de negociações diretas com os EUA tem sido um dos principais objetivos da Coreia do Norte desde o fim da Guerra da Coreia. Especialmente, porque os embargos econômicos promovidos pelos EUA são centrais para a crise econômica do país e impedem a atração de investimentos externos. Assim, em contrapartida, a Coreia do Sul exigiu que o Armistício de 1953 fosse substituído por um tratado de paz satisfatório, que os periódicos exercícios militares entre EUA e Coreia do Sul fossem suspensos e que fossem retiradas as tropas

²⁹ “The Beijing Talks” — tradução do autor

³⁰ Esse ato revogava parte dos vários embargos promovidos pelos Estados Unidos. Os embargos começaram em 1949. A Coreia do Norte ainda seria enquadrada em vários outros tratados; entre eles destacam-se: Ato de Comércio com Inimigo (1950); Ato de Comércio (1974); Ato administrativo de Exportação, Ato de Controle de Exportação de Armas, Ato de ajuda estrangeira — que proibiu empréstimos do FMI e do Banco Mundial, e por fim o Ato Antiterrorista — que impedia várias transações com a Coreia do Norte, pois essa constava na lista de países terroristas (CUMINGS, 2004).

americanas da península, por fim exigiu que a península fosse declarada uma zona livre de energia nuclear. A Coreia do Norte requisitou, também, que as discussões fossem estabelecidas aos mais altos círculos diplomáticos, alegando que assuntos de tal relevância não poderiam ser debatidos se fossem mantidos nos mais baixos escalões. Essas divergências acabaram por impossibilitar um entendimento substantivo entre os dois países.

A abertura de um canal diplomático entre EUA e Coreia do Norte reflete também a disposição sul-coreana em promover a aproximação entre os dois países. Roh Tae Woo anunciou um plano de aproximação com o bloco comunista e incentivou negociações entre RPDC, Japão e Estados Unidos. Cabe salientar que Roh apoiou a entrada simultânea das duas Coreias na ONU, e estimulou a “Conferência consultiva para a paz” — que reuniria as duas Coreias, Japão, União Soviética, China e Estados Unidos³¹. A Conferência Consultiva pode ser entendida como o nascedouro das Negociações das Seis Partes.

A crise econômica que atravessava a URSS permitiu uma aproximação com a Coreia do Sul — e viabilizou os debates sobre a questão da divisão da península. Contudo, o diálogo entre Moscou e Seul foi recebido com ressalvas pelos EUA, o que retardou o processo de aproximação. Apesar da retórica conciliadora com o norte, o governo sul-coreano não concedeu nada significativo nas negociações com a Coreia do Norte. A retórica favorecia a aproximação entre as duas Coreias, mas carecia de ações efetivas que tornassem possível um diálogo verdadeiramente produtivo. Assim, a política sul-coreana apenas gerou um maior isolamento da Coreia de Kim Il-Sung. Em resposta a esse quadro, a RDPC tentou estabelecer negociações diretas com Japão e Estados Unidos.

A Coreia do Norte, naquela década, durante o 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores da Coreia, havia escolhido Kim Jong Il³² como o sucessor de Kim Il-Sung. A decadência da URSS e o processo de abertura da economia chinesa isolaram a Coreia do Norte, que se viu isolada no cenário regional. Além disso, a Coreia do Norte começou a experimentar um crescente déficit energético e econômico durante os anos 1980, em parte como resultado desse panorama regional. A discrepância econômica entre as duas Coreias cresceu vertiginosamente durante essa década — o que evidenciou a crise econômica aguda que assolava o país. Destarte, o final da

³¹ Essa conferência pode ser considerada o embrião do diálogo das seis partes (Six-party Talks) dos anos 2000; que reúne as duas Coreias, Japão, EUA, China e Rússia.

³² Kim Jong-Il era o filho primogênito de Kim Il-Sung. E exerceu a função de secretário geral do partido dos trabalhadores da Coreia, comandante supremo do exército da Coreia entre 1994 e 2011 quando faleceu. É referido também como o “Supremo Líder”.

década de oitenta representou o início de um novo momento nas relações intercoreanas, não apenas pelo início da queda do paradigma político internacional, mas pela inversão da posição econômica entre as duas Coreias. Além disso, a década de 1980 representou o nascedouro das negociações no âmbito regional sobre a divisão na Península Coreana. Nesse sentido, as relações de causa e efeito entre crises na península e a dinâmica regional de segurança se tornaram mais evidentes. É esse panorama que viria a prevalecer nas décadas subseqüentes.

2.3 O Fim da URSS e a Nova Dinâmica Regional

Com o fim da União Soviética, a Coreia do Norte perdeu o seu maior parceiro estratégico e patrocinador. O fim do regime soviético acabou, também, com o fornecimento subsidiado de combustível e de grãos. A perda desse parceiro representou um obstáculo considerável à economia norte-coreana, à medida que, com a queda no fornecimento de combustível, até mesmo a produção alimentar decaiu. Estima-se que a autossuficiência alimentar caiu de cerca de 80% para 60% (FAO, 2013). A crise energética norte-coreana, que iniciara na década de 80, agora se agravava. Isso levou o país a buscar cooperação com os vizinhos, especialmente com a Coreia do Sul. Assim, o país decidiu normalizar as relações com os EUA e buscar uma coexistência pacífica com o Sul. Por fim, adotou reformas de mercado (CUMINGS, 2004).

Esse novo panorama viabilizou a reaproximação entre as duas Coreias, que acabaram por firmar, em 1991, o “Acordo para Reconciliação, Não-agressão, Cooperação e Intercâmbio entre Norte e Sul”³³; que mudou o cenário de interrelação dos vizinhos. Esse acordo, além de lançar novas bases para as negociações de assuntos sensíveis tal como programa nuclear, 1) determinava que ambos os lados respeitariam os regimes políticos vigentes, 2) que as duas Coreias lutariam juntas para que o armistício em vigor fosse transformado em um acordo de paz; e que 3) os dois países parariam de competir e confrontar, e passariam a cooperar na arena internacional a fim de promover o prestígio coreano. Ademais, o acordo previa a cooperação na área de infraestrutura — com ligação de ferrovias e rodovias. Ainda em 1991, a inclusão das duas Coreias como membros plenos da Organização das Nações Unidas refletiu, não apenas o novo momento de aproximação entre os dois países, mas também a conjuntura internacional favorável. Em 1992, em mais um indicativo do panorama favorável, as duas Coreias assinaram a “Declaração

³³ “Agreement on Reconciliation, Nonaggression, Cooperation, and Exchange Between North and South”.

Conjunta para a Desnuclearização da Península” — sob os esforços de Roh e Kim Il-Sung (CHA, 1997).

No início da década de 1990, a questão nuclear estava ligada à necessidade norte-coreana de mitigar a carência energética, e por isso a integração com os vizinhos era fundamental. Assim, a questão nuclear, que havia sido objeto de disputa desde os anos setenta, parecia estar se encaminhando para uma resolução pacífica — incluída na lógica de desintegração da antiga ordem mundial que passava a ser substituída por uma nova ordem ascendente. A absorção do país comunista passava a ser o paradigma que nortearia as relações entre as duas Coreias durante grande parte da década de 90 — principalmente, após o exemplo da reunificação da Alemanha. Com a absorção da Alemanha Oriental, tornavam-se comuns as comparações entre as duas situações. Com a perda do suporte financeiro e o isolamento internacional a crença predominante na Coreia do Sul e nos EUA era que a RDPC entraria em colapso e que seria absorvida pelo sul. Contudo, essas comparações não levavam em conta o fato de que as duas Alemanhas não haviam passado por uma guerra fratricida, bem como, ignoravam as diferenças de nível de interdependência econômica existentes entre as Coreias e as duas Alemanhas.

2.3.1 A Ascensão De Kim Jong-Il e o Governo Clinton

O ano de 1993 marcou a evolução da proposta norte-coreana de criação de uma confederação coreana ou Confederação da República Democrática do Goryeo³⁴ através da publicação do Programa dos 10 pontos para a Reunificação do País de Kim Il-Sung. Segundo Sung, a reunificação deveria acontecer com a criação de um estado pan-nacional unificado que pudesse representar os dois regimes igualmente, e que fosse declaradamente neutro, ou seja, não possuísse nenhuma aliança vinculante com nenhuma grande potência. Além disso, o documento previa que nenhum dos dois regimes poderia querer prevalecer sobre o outro — seja pela dominação, seja pela absorção (SUNG, 1993).

Esse documento, aliado aos outros acordos firmados, acabou por criar — conforme já citado — um ambiente favorável para a reaproximação entre as Coreias. No entanto, além das questões de conjuntura política na Coreia do Sul e nos EUA, e da morte do supremo líder Kim Il-Sung (principal interlocutor com o ocidente), a falta de adaptação norte-coreana para uma economia mais integrada na lógica de mercado capitalista, somada à escalada de atritos referentes

³⁴ O nome Goryeo faz referência a uma antiga dinastia coreana que reinou na Coreia entre 918 e 1392 d.C.

à questão nuclear, acabaram por fazer o processo de diálogo entre os dois vizinhos retroceder. Apesar disso, ainda em 1993, EUA e Coreia do Norte lançaram uma declaração conjunta na qual afirmavam o compromisso com o não uso/ameaça de uso da força, com a não interferência em assuntos internos, e com o apoio para a reunificação das duas Coreias.

Além disso, a Coreia do Norte se comprometeu a desistir por tempo indeterminado da sua retirada do TNP. Essa declaração conjunta foi realizada durante o governo Clinton nos EUA — e resolvia uma tensão que começara com a realização dos exercícios de guerra “Team Spirit”, quando a Coreia do Norte anunciou que se retiraria do TNP. Esses exercícios militares iam de encontro a um dos princípios básicos do TNP: os países que não possuem armas nucleares não dever ser ameaçados por aqueles que as possuem. Essa crise diplomática entre EUA e Coreia do Norte começara com o anúncio, do chefe do comando militar estratégico dos EUA, de que os EUA estavam redirecionando seu arsenal bélico — da URSS para a Coreia do Norte (CUMINGS, 2004).

Ainda em 1993, o governo norte-coreano sugeriu a troca de todo seu programa nuclear com reator de grafite por um reator de água leve (RAL)³⁵. Esses reatores além de serem mais seguros em termos de produção de armamento nuclear, contribuiriam para resolução do problema energético norte-coreano. Após essa primeira oferta norte-coreana, os asiáticos criaram um “pacote” com as suas demandas para um entendimento com os Estados Unidos. Segundo Harrison (2002), esse “pacote” incluía uma declaração dos EUA de que não iria atacar a Coreia do Norte, um plano para a melhoria das relações entre os dois países, a suspensão do “Team Spirit”, a permanência das inspeções das salvaguardas da AIEA, o fim do antagonismo e das ameaças nucleares americanas contra a RDPC, e, por fim, o fornecimento dos novos reatores. Além disso, o pacote incluía a troca do estabelecimento de escritórios de representação, a substituição do armistício por um tratado de paz, a suspensão das restrições comerciais — como o Ato de Comércio com o Inimigo, a admissão da Coreia do Norte na APEC³⁶ (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), entre outras coisas. Em suma, essas demandas representam o cerne dos interesses do país, sendo válidas hodiernamente.

³⁵ Em inglês: LWR — Light-Water Reactor — são reatores mais caros, mas com uma capacidade de produção muito mais eficiente.

³⁶ A APEC é um fórum para os países do pacífico que busca promover o livre-comércio, e cooperação econômica por toda a região. Foi estabelecida em 1989, dentro do contexto de maior integração das economias asiáticas.

Em 1994, EUA e Coreia do Norte assinaram o Acordo de Genebra. Esse acordo previa: (I) a substituição dos reatores de grafite por RAL's, que gerariam cerca de 2.000MW até 2003; (II) a criação de um consórcio internacional para financiar e abastecer o novo reator e (III) um acordo para a cooperação na área de energia nuclear para fins pacíficos. Mais do que isso, o acordo instituiu o fornecimento de petróleo dos EUA para a RDPC (em um prazo de até três meses), e estabelecia a criação de um sistema de construção de confiança mútua na esfera militar, econômica e nuclear (ACORDO DE GENEBRA, 1994). A construção do novo reator ficou a cargo de um consórcio entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul — que fundaram, em 1995, a KEDO³⁷ (Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana). O governo sul-coreano apenas exigiu que a Corporação Coreana de Energia Elétrica tivesse participação na sua construção, pois assim poderia controlar e monitorar os reatores.

A morte de Kim Il-Sung arrefeceu a evolução das negociações e trouxeram incerteza sobre a sobrevivência do regime norte-coreano. Os rumores acerca de um colapso se intensificaram, principalmente quando em 1995 uma catástrofe natural ocasionou grandes enchentes que acabaram por desabrigar milhares de pessoas. O nível de destruição causada pelas enchentes, que foi seguida por uma grave seca, causou uma tragédia humana que levou a FAO³⁸ a instalar um escritório permanente na RDPC. Além da tragédia causada diretamente pelas catástrofes, o problema se alastrou devido à destruição das reservas de alimentos e à péssima colheita daquele ano (HAGGARD, 2008). Assim, uma onda de má nutrição se alastrou pelo país. Paralelamente, muitas doenças infectocontagiosas se disseminaram por causa das condições primárias de saneamento. Além disso, uma onda de refugiados se formou em direção à China.

2.3.2. *Kim Dae Jung e a Sunshine Policy*

O cenário das relações intercoreanas começou a mudar drasticamente com a ascensão ao poder de Kim Dae Jung na Coreia do Sul. A crise asiática de 1997³⁹ fortaleceu a pauta política da oposição sul-coreana, assim pela primeira vez, um líder da oposição progressista foi eleito.

A crise de 1997 acabou por evidenciar alguns gargalos remanescentes na economia do sul, como a ineficiência do sistema financeiro e bancário e a falta de capacidade de dinamismo

³⁷ O acrônimo original advém do inglês: Korean Peninsula Energy Development Organization.

³⁸ Food and Agriculture Organization.

³⁹ A crise asiática de 1997 foi uma crise financeira que se iniciou na Tailândia. Afetou principalmente, além da Tailândia, a Indonésia e a Coreia do Sul. Acabou atingindo, também, mais severamente Laos, Hong Kong, Malásia e Filipinas. Todavia, a Coreia do Sul foi o “tigre asiático” mais afetado, conforme Magno e outros (2011).

dos chaebols. Esse quadro acabou afastando os investimentos estrangeiros diretos, que eram a base do desenvolvimento de cerca de 7% a.a. (NOLAND, 2002). Para resolver a situação, Kim optou por uma reestruturação dos chaebols, visando dinamizar o eixo da economia sul-coreana. Essa reestruturação era baseada no aumento da transparência da administração dos conglomerados, no aumento da estrutura de capital das firmas e na ampliação do accountability no controle administrativo. Por outro lado, adotou medidas de estímulo a produção doméstica. Kim implementou um audacioso plano de modernização militar que, além de fornecer ao país meios de estabelecer superioridade sobre o norte, promoveria a produção doméstica de armamentos, impulso que seria decisivo para a recuperação econômica do país. Além disso, adotou medidas para que o capital financeiro não dominasse a indústria, suprimiu o investimento circular e as transações ilegais entre as afiliadas dos conglomerados e prevenir as “heranças” ilegais para os herdeiros dos chaebols (WON, 2004). Essas mudanças atingiam o cerne da economia sul-coreana, bem como um dos grandes grupos de influência da política sul-coreana. A crise dos conglomerados, que haviam sido à base dos booms econômicos anteriores, originava-se da administração concentrada e pouco dinâmica das empresas familiares.

Apesar das mudanças introduzidas na esfera econômica, a grande inflexão na PES da Coreia do Sul àquela altura foi o estabelecimento da “Sunshine Policy” em 1998. Ao contrário de seu sucessor, Kim procurou adotar uma postura de pleno diálogo com o governo de Pyongyang. A Sunshine Policy foi uma política de cooperação e reconciliação com o norte, e de apoio às iniciativas norte-coreanas de aproximação com Washington e Tóquio. Inicialmente, enviou ajuda alimentar (o norte ainda sofria com as consequências das catástrofes naturais), suspendeu as restrições de negócios entre o sul e o norte, e clamou pelo fim do embargo norte-americano à RDPC (CUMINGS, 2004). Além disso, Kim rejeitou a ideia de “unificação via absorção”, predominante nos governos sul-coreanas anteriores. O governo de Kim afirmou que a reunificação continuava sendo um objetivo, mas que seria gradual, e que primeiramente as Coreias passariam por uma fase de convivência pacífica e reconciliação.

Segundo a Sunshine Policy, a reunificação deveria ocorrer em estágios: primeiro, os dois países viveriam em uma confederação, estabelecendo confiança mútua e cooperação, com dois regimes de governo, dois exércitos e distintas políticas externas; no segundo estágio, após um longo período de preparação, as duas Coreias chegariam à reunificação sob uma federação — seria um país, com um governo, um regime político, mas com duas regiões autônomas. Esse

governo central iria cuidar de assuntos de diplomacia, defesa e macropolítica. Por fim, em um último estágio, as duas Coreias se tornariam um país só, com um governo para todos os coreanos. Então, Jung substituiu a busca por uma “unificação”, por “políticas de engajamento construtivo” (LEVI & HAN, 2002). A sua administração baseou sua interação com a RDPC em três princípios: não tolerância às provocações do norte; fim dos esforços sul-coreanos para minar e/ou absorver o norte; e, por fim, em uma busca ativa por reconciliação e cooperação com o norte.

Dada a crise econômica e humanitária da RDPC, o governo sul-coreano adotou uma postura de estabelecer maiores conexões econômicas com o norte, a fim de criar uma atmosfera de cooperação e proximidade mais eficiente, e que pudesse ser transbordada para esfera política. Assim, o objetivo era aproximar mais econômica e culturalmente as duas Coreias e, a partir daí, então estreitar os laços políticos.

Em 1999, a elaboração do Relatório Perry⁴⁰ representou uma nova oportunidade de resolução do problema coreano. O relatório fora encomendado com o objetivo de revisar a política dos EUA para a RDPC, e concluiu que havia a necessidade de um reajustamento. O relatório indicava que os EUA deveriam permanecer — por um lado — com sua postura ostensiva de policiamento do programa nuclear norte-coreano, e, se possível, adotar uma abordagem que incluísse a RDPC no Regime de Controle da Tecnologia dos Mísseis (RCTM)⁴¹ e, por outro, obtendo as garantias da boa-vontade norte-coreana, buscar a aproximação diplomática com a RDPC, relaxar o regime de sanções econômicas e adotar passos positivos em vista a normalizar as relações entre os dois países. O relatório também reforça a importância das “Negociações das quatro partes”⁴² como importante foro de debate sobre o assunto e recomenda a adoção de planos de contingência para uma eventual emergência na Coreia do Norte.

Em setembro de 1999, os Estados Unidos decidiram suspender parte do embargo econômico — revogaram a inclusão da RDPC no Ato de Comércio com o Inimigo e no Ato de Regulação administrativa de Exportação. Essas medidas buscavam permitir exportações e importações de bens de consumo, transações financeiras, voos comerciais entre Coreia do Norte e

⁴⁰ Dr. William Perry foi secretário de defesa da administração Clinton entre 94 e 97 e depois se tornou conselheiro para assuntos de defesa.

⁴¹ O RCTM foi criado em 1987, por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, com o objetivo de restringir a produção e a distribuição de mísseis com alcance de no mínimo 300 km.

⁴² As “Negociações das quatro partes” incluem a República da Coreia, a RDPC, o Japão e os Estados Unidos. É um dos embriões do “Diálogo das seis partes”, que marca os debates acerca da questão coreana nos dias de hoje.

Estados Unidos. Essas medidas vieram ao encontro da Súmula Intercoreana que reuniu Kim Dae Jung e Kim Jong-Il no ano 2000.

Esse encontro acabou por culminar na Declaração Conjunta Norte-Sul de Junho de 2000. A declaração afirmou que o povo coreano era o “senhor” do seu destino, e que cabia a eles decidir e estabelecer os esforços para resolver a questão da divisão da península. Essa declaração histórica marcou o início da década de 2000, e abriu espaço para a abertura econômica da RDPC. Vários projetos de cooperação econômica foram discutidos. Entre eles destacam-se o projeto da região Turística de Kumgangsan, que consiste em uma pequena localidade na RDPC projetada para receber turistas sul-coreanos que queiram visitar o Monte Kumgangsan; e o projeto do Parque Industrial de Kaesong (PIK). Esse consistia em um complexo industrial construído e controlado pela Hyundai Asan⁴³, próximo à Zona desmilitarizada, que tinha como objetivo auxiliar na recuperação econômica do norte; bem como permitiria às empresas sul-coreanas ter acesso facilitado à mão de obra barata do norte. Acreditava-se que a PIK empregaria cerca de 100.000 trabalhadores em seu estágio inicial e 700.000 até 2012. Porém, até 2010, mal empregava 50.000 trabalhadores (HYUNDAI ASAN,2009).

2.3.3 A Doutrina Bush (Eixo do Mal)

O governo de Bush filho (2001–2008) representou uma guinada conservadora no tratamento dispensado pelos EUA à questão coreana. Assim, encerrava-se o ambiente que possibilitara a conclusão de acordos construtivos que pudessem mudar o panorama político da península. O comportamento estadunidense minou a política de engajamento sul-coreano e afastou outros países⁴⁴, que naquele momento buscavam um acordo com a Coreia do Norte.

Com o desrespeito ao Acordo de Genebra de 1994; ou seja, o atraso na entrega de combustíveis e a não-construção do RAL, a Coreia do Norte decidiu retomar uma postura agressiva frente aos EUA. Em 2002, o famoso discurso do presidente americano incluindo a Coreia do Norte no “eixo do mal”⁴⁵, como um dos patrocinadores do terrorismo e como uma ameaça à instabilidade internacional, minou de vez os esforços para uma solução pacífica e de curto prazo para o problema.

⁴³ A Hyundai Asan é um braço do conglomerado sul-coreano da Hyundai. A Hyundai é um dos maiores chaebols da Coreia do Sul — e controla ambos os projetos.

⁴⁴ Como exemplo, podemos citar a União Europeia, que àquela altura negociava acordos comerciais com a Coreia do Norte.

⁴⁵ O eixo do mal incluía, além da Coreia do Norte, o Irã e o Iraque.

A tensão em torno da questão do programa nuclear norte-coreano acabou culminando na retirada da RDPC do TNP em 2003. Assim que declarou sua saída do tratado, sob a alegação de que os EUA vinham, incessantemente, rompendo com os acordos estabelecidos durante a administração Clinton, bem como com o armistício de 1953, ao declarar a intenção de realizar um ataque preemptivo contra o país asiático; a RDPC reativou o seu reator de Yongpyong fechado há anos devido a um acordo com os EUA. Cabe ressaltar que os EUA já haviam, unilateralmente, incluído nos artigos do Acordo de Genebra a questão das forças convencionais e que haviam suspenso a entrega de combustível acordada anteriormente.

Entretanto, em 2003, iniciaram as “Negociações das Seis Partes”⁴⁶ que reuniam as duas Coreias, EUA, China, Japão e Rússia. Essas negociações tinham como objetivo resolver a questão nuclear norte-coreana e refletiam a relevância da questão coreana para o equilíbrio regional. A China, nesse momento, era governada, por Hu Jintao, pertencente a uma facção progressista do Partido Comunista Chinês⁴⁷, que primava por uma aproximação com os vizinhos; e o Japão, sob o governo de Koizumi⁴⁸, buscava assumir um papel de liderança na resolução dos problemas regionais, como mostra a visita do líder japonês à Coreia do Norte⁴⁹.

Apenas dois anos depois do início das negociações, o primeiro resultado efetivo foi alcançado — o lançamento da “Declaração Conjunta das Negociações das Seis Partes” reafirmou o interesse da Coreia em abdicar de seu programa nuclear em troca de assistência econômica e humanitária, bem como, por garantias de segurança. Através da declaração, EUA e a Coreia do Sul reafirmaram seu compromisso de não agredir a RDPC, e de não instalar nenhum armamento nuclear na Península Coreana. A declaração de 1992 foi reafirmada — devendo ser observada e implementada. Ademais, a RDPC reafirmou seu direito e interesse de utilizar energia nuclear para fins pacíficos, e os outros membros afirmaram que proveriam assistência energética à Coreia do Norte. Por fim, decidiram continuar os esforços para aumentar o nível de cooperação regional e atingir a pacificação do nordeste asiático (JOINT STATEMENT, 2005).

Entretanto, no primeiro semestre de 2006, o Tesouro norte-americano pressionou para que bancos asiáticos decretassem o congelamento dos ativos norte-coreanos em Macau e em outros

⁴⁶ O nome original em inglês é “Six-party talks”.

⁴⁷ Hu Jintao — presidente chinês desde 2003 — era membro da facção da juventude, e havia chegado ao poder após anos de domínio da facção de Xangai.

⁴⁸ Koizumi era líder do PLD, partido liberal-conservador japonês.

⁴⁹ Quando da visita do premiê japonês à Península Coreana permitiu que fossem debatidas questões sensíveis nas relações dos dois países, como o rapto de japoneses durante a década de 70 e 80.

lugares. Com isso, a RDPC procedeu com seu primeiro teste nuclear para fins bélicos. O Conselho de Segurança da ONU prontamente condenou o teste nuclear através da resolução 1718 (2006). A China, conseqüentemente, pressionou para que a Coreia do Norte voltasse à mesa de negociações das seis partes, o que ocorreu em 2007. Um novo acordo foi estabelecido e um plano de desnuclearização da península foi anunciado. O país de Kim Jong-Il teria de congelar seu programa nuclear em troca de ajuda financeira e da liberação dos fundos bloqueados nos bancos asiáticos (BAJORIA, 2009). Destarte, a Coreia do Norte desativou sua principal planta nuclear de produção de plutônio, sua planta nuclear (sob a vigilância de especialistas dos EUA) e implodiu a torre de arrefecimento em Yongbyon. Dada a colaboração dos norte-coreanos, EUA decidiram suspender parte dos embargos impostos àquele país.

2.3.4 O Fim da Era Bush e o Abandono da Sunshine Policy

A Era Bush, conforme já discutido, representou uma fase de endurecimento das relações entre a RDPC e os Estados Unidos. A Sunshine policy, que havia obtido avanços substanciais nas negociações coreanas, estava agora relegada a um segundo plano. O governo de Lee Myung Bak, que se elegeu presidente na Coreia do Sul em 2008, adotou uma política conservadora frente ao norte — preocupou-se muito mais com a adoção de uma política econômica agressiva que pudesse retomar o caminho de crescimento econômico coreano.

Apesar de a vitória de Lee ter acontecido através uma pequena margem de vantagem⁵⁰, o governo de Lee conseguiu uma aprovação popular que lhe garantisse legitimidade pra conduzir a política coreana conforme o programa de seu partido. Economicamente, Lee propôs um pacote de reformas que levariam a Coreia a ser a sétima economia mais pujante do planeta, medidas de estabilização de bem-estar social, e criação de robustez econômica para enfrentar eventuais crises globais⁵¹. Para isso, buscou estreitar as relações sul-coreanas com diversos parceiros pelo mundo — para tanto, passou a estabelecer políticas de acordos bilaterais de livre comércio. Assim, acordos com Austrália, Indonésia, Iraque⁵² e Estados Unidos foram firmados, e outros como o com a União Europeia evoluíram.

⁵⁰ A vitória de Lee foi pela menor margem de vantagem desde o retorno das eleições diretas no final da década 80 (KOREA HERALD, 2008).

⁵¹ Esse plano econômico de Lee, conhecido como “Plano 747” buscava atingir um crescimento econômico de 7% a.a. e uma renda per capita de US\$ de 40.000 dólares (WORLD ECONOMY WATCH).

⁵² O acordo com o Iraque previa o fluxo de 3 bilhões de dólares em troca do fornecimento de gás e petróleo (KOREA REPUBLIC, 2011).

O ano de 2009 trouxe os reflexos da crise mundial iniciada no ano anterior. O governo de Lee reagiu cortando drasticamente os juros para fugir dos prognósticos de retração econômica — como não ocorriam havia dez anos — que assombravam a economia sul-coreana. A crise diminuiu o ritmo de crescimento que vinha se mantendo, e acabou gerando impactos nas eleições parlamentares do ano seguinte. Mais uma vez, o reflexo da economia se verificou nas urnas. Com isso, o GPN acabou sofrendo uma derrota significativa nas eleições locais — com o partido ganhando seis das treze vagas, enquanto o Partido Democrático (PD), de oposição, obteve sete. Essa eleição, além de refletir o momento econômico, acreditava-se, ser um termômetro da postura do governo frente à Coreia do Norte, já que em março do mesmo ano a questão norte-coreana reapareceu no debate político sul-coreano com o incidente envolvendo a corveta Cheonan⁵³. A administração de Lee utilizou o episódio como justificativa para romper todas as transações comerciais com o norte.

Essa postura agressiva do governo do GPN ficou evidenciada com a execução de exercícios militares no ano de 2010. No início do ano, o “Cobra Gold”⁵⁴ e, posteriormente, o maior exercício militar da história — “Ulchi Freedom Guardian”⁵⁵ — acabaram por instigar uma postura mais reativa do governo de Kim Jong Il, pois representariam um rompimento do Armistício de 1953. A utilização norte-coreana do brinkmanship⁵⁶ como instrumento de política externa se intensificou durante o governo de Lee principalmente. As ameaças era utilizadas como reação às atitudes mais ofensivas do sul e como instrumento de pressão política em períodos pré-eleitorais.

Essa dinâmica de endurecimento-distensão que marca as relações coreanas entrou em uma nova etapa após a derrota governista nas eleições locais. Dessa forma, o governo de Lee anunciou um plano de três passos para a reunificação e a retomada das negociações do reencontro das famílias separadas pela guerra — que viria a acontecer um mês depois dessa retomada. Os três passos enunciados são: primeiro uma “comunidade pacífica”, que inclui a desnuclearização da península; depois uma “comunidade econômica”; e, por fim, a “comunidade da nação coreana”

⁵³ As investigações conduzidas por Coreia do Sul e Estados Unidos concluíram que a fragata fora afundada por um torpedo norte-coreano. Entretanto, investigações paralelas lideradas pela Rússia e China chegaram à conclusão de que a corveta afundou devido a uma mina sul-coreana.

⁵⁴ O “Cobra Gold” acontece anualmente e reúne Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Tailândia e Cingapura.

⁵⁵ O Ulchi Freedom Guardian reúne as forças militares de EUA e Coreia do Sul. Em 2010, esse exercício reuniu mais de meio milhão de soldados.

⁵⁶ O Brinkmanship é a prática de forçar alguns eventos perigosos até o máximo limite possível do desastre com o objetivo de obter as máximas vantagens possíveis (MARKS, 1995).

que representaria a plena reunificação da Coreia. Essa mudança de discurso do governo de Lee pode ser vista como um exercício de retórica, afinal, as eleições nacionais de 2012 aproximavam-se. O anúncio desse grande plano para reunificação, paradoxalmente, não foi acompanhado de nenhuma iniciativa efetiva que pudesse dar suporte a esse projeto. Pelo contrário, a administração de Lee, ainda anunciou que poderia vir a criar a um imposto para a reunificação — o que pode ser visto como uma maneira de amenizar o apoio popular a um processo de reunificação.

O comportamento do governo de Lee encontrou respaldo na política externa do governo de Obama. O governo dos EUA, apesar de prognósticos contrários, exerce uma política externa que muitas vezes excede em hostilidade a do governo Bush em seu último mandato. Inicialmente, a abordagem norte-americana para a Coreia foi baseada no conceito de “poder inteligente” (originalmente, “smart power”)⁵⁷, ou seja, uma abordagem que busca um uso equilibrado de medidas de poder brando e de poder duro, entretanto, careceu de uma atitude mais efetiva — com medidas práticas de aproximação. Hilary Clinton, secretária de estado norte-americana, enfatizou a importância das “negociações das seis partes” como um foro de solução multilateral do problema. Contudo, a diplomacia Obama tem sido muito mais reativa aos desdobramentos políticos do que propriamente propositiva. Essa política foi definida como “Paciência Estratégica” (CHANLETT-AVERY & RINEHART, 2013; CORDESMAN & HESS, 2013; CHA, 2012). As ordens executivas 13551 e 13570⁵⁸, que impuseram novas sanções à Coreia do Norte, demonstram que o governo Obama não tem uma estratégia definida para a Península Coreana. Além disso, Obama tem enfrentado durante o seu mandato a pressão para saída, ou diminuição da presença americana na região. Os protestos contra a presença das bases americanas — tanto na Coreia do Sul quanto no Japão — aumentaram nos últimos anos e trouxeram à tona a questão de um possível desengajamento estadunidense do nordeste asiático.

Por outro lado, economicamente, os Estados Unidos vêm buscando aumentar os laços com a Coreia do Sul. O Acordo de Livre Comércio com a Coreia do Sul, recentemente aprovado pelo congresso norte-americano, é o maior desse tipo já assinado pelos EUA — e elevará o comércio dos países para cerca de 11 bilhões de dólares (CHA, 2012). Além das implicações

⁵⁷ O conceito de “poder inteligente” nasceu no início dos anos 2000, dentro do Centro para Estudos Estratégicos Internacionais. Joseph Nye é considerado um dos fundadores do conceito. Para maiores explicações, leia o capítulo 7 de Nye (2011).

⁵⁸ Essas ordens executivas presidenciais decretaram restrições ao comércio e às transações financeiras com a Coreia do Norte.

econômicas, o acordo traz impactos estratégicos, pois amplia o escopo das relações dos dois países.

Cabe destacar que a eleição de Park Geun-Hye e a morte de Kim Jong-Il remodelaram o panorama político na Península Coreana. A morte de Kim Jong-Il introduziu um ambiente de incerteza sobre a capacidade de resiliência do regime. Apesar disso, Kim Jong-Un, seu filho e sucessor, conseguiu manter a unidade do regime. Cabe destacar que desde a troca de liderança política no país aumentaram as disputas políticas internas. Por um lado, pelas divergências quanto ao processo de abertura do regime, por outro devido ao recrudescimento da situação humanitária.

Na Coreia do Sul, apesar de ser do mesmo partido de seu antecessor, Lee Myung Bak, Park vem adotando uma postura distinta em relação ao norte. Além disso, tem procurado ampliar os laços com a China. Nesse sentido, tem se afastado da política neoconservadora de Lee Myung Bak que tinha como objetivo substituir o Japão como aliado preferencial dos EUA na região. Assim, o governo de Park vem adotando uma postura de engajamento regional que será mais bem explorada no terceiro capítulo.

O ambiente regional mudou drasticamente nos últimos anos. Após avanços no processo de integração regional, as relações entre China e Japão, especialmente, recrudesceram. A posse de Shinzo Abe, do PLD, no Japão concomitantemente à escolha de Xi Jinping, pertencente a uma ala conservadora do Partido Comunista Chinês (PCCh), reverteu a aproximação que predominou durante os governos de Hu Jintao na China e Yukio Hatoyama no Japão. Os dois países passaram a vivenciar atritos eventuais sobre a posse das ilhas Senkaku/Diaoyu e aumento do nacionalismo chauvinista. Cabe destacar que esse acirramento do ambiente regional tem como contexto político, o reordenamento da política externa dos EUA para a região. A política de rebalanceamento da China, nesse sentido, redimensiona o papel exercido pelos aliados regionais. Assim, os países da região começaram a pautar sua inserção internacional em conformidade com a atuação dos Estados Unidos na região.

Por fim, com a eclosão da crise na península em 2013 o contexto político no Leste Asiático foi transformado. A crise de 2013 foi a pior desde a Guerra da Coreia e evidenciou as disputas políticas internas de cada país. Nesse sentido, ficou claro que existem graves divergências quanto ao padrão de inserção internacional que os países da região devem adotar. Assim, ao que tudo indica, essas disputas devem pautar o ambiente regional.

Considerações Parciais

Esse capítulo teve como objetivo traçar um panorama histórico da evolução das relações no Leste Asiático, especialmente nas duas Coreias. Além disso, procurava avaliar quais aspectos estruturais internos impactavam nas interações entre os países da região atualmente.

A análise histórica demonstrou que a Península Coreana sempre esteve no cerne das disputas hegemônicas regionais. Em termos geopolíticos, a península serviu como espécie de corredor para incursões militares do Japão à China e da China ao Japão. Assim, por ser ponto estratégico para o controle do Mar Amarelo e para o Mar do Japão, a Coreia foi alvo de disputas entre as potências da região. Nesse sentido, as Guerras Sino-japonesas e a Guerra Russo-Japonesa, por exemplo, evidenciaram que o controle da Península Coreana era central para as disputas hegemônicas regionais.

Além disso, as origens históricas da divisão da península ainda incidem decisivamente sobre a inserção internacional atual das duas Coreias. Nesse sentido, a situação política na península ainda reúne a herança histórica da Guerra Fria. Assim, os dois países acabam optando por uma inserção internacional que visa à concertação com a potência regional ou com a potência hegemônica. O atual panorama político na Península Coreana, assim, é moldado majoritariamente pela construção histórica derivada da Guerra Fria, na qual as duas Coreias se vincularam antagonicamente aos dois blocos. Esse alinhamento foi responsável pela configuração política e econômica que prevalece nos dois países.

É nesse período histórico que se encontram, também, as origens do processo de transformação econômica da Coreia do Sul em potência regional. A industrialização implementada por Park Chung Hee pode ser considerada a I Revolução Nacional do país, pois iniciou a nacionalização dos processos decisórios econômicos do país. Essa transformação enseja a possibilidade de uma reconfiguração na polarização regional nos anos seguintes. Basicamente, porque historicamente a Coreia teve sua inserção internacional moldada pelas interações entre as Grandes Potências. Nesse sentido, a possibilidade de se transformar em grande potência pode permitir que o país reconfigure as relações regionais.

Por fim, cabe destacar que a análise histórica mostra que, se por um lado as relações entre as duas Coreias são moldadas pelas relações entre as Grandes Potências, por outro elas igualmente são capazes de agendar as interações regionais. A questão nuclear na Coreia do Norte demonstra os efeitos desse processo. Assim, tanto a Coreia do Sul quanto a Coreia do Norte instrumentalizam as relações entre EUA, China, Japão e Rússia de modo a obter concessões.

Nesse sentido, apesar de se vincularem às potências atuantes, as Coreias não atuam como simples gendarmes das Grandes Potências, procuram balancear as relações regionais para desenvolver capacidades nacionais.

3 A SITUAÇÃO REGIONAL E A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DAS GRANDES POTÊNCIAS PARA O LESTE ASIÁTICO

Esse capítulo tem como objetivo central analisar o contexto regional de segurança e a Política Externa e de Segurança das Grandes Potências, nomeadamente China, EUA, Japão e Rússia, para o Leste Asiático. Desse modo, procura identificar os principais aspectos que influenciam na atuação desses países na região e como se relacionam com a evolução das relações político-securitárias na Península Coreana. Assim, considera os desdobramentos oriundos das relações entre EUA e China e os impactos que geram sobre as relações no Leste Asiático.

Para atingir seu objetivo o capítulo está estruturado da seguinte maneira. A primeira seção faz uma breve descrição da crise na península que ocorreu em 2013, considerando esse episódio como basilar para um reordenamento da situação regional. Nas seções seguintes serão avaliadas as Políticas Externa e de Seguranças das Grandes Potências para o Leste Asiático: respectivamente, China, EUA, Japão e Rússia.

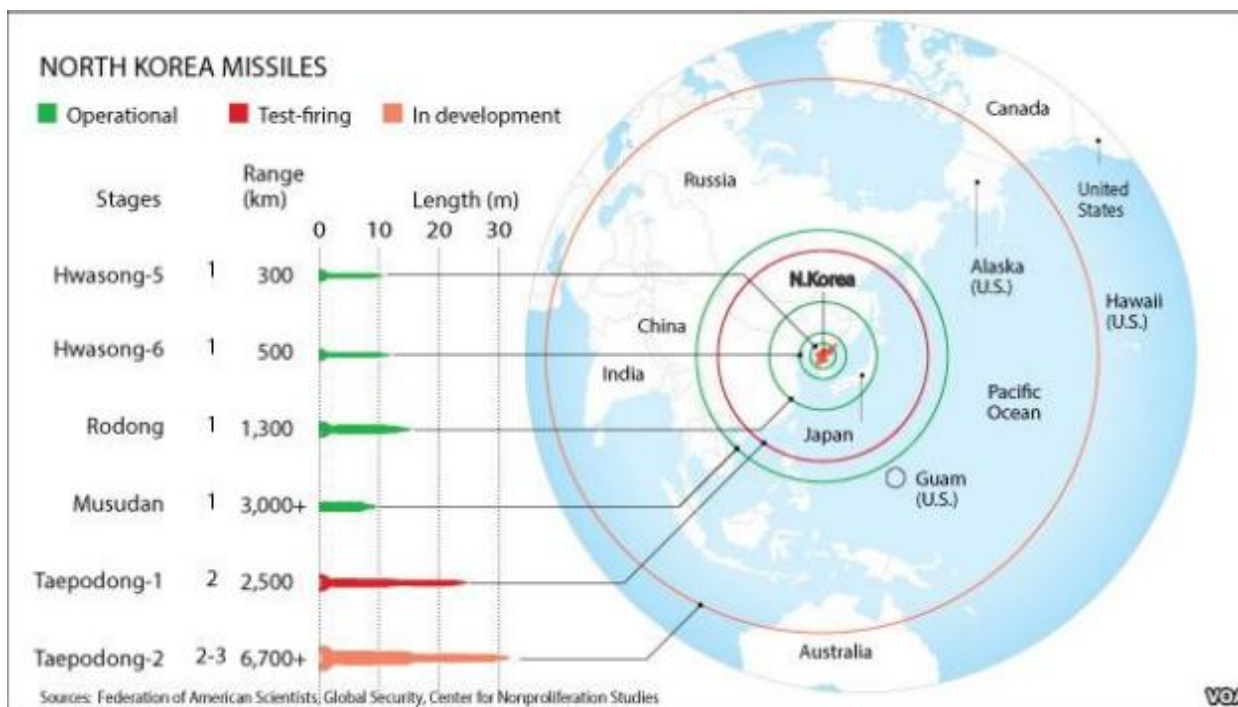
A partir dessa análise conclui-se que as relações securitárias entre as Grandes Potências são permeadas pelos desdobramentos político-securitários na Península Coreana. Embora, o contexto político que envolve as relações internacionais no Leste Asiático seja a ascensão chinesa e os impactos que derivam desse processo, a Península Coreana emerge como o palco das interações desses países. Assim, nesse contexto, parte significativa da estratégia de segurança desses países para a região objetiva a contenção da escalada de uma crise na península e visam lidar com a ascensão da Coreia do Sul como potência regional.

3.1 A Crise na Península Coreana de 2013 e a Mudança na Situação Regional

A Crise Norte-Coreana, ocorrida entre janeiro e agosto de 2013, teve magnitude sem precedentes desde a Guerra da Coreia, de forma a alterar a situação da região e dos países envolvidos. A crise foi reflexo da escalada de tensões entre Coreia do Norte, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, China e Rússia - países chamados de as "Seis Partes" - que iniciou devido à Resolução 2087 do Conselho de Segurança da ONU, a qual condenava a Coreia do Norte pelo lançamento do foguete Unha-3. Dessa forma, a Crise Norte-Coreana foi marcada por uma escalada extrema de retórica por parte do novo líder Kim Jong-Un, cujas ações sugeriam um ataque nuclear iminente contra Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos.

Logo após a tomada de poder por Kim Jong-Un, em abril de 2012, a Coreia do Norte realizou uma tentativa falha de lançamento do foguete Unha-2, que foi planejada para marcar o centenário do nascimento do fundador da RDPC, Kim Il-Sung. O lançamento foi visto como um teste de míssil de longo alcance, do tipo que a Coreia do Norte concordou em suspender no acordo feito com os EUA em 1994 em troca de assistência alimentar. Após o ocorrido em abril de 2012, os norte-coreanos declararam não estarem mais vinculados a esse acordo, o qual também proibia testes nucleares. Poucos dias após Estados Unidos e Coreia do Sul anunciarem um novo acordo de mísseis, em outubro de 2012, a Coreia do Norte declarou possuir mísseis com capacidade de atingir os EUA continental. A partir disso, em dezembro do mesmo ano, Pyongyang anunciou o lançamento do Unha-3. A maioria das nações do mundo condenou o lançamento, incluindo a China, que pela primeira vez condenou o uso do brinkmanship por parte dos norte-coreanos. Especialmente Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão alegaram que o lançamento foi de caráter militar de preparação para guerra, com único objetivo de ameaçá-los. Por sua vez, a Coreia do Norte declarou que o lançamento foi somente para colocar um satélite em órbita, negando que fosse um exercício militar. Contudo, o temor por parte desses países é parcialmente infundado, visto que a Coreia do Norte possui quatro mísseis de longo alcance em operação e nenhum deles seria capaz de atingir o território continental estadunidense, nem mesmo Guam, conforme a Figura 2.1. Além disso, mesmo no caso do Japão, embora o Musudan e o Taepodong-1 em tese pudesse atingi-lo, a posse do escudo anti-mísseis diminui muito a probabilidade da eficiência de um ataque.

Figura 3.1 – Alcance dos mísseis norte-coreanos



Visto que a tecnologia de testes de mísseis balísticos é a mesma para lançamento de foguetes, o Conselho de Segurança da ONU condenou a Coreia do Norte por violar o acordo de 1994. Nesse sentido, reforçou sanções já impostas em 2006 e 2009, com corte de toda a ajuda humanitária. Em resposta à Resolução 2087, os norte-coreanos anunciaram a prolongação de seus testes, os quais passariam a abranger não apenas mísseis, mas também incluiriam propósitos nucleares. Além disso, ameaçaram diretamente aos EUA de lançarem contra seu território um míssil de longo alcance. O governo norte-coreano denunciou os EUA na ONU, por estarem liderando um movimento sem precedentes contra a Coreia do Norte. Ainda, foi declarado através do canal estatal de televisão que mais uma vez havia sido provado que os norte-coreanos precisavam defender sua soberania por si mesmos, já que não poderia haver desmilitarização da península enquanto as demais nações não se desnuclearizassem (KCNA, 2013).

Em 12 de fevereiro de 2013, a Coreia do Norte realizou um teste nuclear, com enormes repercussões internacionais. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, condenou o teste, declarando-o como uma violação clara e grave das resoluções do CSNU. Ainda assim, em 15 do mesmo mês, a Coreia do Norte informou à China que realizaria ainda um ou dois outros testes de armas nucleares em 2013. Por conseguinte, em 07 de março de 2013, Estados Unidos e Coreia do

sul realizaram um exercício militar conjunto, o Foal Eagle, em ilhas disputadas entre as duas Coreias. Durante o exercício, sobrevoaram sobre o território disputado entre as duas Coreias dois bombardeiros stealth estadunidenses, os B-2, equipados com armamento nuclear⁵⁹. No dia seguinte, a Coreia do Norte anunciou sua retirada de todos os tratados de não-agressão com o Sul e três dias depois o abandono do armistício que prevalecia desde 1953. Mais do que isso, o Norte anunciou que estaria fechando sua fronteira conjunta com o Sul e cortando a hotline entre os dois países, o último elo remanescente de comunicação frente à possibilidade de guerra iminente. Segundo o governo norte-coreano, tais atitudes se deram em resposta à ameaça de ataque nuclear e à falta de disposição dos EUA em negociarem um tratado de paz que substituísse o armistício, além das novas sanções estabelecidas pela Resolução 2094 do CSNU.

Os EUA confirmaram publicamente o sobrevoos dos B-2, reafirmando o guarda-chuva nuclear que mantêm sobre a Coreia do Sul. Em 20 de março, houve um ciberataque à Coreia do Sul, que foi confirmado como tendo participação dos norte-coreanos, recrudescendo as tensões. A crise foi novamente escalada no dia 28, quando mais uma vez ocorreram exercícios militares conjuntos entre EUA e Coreia do Sul em perímetro disputado entre Norte e Sul. Nesse exercício, dois bombardeiros B-2, a partir da base aérea de Whiteman no Missouri, descarregaram munições inertes sobre a região da península, voando sem parar devido ao reabastecimento de bordo. O exercício foi uma clara demonstração da capacidade dos EUA para, em qualquer momento, realizar voos de longo alcance, com ataques de precisão e rapidez. Um dia depois, o Departamento de Defesa dos EUA declarou que o país estava firmemente comprometido com a defesa da Coreia do Sul e do Japão. Conseqüentemente, a Coreia do Norte declarou estado de guerra com o Sul em 30 de março, prometendo severas atitudes físicas contra qualquer ato de provocação.

O líder Kim Jong-Un anunciou que os foguetes norte-coreanos estavam prontos para serem disparados contra bases estadunidenses no Pacífico. Em 03 de abril, a Coreia do Norte bloqueou a entrada de sul-coreanos no Complexo Industrial de Kaesong. Contudo, o complexo não foi fechado e os trabalhadores permaneceram voluntariamente, o que foi um sinal de que a crise não seria tão grave quanto à retórica sugerida. Já em setembro, a entrada no complexo voltou a ser normalizada. Além do fechamento da entrada de Kaesong, a Coreia do Norte

⁵⁹ Cabe destacar que segundo o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) nenhum país que possua armas nucleares pode ameaçar outro país com esse tipo de armamento.

movimentou para sua costa leste o que se acreditava ser um míssil balístico móvel de alcance intermediário (IRBM), o BM25 Musudan, possivelmente para preparar um exercício militar ou teste de fogo, o que causou grande apreensão por parte de Japão, EUA e Coreia do Sul. O conflito político e a troca de ameaças entre os países continuaram ao longo de abril e maio, para então iniciar o processo de apaziguamento. Em 06 de junho, a Coreia do Norte fez uma proposta para conversas oficiais juntamente ao Sul, em relação ao Complexo Industrial de Kaesong. Dessa forma, durante os dois meses subsequentes seguiram negociações entre as Seis Partes, até a resolução parcial da crise em agosto devido ao anúncio por parte da Coreia do Norte de reabertura total de Kaesong.

Certamente, essa é a pior crise coreana desde o armistício de 1953. Além disso, em relação ao antigo governo de Kim Jong-il, o contexto doméstico é totalmente diferente na Coreia do Norte. Desde a sua tomada de poder, houve uma mudança na imagem e no estilo de liderança de Kim Jong-Un, que se aproxima da figura do seu avô Kim Il-Sung.

Ainda que a crise tenha arrefecido a partir de agosto, o que tornava a escalada possível era o perfil de forças da RDPC que se baseia em mísseis de combustível líquido, e assim depende de um ataque preventivo para ter sucesso. Resultado disso é o uso de todas as munições disponíveis nos primeiros momentos do conflito, caso este aconteça. Soma-se a possibilidade de falha de cálculo de um dos lados, que pode levar a escalada, como o próprio uso dos B-2. Ainda, deve-se considerar a própria experiência da Guerra da Coreia, em que a RDPC fez a primeira grande manobra após uma série de escaramuças com o Sul, podendo também envolver os atores regionais, como a China. Por fim, a questão regional, visto que a região estava em um processo de interdependência econômica cada vez mais intenso, mesmo com as disputas de ilhas entre China, Coreia do Sul e Japão, e com a ascensão de governos conservadores nos países. A Coreia do Norte, desta forma, agiu por conta própria e, enquanto a guerra não é interessante para nenhum dos atores regionais, eles detêm pouca influência sobre a situação. Prova disso é a China ter aprovado a sanção contra seu antigo aliado. Um outro complicador para a crise é o interesse dos Estados Unidos em melhorar seu escudo anti-mísseis voltado para a China, utilizando a Coreia do Norte como pretexto. Assim, aproxima China de Rússia, aumentando a instabilidade na região.

Em suma, a crise reforçou a parceria estratégica entre Coreia do Sul e Estados Unidos, a despeito interesse da presidente Park em rever essa aliança. Para a China, a crise demonstrou que

a resolução da questão norte-coreana é primordial para a manutenção da estabilidade na região. Enquanto o Japão manteve uma postura discreta, a Rússia acabou fomentando o comportamento da Coreia do Norte, que por sua vez, demonstrou que as disputas internas estavam incidindo sobre o seu perfil de inserção externa. Por fim, cabe destacar que a crise foi paradigmática para a evolução das relações no Nordeste Asiático, pois em certa medida reordenou a PES das Seis Partes.

3.2 A Política Externa e de Segurança da China para o Leste Asiático

O objetivo desta seção é oferecer um breve panorama do papel da China na política regional e as implicações para as Coreias. Para tanto, dividir-se-á a análise em dois níveis. Primeiramente, toma-se como objeto a política interna chinesa, particularmente as origens e a situação atual das divisões dentro do Partido Comunista Chinês e nas forças armadas, de modo a compreender as direções tomadas pela política externa chinesa. Num segundo momento, passa-se ao exame dos interesses nacionais da China, à sua atuação no plano regional e a análise da bibliografia quanto à consolidação do país enquanto potência regional. Na terceira parte, procura-se relacionar as duas primeiras e identificar quais as consequências para a política chinesa para as Coreias. Conclui-se as disputas internas do PCCh são resultado de diferentes visões sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo país e, conseqüentemente, sobre como deve ocorrer a modernização das forças armadas e, por fim, o perfil de atuação internacional do país.

3.2.1 Correntes do Partido Comunista Chinês, Plataformas Políticas e Situação Atual

Quando a Guerra Fria acabou, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, as relações entre China e Estados Unidos, tão importantes na contenção da União Soviética, esfriaram. O incidente de Tiananmen costuma ser caracterizado como uma espécie de marco do final da era da Guerra Fria no continente Asiático. As represálias ocidentais à China, lideradas pelos Estados Unidos, marcaram o início de um processo que transformou o país asiático de aliado a potencial rival dos estadunidenses (VISENTINI, 2012).

Também em Tiananmen, do ponto de vista da política interna, a ala mais reformista do PCCh, que ainda ocupava os principais postos do governo, saiu derrotada. Mais do que defender as reformas econômicas, membros desta corrente apoiavam a abertura política. No lugar do então Secretário-Geral do Partido e Premiê, Zhao Ziyang, assumiram Jiang Zemin, então Secretário do Partido em Xangai e expoente do que viria a ser chamado de “grupo de Xangai”, caracterizado

por representar os interesses dos grandes empresários; e como premiê, o conservador Li Peng, representante de uma corrente que se opunha à abertura em todos os níveis (CARLETTI, 2008). Para impedir que o crescimento dos conservadores fosse capaz de interromper as reformas iniciadas por ele próprio, Deng Xiaoping realizou uma viagem ao Sul do país, onde o “socialismo com características chinesas” produzia resultados visíveis. O Exército passou a apoiar Deng e os canais do governo central em Pequim passaram a publicar os discursos proferidos por Deng no sul do país. O sucesso da missão de Deng e a consolidação do governo de Jiang Zemin garantiram a continuidade das reformas econômicas rumo ao “Socialismo de Mercado” ou com “Socialismo com características Chinesas” (CARLETTI, 2008; KISSINGER, 2012).

O incidente de Tiananmen trouxe à tona uma divisão dentro do Partido Comunista Chinês. Essa divisão, grosso modo, mantém-se até hoje. Pode-se identificar três grupos principais no PCCh:

O primeiro é o chamado “grupo de Xangai”, também chamado de “corrente elitista” (LI, 2013). É formado principalmente por políticos cuja carreira no partido foi construída nas Zonas Econômicas Exclusivas, ou seja, no litoral do país. Estão ligados aos grandes empresários, tradicionalmente defendem a aceleração do crescimento econômico e resistem a quaisquer reformas trabalhistas e sociais. Seus principais representantes são o ex-presidente Jiang Zemin e o atual presidente, Xi Jinping, além de muitos filhos de revolucionários, os chamados “princelings” (LI, 2013).

A segunda corrente, “Tuanpai”, é ligada à Liga da Juventude Comunista Chinesa. Durante a década de 1980 estavam no lado reformista e seus membros, entre eles Zhao Ziyang e Hu Yaobang, dominaram os principais postos do governo chinês. Seus principais expoentes são Hu Jintao, Wen Jiabao – os últimos presidente e premiê chineses, respectivamente – e o atual premiê, Li Keqiang⁶⁰ (LI, 2012a).

Nos anos 2000, formularam as noções de Sociedade Harmoniosa e o Mundo Harmonioso (XINHUA, 2007a; XINHUA, 2007b). Entre as plataformas que as compõem, estão o foco no desenvolvimento de tecnologias de ponta e que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a distribuição de renda e de direitos sociais (SILVA, 2012). O governo de Hu Jintao e Wen Jiabao buscou intensamente a cooperação no campo externo, tanto como forma de atrair

⁶⁰ Antes de assumir o cargo de premiê, Li Keqiang propunha, por exemplo, um plano para que migrantes que fossem trabalhar em grandes cidades tivessem acesso facilitado à moradia, bem como a extensão do acesso aos serviços de saúde.

investimentos e tecnologia externa como para garantir à China maior inserção internacional. O maior exemplo foi a consolidação da cúpula trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul, com a criação do Secretariado da Cooperação Trilateral e a assinatura de tratados relativos ao comércio, ao investimento e à propriedade intelectual (TRILATERAL COOPERATION SECRETARIAT, s/d). Também se notabilizaram por lançar políticas que difundiram o desenvolvimento econômico para além das Zonas Econômicas Exclusivas do litoral chinês (NAUGHTON, 2012).

A terceira facção tem origem nos conservadores da década de 1980, que atacavam as reformas econômicas que julgavam trazer consigo o fim do socialismo, na política, na economia e na sociedade (CARLETTI, 2008; KISSINGER, 2012; ROBERTS, 2012). Com o novo fôlego nas reformas a partir da década de 1990, esse grupo perdeu força dentro do partido. Entretanto, em parte do partido e da população chinesa, existe a percepção de que o desenvolvimento traz consequências que desfiguram os valores do socialismo e da sociedade chinesa, especialmente o aumento da desigualdade de renda e a corrupção.

No período mais recente, o político mais destacado desta corrente é Bo Xilai que, enquanto secretário-geral do partido em Chongqing, tornou-se ícone do combate à corrupção e revalorizou símbolos maoístas como os hinos, a utilização de mídias sociais para propagar frases de Mao e a construção de estátuas do “grande timoneiro” (LAM, 2012). Bo foi demitido de todos os seus cargos em 2012 – entre eles, uma das cadeiras do Politburo – e condenado à prisão perpétua em 2013 por aceitar suborno, peculato e abuso de poder (XINHUA, 2013).

Ao final de 2012, o Partido Comunista Chinês reuniu-se decidiu quais seriam os principais nomes da cúpula do partido e, conseqüentemente, seus indicados para os cargos principais do governo chinês. As escolhas foram feitas tendo como pano de fundo uma crise política interna, fruto de um acirramento entre as correntes do Partido Comunista Chinês (PCCh) e o enfraquecimento do grupo mais reformista, ligado a Hu Jintao e Wen Jiabao.

Entre os fatores que produziram estes atritos, pode-se enumerar as manifestações em grandes cidades chinesas, cujas razões incluíam a alegada fraqueza do governo chinês em lidar com as disputas com o Japão pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. Por fim, ainda que preso, Bo Xilai, mantinha muitos contatos no partido e em setores do exército. Diante do temor de instabilidade, o ex-presidente Jiang Zemin reapareceu no Congresso do Partido Comunista e influenciou a composição do novo Politburo e seu Comitê Permanente (ZHAI, 2012).

Nos últimos 25 anos, os alinhamentos entre essas correntes conduzem à análise de que há uma triangulação no interior do PCCh. Isto é, constata-se que, em determinados momentos, duas das alas se unem para derrotar a terceira. Ao se analisar o final da década de 1980, incluindo o incidente de Tiananmen, percebe-se uma união dos conservadores ao “Grupo de Xangai”, tendo em vista a manutenção da ordem. Entretanto, pouco depois, quando as reformas econômicas encontravam-se ameaçadas e Deng Xiaoping fez sua famosa viagem ao Sul, o “Grupo de Xangai”, representado pelo presidente Jiang Zemin, juntou-se à ala mais reformista⁶¹. Tal aliança permitiu o fortalecimento de Jiang como presidente e abriu espaço para sua sucessão por Hu Jintao e Wen Jiabao, afilhados políticos de Hu Yaobang e Zhao Ziyang. Quando da crise de 2012, Jiang “retornou” da aposentadoria, influenciando diretamente na composição do Politburo.

O resultado do 18º Congresso do PCCh demonstrou, portanto, a continuidade da “aliança” entre as alas de Hu Jintao e de Jiang Zemin, tendo em vista anular qualquer influência de Bo Xilai e seus aliados. Entretanto, desta vez, a balança pendeu mais para o lado do “Grupo de Xangai”. Prova disso foi a composição do Comitê Permanente do Politburo, na qual, além do presidente Xi Jinping, Zhang Dejiang, Yu Zhengsheng, Wang Qishan e Zhang Gaoli são “protegidos” de Jiang Zemin. Apenas o premiê Li Keqiang e Liu Yunshan são ligados a Hu Jintao e Wen Jiabao (LI, 2012b).

Este raciocínio é necessário para compreender a situação atual da Política Externa e de Segurança da China. Ainda que mantenham-se do mesmo lado para derrotar o grupo de Bo Xilai, as plataformas defendidas por esses dois grupos são bastante divergentes. Enquanto o grupo de Hu Jintao claramente adota uma plataforma progressista e de combate às oligarquias políticas chinesas, o Grupo de Xangai parece rivalizar com o Grupo de Bo Xilai para substituir o controle desse grupo nas regiões do sudeste da China, ou seja, a intenção do Grupo de Xangai é consolidar o seu perfil de poder baseado no fortalecimento do PCCh. Assim, afasta-se do projeto de Hu que buscava uma abertura paulatina do país, visando à aquisição de capacidades tecnológicas.

⁶¹ Tal união pode ser constatada pelo 14º Congresso do Partido Comunista Chinês, em outubro de 1992, marcado pela elevação do “socialismo com características chinesas” a um dos pensamentos de base do PCCh e pela reformulação do Comitê Permanente do Politburo, com o ingresso de Hu Jintao e a permanência de apenas um membro da ala conservadora, Li Peng (CARLETTI, 2008).

3.2.2 A China e o Leste Asiático

O grande incremento das capacidades econômicas e militares chinesas, o qual passou por grande impulso com as modernizações no final da década de 1970, ampliou a relevância do país para a ordem regional. Além da importância estratégica, a China aumentou suas relações econômicas com os países da região e o restante do mundo.

Como reação ao rápido processo de crescimento e expansão dos interesses chineses, os países envolvidos no cenário estratégico do Leste Asiático adotaram diferentes posturas. Baseando-se na literatura de relações internacionais e nos posicionamentos políticos, é possível sumarizar estas posturas em diferentes correntes, que não são completamente discordantes, mas podem ser complementares.

A primeira corrente argumenta que o resultado da ascensão chinesa será uma confrontação hegemônica. Aaron Friedberg, por exemplo, propôs que após o fim da bipolaridade, a presença estadunidense em diversas partes do mundo se reduziria, ocasionando a criação de subsistemas regionais, entre eles o Leste Asiático. O crescimento econômico chinês, do Japão e dos Tigres Asiáticos produziria um sistema regional multipolar. Nesse contexto, fatores como a insuficiência de instituições regionais, a competitividade econômica cada vez maior, e a heterogeneidade étnica e cultural conduziram os países da região a uma confrontação hegemônica. Tal sistema lembra o europeu nos períodos anteriores às duas guerras mundiais. Em suma, para o autor, “o passado da Europa pode ser o futuro da Ásia” (FRIEDBERG, 1994: 07).

John Mearsheimer, por sua vez, aposta que a guerra será entre Estados Unidos e China. Para ele, a China não pode ascender pacificamente (MEARSHEIMER 2006). Baseado no realismo ofensivo, afirma que os Estados buscam criar uma hegemonia na sua própria região. Simultaneamente, tentam evitar que qualquer outra potência de se tornar hegemônica (MEARSHEIMER, 2006). Neste sentido, espera-se que a China procure estabelecer uma hegemonia no Leste Asiático. Os Estados Unidos, por sua vez, se opõem à China, para que não atingisse esse objetivo. Em última instância, a guerra central entre os dois países não poderia ser evitada. Por temerem as pretensões chinesas, os demais atores da região, como Japão, Índia, Rússia e Vietnã, optariam por se unir aos Estados Unidos (MEARSHEIMER, 2006).

A segunda corrente tem relação com a escola liberal-institucionalista, na medida em que credita ao mercado e às instituições protagonismo na ordem regional. Seu principal expoente é o professor indiano Amitav Acharya. Acharya possui duas proposições principais. Primeiramente,

ele propõe que através do aumento da interdependência econômica, os países da região teriam maior incentivo a aumentarem os laços institucionais (ACHARYA, 2003). Além disso, os países da ASEAN poderiam envolver os Estados Unidos e a China na dinâmica regional os países do sudeste asiático, criando um “double-binding” (ACHARYA, 2003, p. 152-153). Em outros termos, a ASEAN incluiria os dois países nas instituições e na interdependência regional, balanceando as potências regionais, de modo que ambos veriam aumentar os custos de buscar uma hegemonia regional (ACHARYA, 2003).

A terceira corrente utiliza-se principalmente de elementos históricos para embasar seu argumento. Parag Khanna (2008) e David Kang (2003) propõem a hipótese de que haverá o estabelecimento de uma hegemonia chinesa na região a partir da noção de civilização tributária, existente no período anterior à dominação ocidental. Desse modo, uma vez que a China torna-se grande potência, o sistema regional se reorganizaria de um modo similar àquele que persistia na região antes do período colonial. Este sistema caracterizava-se por uma hierarquia rígida, centrada na China, e na inexistência de competição entre os Estados. Para Khanna, os demais países região reconhecem a dependência da dinâmica regional com relação ao centro, no caso, a China. Mais do que isso, a hegemonia regional chinesa seria desejável, pois traria estabilidade sem demandar dominação territorial. Do ponto de vista histórico, afirma Kang, a capacidade de influência da China sobre a região se demonstrou relacionada com a menor incidência de conflagrações, de modo que as relações no Leste Asiático eram mais hierárquicas e estáveis (e assim mais pacíficas) do que as do ocidente westfaliano. Assim, a ascensão da China não produziria um quadro de instabilidade regional (KANG, 2003).

A quarta e última corrente parte do pressuposto de que China e Estados Unidos competirão por influência no Leste Asiático. Os seus principais expoentes, entretanto, enxergam espaço para a construção de um arranjo de influência compartilhada, lideradas pelos dois países, mas que permita a participação de outros atores regionais como Japão, Coreia do Sul, Rússia, Índia, Austrália. Tal arranjo seria, para utilizar o conceito de Adam Watson, uma “hegemonia coletiva”⁶². Entre os partidários desta proposta, podemos citar Henry Kissinger (2012) e Xuetong Yan (2011).

⁶² Tal expressão foi utilizada pelo autor para descrever o concerto entre as Grandes Potências europeias a partir do Congresso de Viena (WATSON, 1992).

Baseando-se na antiguidade chinesa, Yan argumenta o equilíbrio do Sistema Internacional seria fruto das relações entre as Grandes Potências e seus perfis de atuação. Existiriam três perfis de liderança no Sistema Internacional: a “tirania”, a “hegemonia” e a “autoridade humana”⁶³ (Yan 2011a, 71). Na avaliação do autor, a China enquanto grande potência estaria entre duas alternativas: a “hegemonia” ou a “autoridade humana” (YAN, 2011). Mais do que isso, a China deverá arcar com os custos da hegemonia, ou, caso opte pela segunda opção, precisará adotar princípios e valores que sejam adotáveis por outros Estados e sociedades, isto é, sejam, de algum modo, universais (YAN, 2011).

Henry Kissinger, por seu turno, afirma que qualquer tentativa de estadunidense de liderar a região pela divisão entre a China e seus vizinhos tenderá ao fracasso. Isso ocorrerá, entre outros fatores, pela enorme importância dos chineses para o comércio exterior dos países da região (KISSINGER, 2011). Por outro lado, a China também não tem grande probabilidade de sucesso caso tente afastar os Estados Unidos dos assuntos asiáticos, pois os demais países asiáticos não gostariam de ter sua região dominada por uma única potência (KISSINGER, 2011).

O papel dos alarmistas, neste contexto, pode ser catastrófico. Ao delinearem um cenário de conflito inevitável, estão contribuindo para o tornarem real. Para Kissinger, no entanto, não é verdade que os dois países tem objetivos incompatíveis: existe a perspectiva de constatar interesses complementares ou comuns. É verdade que este processo demandará grande habilidade por parte dos tomadores de decisão em ambos os lados. Existem pelo menos três níveis em que Estados Unidos e China devem atuar: o primeiro diz respeito às vicissitudes de suas relações enquanto Grandes Potências; o segundo refere à resolução de questões de grande importância regional, como a desnuclearização da Península Coreana; por fim, Estados Unidos e China devem ponderar em que medida um confronto entre ambos é inevitável (KISSINGER, 2011).

A proposta de Kissinger é representada por aquilo que o autor chama de “Comunidade Pacífica”. Tal ideia não se resumiria a uma organização, simbolizando uma forma de governança compartilhada do ambiente regional. Dentro de tal esquema, em vez de encontrarem-se

⁶³ A “tirania” seria o uso da força para a imposição das normas e valores do Estado mais forte e, portanto, não representaria um tipo de governança. A “hegemonia” seria uma dominação baseada na aplicação desigual das normas internacionais entre aliados e inimigos. Os primeiros, ao seguirem as normas do líder, seriam premiados com a proteção estratégica, o estabelecimento de bens comuns e meios de pagamento. A “autoridade humana” simboliza a liderança pelo exemplo e pela adesão. Em todos os modelos apresentados, configura-se algum tipo de hierarquia. A “autoridade humana”, entretanto, caracterizaria-se pela divisão considerada justa de direitos e deveres entre os Estados, de acordo com suas capacidades. Para o autor, a predominância da “Autoridade Humana” conduziria à estabilidade do Sistema Internacional; os hegêmonas só conseguiriam manter relações estáveis com seus aliados e os Estados que adotassem um comportamento “tirânico” ver-se-iam cercados de inimigos (YAN, 2011).

encurralados entre os dois blocos de poder, países como Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Austrália e Vietnã teriam capacidade de tomar parte em um processo de construção de uma ordem regional que tenha por base o diálogo e o relacionamento tendo em vista interesses comuns ou complementares (KISSINGER, 2011).

As proposições e hipóteses destas quatro correntes descrevem tanto as possíveis ações da China, uma vez que se consolida enquanto potência regional e global, quanto as reações a essa ascensão, seja por parte dos Estados Unidos, seja por parte dos demais atores regionais.

Para a China, que integra-se cada vez mais à economia global e depende do fornecimento externo de recursos naturais - especialmente energéticos - para manter o seu ritmo de crescimento que ainda mantém-se em aproximadamente 7% ao ano, a China se vê diante de três alternativas. A primeira é garantir o seu acesso às linhas marítimas de comunicação (SLOCs). Para tanto, a China precisa assegurar que os estreitos do Sudeste Asiático, como o de Málaca, não sejam bloqueados às suas embarcações. A segunda diz respeito à construção de vias terrestres. Além dos gasodutos e oleodutos originários em grande parte da Ásia Central, o país tem construído rodovias e ferrovias que ligarão o leste ao oeste do país e aos países vizinhos (ZUCATTO et al, 2013; KARIMOV, 2013). A última é uma mistura das duas primeiras, na medida em que o transporte marítimo é realizado até alguma região anterior (a Oeste) do Sudeste Asiático e, posteriormente, os recursos sejam transportados por dutos – como aqueles que cruzam Paquistão e Mianmar – até a China (TERRES et al, 2013).

No que tange à primeira alternativa, a China lança mão de uma dupla estratégia. Através da intensificação do comércio e da participação nas instituições regionais, a China aumenta a interdependência entre ela e os países do Sudeste Asiático. Deve-se lembrar que com a entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio ASEAN-China, em 2010, a China se consolidou como principal parceiro comercial dos países do bloco. Com o desenvolvimento de aeronaves com mísseis antinavio e tecnologia stealth, a modernização da sua marinha – inclusive dos submarinos e dos navios de escolta – e a ocupação e o estabelecimento de bases militares em ilhas disputadas, a China estende sua presença militar no Mar do Sul da China (PITT, 2013).

A segunda possibilidade é simbolizada pelo que se convencionou chamar de “moderna rota da seda”. Há algum tempo, a refundação da “Rota da Seda” tem sido identificada como um modo de contextualizar as novas relações entre China, Rússia e Estados Unidos com os países da

“Grande Ásia Central” (GAC)⁶⁴. Sua inspiração encontra-se nas rotas que conduziam o comércio entre o Leste Asiático, o Oriente Médio, a África e o Leste Europeu, passando pela Ásia Central. A participação chinesa no desenvolvimento de uma nova “rota da seda” está ligada diretamente ao desenvolvimento do interior do país, uma vez que demanda a criação de “hubs” comerciais e mesmo industriais e mesmo para que parte da produção chinesa seja transferida para essas regiões mais afastadas do litoral. Além disso, a preocupação dos chineses em combater os três males, o separatismo, o terrorismo e o extremismo.

Durante os momentos mais intensos da crise na Síria, em que Estados Unidos e Rússia se situavam no centro dos debates, a China procurava não se envolver ativamente e aproveitava para fazer diplomacia. Entre 03 e 13 de setembro de 2013, o presidente Xi Jinping realizou um tour pela Ásia Central, de modo a obter a assinatura de novos tratados relativos às áreas energéticas e de segurança (MU, 2013).

Em relação à terceira opção, nota-se que os esforços realizados até então estão aquém das necessidades chinesas. Os oleodutos que ligam Paquistão e Mianmar à China seriam responsáveis por não mais do que 8% do petróleo importado pelos chineses em 2020 (KUAMAR, 2009). Existem, entretanto, outros projetos – alguns em andamento – como o canal que conectará o Oceano Índico e o Mar do Sul da China através do istmo de Kra, na Tailândia, e a criação de uma rota pelo Golfo de Bengala – parceria com Mianmar (HCSS, 2013). Haveria ainda a possibilidade, não obstante os protestos dos demais países da região, a extração de petróleo e gás natural do Mar do Sul da China.

O rebalanceamento estadunidense para a Ásia, ou o pivô asiático, manifesta-se, como afirmado anteriormente, pela via estratégica, com a adoção da Joint Operational Access Concept (JOAC) e, do ponto de vista econômico, pela proposta da Parceria Transpácífica (TPP). Esta renovada presença norte-americana na região, principalmente nos termos propostos colocam a China numa situação complicada. A doutrina defensiva do país baseia-se na noção da “maça assassina”, o que analistas estadunidenses vieram a chamar de “antiacesso” e “negação de área” (A2/AD) (KREPINEVICH, 2003). Em outros termos, os chineses desenvolvem capacidades assimétricas que visam dissuadir o atacante ao propor um confronto excessivamente custoso.

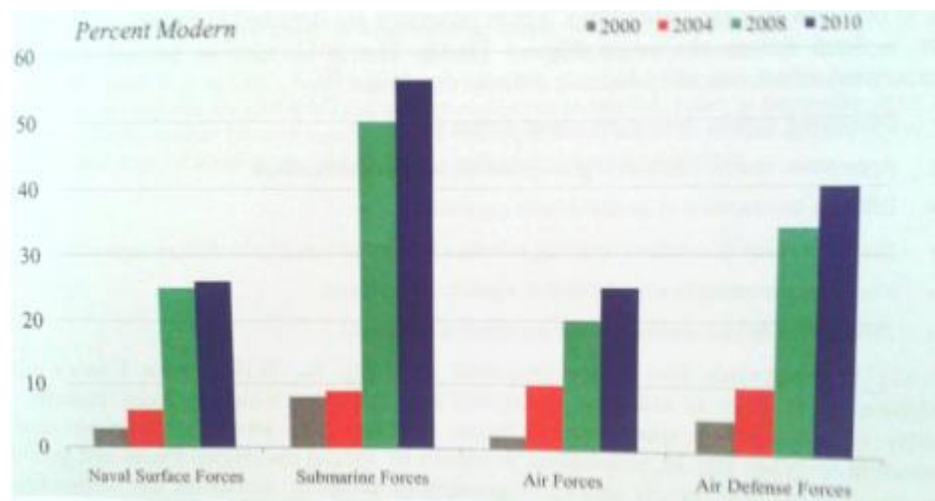
⁶⁴ Segundo Swanstrom (2011), a Grande Ásia Central é composta por Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Mongólia, Irã, Afeganistão e Paquistão.

Aqui percebemos uma diferença entre o modelo de desenvolvimento tecnológico e militar entre o “Grupo de Xangai” e a ala da “Sociedade Harmoniosa”.

O desenvolvimento militar proposto pela ala da “Sociedade Harmoniosa” está claramente vinculado à aquisição de capacidades militares de alta tecnologia, estando a Marinha no cerne desse processo de modernização. Hu Jimtao em 2004 definiu as quatro novas missões para as Forças Armadas da China: 1) servir como uma importante fonte de força para o Partido Comunista consolidar sua posição política; 2) fornecer sólidas garantias de segurança para sustentar o desenvolvimento econômico nacional; 3) prover suporte estratégico para resguardar os interesses nacionais; e 4) desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento comum (ERIKSON, GOLDSTEIN & LORD, 2010; CORDESMAN & HAAS, 2013). A partir desse contexto, a China iniciou um processo de modernização militar que procura aumentar a eficiência, a qualidade e a tecnologia do ELP. A modernização inclui a aquisição de capacidades de A2/AD, desenvolvimento de mísseis balísticos, ampliação do alcance operacional, capacidades estratégicas e projeção de poder além de Taiwan.

Segundo Cordesman & Haas (2013), em termos empíricos, esse processo refletiu-se nas seguintes mudanças em cada uma das Forças. A) Exército: desenvolvimento de unidades digitalizadas; mecanização das unidades motorizadas; melhoria dos sistemas de combate, com forças de assalto embarcadas anfíbias pesadas e leves; artilharia tem desenvolvido novos tipos de armas e munições, o que permite o desenvolvimento de capacidades para operações de precisão que integram funções de reconhecimento, controle, ataque e capacidades de acesso. B) Aeronáutica: novos tipos de radares; sistemas de informações de comando; mísseis de média e alta altitude terra-ar; artilharia e mísseis antiaéreos; as aeronaves deixaram de ser basicamente orientadas para o apoio às tropas terrestres e passaram a ser a principal força de assalto; helicópteros de transporte e serviços e aumento das capacidades de ataque aéreo, de projeção de forças e de apoio. C) Marinha: aumento das capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque; ampliação do alcance da capacidade de combate (marinha de águas azuis) e capacidade de lutar contra ameaças não-convencionais; em termos de sistemas, é o desenvolvimento de submarinos, fragatas, aviação antinavio, grandes vasos de superfície para apoio logístico (PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2011).

Figura 3.2 – Áreas de modernização do ELP



Fonte: CORDESMAN & HAAS, 2013, p. 183.

Esse processo de modernização é orientado, em grande medida, para a instabilidade na Península Coreana. Basicamente, essa estratégia é pautada pela rivalidade com os Estados Unidos. Por isso, a sobrevivência do Estado norte-coreano é central para a segurança do nordeste chinês. Nesse sentido, a postura norte-coreana traz instabilidade para a região e justifica o aumento da presença dos EUA na região. Portanto, é lógica a atitude chinesa de condenar a postura norte-coreana na última crise. Cabe destacar que, em termos econômicos, a parceria com a Coreia do Sul tem se aprofundado, o que serve como elemento de abrandamento das tensões.

Claramente, a ascensão chinesa tem provocado uma reconfiguração das relações internacionais asiáticas. Dado esse contexto, a China tem procurado estabelecer uma rede de alianças multilaterais que permitam que a inserção internacional do país não fomente rivalidades regionais. Por outro lado, o país tem desenvolvido um processo de modernização militar que possa lhe prover capacidades dissuasórias em relação a) à presença dos EUA na Ásia; b) ao estreito de Taiwan; c) à Península Coreana; e d) ao cinturão de tensões políticas no Sudeste Asiático. Em certa medida, todas essas ameaças articulam-se. A presença dos EUA baliza a inserção internacional dos países asiáticos, como pode ser visto pelas divergências internas existentes dentro dos países da ASEAN com relação à ascensão chinesa. Já com relação a Taiwan e à Península Coreana, parece configurar - dado o perfil de desenvolvimento militar que o país

vem adotando - os principais focos de atenção da estratégia securitária do país, como mostram o desenvolvimento das capacidades aeronavais e de tanques e artilharia auto-propulsada de grande poder de fogo (CORDESMAN & HAAS, 2013). Por fim, cabe destacar que o panorama das relações com o Japão é igualmente um elemento que incide diretamente sobre a PES da China. Se por um lado o Japão é um parceiro central em termos econômicos, por outro, tem se envolvido em inúmeras disputas territoriais com a China. Contudo, o recrudescimento das relações entre os dois países fragiliza a capacidade chinesa de estabilizar a região, afinal, em relação aos fóruns multilaterais o Japão emerge como um rival. Por fim, ao que tudo indica é provável que a China continue atuando no sentido de estabilizar a região. Isso se deve, principalmente, às dificuldades que a China teria hoje para lidar com crises simultâneas no seu entorno. Entretanto, isso não significa que o país não esteja apto a enfrentar o recrudescimento das relações securitárias regionais. Nesse sentido, o perfil da modernização militar chinesa reflete a busca do país por estabelecer capacidades dissuasórias. Cabe destacar que as divergências políticas internas incidem sobre esse processo de modernização. Enquanto Hu Jintao priorizou o desenvolvimento da marinha - cujo perfil modernizador demanda financiamento externo - que implica na ocidentalização das companhias chinesas de defesa, Xi Jinping tem procurado minimizar essa ocidentalização, priorizando o Exército e, por conseguinte, a importância da situação na Península Coreana para a estratégia de defesa do país.

3.3 A Política Externa e de Segurança dos Estados Unidos para o Leste Asiático

O objetivo desta seção é examinar os principais pontos relacionados à política externa dos Estados Unidos da América para o Leste Asiático no período pós-Guerra Fria, com ênfase no governo do presidente Barack Obama. Essa análise tem em perspectiva a evolução das relações EUA-Leste Asiático e os desdobramentos do processo de recomposição hegemônica vigente.

Para atingir seus propósitos, o trabalho está dividido em três partes: em um primeiro momento, será feita uma breve revisão histórica da política externa dos EUA para o Leste Asiático no pós-Guerra Fria; a seguir coloca-se em pauta o papel da região no governo de George W. Bush; por fim, analisa-se o “retorno” dos Estados Unidos para o Pacífico, no governo Obama. Procura-se verificar estas fases dentro de dois contextos mais amplos – os dilemas internos relativos à formulação de sua política externa e de segurança e a recomposição hegemônica do sistema internacional. Nesse sentido, o conceito de recomposição hegemônica refere-se à

mudança no conteúdo ético e no papel conferido às regiões e ao multilateralismo na ordem internacional (MARTINS, 2013).

3.3.1 Considerações sobre os Dilemas da Política Externa e de Segurança dos Estados Unidos da América

Se tomarmos como base a maior parte dos indicadores de poder nacional, os Estados Unidos da América permanecem como o maior país do mundo. No entanto, se tomarmos os mesmos indicadores, percebe-se não apenas o declínio relativo norte-americano, como também a emergência de novas Grandes Potências ou, no mínimo, potências regionais (MARTINS, 2013).

Esta situação coloca os EUA diante da insustentabilidade de manter sua atuação direta sobre todas as regiões do globo. Por outro lado, a liderança que o país ainda mantém o credencia a liderar a transição para uma nova ordem global ou, ainda, para um novo tipo de sistema internacional. Isto não significa que os Estados Unidos seguirão esse caminho, uma vez que, como identificaremos a seguir, a política externa e de segurança do país no longo prazo poderá ser definida pelo resultado de um forte embate político-ideológico, que se processa no interior das suas instituições políticas e mesmo entre elas.

É preciso citar que a política externa e de segurança (PES) dos Estados Unidos da América é marcada por uma forte dualidade. Entendemos por dualidade a atuação simultânea e permanente – isto é, o embate entre as duas vertentes nunca se resolve definitivamente – de dois tipos ideais de conteúdos político-ideológicos diametralmente opostos sobre um determinado objeto, neste caso, a PES dos EUA.

A dualidade com a qual lidamos contrapõe a “Doutrina Monroe” ao “Destino Manifesto”. Pecequillo (2011a) define duas dualidades, que ela chama de “debates”: a primeira, entre o internacionalismo e o isolacionismo, a outra entre o multilateralismo e o unilateralismo. Martins (2013) resume assim a dualidade:

O primeiro tipo ideal representa os valores do autogoverno, de promoção da cidadania e de exercício da liderança pelo exemplo. [...] O segundo tipo ideal tem características de dominação civilizatória, derivada da crença de que o povo dos EUA é excepcional, está destinado a guiar o mundo (MARTINS, 2013, p. 14).

Ambos os tipos ideais podem ser encontrados ao longo da história norte-americana. Cabe ressaltar que eles são apenas abstrações da essência de dois modelos conflitivos de inserção internacional do país. Por essa razão, ao longo da história, esses conteúdos se intercambiam, se

misturam ou, até mesmo, se confundem. Entretanto, a análise apurada das inflexões na política externa e de segurança dos Estados Unidos demanda considerá-los.

3.3.2 Evolução da Política Estadunidense para o Leste Asiático

Faz-se necessário analisar a política estadunidense para o Leste Asiático sob a luz da estratégia global norte-americana. Deste modo, tomamos como ponto de partida a divisão temporal e analítica proposta por Qi (2013). De acordo com este autor, desde o final da Guerra Fria, os Estados Unidos ajustaram sua estratégia global em três momentos: o primeiro foi ainda no governo Clinton, com a política de "participação e expansão", com prioridade na Europa e na expansão da OTAN sobre os países do antigo bloco soviético; o segundo, no governo Bush (filho), tinha a alcunha de "guerra ao terror", com a mudança do foco para o Oriente Médio e a Ásia Central e a adoção do conceito do "eixo do mal"; e o terceiro é o "Século Americano do Pacífico", lançado pela então secretária de Estado Hillary Clinton em 2011, com o estabelecimento de um pivô asiático, como uma forma de balancear a ascensão chinesa (CLINTON, 2011). Como se perceberá adiante, estas diferentes fases tiveram influência direta no modo como os Estados Unidos atuaram com relação ao Leste Asiático e à Península Coreana.

O Pós-Guerra Fria (1989-2001)

O final dos anos 1980 assistiu a crises políticas nos dois maiores países socialistas do mundo: a União Soviética capitulou e se fragmentou; a China, mesmo após o incidente da Praça da Paz Celestial, em 1989, manteve o seu regime. Esse episódio foi o marco do fim da Guerra Fria na Ásia. As reações, que incluíram sanções econômicas e sobre venda de materiais bélicos, demonstraram que a aceitação dos EUA aos regimes políticos excepcionais da região⁶⁵ não seria mantida após o fim do inimigo comum (a URSS). De fato, a Coreia do Sul realizou eleições em 1987 e, na mesma época, Taiwan iniciou seu processo de abertura política.

Com a vitória na guerra fria os EUA, emergiram como a única superpotência do Sistema Internacional. Nesse contexto, os EUA passaram a rever sua política para o Leste Asiático. A atuação estadunidense deu maior importância às questões econômicas do que às estratégicas. Na primeira metade dos anos 1990, essa nova política foi demonstrada pela criação da Cooperação

⁶⁵ Como argumenta Visentini (2012), as pressões não foram apenas sobre a China, mas também sobre a Coreia do Sul, Taiwan e, do ponto de vista econômico, sobre o Japão.

Econômica da Ásia-Pacífico (na sigla em inglês, APEC) e pelos atritos comerciais com o Japão⁶⁶. Além disso, no governo Bush (pai), os Estados Unidos criaram um plano para reduzir os efetivos militares na região em três etapas até os anos 2000 (US DOD, 1990).

Por outro lado, graças ao crescimento econômico da região, os asiáticos percebiam-se menos dependentes dos ocidentais e mais confiantes em suas próprias formas de pensamento e de organização social e política, o que Huntington (1997) chamou de “afirmação asiática”. O Japão, por exemplo, esteve entre os principais interessados em negociar o fim das sanções à China. Seus líderes saíram publicamente em defesa do regime chinês, criticando os “ocidentais” por intervirem em questões políticas internas da China (HUNTINGTON, 1997; DENG, 1997). Na esteira desse fenômeno, surgiram à tona temas como a independência do Tibete, as críticas à China em torno de questões de direitos humanos, o apoio norte-americano à Taiwan e as tensões na Península Coreana⁶⁷ (HUNTINGTON, 1997).

Diante desse quadro, o Japão passou a pensar a organização do ambiente regional de forma menos dependente com relação aos Estados Unidos. Em 1994, foi publicado o relatório Higuchi⁶⁸ e foi criado o Fórum Regional da ASEAN (ADVISORY GROUP ON DEFENSE ISSUES, 1994). No ano seguinte, como resposta, foi lançada a iniciativa Nye⁶⁹, através da qual os Estados Unidos reafirmaram sua presença na região e prometeram manter, no mínimo, 100.000 efetivos militares no Leste Asiático.

A iniciativa Nye foi um ponto de inflexão durante o governo Clinton. Houve um novo estreitamento dos laços militares com o Japão, a Coreia do Sul e os demais aliados na região. O país ainda promoveu o reatamento diplomático com o Vietnã, em um período de tensão com relação às disputas no Mar do Sul da China e de eleições em Taiwan⁷⁰.

⁶⁶ Os Estados Unidos protestavam contra o que consideravam restrições à entrada de seus produtos no Japão (COOPER, 2013).

⁶⁷ Em 1993, a Coreia do Norte ameaçou denunciar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Com a queda da União Soviética, a Coreia do Norte perdeu seu grande aliado e patrocinador. A ameaça surgiu, então, como um instrumento de barganha. A Coreia do Norte chegou a propor trocar todo o seu programa nuclear por reatores de água leve (RAL). O Acordo de Genebra, em 1994, que previa esta demanda como uma de suas cláusulas não foi cumprido integralmente.

⁶⁸ O “relatório Higuchi” foi um documento elaborado por um painel ad hoc, criado pelo governo Japonês, para pensar os desafios de segurança do Japão no pós-Guerra Fria. O relatório previa a necessidade de fortalecer as capacidades defensivas autônomas e assumir uma postura pró-ativa na ordem regional, especialmente pela criação de instâncias multilaterais de diálogo.

⁶⁹ Nomeada a partir de Joseph S. Nye Jr., então Secretário-assistente de Defesa.

⁷⁰ Além do processo de abertura política no regime da ilha, os norte-americanos receberam em seu território o então presidente Lee Teng-Hui e a venda de artigos militares norte-americanos para Taiwan aumentou a partir de 1990 (KAN, 2013). A China buscou influenciar o processo eleitoral em Taiwan por meio de exercícios e, ao mesmo

A crise asiática (1997-98) caracterizou-se, simultaneamente, como uma crise e como um impulso para a “afirmação asiática”. O socorro financeiro do FMI e dos Estados Unidos foi lento e impunha muitas condições. Este cenário impulsionou o regionalismo, cujos resultados mais visíveis foram a consolidação da ASEAN+3 (1999)⁷¹, a primeira reunião trilateral entre os líderes de China, Japão e Coreia do Sul (1999) e o lançamento da Iniciativa de Chiang Mai (2000)⁷², que configurava, na prática como um Fundo Monetário Asiático.

Na Coreia do Sul, Kim Dae-Jung assumiu a presidência (1998). Uma de suas principais plataformas foi a Sunshine Policy, uma política de reaproximação com o Norte. O lançamento do relatório Perry (1999) revisou a política norte-americana para a Coreia do Norte, dando suporte à Sunshine Policy. As relações entre as Coreias e os EUA progrediram sensivelmente. Os estadunidenses suspenderam parte dos embargos econômicos sobre o Norte; a Coreia do Norte inaugurou um parque industrial para receber investimentos sul-coreanos; e os presidentes coreanos, além de se reunirem, lançaram uma declaração conjunta (BRITES, 2011).

3.3.3 A Era Bush Filho: o unilateralismo e o “eixo do mal”

George W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos em 2001. Bush reverteu a política norte-americana para o Leste Asiático. Em primeiro lugar, adotou uma postura de confrontação contra a China, simbolizada pelo incidente da ilha de Hainan⁷³. Em segundo lugar, retrocedeu nas relações com a Coreia do Norte. Primeiramente, porque descumpriu as diretrizes do Acordo de Genebra; ou seja, suspendeu o fornecimento de combustíveis e não levou adiante a construção do RAL. Além disso, o governo Bush incluiu a Coreia do Norte no chamado “eixo do mal”⁷⁴, desprezando os esforços realizados no final do governo Clinton para estabilizar a Península.

tempo, testar a reação norte-americana. A resposta norte-americana foi estacionar o porta-aviões USS Nimitz no estreito de Taiwan. O contra-ataque político-estratégico da China foi lançar o grupo dos Cinco de Xangai, juntamente com a Rússia, Casaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

⁷¹ O ASEAN+3 reunia os dez países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia e Vietnã) e os três países do Nordeste Asiático (China, Coreia do Sul e Japão).

⁷² A iniciativa de Chiang Mai estabelecia um fundo constituído por meio de acordos bilaterais de permutas cambiais, que serviriam como um fundo de resgate flexível para economias em crise.

⁷³ Incidente na ilha de Hainan, em que um avião norte-americano de coleta de dados se chocou contra um caça J-8 chinês.

⁷⁴ O Eixo do Mal incluía países considerados patrocinadores de terrorismo. Além da Coreia do Norte, incluía Iraque e Irã.

O atentado de 11 de setembro e a invasão ao Afeganistão provocaram um ajuste na estratégia global norte-americana e na posição do governo Bush filho com relação ao Leste Asiático. Em primeiro lugar, porque o foco voltou-se para as regiões do Oriente Médio e da Ásia Central. Segundo, porque ainda que esse episódio houvesse dado aos Estados Unidos a oportunidade de renovar sua liderança global, agindo de modo cooperativo às demais potências, especialmente China e Rússia, Bush manteve a escolha pelo unilateralismo (BRIGAGÃO, 2011).

Nesse contexto, os estadunidenses viam no Japão um forte aliado. A liderança do conservador Junichiro Koizumi contrariava as iniciativas regionalistas do país durante a década de 1990 com o objetivo de consolidar-se como aliado preferencial dos Estados Unidos, tornando-se o “gendarme” dos interesses americanos na região e empenhando-se em contrapor-se à China (VISENTINI, 2012). O Japão viria a se tornar parte da estratégia do escudo antimísseis norte-americano em 2003 (KANEDA et al, 2007). Do ponto de vista econômico, Koizumi promoveu a liberalização da economia japonesa e intencionou posicioná-la como competidora da China e da Coreia, especialmente com relação às exportações ao mercado norte-americano. Ainda tendo em vista oporem-se à China, os Estados Unidos aproximaram-se de países como a Índia e o Vietnã.

Apesar do endurecimento inicial nas relações com a Coreia do Norte, em 2003, os Estados Unidos apoiaram o início das negociações das seis partes⁷⁵, que reuniu as Coreias do Norte e do Sul, China, Japão, Estados Unidos e Rússia. Uma declaração foi acordada em 2005. Nesse documento, os norte-coreanos reafirmaram sua intenção de renunciar a seu programa nuclear em troca de ajuda humanitária e econômica, enquanto os EUA e a Coreia do Sul prometeram não atacar a Coreia do Norte (JOINT STATEMENT, 2005). Pouco tempo depois, os norte-americanos pressionaram pelo congelamento de ativos norte-coreanos em bancos asiáticos e a Coreia do Norte respondeu com a realização o seu primeiro teste nuclear em 2006 (BRITES, 2011). Em 2007, a China atuou pelo retorno das negociações, que foram descontinuadas em 2009. Cabe destacar que as Negociações das Seis Partes foram uma das poucas iniciativas multilaterais apoiadas pelo governo Bush (PECEQUILO, 2009).

3.3.4 A Política Externa de Barack Obama/Hillary Clinton

Barack Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos em janeiro de 2009. A herança de George W. Bush continha uma guerra no Iraque e uma no Afeganistão. Obama prometera

⁷⁵ Em inglês, Six-party talks.

encerrar as guerras, mas o processo de desengajamento tomou boa parte de seu mandato. Desse modo, o foco da política externa de Obama no começo do seu mandato estava no Oriente Médio e na Ásia Central.

De acordo com Pecequillo (2009), no começo de seu governo, Obama exerceu uma “diplomacia presidencial” para a maioria das questões de política externa. No que tange à Ásia, entretanto, as ações ficaram por conta da secretária de Estado, Hillary Clinton. Apesar disso, num primeiro momento, os Estados Unidos adotaram uma postura predominantemente reativa com relação ao Leste Asiático. Podemos citar como exemplo o afundamento do Cheonan⁷⁶, após o qual os Estados Unidos condenaram a Coreia do Norte pelo incidente, numa clara demonstração de apoio à retórica linha-dura de Lee Myung-Bak.

Essa postura pode ser constatada em relação aos outros vizinhos. Em 2009, a eleição de Yukio Hatoyama colocava o Japão em uma nova fase política. Hatoyama propunha uma relação mais cooperativa com China e Coreia do Sul e maior autonomia perante os Estados Unidos. Um dos episódios em que esse posicionamento se destacou foi a reivindicação japonesa pela retirada das bases estadunidenses de Okinawa. Os EUA negaram o pedido japonês, o que provocou a renúncia de Hatoyama⁷⁷. Além disso, os exercícios conjuntos com a Coreia do Sul, direcionados à Coreia do Norte⁷⁸, foram mantidos.

Apenas no período entre 2010 e 2011 que os Estados Unidos completaram um novo ajuste em sua estratégia global, com a mudança do foco de atuação externa para o Leste Asiático. Em 2010, Hillary Clinton afirmou durante o encontro do Fórum Regional da ASEAN, no Vietnã, que

[O]s Estados Unidos, como qualquer nação, tem um interesse nacional na livre navegação, no livre acesso às áreas marítimas comuns da Ásia e no respeito ao direito internacional no Mar do Sul da China. [...] [O]s Estados Unidos apoiam um processo diplomático colaborativo por parte de todos os requerentes para que se resolvam as várias disputas territoriais sem coerção. Nós nos opomos ao uso ou ameaça do uso da força por qualquer requerente (CLINTON, 2010).

⁷⁶ Em março de 2010, a corveta sul-coreana Cheonan afundou devido a uma explosão matando 46 marinheiros. As investigações conduzidas por Estados Unidos e Coreia do Sul concluíram que o causador do incidente seria um torpedo norte-coreano. Até hoje não se tem certeza, posto que investigações paralelas lideradas por China e Rússia chegaram de que a corveta afundou devido a uma mina sul-coreana (BRITES, 2011).

⁷⁷ Cabe lembrar que Hatoyama havia prometido renunciar caso não conseguisse negociar a retirada das bases norte-americanas de Okinawa.

⁷⁸ Os exercícios realizados foram o “Cobra Gold” e o “Foal Eagle”.

Nota-se, nessa declaração, que além de atestar o interesse estadunidense na região, demonstra uma clara tentativa de polemizar o debate em torno das disputas territoriais no Mar do Sul da China.

Em outubro do mesmo ano, quando a guarda costeira japonesa capturou o capitão de um barco pesqueiro chinês que navegava próximo às ilhas Senkaku/Diaoyu, a secretária Clinton não hesitou em garantir que a aliança dos Estados Unidos com o Japão cobria a região em disputa, uma vez que, segundo o entendimento norte-americano essas ilhas estão sob controle administrativo efetivo do Japão (CLINTON, 2010; MANYIN, 2013).

Estas podem ser consideradas algumas das primeiras demonstrações de mudança de tom e de ação da política externa norte-americana com relação ao Leste Asiático e um dos prenúncios do pivô estratégico asiático, reafirmado, de forma recorrente, a partir do ano seguinte. Em novembro de 2011, Hillary Clinton lançou um artigo intitulado “America’s Pacific Century”, no qual anunciou que a região da Ásia-Pacífico seria o centro da política externa estadunidense (CLINTON, 2011). Estes princípios foram retomados, também em novembro de 2011, quando o presidente Obama visitou a Austrália (OBAMA, 2011).

Em termos práticos, pode-se definir a estratégia do pivô americano para a Ásia como uma política de contraposição ao papel da China na região. A postura estadunidense é demonstrada, além de no campo político, como já descrito, no campo estratégico, com o Joint Operational Access Concept (JOAC), e no campo econômico, com a proposta da Parceria Transpacífica (TPP).

3.3.5 O Pivô Estratégico e o Joint Operational Access Concept (JOAC)

A partir dos anos 1990, os Estados Unidos identificaram que países como a China estavam desenvolvendo capacidades assimétricas que poderiam dificultar ou impedir o acesso dos Estados Unidos a determinados teatros de operações. Elas receberam o nome de capacidades A2/AD (Antiacesso e Negação de Área). O “Antiacesso” tem como objetivo impedir a entrada do inimigo no teatro de operações, enquanto a “Negação de Área” pretende limitar a liberdade de atuação do inimigo dentro do teatro (KREPINEVICH, 2003, p. ii). Mais do que isso, parte-se do princípio de que esses inimigos atacariam preemptivamente as forças estadunidenses baseadas ou operantes na região e as suas redes informacionais e de satélites (VAN TOL, 2010).

Nos anos subsequentes, o debate resultou na criação de um conceito operacional, o Air-Sea Battle, ou Batalha Aeronaval, designado para enfrentar o A2/AD (VAN TOL, 2010). O Air-Sea Battle procura

Aperfeiçoar a integração entre forças aéreas, terrestres, navais, espaciais e ciberespaciais para prover aos comandantes combatentes as capacidades necessárias para deter e, se necessário, derrotar um adversário que empregue capacidades sofisticadas de Antiacesso e Negação de Área. Ele é focado em garantir que a forças integradas possuirão a capacidade de projetar tanta força quanto requerida para preservar e defender os interesses estadunidenses por um longo tempo (DOD, 2012, p. 4, tradução e adaptação pelo autor)⁷⁹

Em 2012, o Departamento de Defesa adotou o Joint Operational Access Concept (JOAC), ou em português, Conceito de Acesso Operacional Conjunto (DOD, 2012). Este documento afirma, de forma cabal, que o objetivo dos Estados Unidos é garantir o “acesso operacional” às suas forças, o que, em outros termos, é a “contribuição ao acesso assegurado, ao uso nacional irrestrito dos bens comuns globais e determinados territórios soberanos, águas, espaços aéreos e ciberespaço” (DOD, 2012, p. i, tradução e adaptação pelo autor)⁸⁰, através do ataque em profundidade aos sistemas de antiacesso e negação de área do inimigo, o que implica atacar o seu espaço aéreo e a sua rede de satélites (DOD, 2012; HAMMES, 2012).

Nesse contexto, o papel dos aliados, como Japão, Austrália e Coreia do Sul, seria pouco ativo, na medida em que apenas abrigariam as bases estadunidenses e participariam de operações de suporte (VAN TOL, 2010, p. 51). Além disso, cabe destacar que as capacidades necessárias para levar a cabo o JOAC demandariam investimento altíssimo, como novos porta-aviões, bombardeiros stealth, caças de quinta geração, submarinos nucleares e vasos de superfície com lançadores de mísseis balísticos ou cruzadores⁸¹ (HAMMES, 2012; RAND, 2013; SCHREER, 2013).

Recentemente, o debate em torno do JOAC e do Air-Sea Battle foi revigorado, com o surgimento do conceito de Offshore Control. Criado pelo Coronel reformado Thomas X. Segundo Hammes (2012), o conceito propõe que a estratégia estadunidense no caso de um

⁷⁹ No original, “[The intent of Air-Sea Battle is] to improve integration of air, land, naval, space, and cyberspace forces to provide combatant commanders the capabilities needed to deter and, if necessary, defeat an adversary employing sophisticated antiaccess/area-denial capabilities. It focuses on ensuring that joint forces will possess the ability to project force as required to preserve and defend U.S. interests well into the future.”

⁸⁰ No original, “the contribution to assured access, the unhindered national use of the global commons and select sovereign territory, waters, airspace and cyberspace”.

⁸¹ Relatório divulgado no final de 2013 por uma empresa especializada em análise de mercados afirma que para implementar o Air-Sea Battle, o Departamento de Defesa estadunidense gastará 524,5 bilhões de dólares até 2023. Desse gasto, a maior parte será com aeronaves, especialmente o F-35 (KECK, 2013).

conflito com a China deve se basear no domínio e negação do mar, bloqueando e exaurindo economicamente o possível inimigo. Isso seria feito exclusivamente em alto mar, através da negação do uso do mar à China dentro da primeira corrente de ilhas, da defesa dos espaços marítimos e aéreo na primeira corrente, e do domínio desses espaços fora da primeira corrente (HAMMES, 2012, p. 4). Desse modo, os Estados Unidos, ao contrário do que o JOAC propõe, não atacariam o território chinês, reduzindo a probabilidade de escalada nuclear de um conflito (HAMMES, 2012).

Para cumprir este conceito operacional, os Estados Unidos poderiam recorrer a um perfil de forças menos oneroso⁸², cujas tecnologias poderiam ser difundidas entre os aliados, permitindo que assumam papel mais ativo no arranjo securitário com os Estados Unidos. Além disso, ao dar maior papel aos aliados, os Estados Unidos poderiam reduzir os próprios custos – políticos e econômicos – em manter sua presença na região.

3.3.6 O Pivô Econômico e a Parceria Transpacífica

A Parceria Transpacífica foi lançada pelos Estados Unidos ainda nos anos 1990, mas concretizada apenas por Singapura, Nova Zelândia, Chile e Brunei, nos anos 2000. Atualmente, as negociações em torno do bloco contam com a participação de dos países citados, mais Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru e Vietnã, num total de doze países (WILLIAMS, 2013). Entre os tópicos em negociação estão abertura de mercados para bens, serviços e investimentos, regulação de direitos de propriedade intelectual, questões trabalhistas e ambientais, participação de empresas de outros países em compras governamentais e o papel do Estado na economia (WILLIAMS, 2013; CAPLING & RAVENHILL, 2011).

Simultaneamente, a Parceria Transpacífica pode ser considerada o pilar econômico do retorno estadunidense à Ásia. O objetivo expresso da TPP é ser um “acordo do século XXI” (CAPLING & RAVENHILL, 2011, p. 560), mais profundo e mais abrangente⁸³ que os acordos de livre comércio que o país mantém com vários dos participantes das negociações⁸⁴. A partir

⁸² Hammes (2012) sugere que em vez de construir mais um porta-aviões, os estadunidenses poderiam produzir seis submarinos da classe Virgínia, com o mesmo investimento. Um relatório da Rand Corporation, divulgado em 2013, defende categoricamente o uso de mísseis antinavio baseados em terra, próximos a pontos de estrangulamento marítimos (chokepoints), o que seria capaz de bloquear boa parte do comércio externo chinês, inclusive do fornecimento de petróleo.

⁸³ Além dos doze países, países como Coreia do Sul, Filipinas e Colômbia demonstraram interesse em participar das negociações.

⁸⁴ Dentre os participantes da TPP, os Estados Unidos só não tem acordos de livre comércio com Brunei, Japão, Malásia, Nova Zelândia e Vietnã.

disso, depreende-se que os Estados Unidos vislumbram no estabelecimento da TPP, além da oportunidade para a expansão da sua participação econômica no Pacífico, a possibilidade de neutralizar as relações econômicas da China com os países da região.

Entretanto, é necessário ressaltar que as negociações não tem se desenrolado com facilidade. Dentro do Japão, por exemplo, há o temor de que setores da agricultura e da indústria nacionais sucumbam à concorrência externa, especialmente norte-americana (WILLIAMS, 2013). Além disso, existem grandes críticas à falta de transparência e à extensa participação de lobistas nas negociações e ao fato de que empresas poderão processar diretamente os governos em uma instância internacional de arbitragem (LAFER, 2014; WILLIAMS, 2013).

A Coreia do Sul mantém um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, cuja última versão foi assinada em 2010. Apesar disso, a principal parceira comercial da Coreia do Sul é a China (REPÚBLICA DA COREIA, 2013). E, recentemente, os sul-coreanos afirmaram que, apesar do interesse em tomar parte nas reuniões sobre a Parceria Transpacífica, priorizavam a concretização de um acordo comercial com a China (JUN, 2014).

3.3.7 Considerações sobre a PES dos Estados Unidos

Desde o final da Guerra Fria, se concordarmos com Qi (2013) os Estados Unidos da América modificaram sua estratégia global em três oportunidades, o que impactou também sua posição no Leste Asiático. A primeira foi no período pós-Guerra Fria, quando o foco estratégico estava na expansão da OTAN, de modo que a abordagem ao Leste Asiático foi prioritariamente econômica e reativa, do ponto de vista estratégico. O início do governo George W. Bush prometia um acirramento das tensões com a China, mas os atentados de 11 de setembro desviaram as atenções estadunidenses para a Ásia Central e o Oriente Médio, de modo que o Japão ocupou a posição de “gendarme” na região. Após lidar com o legado das guerras no Afeganistão e no Iraque, o governo de Barack Obama concretizou o retorno dos Estados Unidos à Ásia.

O governo Obama pode ser considerado um marco de inflexão na evolução da política externa e de segurança estadunidense. Grosso modo, podemos dizer que Obama abandonou a essência unilateralista que caracterizou o governo Bush filho. Em relação à Ásia, esse perfil também pode ser evidenciado. O estabelecimento de uma rede de alianças na região, por um lado, e o fortalecimento de grandes acordos multilaterais, por outro, evidenciam essa estratégia

abrangente para a região, ou seja, de reforçar sua liderança e, ao mesmo tempo, de tentar diluir os custos de gerenciamento das questões regionais.

A Ásia é, atualmente, o polo dinâmico da economia mundial. Assim, cabe destacar que o processo de recomposição hegemônica tem como peça-chave a recomposição da ordem regional asiática. Se, podemos dizer que Estados Unidos, China e Rússia são os vértices da polaridade do sistema internacional, o mesmo não vale para as demais potências. A emergência de novos atores e potências regionais está influenciando diretamente na polarização do sistema internacional. Ainda que os processos de recomposição hegemônica tenham sido marcados por guerras centrais, a repetição deste processo não é inevitável. A ingerência americana na Ásia não necessariamente é um sintoma de uma recomposição hegemônica instável ou conflitiva. O resultado passa diretamente pelo papel a ser desempenhado pelos Estados Unidos no Leste Asiático no século XXI.

Dentro dos atuais desafios da PES dos EUA, pode-se afirmar que o país está diante de uma nova fase em suas relações internacionais. O declínio relativo da economia americana implica em uma maior dificuldade de exercer uma atuação internacional associado ao conteúdo político-ideológico identificado aqui como “destino manifesto”. As guerras no Afeganistão e no Iraque são bastante ilustrativas no que tange aos custos políticos e econômicos que geraram aos Estados Unidos. Em virtude disso, enquanto não houver uma forte recuperação econômica ou mudança no padrão tecnológico vigente, os Estados Unidos terão incentivos a buscar parcerias com atores regionais, representadas pelas políticas de *burdensharing*⁸⁵ ou deixar a segurança regional a cargo de seus aliados, ou *buckpassing*⁸⁶. Cabe destacar que ambas tendem a promover a emergência dos processos de integração regional e o fortalecimento de pivôs regionais.

É também verdade que o seu declínio relativo pode conduzir os Estados Unidos a adotar políticas que tenham como objetivo manter a unipolaridade, através da oposição franca à ascensão de novos polos do sistema internacional. Destaca-se, nesse contexto, a adoção do JOAC e da Air-Sea Battle que, apesar dos altos custos políticos, econômicos e estratégicos envolvidos nesses conceitos, demonstram que a influência dos neoconservadores unilateralistas e sua fixação

⁸⁵ A tradução literal de *burdensharing* é “compartilhamento do fardo”, de modo que esta expressão pode ser entendida como a divisão dos custos de segurança das regiões com o líder regional ou com países aliados dos Estados Unidos da América.

⁸⁶ A melhor tradução de *buckpassing* é “passagem do bastão”, de modo que entendemos esta expressão como a transferência dos custos de segurança das regiões para o líder regional ou para países aliados dos Estados Unidos da América.

pelo controle absoluto do sistema internacional e pela batalha decisiva continuam presentes no pensamento de defesa estadunidense.

Os Estados Unidos permanecem a maior potência do sistema internacional. Em que pese seu declínio relativo, nenhum outro país ou região é capaz de lhe fazer frente (MARTINS, 2013). As relações sino-americanas, apesar da tentativa de balanceamento empreendida pelos Estados Unidos, não são similares àquelas que caracterizam relações entre potências rivais. Tal fato é oriundo, primeiramente, do alto nível de interdependência econômica que os une. É difícil, também, aferir quanto o crescimento chinês depende dos EUA e quanto a recuperação da economia norte-americana depende da China.

3.4 A Política Externa e de Segurança do Japão para o Leste Asiático

A história do Japão está intrinsecamente ligada à Península Coreana. O relacionamento com a península ganhou, especialmente, uma amplitude maior com o processo de ascensão do Japão à condição de Grande Potência no final do século XIX. Suas relações com a Península são pautadas pelo debate sobre a via de inserção externa que o país deve adotar: por um lado, cada vez mais tem sua economia vinculada à Ásia (via regionalista); por outro, é parceiro estratégico dos EUA e do Ocidente (via globalista) (MARTINS, 2013).

Essa dicotomia ficou evidente desde o final da Guerra Fria. A abordagem “globalista” considera China e Coreia do Sul como concorrentes diretos do Japão na produção industrial, e se respalda na aproximação com os Estados Unidos. Além disso, se caracteriza pela adoção de um ideário político e econômico vinculado à globalização e ao neoliberalismo. Essa é a abordagem que caracteriza, essencialmente, a linha seguida pelo ex-primeiro-ministro Junichiro Koizumi (2001-2006). Já a abordagem “regionalista” apregoa a cooperação com a China e com a Coreia do Sul e a promoção de um ambiente de governança regional e uma redivisão do trabalho, no qual o Japão seria um de seus líderes e estaria no “topo” da pirâmide tecnológica (PITT, 2013). Os governos do Partido Democrático do Japão (PDJ), especialmente o do ex-primeiro-ministro Yukio Hatoyama – que propôs a criação de uma “Comunidade do Leste Asiático” – simbolizaram esta linha de forma mais clara.

Atualmente, a península ainda assume um papel fundamental para a PES do Japão. Em relação à Coreia do Norte, o Japão percebe a militarização intrínseca, a hostilidade política e o programa nuclear norte-coreano como ameaças diretas à sua segurança. Nesse sentido, o governo japonês considera que é chave manter a cooperação com Coreia do Sul e Estados Unidos, a fim

de combater as ameaças através de rigorosas sanções bilaterais e por parte do CSNU. Da mesma forma, o Japão defende que as reuniões das Seis Partes devem continuar com o objetivo de avançar na desnuclearização da Coreia do Norte. Assim, as relações entre Japão e Coreia do Sul são baseadas em interesses estratégicos, apesar das tensões existentes entre os dois países. Ao mesmo tempo, a RDPC serve como uma ameaça permanente que pode impulsionar a cooperação entre eles.

Em 2012, o Japão lançou as Diretrizes do seu Programa Nacional de Defesa, com o objetivo de guiar a política de defesa do país pelos dez anos seguintes. O documento aponta os desafios que permeiam as relações securitárias no Leste Asiático. Entre esses desafios estão o aumento de disputas de "zona cinzenta", ou seja, confrontações por território, soberania e interesses, mas que não chegam a escalar para guerras. Além disso, a modernização militar da China, que preocupa a região e redimensiona o balanço de forças na região. Por fim, as atividades militares da Rússia, as quais se tornam cada vez mais frequentes no extremo oriente (JAPANESE GOVERNMENT, 2010). As diretrizes também estabelecem os três objetivos securitários do Japão, quais sejam: 1) prevenir e eliminar ameaças externas; 2) buscar a melhoria do ambiente securitário internacional, a fim de prevenir as ameaças; e 3) impulsionar a paz global, a estabilidade, e assegurar a segurança humana, através do estabelecimento de construção de capacidades, cooperação com aliados e cooperação securitária internacional em múltiplas camadas (TOKI, 2011; CORDESMAN & HASS, 2013). Importa destacar que esses três objetivos refletem a visão globalista do Japão, pois defendem a ampliação de construção de capacidades para operações combinadas.

O Livro Branco de Defesa do Japão de 2010 introduziu pela primeira vez o conceito de "Força Dinâmica de Defesa", o qual envolve o uso efetivo e flexível das Forças de Auto-Defesa (FAD) japonesas contra contingências não específicas - provavelmente Coreia do Norte e China (TAKAHASHI, 2012). Dessa forma, o Livro Branco aborda a necessidade de revisão do emprego das FAD e de estreitamento da aliança com os EUA. Além disso, o Livro Branco afirma que o ambiente securitário do Japão está progressivamente mais instável, o que traz desafios para a concertação regional (JAPANESE MINISTRY OF DEFENSE, 2012, p.115), em que pesem os profundos laços culturais e econômicos com os países da região.

Para a Coreia do Norte, ressentimentos históricos e propaganda contra o Japão - devido ao status de ser ex-colonizador, aliado dos EUA e suporte para o desenvolvimento econômico da

Coreia do Sul - resultaram em atitudes extremamente negativas. Para o Japão, a RDPC não era prioridade da sua PES até 1998, quando mísseis balísticos de longo alcance norte-coreanos sobrevoaram o Japão durante um teste (CHA, 2012; CORDESMAN & HASS, 2013). Enquanto as relações entre Japão e Coreia do Norte estavam amenas no início dos anos 2000, a revelação de que a RDPC raptou mais de uma dúzia de japoneses entre 1977-83 representou uma afronta à população e ao governo do Japão. O resultado foi a piora da opinião pública quanto à RDPC, e o governo cortando quase todo o comércio, reduzindo assistência alimentar e pressionando os EUA a fazer o mesmo. Em resposta, a Coreia do Norte aumentou suas demandas para reparação quanto às ocupações imperiais do Japão e para retirada das sanções.

Apesar da importância securitária da Península Coreana, a PES do Japão tem sido cada vez mais orientada pelas relações com a China. Desde o final da Guerra Fria, os dois países ampliaram o processo de integração regional, o que culminou em 2009 com a criação da Comunidade do Leste Asiático. Entretanto, nos últimos anos as relações entre os dois países recrudesceram significativamente. Em parte devido à ascensão de governos nacionalistas nos dois países, o que se refletiu na utilização das rivalidades históricas para reafirmação interna, em parte pela influência exercida pela Península Coreana na inserção externa dos dois países. A crise coreana nesse sentido demonstrou que os dois países não atuaram em coordenação como ocorrera nas crises anteriores. O Japão, claramente, adotou uma postura discreta, evitando aprofundar a crise.

Em termos de política interna, depois que o PLD retornou ao governo do Japão, o país ampliou a agenda conservadora e globalista. Ao aproximar-se das alas nacionalistas fundamentalistas, Abe aprofundou a utilização das rivalidades com a China como modo de promover o programa de reformas econômicas e a consolidação do Japão como aliado preferencial dos EUA na região. Em certa medida, o governo de Abe se afasta dos governos anteriores: por um lado, se afasta do processo de integração regional com o vizinho; e por outro, não visa se tornar um simples gendarme dos EUA.

Abe implementou o plano econômico conhecido como “Abenomics”, que tinha como objetivo revitalizar a economia do país através de políticas monetárias e fiscais expansionistas e a promoção de reformas estruturais. Na esteira da inflexão da política externa e do “Abenomics”, o governo japonês tem incentivado as empresas do país a aumentarem sua participação nos países da Sudeste Asiático (THE ECONOMIST, 2013). Além disso, foram anunciados investimentos no

setor produtivo, infraestrutura e no setor financeiro. O objetivo de Abe, contudo, não é apenas promover a ampliação das grandes corporações japonesas na região, mas também das pequenas e médias empresas (ABE, 2013). Abe afirmou ainda que seu plano é tornar o Japão e o Sudeste Asiático os motores de uma vasta área econômica que liga o Pacífico ao Índico (GRANT, 2013). É nesse contexto que as rivalidades econômicas com a Coreia do Sul têm emergido.

Até 2012, quando do ressurgimento das tensões entre os dois países, a China era o principal parceiro comercial do Japão desde 2009. Essa vinculação à economia chinesa estava no cerne do desempenho da economia japonesa no período. Nesse contexto, é possível que as reformas promovidas por Abe busquem não apenas revitalizar a economia japonesa, como também substituir parcialmente a dependência da China, por relações com os países da ASEAN. Essa reorientação da economia japonesa gera uma concorrência direta com China (e Taiwan) e Coreia do Sul pelos espaços econômicos do bloco. Cabe destacar que a forte depreciação do iene no período reflete essa postura (JAPAN TIMES, 2013a).

Dada a semelhança do perfil econômico que China possui em relação à Coreia do Sul, os dois países têm competido na formação de alianças bilaterais com os países da região. Esse panorama tem fomentado a competição com a Coreia do Sul, inclusive na área securitária, já que os dois países possuem ilhas com a soberania disputada. Além disso, em relação à Parceria Transpacífica, as alas globalistas dos dois países rivalizam quanto ao papel que iriam exercer dentro do acordo. Cabe destacar que as negociações para o estabelecimento da TPP estão na base dos argumentos utilizados pelo governo para a realização das reformas internas (STEIN & VASSILEV, 2013).

Dessa forma, a evolução da inserção internacional do Japão demanda a verificação da sustentabilidade do processo de 1) competição pelos mercados de bens industriais (automóveis, produtos eletrônicos) – do sudeste asiático e 2) redução das relações econômicas com a China e a Coreia do Sul. Em que pese o Japão se sustente por suas pujantes capacidades econômicas, militares e tecnológicas, o país sempre foi atuante no equilíbrio de forças do Leste Asiático, assim como a região historicamente influencia na inserção internacional japonesa. Nesse sentido, é improvável que o Japão alcance autonomia e o status de Grande Potência sem que haja aproximação com a dinâmica regional, ao contrário do afastamento ou dominação defendida por muitas alas internas.

Esse debate interno incide diretamente sobre o perfil regional que o Japão adotará e, conseqüentemente sobre as relações com a China, EUA, Rússia e Coreias. É pouco provável que no curto prazo o país retome a via integracionista no âmbito regional. Nesse sentido, a PES do Japão tende a atuar como elemento desestabilizador das relações no Leste Asiático. E, de outro lado, corrobora com o projeto sul-coreano de substituir o Japão enquanto aliado preferencial do mercado Chinês. Assim, ao que tudo indica é provável que cresçam as tensões entre o país e a Coreia do Sul. Por fim, em relação à questão norte-coreana é possível que a manutenção das tensões na península enseje uma janela de oportunidade para a ampliação dos canais de diálogo regionais. Entretanto, esse perfil proativo no âmbito regional não tem sido parte da PES adotada pelo país desde a saída do PDJ do poder.

3.5 A Política Externa e de Segurança da Rússia para o Leste Asiático

A Rússia perdeu muito de sua influência no continente asiático, principalmente no oriente, com o débacle da União Soviética no início da década de 1990. O presidente Boris Yeltsin deixou que os laços russos com todos os países do Leste Asiático se deteriorassem ao adotar uma política externa voltada para a Europa e para os Estados Unidos (ROZMAN; TOGO; FERGUSON, 2006). Fazendo-se um balanço regional percebe-se que as relações com o Japão pioraram após o cancelamento de uma visita do presidente russo a Tóquio e com eleições para a Duma que trouxeram legisladores hostis à Rússia. Já as relações da Rússia com a Coreia do Sul deterioraram quando Moscou não foi capaz de pagar juros de empréstimos concedidos por Seul à URSS. Como alternativa ao pagamento, a Rússia ofereceu transferir armamentos e declarou que os sul-coreanos eram os maiores parceiros do país na região (ROZMAN; TOGO; FERGUSON, 2006). Isso desagradou tanto o Japão quanto a Coreia do Norte, a qual já se vira solitária com o fim do bloco soviético. Por fim, as relações sino-russas não recrudesceram tanto quanto as outras, contudo ocorreram diversos incidentes na fronteira dos dois países que prejudicaram a posição da Rússia na região e dificultaram a concertação entre os dois países.

No seu segundo mandato, Yeltsin tentou reatar alguns dos laços que foram danificados, mas não houve progresso significativo, visto que o Leste da Ásia permanecia sendo uma região de baixa prioridade na agenda de política externa russa e que as iniciativas lançadas careciam de coordenação e continuidade (ROZMAN; TOGO; FERGUSON, 2006). Declarou-se uma parceria estratégica com a China, bem como se deu início ao grupo dos “Cinco de Xangai” (Shanghai Five) para lidar com assuntos fronteiriços na Ásia Central. Já as relações com o Japão

melhoraram bastante, firmou-se um acordo sobre pesca e até se cogitou a assinatura de um tratado de paz entre os dois países ainda sobre a Segunda Guerra Mundial. Quanto à Península Coreana, a Rússia declarou apoio à Sunshine Policy em visita de Kim Dae-Jung a Moscou, mas também sofreu com incidentes diplomáticos envolvendo espionagem (e.g. ROZMAN; TOGO; FERGUSON, 2006). Yeltsin também deu início a tratativas para um acordo de cooperação com Pyongyang, mas que só veio a se concretizar na década seguinte, após o término de seu mandato.

No século XXI, sob as presidências de Putin e Medvedev, a Rússia estabeleceu uma política externa mais consistente, procurando recuperar a influência perdida nos anos anteriores (SHUBIN, 2013). Foi adotada uma política de recuperação econômica e de fomento ao desenvolvimento para reverter os efeitos das crises ocorridas nos anos 1990. Com esse intuito, o país passou a buscar o aumento do poder, da efetividade e da centralização do Estado. Essas necessidades passaram ditar as diretrizes de política externa, que se tornou mais diversificada e seletiva (YUN, 2009). Nesse sentido, os projetos defendidos externamente pela Rússia, por exemplo, os de integração regional, devem servir de apoio aos imperativos de consolidação do Estado russo.

Sob essa ótica, a política russa para o Leste Asiático passou a conter três orientações básicas: eurasionismo, economia e multipolaridade (RANGSIMAPORN, 2009)⁸⁷ A lógica eurasioniana está intimamente ligada à construção da identidade russa, segundo Rangsimaporn (2009) e Jahn (2012). Ela justifica a existência de interesses russos tanto na Europa quanto na Ásia e por isso o país deveria estar presente em fóruns de ambos os continentes. O eurasionismo também serve para distinguir Moscou das potências ocidentais, facilitando o diálogo com países do Leste Asiático. Ele também serve para apresentar a Rússia como ponte metafórica e literal entre Ocidente e Oriente: o território conecta fisicamente as duas regiões e a identidade russa serviria como mediação.

Quanto à vertente econômica da política externa de Moscou, ela serviria como meio de fortalecer as capacidades do país, explica Rangsimaporn (2009). A integração da Rússia ao Leste Asiático serviria especialmente para desenvolver as províncias do seu extremo oriente e da Sibéria, bem como para fortalecer o Estado russo como um todo. Considera-se que o Estado russo é pouco presente nessas províncias e teme-se a perda da soberania nelas (YUN, 2009). Dessa

⁸⁷ Conforme Rangsimaporn (2009), essas três características já se faziam presentes na década de 1990; porém, devido à falta de foco e às dificuldades encontradas por Yeltsin, elas só se tornaram claras com Putin e Medvedev.

forma, uma maior integração econômica com a região traria benefícios à consolidação do Estado russo. Além desse aspecto, a orientação econômica da política para a região inclui a venda de armamentos, que não apenas rende lucros ao país, mas também aumenta a influência russa como um todo. Por fim, o aspecto econômico também diz respeito ao fornecimento de energia, gás e petróleo, para os países do Leste Asiático. Isso seria o carro-chefe das tentativas de integração econômica regional (RANGSIMAPORN, 2009).

A defesa da multipolaridade se manifesta na política externa russa de três maneiras, conforme Rangsimaporn (2009). Primeiro através de uma preferência pela manutenção do status quo à desestabilização da região. Por isso, a Rússia procura ter relações amistosas com todos os atores regionais, mantendo canais abertos com todos e assim aumentando sua flexibilidade (LUKYANOV, 2013). Segundo, através de um gerenciamento da balança de poder. Para que a estabilidade seja mantida, a Rússia tenta equilibrar as potências regionais sempre que uma se sobressair (RANGSIMAPORN, 2009). Por fim, Moscou tenta manter a balança de poder regional e conter as potências envolvidas através de fóruns e instituições multilaterais, tais como as Seis Partes e o Fórum Regional da ASEAN (RANGSIMAPORN, 2009). Isto é, o país procura descentralizar o poder no âmbito regional, indicando uma pretensão de manter uma voz própria e autônoma na condução de suas relações exteriores. Através dessas iniciativas, a Rússia também é capaz de se tornar um fator importante nos concertos de segurança do Leste Asiático.

Nesse contexto, fica evidente que a política externa russa para o Leste da Ásia está fortemente ligada às necessidades e projetos russos no seu extremo oriente e Sibéria. Eurasianismo, economia e multipolaridade se conjugam para desenvolver e consolidar a Rússia internamente. Integração física, novos mercados e estabilidade estão, então, no topo da lista dos interesses russos na região. Por isso, a Rússia vem tentando recobrar a sua influência na região através de diversas iniciativas. Apesar de se mostrar cautelosa em negociações sobre liberalização comercial na região, Moscou impulsiona principalmente as iniciativas que dizem respeito a investimentos em infraestrutura energética e de transporte (YUN, 2009).

Portanto, um possível conflito no Leste Asiático, especialmente na Península Coreana, seria altamente prejudicial para o Estado russo. Não é sem razão que a agenda securitária da Rússia inclui a prevenção de conflitos interestatais na região e o combate à proliferação nuclear (e.g. PUTIN, 2012). Nesse sentido, a Rússia vem adotando uma política de engajamento responsável com a Coreia do Norte. Embora auxilie o país e busque estabelecer projetos

energéticos que permitam que a RDPC se reinsira na comunidade internacional. Assim, a Rússia condena às atitudes norte-coreanas, mas com certas ressalvas. O país apoiou as últimas decisões do Conselho de Segurança em relação à Coreia do Norte, contudo tem defendido a busca de um diálogo sobre a questão do programa nuclear.

As tentativas de recuperar a influência perdida na década de 1990 são marcadamente mais acentuadas após momentos de crise na Península Coreana (BLANK, 2013). Sintomático disto foi o significativo aumento do engajamento diplomático de Moscou com Pyongyang após os incidentes na ilha Yeongpyeong e o torpedeamento do Cheonan em 2010. Esse renovado engajamento russo resultou em uma gama de iniciativas russas para com a Coreia do Norte. Deu-se início às considerações de perdão da dívida norte-coreana, sobre interconexão das malhas ferroviárias dos dois países e da construção de oleodutos e gasodutos. Empresários russos visam a transformar a Coreia do Norte em um hub regional econômico e energético para transporte de bens à Coreia do Sul e outros países da Ásia-Pacífico (WEITZ, 2012). Nesse sentido, Lukyanov (apud SHATALOVA; BRAUTLECHT, 2013) afirma que a Rússia procura fazer com a que a Coreia do Norte se envolva em projetos lucrativos para mostrar que a cooperação é melhor do que o atual isolamento.

Com esse intuito, em 2012, Moscou concordou em perdoar a dívida norte-coreana em 90% que ainda restava da época da União Soviética, que somava 11 bilhões de dólares (ALPERT, 2012). O US\$ 1 bi restante foi reestruturado em um programa de pagamento ao longo de 20 anos em troca de ajuda russa (KECK, 2013). Esse acordo permite que Pyongyang volte a receber financiamentos de Moscou. Dessa forma, a consecução de projetos de infraestrutura energética e de transportes seria facilitada.

Com efeito, em 2013 finalizou-se a construção de uma conexão ferroviária de 54 km entre a Rússia e a Coreia do Norte. A ferrovia liga a cidade russa de Kazan ao porto de Rajin, recentemente renovado, na Coreia do Norte. Isso serve para proporcionar uma maior interação econômica de Pyongyang com Moscou e possivelmente com o restante do Leste Asiático, uma vez que se concretize a conexão ferroviária planejada por Putin entre Coreia do Norte e Coreia do Sul. Esta transformaria a própria Rússia em um país de trânsito para o comércio europeu e do Leste Asiático, visto que essa malha ferroviária estaria conectada à Ferrovia Transiberiana. O transporte de bens entre o Leste da Ásia e a Europa, que ainda depende de rotas marítimas de longa distância, levaria apenas 15 dias através de território russo enquanto que hoje em dia o

transporte marítimo leva pelo menos 45 dias (KECK, 2013; SHATALOVA; BRAUTLECHT, 2013). Assim seria concretizada uma Nova Rota da Seda em território russo, assegurando a integração das províncias do extremo oriente com o restante do país, bem como a integração da própria Rússia aos países do Leste da Ásia.

Por fim, cabe destacar que as relações da Rússia com a região são, igualmente, pautadas pela interação energética. O país é o principal fornecedor de gás natural liquefeito para a Coreia do Sul. Além disso, o país tem procurado, através da Gazprom, estabelecer parcerias com a península para a construção de um gasoduto que conecte a região.

A ampliação das relações com o Leste Asiático tem como contexto também a ascensão chinesa. O fortalecimento chinês preocupa Moscou, principalmente por causa dos altos números de imigrantes chineses nas províncias siberianas e do extremo oriente russo. Além disso, a ascensão da China traz desafios sobre a hegemonia na Ásia Central. Por isso, ao estabelecer parceria militar com a Coreia do Sul, por exemplo, a Rússia viabiliza um balanceamento regional e mantém o Leste como prioridade dos interesses chineses. Assim, é de se esperar que no curto prazo, a Rússia mantenha o padrão de atuação no Leste Asiático. Por um lado, fomentando a concertação regional, por outro estimulando o equilíbrio através do balanceamento dos atores mais poderosos.

3.6 Considerações Parciais

Este capítulo teve como objetivo avaliar a PES das Grandes Potências para o Leste Asiático. Nesse sentido, verificou-se que a Península Coreana está no cerne da PES desses países para a região.

A crise de 2013 foi central para o reordenamento das relações regionais. Primeiramente, pois foi a pior crise desde a Guerra da Coreia. Segundo porque a partir da crise novas posturas foram adotadas pelas Grandes Potências. O Japão mudou seu perfil de inserção externa dos últimos anos, que era baseado na concertação regional e em um protagonismo no Leste Asiático, para uma PES discreta em relação à região. Nesse sentido, ao que tudo indica, o Japão alterou o foco da sua PES, em grande parte, para o Sudeste Asiático. A Rússia, por sua vez, tem priorizado uma retomada da importância do extremo oriente para sua política externa. Nesse contexto, a Península Coreana tem sido prioridade, afinal, Moscou tem ampliado os canais de negociações com a RDPC e estabelecido uma parceria estratégica com a Coreia do Sul. As relações entre China e Estados Unidos foram igualmente afetadas pela crise na península. Enquanto o governo

dos EUA adotou uma postura ambígua – de um lado recrudescendo as tensões e por outro buscando diálogo, como com a visita de John Kerry à China –, a China procurou de todas as maneiras a solução da crise.

Além disso, após a crise, mais uma vez a estratégia dos EUA de rebalanceamento da China foi revista. A aliança com parceiros regionais, como Coreia do Sul, está sendo reavaliada, demonstrando a importância da estabilidade na península para os interesses dos EUA. Por fim, cabe destacar que se as PES das Grandes Potências são pautadas em parte pela situação na Coreia, é de se esperar que modificações no padrão de cooperação e conflito na península alterem as políticas desses países e, por conseguinte, a polarização.

4 A PENÍNSULA COREANA NO CENÁRIO REGIONAL E OS IMPACTOS SOBRE O EQUILÍBRIO DE PODER NO LESTE ASIÁTICO

O presente capítulo tem como objetivo central avaliar a Política Externa e de Segurança da República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) e da República da Coreia (Coreia do Sul). Procura-se analisar a influência que as principais iniciativas adotadas pelos dois países exercem sobre a polarização regional bem como sobre as interações dos demais atores da região: Estados Unidos, China, Japão e Rússia. Dessa forma, pretende-se identificar os principais condicionantes e oportunidades que moldam a inserção internacional das duas Coreias e averiguar de que modo impactam sobre a dinâmica regional do Leste Asiático.

Para atingir este objetivo o capítulo foi dividido do seguinte modo: primeiramente, serão analisados os principais aspectos que condicionam a inserção internacional da Coreia do Norte, tendo em perspectiva à recente mudança na liderança do país, as disputas políticas internas decorrentes dessas mudanças e as relações desse país com a China, seu principal aliado. Em um segundo momento será analisada a PES da Coreia do Sul. Para tal, serão consideradas mudanças no perfil de inserção internacional adotados pela presidente Park e a hipótese de a Coreia do Sul estar vivenciando uma 2ª Revolução Nacional que a habilitaria para entrar no rol das Grandes Potências. Além disso, quais os impactos que derivariam desse processo para o contexto regional. O conceito de Revolução Nacional consiste na formação do Estado Nacional, que passa pelo que Celso Furtado (1962) chamou de internalização do centro de decisão econômica; ou seja, a aquisição de soberania decisória sobre os rumos do país, geralmente acompanhado da internalização das capacidades tecnológicas típicas do momento histórico internacional (FURTADO, 1962). Na Coreia do Sul, a montagem dos grandes conglomerados nacionais, os chaebol, e a coordenação estatal durante o governo de Park Chung Hee (1961-79) foram os condicionantes principais da Primeira Revolução Nacional. A Revolução Nacional no presente está relacionada à capacidade de o país realizar a Terceira Revolução Industrial. Invenções relacionadas a essa revolução consistem em satélites de comunicações, robôs, computadores, softwares, sistemas de GPS, telefonia celular. Nesse sentido, é evidente a preocupação sul-coreana, já que o foco atual do país parece ser a modernização de sua base industrial. Assim, para uma compreensão correta desse processo, é avaliado o panorama de alguns indicadores, tais como modernização militar, Geopolítica dos Recursos Energéticos, os indícios de transição energética e a sustentabilidade do crescimento econômico.

Por fim, conclui-se que ambos os países estão diante de um dilema. A Coreia do Norte, por um lado tem a necessidade de modernizar sua economia para evitar um agravamento irreversível da crise interna, e por outro, procura por manter o regime estável. Entretanto, à medida que novas forças econômicas emergirem existe uma tendência de ruptura na rigidez estrutural do regime. Além disso, o atual panorama político interno indica que apesar das divergências internas, governo de Kim Jong-Un parece querer reformular o país e ampliar o relacionamento com a China, em um primeiro plano, e com a Coreia do Sul. Já a Coreia do Sul está enfrentando um processo de acentuada modernização econômica e militar. Nesse sentido, o país coloca-se diante da seguinte questão: por um lado, pode manter-se aliado a um centro hegemônico, seja os Estados Unidos, seja China, ou optar por uma via autônoma de inserção internacional, apostando no sucesso de sua Revolução Nacional. Nesse sentido, é de se esperar que a Coreia do Sul mantenha sua política de barganha entre as Grandes Potências da região, ora oscilando para um comportamento mais conciliador, ora acirrando as tensões com os vizinhos. Cabe destacar que a parceria com os EUA está no cerne de sua inserção internacional: ou a Coreia se vincula ao projeto estadunidense de rebalanceamento da China, aderindo ao TPP, por exemplo; ou procura uma via autônoma de engajamento regional, que pode ser de competição ou de integração com Japão e China.

Desse modo, o capítulo conclui que, embora sejam países menores do que as Grandes Potências que atuam na região, as duas Coreias são decisivas para o equilíbrio regional, e para o padrão de interação que irá prevalecer entre os demais países.

4.1 A Política Externa e de Segurança (PES) da República Democrática Popular da Coreia

A morte de Kim Jong-Il, no final de 2011, parecia indicar o fim da capacidade de o regime norte-coreano de manter-se resiliente mesmo após a sucessão de crises econômicas, humanitárias e energéticas que assolaram o país, especialmente, após o fim da URSS. Contudo, o país manteve o padrão de atuação externa que perdurara nas décadas anteriores. Logo que Kim Jong-Un chegou ao poder, buscou mostrar que o regime mantinha-se com o intuito de pautar a agenda de segurança regional. Esse padrão de provocações militares foi reforçado pela realização de testes balísticos. A esse processo somou-se uma espécie de remanejamento político interno, no qual as principais lideranças do governo foram substituídas. Nesse processo o Partido dos Trabalhadores Coreanos ganhou maior notoriedade em detrimento dos quadros das Forças Armadas, que prevaleciam durante o governo de Kim Jong-Il. Resumidamente, essas manobras

procuraram mostrar que o regime do norte continuava firme e coeso, ao contrário do que previra a comunidade internacional.

4.1.1 A RDPC e o Contexto Regional

Desde o final da Guerra Fria, a política externa e de segurança da RDPC baseou-se no uso de provocações limitadas, através da realização de ataques de pequena escala, ou ameaças do uso de ataques de maior escala para obter vantagens psicológicas nas negociações diplomáticas (BRITES, 2011; CHA, 2012; CORDESMAN & HESS, 2013). Dessa forma, procura obter limitadas concessões políticas e econômicas. Cabe destacar que o uso dessas provocações, definido como *brinkmanship*, deriva da crença de que o país pode controlar a escalada do conflito. Nesse contexto, a posse das armas de destruição em massa torna-se central para a utilização das ameaças como instrumento de barganha externa.

Em termos gerais, a Coreia do Norte emprega uma postura mais agressiva quando há a necessidade de contornar uma grave crise interna ou em face de algum momento político decisivo; por exemplo, em períodos próximos a processos eleitorais, seja na Coreia do Sul, seja em outras potências regionais. Por sua fragilidade interna, a Coreia do Norte necessita da ajuda e do apoio oriundo da China, bem como do suporte mais tênue oferecido pela Rússia. Entretanto, cabe destacar que o país depende igualmente da ajuda e do investimento proveniente da Coreia do Sul e da ajuda humanitária advinda do Japão e, especialmente, dos Estados Unidos.

As relações com a Coreia do Sul oscilaram muito desde o final da década de 1990. Após o estabelecimento da *Sunshine Policy* durante o governo de Kim Dae Jung, os dois países estabeleceram vários mecanismos de aproximação, como rodadas periódicas de diálogo e acordos econômicos para Zonas Especiais. A RDPC tem mantido um padrão de relacionamento bastante condizente com sua política de *brinkmanship*. Especialmente, durante períodos eleitorais, o governo norte-coreano busca agendar o debate político interno do vizinho do sul. Entretanto, esse comportamento tem sido mais ofensivo quando o governo sul-coreano adota uma postura mais agressiva em relação à Pyongyang. A agenda progressista predominou na política sul-coreana entre 1997 (ano em que assume Kim Dae Jung) e 2008 (quando assume o governo de Lee Myung-Bak). Nesse período, apesar de terem sido realizados dois testes nucleares (2004 e 2006), eles foram muito mais uma retaliação à política estadunidense para a península do que propriamente uma reação à política externa da Coreia do Sul.

Desde 2001, a Coreia do Sul alterou sua Estratégia, Doutrina e Operações (EOD) em relação à vizinha do Norte. Antes, a estratégia militar de Seul em relação à Coreia do Norte era essencialmente defensiva. Porém, a partir de 2001, a Coreia do Sul adotou uma EOD ofensiva, baseada nos preceitos de Jomini. Basicamente, o governo de Seul passou a defender que era possível com um ataque preemptivo dominar e subjugar as forças militares da RDPC. Essa mudança está diretamente ligada à evolução das forças militares do Sul, especialmente, pelo processo de modernização militar que o país implementou desde a década de 1960. A superioridade militar da Coreia do Sul alterou o equilíbrio de forças na península e encurralou ainda mais o regime de Pyongyang.

A Coreia do Norte tem orientado suas relações dentro da península pela busca da normalização das relações com os Estados Unidos. O governo norte-coreano já afirmou que não há o interesse de que as forças estadunidenses saiam da península, já que seriam elementos estabilizadores da região. Entretanto, para o regime comunista enquanto os EUA não aceitarem um acordo de paz sem pré-condições, e viabilizarem a sobrevivência do país, não é possível uma normalização das relações. Durante a década de 1990 as relações com os EUA conseguiram avançar mesmo que a passos lentos. Entretanto, recrudesceram a partir da chegada de George W. Bush ao poder em 2001. A classificação da Coreia do Norte como um país patrocinador de terrorismo e a respectiva inclusão do país na lista do chamado “eixo do mal” impulsionaram um acirramento das relações.

Nesse contexto, a chegada de Barack Obama ao poder nos EUA em 2009, com uma proposta de diálogo mais ativo entre os dois países parecia ser um indicador de uma nova oportunidade para concertação quanto à questão nuclear e ao impasse que estabelecido. Basicamente, desde que Obama assumiu o governo dos EUA, a Coreia do Norte tem reivindicado duas demandas principais: ser reconhecida como uma potência nuclear e obter um acordo de paz com os Estados Unidos. Cabe destacar que desde o fim da Guerra da Coreia (1953), não houve a assinatura de um acordo de paz, prerrogativa essencial para que o país asiático possa atrair investimentos externos e garantir a sobrevivência do regime político do país.

Logo no início de 2011, Pyongyang adotou uma postura menos ofensiva, priorizando as negociações diplomáticas. Basicamente, optou por cessar com as provocações visando a assegurar novas remessas de assistência econômica e ajuda alimentar. Algumas delegações estrangeiras foram ao país, em um claro sinal de receptividade do regime àquela altura, e Kim

Jong-Il visitou a China quatro vezes entre 2010 e 2011. Esse panorama parecia indicar que o regime aproximava-se da China e de seu modelo de abertura gradual da economia. Esses indicadores refletiam o agravamento da crise interna e a necessidade do estabelecimento de uma transição econômica e política que assegurasse a sobrevivência do país. Nesse sentido, as visitas do Supremo líder à China tinham dois objetivos básicos: 1) manter o fornecimento de ajuda econômica do governo chinês e 2) garantir o apoio do governo chinês ao seu sucessor, Kim Jong-Un.

4.1.2 A Ascensão de Kim Jong-Un ao Poder

Logo após a morte de Kim Jong-Il no final de 2011, Kim Jong-Un foi confirmado como o novo líder do regime norte-coreano. O processo de sucessão na Coreia do Norte iniciou em 2009, quando o filho mais jovem do supremo líder foi designado como herdeiro político do regime através do título de “general de quatro estrelas”.

A sucessão da liderança a Coreia do Norte é baseada em critérios hereditários, derivados da herança cultural confuciana. Ainda nos anos 1960, o regime norte-coreano lançou as bases do que viria a ser a estrutura política vigente até hoje, especialmente através da adoção da ideologia Juche. A ideologia Juche é, talvez, o elemento mais central de coesão social norte-coreana contra as ameaças externas. Enquanto doutrina da “autoconfiança”, estabelece que o povo coreano é o senhor do destino e desenvolvimento do país — além disso, serve como embasamento político para as ações do próprio governo (SCOBELL, 2005). O ideário juche é acima de tudo uma forma de nacionalismo, já que define que os problemas da Coreia vêm antes de qualquer outra coisa. O núcleo central dessa doutrina está baseado na independência política, autossustentação econômica e capacidade de defender-se militarmente.

Desse ideário emerge a concepção de afirmação que marca as transições de poder no país. Basicamente, o Juche, se por um lado reitera a necessidade do país manter-se alheio às cisões das potências extrarregionais, por outro estabelece um aparato sociológico que constitui a essência do mandato político da família Kim. Nesse contexto, a afirmação de um novo líder passa pela afirmação no plano regional. Esse processo nas últimas duas transições de poder deu-se através do uso do brinkmanship. Assim, o regime reafirmava seu discurso político no plano doméstico e regional.

Assim como ocorrera na passagem de poder entre Kim Il-Sung e Kim Jong Il, a chegada de Kim Jong-Un ao poder ocorreu de maneira gradual. Dessa forma, sua legitimação foi sendo

construída desde meados de 2010. A morte Kim Jong-Il, em um primeiro momento, deixou a impressão de que a RDPC não sobreviveria a uma transição política dessa magnitude. Entretanto, surpreendentemente, a Coreia do Norte, logo no início de 2012, iniciou uma série de provocações e ameaças. Os principais eventos que marcaram esse processo - o lançamento do satélite Unha-3 em dezembro de 2012 e o terceiro teste nuclear realizado em fevereiro de 2013 - simbolizaram a retomada da política nuclear e a busca norte-coreana por agendar as relações regionais e recolocaram a questão coreana no cerne do equilíbrio regional.

A realização do terceiro teste nuclear resultou em mais uma rodada de sanções por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A resposta internacional ao teste nuclear trouxe dois desdobramentos mais significativos para a política externa e de segurança da Coreia do Norte.: 1) é a mudança da postura chinesa, que pela primeira vez aquiesceu a adoção de sanções mais rígidas sobre o regime norte-coreano; e, 2) o aprofundamento da crise econômica da Coreia do Norte que teve a maioria dos seus ativos no exterior congelados, bem como a movimentação dos seus diplomatas no exterior restringidas.

A condenação chinesa ao teste nuclear norte-coreano foi um claro indicativo de que a postura agressiva do regime comunista coreano, em alguns momentos não condizia com os interesses chineses. Embora os dois países tenham assinado o ‘Tratado Sino-Norte-Coreano de Cooperação, Amizade e Ajuda Mútua’ em 1961 e tenham relações que remontam ao período pré-Segunda Guerra Mundial, o as ameaças e provocações norte-coreanas acabam gerando certa exasperação no governo de Pequim. Essa exasperação deriva do fato de que a postura agressiva do governo da RDPC acaba interferindo nos interesses chineses no Leste Asiático, basicamente porque serve como justificativa para uma presença estadunidense mais ostensiva na região, especialmente através das parcerias estratégicas com Coreia do Sul e Japão. Nesse sentido, a Coreia do Norte com posse de artefatos nucleares serve como alegação para a manutenção das bases estadunidenses nesses dois países, tais como a base de Okinawa (Japão) ou Osan e Kunsan (Coreia do Sul).

Para a Coreia do Norte, a parceria com os chineses é fundamental para a sustentação do regime, e para evitar o colapso do país. A China é responsável por cerca de 60% do comércio exterior da Coreia do Norte e o único grande aliado do país desde a queda da URSS em 1991 (CHANLETT-AVERY e RINEHART, 2014; BAJORIA e XU, 2013). Embora, em termos regionais, a dependência da China seja o cerne da sustentação do regime norte-coreano, a

estabilidade deste é igualmente central para a política externa e de segurança da China para o Leste Asiático. Essencialmente, a manutenção do regime norte-coreano serve como uma zona-tampão entre a fronteira chinesa e a presença militar estadunidense e sul-coreana. Além disso, um eventual colapso do regime norte-coreano implicaria em um grande fluxo de refugiados em direção à fronteira chinesa, fator desestabilizador para a região nordeste do país. Outra eventual decorrência de um colapso norte-coreano que afetaria a política chinesa para a região é a possibilidade de uma Coreia unificada - especialmente se for sob o jugo estadunidense. Assim, a China aumentaria seu isolamento no Leste Asiático.

Além do suporte político e da ajuda humanitária que a China oferece à RDPC, o aumento do número de companhias chinesas investindo na Coreia do Norte tem sido um dos principais vetores das relações entre os dois países. O governo norte-coreano tem concedido portos e acordos comerciais preferenciais para empresas chinesas. Contudo, essas iniciativas são ainda incipientes e, apesar de todo o esforço do governo de Pequim em alavancar um processo de reforma econômica, o regime norte-coreano tem se mostrado resistente às pressões para iniciar uma reformulação em seu modelo econômico.

Entretanto, no início do seu governo, Kim Jong-Un demonstrou que estava disposto a, paulatinamente, abrir a economia norte-coreana e aproximar o país da comunidade internacional. As severas carências econômicas, energéticas e alimentares que assolam o país tornam difícil a manutenção do isolamento por muito tempo, em que pese a incrível capacidade de resiliência do país. Dando sequência a um processo que iniciara ainda no governo de seu pai, Kim Jong-Un procurou sinalizar, mesmo que de forma tímida, a intenção de dinamizar a economia, ressaltando em seus discursos a necessidade de desenvolvimento econômico. A primeira medida que o distanciou do perfil de liderança de seu pai foi a busca pela consolidação de uma imagem pública mais popular. Ao contrário de seu pai, o novo líder procurou fazer mais aparições públicas, aproximando-se do perfil de liderança de seu avô, Kim Il-Sung (CHANLETT-AVERY e RINEHART, 2014; CODERSMAN & HAAS, 2013; CHA, 2012; POWELL, 2012).

Nesse sentido, Jong-Un procurou consolidar o seu poder, especialmente, junto à elite urbana. Para tanto, vem procurando implementar alguns projetos como a construção de hospitais-maternidade, complexos de saúde, complexos de apartamentos e áreas de lazer. Segundo Powell (2012), todos esses projetos seriam indícios da busca do regime norte-coreano em mitigar a severas deficiências econômicas do país.

Entretanto, mesmo que o novo líder tenha a intenção de reformular a economia do país, isso não é simples de ser realizado. Basicamente, porque a estrutura política e econômica do país não permite que uma reforma seja implementada sem causar abalos na sustentação do regime político do país. As elites políticas norte-coreanas têm suas origens nas guerrilhas anti-japonesas, no comando da Guerra da Coreia e, dessa forma, sua principal preocupação é a manutenção do regime. Cha (2012) afirma que para as elites do país o acordo ideal a ser estabelecido com os Estados Unidos, visando à reintegração do país à comunidade internacional, seria um acordo que permitisse o fluxo de investimentos no país. Mais do que isso, o acordo deveria garantir que o país não sofra agressões externas e assegurar a manutenção do regime. Todavia, não há dispositivo legal no Direito Internacional que preveja esse tipo de garantia a um regime. Nesse sentido, o regime norte-coreano enfrenta um dilema: por um lado, precisa adotar um programa de reformas com vistas a evitar um colapso econômico. Nesse contexto, a trajetória chinesa seria um exemplo a ser seguido. Por outro lado, ao adotar um programa de reformas econômicas, as elites políticas que governam o país tendem a perder força. Com o aumento de investimentos externos e com a criação de Zonas Industriais, mesmo que apenas em áreas pré-determinadas, surgiriam novas elites com diferentes interesses políticos. Esse processo acabaria afrouxando a estrutura rígida que viabiliza a resiliência do regime, mesmo em face às crescentes pressões externas para a abertura do país.

Apesar disso, o governo de Kim Jong-Un tem tentado dinamizar a economia. As principais medidas incluem a utilização do exército nas obras de desenvolvimento econômico e na manutenção da ordem pública. Segundo Cordesman & Haas (2013), as tropas têm sido empregadas na execução de projetos como a construção de autopistas e plantas energéticas, bem como no trabalho em fazendas coletivas e inspeções governamentais. Dado que as forças armadas correspondem a cerca de um terço da população do país, a utilização destas otimiza a construção de obras públicas e garante emprego para boa parte da população. Além disso, por tratar-se de um Estado militarizado, no qual todos os cidadãos são soldados em princípio e que boa parte dos recursos alimentares é destinada para as forças armadas, torna-se natural a sua utilização como mão-de-obra.

Contudo, esse processo não apresenta apenas impactos positivos. Segundo Cordesman & Haas (2013), existem consequências que aprofundam a crise econômica do país:

Primeiramente, a população deve pagar mais impostos para cobrir os gastos militares. Segundo, aumentando a dependência econômica das Forças Armadas causa distorção

na alocação dos recursos humanos e materiais, além de cortes nos recursos materiais necessários para fins civis. Terceiro, uma maioria de bens finitos e matéria prima tem de ser canalizada para sustentar os armamentos militares. Quarto, isso dificulta o investimento racional e a construção de novas indústrias civis. Quinto, inculcando conformidade quanto à disciplina militar e quanto ao status em todos os aspectos da economia impede o desenvolvimento do liberalismo e as relações sociais cooperativas. (CODERSMAN & HAAS, 2013, p. 09).

A situação econômica da RDPC é, especialmente, grave desde meados da década de 1990. O fim da ajuda da URSS trouxe dificuldades para o país que passou a contar, praticamente, apenas com as relações com a China para manter sua economia. Depois de uma sequência de desastres naturais, em meados dos anos 1990, que acabaram por estabelecer uma severa crise humanitária no país, o governo norte-coreano procurou reformar a sua economia.

Assim, em 2002, a Coreia do Norte anunciou um pacote de reformas econômicas. Àquela altura, o país passava por um quadro de estagnação econômica e industrial, além de grande escassez alimentícia. A chamada “Perestroika a la Pyongyang” tinha como objetivo principal incrementar o nível de monetarização da economia. Para tal, foram implementadas duas medidas: I) mudanças na política de preços através do corte de grande parte dos subsídios do governo aos bens alimentícios básicos⁸⁸; entretanto, isso acabou elevando o custo dos alimentos significativamente; (II) mudanças nas políticas salariais, que foram reajustados, porém a uma taxa que não compensou o aumento dos preços⁸⁹ (CHANLETT-AVERY & RINEHART, 2014; VISENTINI, 2012). Assim, os salários perderam parte do poder de compra. Complementarmente, o governo adotou uma política de incentivo ao empreendedorismo e tornaram-se oficializados os Farmer’s Markets (pequenas feiras nas quais os agricultores podiam vender parte de sua produção excedente).

Embora essas medidas procurassem alavancar o crescimento econômico, as dificuldades estruturais da economia, tais como a falta de diversificação industrial (baseada apenas em indústrias de base) e a quase nulidade da produção alimentícia (problema parcialmente derivado da falta de terras agricultáveis), não permitiram que as medidas fossem eficazes. Dessa forma, a reforma acabou levando apenas a um aprofundamento do empobrecimento da população. Com isso, o governo acabou recuando e revogando a maior parte das medidas adotadas.

⁸⁸ O governo havia proibido todos os tipos de comercialização de grãos e outros bens alimentícios em 1957 e instaurou um sistema de distribuição pública sob a alegação de garantir a distribuição igualitária dos bens alimentícios.

⁸⁹ Com a reforma, o preço do arroz chegou a subir em até 55%, enquanto que os salários aumentaram, em média, apenas 1,8%.

Em certa medida, a resolução da crise econômica e a melhoria dos índices sociais estão no cerne da Política Externa e de Segurança do país. A busca por um acordo de paz com os Estados Unidos, que ponha fim ao armistício estabelecido no final da Guerra da Coreia em 1953 é, destarte, central para a capacidade do país de atrair investimentos externos e se reinserir na comunidade internacional. Cabe destacar que pela Lei de Tratado de Comércio com o Inimigo dos Estados Unidos de 1917, todo o país que comercializar com um país em guerra com os EUA sofrerá embargos econômicos. Assim, dado que oficialmente a RDPC encontra-se em guerra com os EUA desde a Guerra da Coreia, isso impede que o país consiga incrementar suas relações econômicas com o exterior. Esse panorama, aliado ao regime de sanções impostos pela ONU, definem o quadro de crise econômica que assola o país.

Uma das medidas que o país tem adotado é a abertura ao investimento externo. O estabelecimento de Zonas industriais como a de Kaesong, construída em parceria com a Coreia do Sul, ou as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) que permitem o empreendedorismo privado, tem procurado mitigar a estagnação industrial do país. Todavia, esse é um processo ainda muito restrito e localizado. Segundo Visentini (2012),

Destas iniciativas, porém, apenas a ZIK tem produzido resultados satisfatórios até o momento, tendo fornecido, até 2008, emprego para mais de 25.000 norte-coreanos, em fábricas de propriedade de sul-coreanos, ao passo que o valor total dos bens produzidos na Zona em 2007 chegou a 200 milhões de dólares (VISENTINI, 2012).

Outra iniciativa que seria central para a reforma econômica do país é o estabelecimento do Plano Chang-Ji-Tu. Esse projeto que remonta ao Programa da Área do Rio Túmen de 1991, firmado entre a RDPC, China e Rússia, prevê a criação de ZEEs nas regiões de Changchun, Jilin e Tumen, localizadas no nordeste chinês, na fronteira com a Rússia e a Coreia do Norte (VISENTINI, 2012; LIU, 2010).

Esse quadro econômico da RDPC limita a atuação externa do país. Entretanto, é nessa esfera que se encontram as maiores possibilidades de cooperação com os países vizinhos. Especialmente, no que tange às relações com a Coreia do Sul, as Zonas Econômicas Especiais têm sido o principal mecanismo de aproximação entre os dois países. Independente do perfil do governo de Seul, seja progressista ou conservador, as ZEEs continuam funcionando e correspondem a parte significativa da economia da RDPC. Além disso, as ZEEs são o mecanismo para que os países vizinhos consigam aproveitar as vantagens comparativas da Coreia do Norte: recursos energéticos (especialmente, carvão), e mão-de-obra barata.

4.1.3 O Panorama Político Interno da RDPC

Assim que Kim Jong-Un assumiu o poder, empreendeu uma realocação das mais altas posições de liderança dentro do Partido e do Exército. Nesse sentido, o novo líder comunista procurou estabelecer um círculo de poder fiel a ele. As mudanças das principais lideranças derivaram de três processos sucessivos e complementares, que antecederam, inclusive, a morte de Kim Jong-Il: (I) a revisão da Constituição de 1998, a qual foi realizada ainda na primeira metade de 2009, e que fortaleceu a organização da Comissão de Defesa Nacional - principal órgão decisório do país. Essa revisão promoveu o general Jang Song-Taek⁹⁰, tio de Kim Jong-Un e um de seus principais apoiadores, ao cargo de vice-presidente. Cabe destacar que parte significativa da capacidade de coordenar as distintas correntes políticas do país advinha do poder de Jang Song-Taek. Além de ser o responsável por conduzir o processo sucessório e por construir uma base política para Kim Jong-Un, ele atuava como principal interlocutor entre o novo líder e as elites tradicionais vinculadas ao Partido e às Forças Armadas. (II) A implementação de uma reforma monetária no final de 2009, que embora não tenha logrado êxito algum, acabou por diluir a influência dos militares; e (III) o domínio de Kim Jong-Un sobre todo o sistema de inteligência norte-coreano, ainda em 2010. Nesse sentido, tais processos propiciaram ao jovem líder ter controle sobre a elite governante do país.

O processo de transição de poder no Estado norte-coreano demonstrou que Kim Jong-Un, em um primeiro momento, fortaleceu os quadros do PTC em detrimento do Exército⁹¹. Essas mudanças pareciam indicar uma mudança em direção a um processo de abertura do regime. Especialmente, porque é nas Forças Armadas que se concentravam nas alas mais conservadoras da elite burocrática do país (CHA, 2012). Apesar disso, ainda são insuficientes os indicativos de que essa relativização do Songun represente uma flexibilização da rigidez política do país. Especialmente, porque no exército estão as alas da elite que não perderiam com a normalização das relações com a comunidade internacional, àquelas ligadas à venda de armas de baixa tecnologia.

⁹⁰ Jang Song-Taek controlou toda a administração norte-coreana enquanto Kim Jong-Il se recuperava do enfarte que sofreu no fim de 2008. Desde 2010, com a ascensão à presidência da Comissão de Defesa Nacional, tornou-se o segundo homem mais poderoso do país, coordenando tanto o Partido dos Trabalhadores Coreano como as Forças Armadas. Além disso, coube a ele a tarefa de realizar a transição de poder (VISENTINI, 2012).

⁹¹ Quatro dos generais com mais alta patente foram removidos de suas posições. Esses generais eram considerados os representantes da política que priorizava as Forças Armadas em relação às demais forças políticas.

A crise de 2013 mostrou que a RDPC se mantém inclinada a acirrar as relações regionais no intuito de obter concessões frente aos vizinhos e aos EUA. Isso, claramente, representa a influência que parte do Exército mantém sobre a formulação de política externa do país. Mais do que isso, é um indicador de que a estrutura política vigente no país, que se mantém desde o final da Segunda Guerra Mundial, dificulta qualquer alteração brusca na execução da política externa. A cultura política prevalente no país, bem como a composição e o pensamento da elite política norte-coreana, tendem a fortalecer a manutenção do perfil do país. Assim, pode-se esperar que qualquer ímpeto reformista acabe sendo suplantado pelas forças conservadoras.

Segundo Cordesman & Haas (2013), há vários indícios que demonstram que o regime tende a ser manter estável: (1) a insegurança crônica disseminada na sociedade; (2) a economia predominantemente militarizada; (3) a forte tradição de centralismo democrático; (4) a complexa estrutura de instituições políticas, que dificulta as reformas; (5) a ideologia nacional bem desenvolvida, responsável por manter uma coesão social. A soma desses fatores favorece a concentração de poder e a tradição secular dos coreanos de cultuar suas lideranças políticas. Embora tenham existido tímidos indícios de que o regime estaria disposto a relativizar sua rigidez, ainda são muito escassas as indicações dentro do partido, do exército ou mesmo no Estado de uma oposição ao regime. Em outros termos, não existem evidências de que estejam se aglutinando forças políticas centrípetas que sejam capazes de militar em prol de uma abertura do regime.

O próprio expurgo público de Jang Song-Taek, tio de Kim Jong-Un e pertencente ao círculo de confiança do novo líder, demonstrou que o processo de reforma no país ainda é muito divergente. Antes, o General Ri Yong-Ho, considerado um reformador, havia sido expurgado. Taek era a segunda figura política mais importante da RDPC, por isso seu expurgo público representa a consolidação da autoridade de Jong-Un e um processo de centralização de poder em torno da sua figura. Segundo Chanlett-Avery e Rinehart (2014), esse episódio pode demonstrar a concentração de poder em torno do novo líder e um afastamento da China:

[...] a morte de Jang prenuncia incerteza sobre o regime em várias dimensões. Primeiro, indica ousadia de Kim, o que poderia levar a ações mais provocantes e imprevisíveis no futuro. Em segundo lugar, o efeito inibidor sobre a elite em Pyongyang poderia levar à instabilidade interna [...]. Em terceiro lugar, o expurgo de Jang elimina o principal ponto de contato da China com o regime; Jang havia sido visto como relativamente amigável para reformas econômicas ao estilo chinês e para os laços econômicos. A política externa dos EUA para a Península depende, em grande medida, da influência de Pequim sobre Pyongyang. Esse episódio pode ter consequências importantes para a forma como os EUA se aproximam da Coreia do Norte. Os

desdobramentos oferecem um caminho incerto à frente para as relações Norte-Sul. Apesar de Kim Jong-Un ter defendido a necessidade de construir laços mais fortes com a Coreia do Sul em seu discurso de Ano Novo, Pyongyang, posteriormente, rejeitou a proposta de Seul para retomar reuniões entre coreanos idosos separados pela Guerra da Coreia. Observadores notaram um degelo nas relações Norte-Sul no último semestre de 2013, com a reabertura do Complexo Industrial de Kaesong, em setembro depois de seu fechamento em abril. Embora a Presidente da Coreia do Sul, Park Geun-Hye, não tenha abandonado sua política declarada de construção de confiança com a Coreia do Norte, a falta de previsibilidade torna suscetível o sufoco até mesmo de exercícios modestos desta abordagem (CHANLETT-AVERY e RINEHART, 2014).

Entretanto, cabe destacar que o processo de expurgo de Jang Song Taek tem outras várias implicações, tanto para as disputas políticas internas no país comunista, quanto para o engajamento do país no plano regional. Nesse sentido, a execução de Jang pode ser o resultado das disputas internas quanto à postura que o país deve adotar em relação aos seus vizinhos. Oficialmente, Jang foi acusado de traição e de conspiração contra o regime comunista (KOREA NEWS SERVICE AGENCY, 2013), contudo sua execução pode estar ligada diretamente a um processo mais amplo de divergências dos processos de inserção internacional dentro do país. Primeiramente, porque a execução do tio de Kim Jong-Un se distinguiu do padrão de execuções que vinha prevalecendo desde que o Supremo Líder assumiu o poder. Durante seu governo, Jong-Un primou pelos expurgos realizados de forma discreta. Esse padrão de expurgos menos publicizados visavam demonstrar que não havia disputas internas, não havia facções e, muito menos, desafios à liderança do Supremo Líder (WITTMAYER & GROLL, 2013). Por isso, é bastante significativo o fato de a execução ter sido amplamente divulgada.

Nesse contexto, as disputas entre as elites⁹² ligadas à venda de armas, drogas e lavagem de dinheiro parecem estar na origem das divergências quanto a um eventual processo de abertura política. Basicamente, porque para as elites ligadas à venda de drogas e lavagem de dinheiro não interessa uma normalização das relações da RDPC com a comunidade internacional. Especialmente, porque esse processo dificultaria a manutenção da produção de drogas. O tráfico de drogas tem crescido nos últimos anos no país, e, em grande medida, o isolamento do país promove a proliferação desse ilícito. Assim, à medida que um processo de reforma é desencadeado a máfia das drogas e de falsificação de dinheiro tem reagido de forma mais intensa.

⁹² Basicamente, as elites econômicas da Coreia do Norte podem ser divididas em três grandes facções. O primeiro ligado ao comércio de armas, o segundo ao tráfico de drogas e um terceiro à lavagem de dinheiro. Essas elites, especificamente, tornam-se grupos de pressão junto às elites políticas, do Partido dos Trabalhadores Coreanos e das Forças Armadas

Alguns autores afirmam que o expurgo de Jang Song Thaek é uma reação do regime às elites do tráfico de drogas e de dinheiro. Contudo, não é possível afirmar que Thaek estava vinculado a essas elites. O fato é que o evento causador do expurgo e do processo de reafirmação do regime foi a concessão dada ao governo chinês para a construção de uma Zona Econômica Especial na região de fronteira. Thaek e Kim Jong-Un trocaram acusações sobre a legitimidade da concessão. Nesse sentido, ao que tudo indica, a execução de Jang parece ser uma reação do regime em prol das reformas econômicas e da abertura do país. Os indícios que corroboram essa tese é o suporte que o regime chinês deu à execução do tio de Kim Jong-Un, e os sinais de afrouxamento que vieram quase que simultaneamente: a liberação de uma turista americana que estava presa há cerca de um mês, aproximação com a Coreia do Sul - mais intensa, tanto no aprofundamento das relações econômicas em Kaesong, quanto na iniciativa em permitir o reencontro das famílias coreanas separadas pela guerra (CHA, 2013). Esse panorama, todavia, não reflete um processo unidirecional de abertura ou de reformas do país.

Desde a recente crise na Península, a China tem buscado pressionar o regime norte-coreano em prol de uma reformulação econômica e política. Jang era um dos principais articuladores junto ao governo chinês desde o regime de Kim Jong-Il. Entretanto, isso não representou nenhum avanço significativo no aprofundamento das relações entre os dois países. Assim, a execução de Thaek pode indicar que o Supremo Líder tem procurado avançar nesse processo de aproximação com a China.

Por outro lado, esse episódio pode indicar que as disputas entre o Partido dos Trabalhadores Coreanos (PTC) e as Forças Armadas do país estão no cerne desses desdobramentos políticos. Existem vários indícios de que ocorreram rodadas de reuniões entre o PTC e Partido Comunista Chinês. Ou seja, o PTC era um dos principais eixos de influência que a China utilizava para articular uma adequação da Coreia do Norte aos seus interesses no Leste Asiático. Portanto, o expurgo ocorrido pode refletir a reação das alas conservadoras do exército, já que o PTC vinha ganhando força dentro do processo decisório-político da RDPC (CORDESMAN & HAAS, 2013; CHANLETT-AVERY e RINEHART, 2014). Nesse processo não há uma clareza na posição do novo líder. Ora há um tímido fortalecimento das tendências reformistas, ora há um reforço dos ímpetos conservadores.

Basicamente, pode-se dizer que os dois primeiros anos de governo de Jong-Un não demonstraram que a transição política no país introduziu uma centelha de mudança no que tange

à abertura do regime. Embora tenha buscado distanciar sua imagem da de seu pai, o novo líder não logrou enfraquecer as correntes políticas conservadoras que predominam no país. O expurgo de Jang Song Thaek pode representar uma reação às tendências contra-reformistas existentes dentro da elite norte-coreana. Dadas as disputas políticas internas, especialmente no que tange à aproximação com a China, há a possibilidade de refletir a busca de Kim Jong-Un por consolidar seu modelo de reformulação da economia do país. Assim, o novo líder acabou por concentrar mais poder em torno de sua liderança e fortalecendo a corrente predominante que defende a manutenção do arsenal nuclear como único meio de vertebrar a capacidade de resiliência do país. É disso que surge um paradoxo, pois por um lado Kim Jong-Un fortaleceu a rigidez do regime e tem se apoiado nas alas militaristas do exército que defendem uma postura externa mais agressiva. Contudo, é justamente esse fortalecimento que viabiliza a normalização das relações com os vizinhos e mesmo um processo de abertura do país, visto que o líder angaria mais respaldo para suprimir as elites ligadas ao tráfico de drogas e à falsificação de dinheiro. Nesse sentido, o expurgo de Jang Song Thaek pode refletir esse processo de condenação dessas elites contra-reformistas. Mesmo no que diz respeito ao tráfico de ilícitos, as alas do exército ligadas ao tráfico de armas são as que não perderiam com a normalização das relações com o exterior e muito menos com a abertura do país. Basicamente, porque isso ampliaria o acesso a mercados de armas de baixa incidência tecnológica na África, América Latina e Ásia.

É prematuro afirmar se as oscilações na política externa são apenas derivadas das disputas políticas internas. Mais do que isso, se esse processo conduzirá a um isolamento maior do regime, ou se o país conseguirá se rearticular de forma mais efetiva com a China, ou mesmo com a Coreia do Sul. O fato é que a RDPC não pode lançar mão de sua parceria com a China. Especialmente, porque os índices de segurança alimentar têm deteriorado em termos relativos, e não é de se esperar que o país consiga se manter isolado por muito tempo.

Nesse contexto, a avaliação da política externa norte-coreana demanda uma verificação das disputas políticas internas. Os dois processos estão intimamente conectados. Se, em um primeiro momento, Kim Jong-Un relativizou o Songun, posteriormente - em especial após o desfecho da Crise na Península - essa tendência foi revertida. Assim, no curto prazo não é de se esperar grandes mudanças nas oscilações de comportamento em termos regionais da RDPC. Durante o governo de Kim Jong-Il, o concerto político interno refletia uma unidade concentrada nas formulações que advinham do exército. Porém, desde que Jong-Un assumiu o poder, esse

panorama mudou bastante. Pode-se afirmar que o novo líder ainda busca construir uma base de sustentação política. Processo dificultado pelas diferentes visões predominantes nas duas grandes instituições que vertebram o poder político na RDPC: o PTC e as Forças Armadas. Tendo em vista a cultura política supracitada, pode-se afirmar que, mesmo que possuísse ímpetus reformistas, o processo de reformulação do regime não seria um processo fácil nem unidirecional. Isso influencia, conseqüentemente, na inserção internacional do país.

4.1.4 Considerações sobre a PES da Coreia do Norte para o Leste Asiático

Desde que Kim Jong-Un assumiu o poder na RDPC, o regime norte-coreano em linhas gerais manteve o perfil de inserção internacional que norteou as ações do país nas últimas décadas. Nesse sentido, a Política Externa e de Segurança do país tem visado à obtenção da normalização das relações do país com a comunidade internacional: em termos práticos, a assinatura de um tratado de paz com os EUA que permita à reinserção do país no Sistema Internacional. Dessa forma, o país poderia alavancar um processo de atração de investimentos externos e alavancar uma revitalização da economia do país.

A maneira pela qual o país tem consolidado essa busca tem sido através da utilização das provocações externas. Nesse sentido, a crise na península desencadeada no início de 2013 demonstrou que o regime norte-coreano estava disposto a levar a escalada de provocações ao limite com vistas a agendar as relações regionais. Cabe destacar que esse processo de uso do brinkmanship esteve aliado às disputas políticas internas sobre o processo de reformas que timidamente se iniciou após a morte de Kim Jong-Il.

Desde a transição de poder de Kim Il-Sung para Kim Jong-Il, as disputas políticas entre o Partido dos Trabalhadores Coreanos (PTC) e as Forças Armadas norte-coreanas têm pautado o perfil de inserção internacional do país. Além disso, essas disputas se vinculam às divergências que existem dentro dessas instituições, especialmente, no que tange aos interesses das diferentes correntes da elite do país. Nesse contexto, a economia ligada às atividades ilícitas, como tráfico de drogas, dinheiro e armas, também exerce um papel relevante na estabilidade política interna. Claramente, parte significativa das elites que praticam essas atividades ilícitas (especialmente, ao tráfico de drogas e à falsificação de divisas), não tem interesse na abertura do país. Assim, é de se esperar que as disputas entre as elites dificultem um processo de reforma econômica e política e, conseqüentemente, de normalização das relações exteriores do país.

Nesse sentido, o expurgo de Jang Song Thaek reflete esse processo de divergências entre as facções dentro do partido e do Exército. Por isso, é de se esperar que ainda hajam oscilações na postura externa, dada essas dificuldades de unanimidade quanto ao projeto que o país deve adotar. Embora, a execução do tio de Kim Jong-Un tenha sido apresentada pela mídia da Coreia do Sul e dos Estados Unidos como um processo de retrocesso na disposição do país em se abrir, um enrijecimento do regime comunista, não é de se esperar que isso reflita, verdadeiramente, uma ampliação do fechamento do país.

O maior reflexo disso são os sinais de afrouxamento dados pelo regime de Jong-Un, como a permissão para a reunião das famílias separadas pela Guerra da Coreia, e recepção à delegação chinesa para tratar da questão nuclear (PEOPLE'S DAILY, 2014). Cabe destacar que as relações da China estão no cerne da capacidade de resiliência do regime norte coreano. O governo chinês, que historicamente tem apoiado o regime norte-coreano, vem buscando aprofundar a pressão sobre o regime de Kim Jong-Un.

Embora durante a crise da península em 2013 o governo chinês tenha sinalizado com restrições ao regime da RDPC, atualmente os dois países parecem ter se reaproximado. Recentemente, o governo chinês afirmou que não está disposto a permitir que seu vizinho seja invadido, ou agredido de qualquer forma. Essa sinalização é um claro indicativo de que a China está ampliando sua rede de proteção ao regime de Kim Jong-Un. Principalmente, porque essa disposição transcende o que está disposto no Tratado de Cooperação e Defesa Mútua de 1961 entre os dois países. Por outro lado, é natural, dado esse panorama que o governo chinês aumente a pressão sobre o regime norte-coreano visando uma abertura paulatina da economia. O governo de Xi Jinping tem tido uma postura mais ostensiva em relação à RDPC, demonstrando que o país está no cerne da sua política externa para a região. Ao contrário do que prevalecia durante o governo de Hu Jintao, quando a preparação militar da China estava voltada para a execução de uma Operação humanitária em caso de colapso, o governo de Xi tem investido no desenvolvimento de veículos autopropelidos e tanques de grande porte. Tendo em vista que os outros possíveis teatros de guerra da China não permitem a utilização desses veículos (Taiwan, Índia), ao que tudo indica a China tem se preparado para uma guerra na península. Isso mostra a centralidade que o balanço de forças na península tem para o país. Afinal, se por um lado, para a China o regime norte-coreano é chave como espécie de Estado-tampão frente à presença

estadunidense no Leste Asiático; por outro, a postura agressiva do país estimula e justifica a presença das forças dos EUA na região.

Nesse sentido, as relações da RDPC com a Coreia do Sul são basilares para a compreensão da inserção internacional do país. Durante o governo de Lee Myung-Bak, as relações entre os dois países recrudesceram significativamente, especialmente após o afundamento da Corveta Cheonan e do ataque às ilhas Yeongpyeong. A Coreia do Sul àquela altura claramente adotou uma postura de confrontação com o norte. Entretanto, desde que a presidente Park Geun-Hye assumiu o governo de Seul, as relações entre os dois países tiveram uma melhora. O governo sul-coreano tem procurado estabelecer uma política de construção de confiança mútua, evitando aprofundar as tensões entre os dois países. Porém, assim como na RDPC, existem divergências internas quanto ao engajamento externo do país.

Em termos militares, a preparação da RDPC, baseada na fortificação do país e na militarização de toda a população, está baseada na assimetria de forças existente na península. Já a Coreia do Sul, por sua vez, tem investido na modernização de suas forças armadas visando a consecução de uma conflagração rápida e eficiente, aos moldes do que foi empreendido no Golfo em 1991, ou Líbia em 2011. Nesse sentido, busca orientar o seu plano de modernização para a supressão aérea das defesas anti-aérea da Coreia do Norte. Basicamente, busca destruir a cadeia de comando e controle da RDPC, através da destruição dos sítios de SAM (mísseis superfície-ar). Ou seja, a Coreia do Sul tem pautado sua Estratégia, Operações e Doutrina (EOD) na execução de uma guerra preemptiva, baseada na superioridade tecnológica e nos preceitos de Jomini - que o ataque é a melhor maneira de obter a vantagem na confrontação com o norte (CORDESMAN & HESS, 2013; MARTINS, 2008). Segundo Cordesman & Haas (2013), o problema, todavia, é que a preparação promovida por Seul é baseada na correlação de forças do passado e atual. Ou seja, não há uma preocupação com uma eventual mudança no padrão de correlação de forças entre China e EUA por exemplo.

Por fim, cabe destacar que os principais objetivos da Política e Externa e de Segurança da RDPC são pautados pelas interações do país com os EUA. A busca por um acordo de paz e manutenção do regime está no cerne das provocações que o país tem feito nos últimos anos. Tendo em vista que o panorama econômico desastroso e sem perspectivas claras de superação introduzem um dilema para o país: por um lado, precisa ampliar o processo de reformulação e abertura para refundar as bases de sua economia; por outro, esse processo geraria novos

interesses, novas elites, o que traria mais instabilidade para o regime manter-se. Nesse sentido, obter um acordo de paz com os EUA é premissa para a atração de investimentos estrangeiros. Cabe destacar que é pouco provável que a RDPC escale as provocações a ponto de deflagrar uma guerra na península. Especialmente, porque o país não tem condições de arcar com os custos físicos, financeiros e políticos de uma conflagração. Entretanto, o país tem a necessidade de normalizar as suas relações com seus vizinhos e, além disso, resolver a crise humanitária e energética que assolam o país. A RDPC ainda procura obter uma iniciativa mais ostensiva por parte do governo Obama. Desde que assumiu seu mandato, Barack Obama implementou uma política denominada de “Paciência Estratégica”, e assim não tem investido na ampliação dos canais de diálogo com a Coreia do Norte (CHANLETT-AVERY & RINEHART, 2013).

Claramente, as relações externas da RDPC, os interesses dos vizinhos e as disputas políticas internas, se vinculam e moldam o quadro de inserção externa do país. Em termos gerais, pode-se afirmar que a RDPC deve continuar oscilando seu comportamento externo. Apesar de parecer uma demonstração de imprevisibilidade, é justamente a oscilação o padrão que norteia as relações do país com a região. Isso se deve ao fato de que o único artifício que o país dispõe é a capacidade de agendar a pauta securitária regional. Assim, a posse das armas de destruição em massa e a ameaça de seu uso é o único mecanismo que os norte-coreanos dispõem para assegurar a manutenção do regime e buscar vantagens econômicas que permitam a sobrevivência do país. Pode-se dizer que a RDPC sofre com as consequências da Guerra da Coreia até hoje. Não há como não reconhecer a incrível capacidade de resiliência do país diante das inúmeras tragédias que assolaram o país. Primeiro, o país sobreviveu à colonização japonesa, cuja opressão transcendeu o campo econômico e político, deixando marcas sociais e humanitárias profundas. Segundo, ao conseguir se reconstruir após a guerra de destruição promovida pelos Estados Unidos quando da sua retirada após a intervenção chinesa. Além disso, o país resistiu à queda do seu principal aliado, a URSS, e vem conseguindo sobreviver às sanções e pressões econômicas exercidas pelos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. Esse panorama demonstra a imensa determinação do país em manter sua trajetória política, o seu direito à autodeterminação.

4.2 A Política Externa e de Segurança (PES) da República da Coreia

Essa seção tem como objetivo avaliar a Política Externa e de Segurança (PES) da Coreia do Sul. Nesse contexto, procura avaliar quais são os principais condicionantes e iniciativas implementadas pelo governo de Seul no sentido de se consolidar como Grande Potência. Desde o

final da Guerra Fria, a Coreia do Sul tem vivenciado um período de consolidação de seu crescimento econômico e da ampliação da sua importância política no contexto regional. Esse processo que é derivado das reformas econômicas implementadas no país ainda na década de 1960, trouxe desafios para a inserção internacional do país e para o seu relacionamento com os vizinhos.

Nesse contexto, a Coreia do Sul vem se tornando um ator cada vez mais atuante na dinâmica regional de segurança. Especialmente, porque o plano de modernização militar adotado pelo país ainda no final da década de 1990 durante o governo de Kim Dae Jung, tem elevado as condições do país de atuar no plano regional. Além disso, a modernização das Forças Armadas sul-coreanas permitiu que o país pudesse refundar sua preparação militar em relação ao Norte. Basicamente, Seul prepara-se para uma guerra preemptiva rápida que permita suprimir as defesas aéreas e as linhas de suprimentos da Coreia do Norte.

Embora, as relações com o Norte estejam no cerne da PES da República da Coreia, as relações com seus vizinhos são igualmente relevantes para a inserção internacional do país. Nos últimos anos, a Coreia tem tentado deixar de ser esmagada por dois gigantes. Nesse sentido, o país tem buscado mediar as relações entre China e Japão, ora se aproximando de um, ora de outro. Em linhas gerais, o que a Coreia tem buscado evitar é a integração entre os dois vizinhos na qual seja colocada à parte, ou que tenha um papel menor. Cabe destacar que as interações com os vizinhos são pautadas pela relação da Coreia do Sul com os Estados Unidos. A aliança entre os dois países está no âmago da formação do Estado Sul-Coreano, e remonta aos anos 1940. Assim, é de se esperar que a inserção internacional do país asiático seja definida pela atuação dos EUA no Leste Asiático.

O atual governo sul-coreano, liderado pela presidente Park Geun-Hye, tem buscado remodelar a Política Externa e de Segurança do país. Diferentemente, de seu antecessor que focou na consolidação de uma imagem globalista da Coreia, através do estreitamento dos laços com os Estados Unidos, Park tem procurado avançar na aproximação tanto com a Coreia do Norte (estabelecimento de confiança mútua), quanto com a China.

Dado esse panorama, para atingir seu objetivo, essa seção avaliará as principais diretrizes que têm sido adotadas pelo governo sul-coreano. Primeiramente, se fará uma breve análise do governo de Lee Myung-Bak, para a compreensão da evolução da política externa do país. A seguir, será analisado o governo de Park Geun-Hye e a hipótese da Coreia do Sul estar

atravessando uma revolução nacional. Como indicadores, serão considerados o processo de modernização militar empreendido desde o final da década de 1990, o contexto econômico, os indícios de transição tecnológica e o panorama energético no país. Nesse sentido, serão consideradas as relações regionais do país, nomeadamente com China, Japão e Rússia, bem como com os Estados Unidos.

4.2.1. O Governo de Lee Myung-Bak

Logo que assumiu o governo, Lee Myung-Bak buscou rever a política de aproximação que o país mantinha com a Coreia do Norte e procurou aprofundar as relações com os Estados Unidos. Sua vitória foi o retorno da agenda conservadora na política sul-coreana. Após um interregno de dez anos (1997-2007), os conservadores voltaram ao poder e, assim, acabaram sendo suprimidas a afirmação da Sunshine Policy e a prioridade dada ao engajamento regional em detrimento à aliança com os Estados Unidos. Basicamente, Myung-Bak procurou implementar uma agenda globalista, que priorizava a adoção de tratados bilaterais de livre-comércio e o engajamento do país em Operações de Paz das Nações Unidas. Nesse sentido, o país procurou atuar como o gendarme estadunidense no Leste Asiático, substituindo o Japão como aliado preferencial.

Assim, Lee manteve um relacionamento com os vizinhos bastante distanciado. Esse perfil de inserção regional refletiu-se em uma postura desagregadora frente aos processos de integração na região. Em 2009, quando da formação da Comunidade do Leste Asiático entre China, Japão e Coreia do Sul, apesar de ter assinado a formação da Comunidade, o país não se engajou de forma incisiva no processo de integração. Em termos práticos, o governo sul-coreano reagiu às pressões centrípetas do processo de integração regional estimulando a rivalidade com a Coreia do Norte e fomentando as divergências entre China e Japão. Ao fomentar essas rivalidades, a presença dos EUA na região foi ampliada.

O incidente com a Corveta Cheonan em 2010 é um indicativo dessa política. Apesar das divergências existentes quanto às causas do afundamento da corveta, o governo de Lee Myung-Bak prontamente cortou as linhas de assistência humanitária que eram fornecidas à Coreia do Norte e adotou mais restrições no comércio entre os dois países. Nesse sentido, reverteu a política de aproximação e de construção de confiança mútua que prevalecia desde 1997, quando foi adotada pelo presidente Kim Dae Jung. Assim, a Coreia do Sul passou a adotar uma abordagem cautelosa e defensiva em relação à Coreia do Norte.

A adoção de uma visão globalista na política externa da Coreia do Sul levou, portanto, a um enrijecimento das relações com os vizinhos. As relações da Coreia do Sul com a China e com o Japão, durante esse período foram pautadas por ambivalência: de um lado, ampliou-se a interdependência; por outro, aumentou a rivalidade. A China se tornou o principal parceiro econômico da Coreia do Sul e, além disso, a RDC não vê a China como uma potencial ameaça as suas pretensões territoriais. Já as relações com o Japão são, nesse sentido, a principal exemplificação desse processo de enrijecimento. Apesar dos dois países terem aumentado a coordenação política em relação à Coreia do Norte, a ampliação da rivalidade ocorreu em várias esferas. Em termos securitários, a Coreia do Sul aumentou as reivindicações em relação à posse das ilhas Dokdo/Takeshima localizadas no Mar do Japão (MANYIN ET AL, 2013). Em termos econômicos, a Coreia do Sul ampliou a agressividade comercial através da redução dos impostos para exportação e passou a competir em vários mercados de tradicional inserção japonesa, como no sudeste asiático e Oriente Médio. Além disso, os conglomerados sul-coreanos passaram a tentar adquirir empresas japonesas, como uma maneira de ampliar a verticalização do acesso a mercados.

Nesse sentido, a Coreia do Sul fortaleceu sua busca por se tornar o aliado preferencial dos Estados Unidos na região. Foi durante o governo Lee que a Coreia do Sul aumentou sua participação em Operações de Paz da ONU, assim como seu engajamento na política global de Guerra ao Terror dos EUA, como é o caso das tropas no Iraque⁹³ (SNYDER, 2009). Segundo Mayin (2013), durante o governo de Lee Myung-Bak a aliança entre EUA e Coreia do Sul passou a ser chamada pelos oficiais dos EUA como um pivô de estabilidade e segurança na região Ásia-Pacífico. O fortalecimento das relações com os EUA desembocou em duas consequências essenciais: a prorrogação em 2010 do mandato do OPCON (Controle Operacional sobre as Forças Armadas na Coreia do Sul) até 2015; e o aprofundamento do Acordo de Livre-Comércio entre a RDC e Estados Unidos em 2010.

Essas iniciativas estavam ancoradas na procura sul-coreana em se tornar o pivô da estratégia estadunidense para a Ásia. Esse processo de aprofundamento das relações com os Estados Unidos levou a Coreia do Sul a buscar participar da Parceria Trans-Pacífica (TPP) e assim estar no cerne da estratégia econômica dos Estados Unidos de contenção da China. Nesse contexto, a experiência de gestão corporativa experimentada pelos chaebols sul-coreanos - que

⁹³ A Coreia do Sul chegou a manter um contingente de cerca de 4 000 homens no Iraque.

em muitas ocasiões exercem funções de Estado, financiando pesquisa e desenvolvimento, educação e saúde, por exemplo - seria essencial para o gerenciamento do TPP. A Parceria Trans-Pacífica é um dos pilares da estratégia estadunidense para a Ásia e é baseada na gestão corporativa, com as empresas assumindo um papel mais assertivo sobre as economias nacionais. Sob a égide do TPP, as empresas transnacionais assumem papel legislador quanto a questões ambientais, trabalhistas e comerciais. Assim, os Estados perderiam parte de sua soberania em detrimento das empresas transnacionais. Nesse contexto, a experiência sul-coreana com os chaebols poderia ser central para o gerenciamento do TPP e para implementação desse modelo de governança corporativa.

Cabe destacar que o governo de Lee Myung-Bak foi a consolidação do modelo neoconservador na política externa sul-coreana. Em termos gerais, as relações regionais foram deterioradas, sendo as rivalidades com o Japão especialmente fomentadas. Essencialmente, pode-se afirmar que o perfil de inserção da Coreia do Sul foi marcado por uma ambivalência no plano regional: se, por um lado, ampliaram-se os laços econômicos e a interdependência entre os países da região; por outro, aumentou a distancia dos vizinhos e a aproximação com os Estados Unidos. Assim, os processos de integração no Leste Asiático foram parcialmente retardados pela atuação sul-coreana. Basicamente, pode-se afirmar que o governo de Lee Myung-Bak ao adotar uma política globalista, retomou um padrão de comportamento externo que o país adotara durante o início do século XX: a procura por uma aliança com uma potência extrarregional para balancear o equilíbrio regional. Desde 2009, Coreia do Sul e EUA aceleraram o processo de transformação de sua aliança, ampliando o escopo, que antes era voltado apenas à contenção da Coreia do Norte para uma parceria regional e mesmo global.

4.2.2 O Governo Park Geun-Hye: a possibilidade da Terceira Revolução Nacional

A eleição de Park Geun-Hye reverteu a tendência globalista da política externa da Coreia do Sul implementada por Lee Myung-Bak. Embora, seja pertencente ao mesmo partido de seu antecessor, o Partido Saenuri, logo no início de seu mandato a presidente Park buscou se aproximar da China e lançar uma nova política de engajamento com a Coreia do Norte. A adoção da trustpolitik reordenou as prioridades de engajamento do governo sul-coreano coreano no âmbito regional e global.

A política externa do governo de Park foi reordenada em três vertentes principais: I) Coreia do Norte; II) Plano regional, Japão e China; e III) a manutenção da atuação global em

articulação com os EUA. Nesse contexto, a presidente buscou se afastar da política de rivalidade com os vizinhos, e voltou a priorizar a harmonização das relações com a Coreia do Norte, como ocorrera durante os governos progressistas que antecederam o governo de Lee Myung-Bak. Em termos práticos, propôs o lançamento da Iniciativa de Cooperação e Paz no Nordeste Asiático. Basicamente, procurou defender a afirmação asiática, sugerindo que a Ásia poderia seguir um caminho distinto do que a Europa havia seguido: de confrontação e competição. Por isso, segundo Park (2012), esse processo demandaria um engajamento de todos os atores principais da região, promovendo uma ampla reconciliação entre os três principais atores da região: Coreia do Sul, China e Japão. Nesse sentido, a resolução da questão norte-coreana seria um importante passo para a harmonização das relações na região.

Em termos práticos, o novo governo sul-coreano adotou uma política de aproximação com a Coreia do Norte. Essa política de aproximação foi baseada em oito pontos:

- 1) A discussão sobre programa nuclear norte-coreano seria interrompida momentaneamente;
- 2) A assistência humanitária seria desvinculada do relacionamento diplomático e passaria a ter mais transparência quanto à destinação;
- 3) As restrições comerciais entre os dois países que existem desde 2010⁹⁴ seriam diminuídas ou até mesmo eliminadas;
- 4) A cooperação na área de turismo seria restaurada;
- 5) O complexo industrial de Kaesong⁹⁵ seria internacionalizado e expandido;
- 6) O fornecimento de assistência econômica em larga escala e fundos para projetos de reconstrução seriam retomados, conforme as promessas do ex-presidente Roo Moo-Hyun no encontro com Kim Jong-Il em 2007;
- 7) A construção de uma rede de transporte e energia que iria da Coreia do Norte para Coreia do Sul, China, Rússia e Eurásia;
- 8) Um encontro entre os líderes dos dois países, caso fosse ajudar no avanço das relações entre os dois países.

⁹⁴ Em 2010, logo após o incidente com a Corveta Cheonan, quando segundo investigações sul-coreanas e estadunidenses o governo norte-coreano teria afundado uma corveta de reconhecimento sul-coreana, o governo de Lee Myung-Bak adotou uma série de restrições comerciais em relação à Coreia do Norte.

⁹⁵ Atualmente, cerca de cem companhias sul-coreanas funcionam em Kaesong, empregando mais de 40.000 norte-coreanos.

Essa mudança no perfil de engajamento em relação à RDPC enfrentou o primeiro desafio com a eclosão da crise na Península Coreana em fevereiro e março de 2013. Àquela época, apesar de todas as pressões exercidas pelas alas conservadoras das forças armadas sul-coreanas, o governo sul-coreano manteve uma postura discreta. Nesse sentido, a presidente Park procurou evitar adotar quaisquer atitudes que pudessem recrudescer a crise. Esse foi um claro indicativo da procura do novo governo sul-coreano em evitar aumentar a tensão entre os dois países e estabelecer um processo de construção de confiança mútua com os vizinhos do norte.

Entretanto, a política de contenção da Coreia não é planejada de forma individual, alheia aos aliados regionais. Por isso, a política em relação à Coreia do Norte se articulou com uma política de aproximação e construção de confiança mútua com a China. Nesse sentido, a viagem da Park à China em junho de 2013, foi um marco na nova fase de inserção internacional do país e para as relações bilaterais entre os dois países. As relações diplomáticas entre os dois países que começaram há apenas vinte e dois anos, em 1992, atingiram um novo patamar a partir dessa viagem da presidente sul-coreana. A viagem de quatro dias foi a com maior duração feita por um presidente sul-coreano e, além disso, foi composta pela maior comitiva de empresários e políticos na história das relações bilaterais entre os dois países (CHANG, 2013).

A viagem não foi apenas representativa em termos diplomáticos, foi uma oportunidade de expansão das relações econômicas e estratégicas entre os dois países. Nesse sentido, China e Coreia do Sul acertaram a possibilidade de cooperação em termos energéticos na região da Ásia Central e acenaram com a possibilidade de ampliar o comércio bilateral para 500 bilhões de dólares até 2015. Esses indicativos mostram que o governo de Park está procurando reformular a política externa do país para o Nordeste Asiático. Mais do que isso, o governo de Seul está procurando articular junto à China um bloco de pressão sobre o regime norte-coreano e, além disso, substituir o Japão como principal parceiro econômico da China na região.

Esse processo é complementado pela política de esfriamento das relações com o Japão. Sob as alegações de que o governo japonês tem atuado de forma a fomentar as divergências entre os vizinhos, especialmente através do não reconhecimento dos crimes de guerra cometidos pelo Império Japonês na primeira metade do século XX, a Coreia do Sul tem defendido o afastamento do Japão do cerne da concertação regional. Essa política de rivalidade com o Japão que se aprofundou em relação ao governo de Lee Myung-Bak faz parte da estratégia sul-coreana de

aproximação com a China e de substituição desse país enquanto fornecedor de bens tecnológicos para a China e para o sudeste asiático (MANYIN ET AL, 2013).

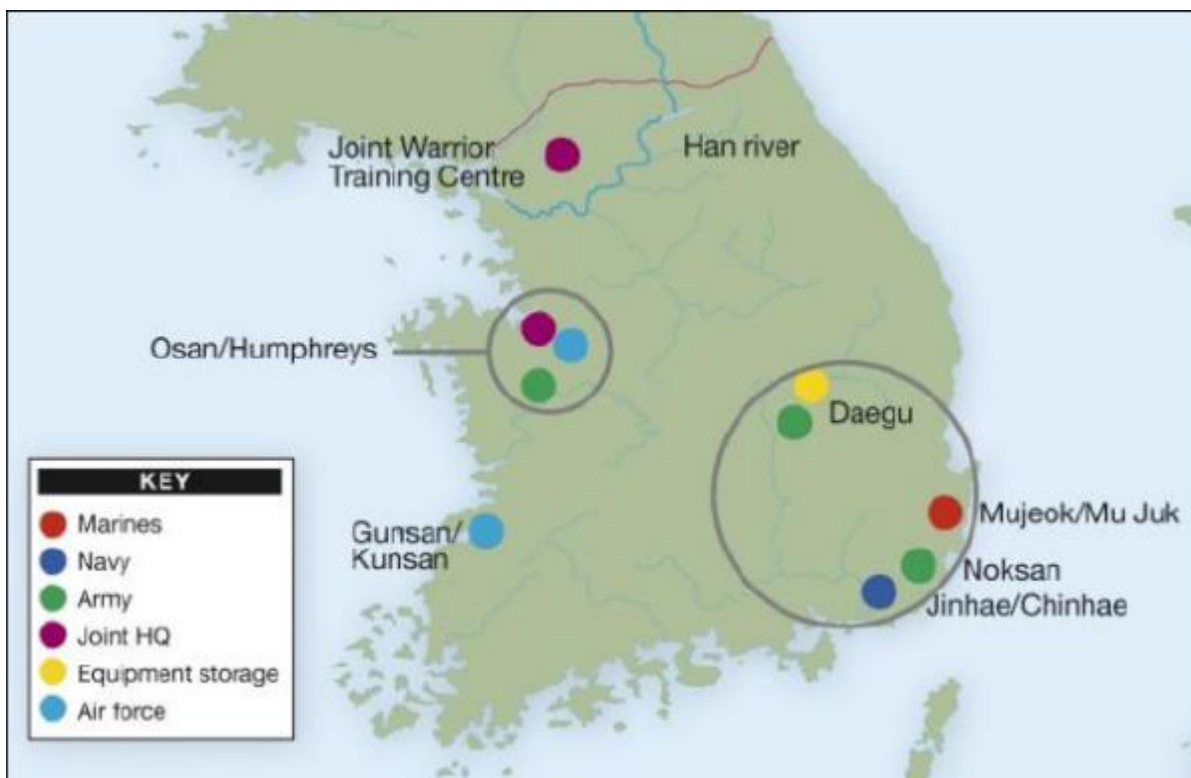
Em relação aos Estados Unidos, a presidente Park manteve a defesa da aliança dos dois países, a política em relação à questão nuclear defendida por Obama e, mais do que isso, afirmou que a parceria com os EUA era vital para a economia da Coreia do Sul e para a inserção internacional do país (PARK, 2013). A parceria com os Estados Unidos está no âmago da manutenção do modelo econômico sul-coreano. Desde a assinatura do acordo de livre-comércio, a Coreia vem buscando ampliar o acesso ao mercado estadunidense, especialmente de automóveis. Cabe destacar que apesar da importância estratégica para a RDC, as relações econômicas com os Estados Unidos não são a principal fonte de sustentação do crescimento econômico do país asiático, afinal desde 2003 a China é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul.

No campo securitário, a Coreia do Sul depende dos Estados Unidos para afiançar sua segurança externa. Além de deter o controle operacional das forças armadas sul-coreanas, os Estados Unidos são o principal fornecedor de equipamentos de defesa para a Coreia do Sul. Além disso, Seul está sob o guarda-chuva nuclear estadunidense. Nesse sentido, a discussão sobre a eventual transferência do controle operacional das forças armadas para o comando sul-coreano encontra obstáculos para que seja implementada. Primeiramente, pois existem grupos de resistência quanto à transferência, tanto nas forças armadas dos dois países, quanto dentro das respectivas elites políticas. Segundo, pois embora tenha adotado um plano de modernização militar há quase duas décadas, a Coreia do Sul ainda é vulnerável frente aos gigantes vizinhos. Assim, em certa medida, a parceria com os Estados Unidos serve como uma segurança para a Coreia do Sul, assim como ocorrera durante a Guerra da Coreia.

Nesse contexto, tudo indica que o futuro da política de defesa da Coreia do Sul seja pautada pela política de segurança dos Estados Unidos para a região. Ou seja, pela política de balanceamento da China adotada pelos EUA. O contingente de tropas estadunidenses na Coreia do Sul é de cerca de 28.500 homens. A figura abaixo mostra a atual disposição das tropas estadunidenses após o deslocamento estabelecido ainda em 2008. Primeiramente, os 9.000 homens que estavam na base de Yongsan, em Seul, foram realocados cerca de 60km mais para o sul da Zona Desmilitarizada, na base de Humphreys em Pyeongtaek. As bases de Osan e Kunsan, núcleos da defesa aérea dos Estados Unidos na península, se mantiveram. A realocação das

tropas estadunidenses estava vinculada ao desengajamento dos Estados Unidos da península. Nesse sentido, os 104 sítios foram reduzidos para 48.

Figura 4.2.1 Bases dos Estados Unidos na Coreia do Sul



Fonte: Manyin et al (2013).

Cabe destacar que esse desengajamento foi revisado a partir do discurso de Barack Obama em Darwin, na Austrália, em 2011. Por isso, a discussão quanto à aliança militar entre os dois países está estreitamente vinculada ao perfil estratégico que os Estados Unidos adotarão para a região. Nesse sentido, as disputas concernentes à implementação do *Air Sea Battle* ou do *Offshore Control*, influenciarão diretamente no papel a ser desempenhado pela Coreia do Sul na estratégia estadunidense para a região. Enquanto que com o JOAC os aliados estadunidenses perdem relevância nas medidas de retaliação à defesa A2/AD (Anti-Acesso e Negação de Área) da China, com o *Offshore Control* a Coreia do Sul, bem como os demais aliados estadunidenses na região, assume um papel de maior relevância na grande estratégia dos Estados Unidos para a Ásia.

Assim, cabe destacar que o papel que a Coreia do Sul pode exercer dentro das relações entre China e Estados Unidos está no cerne do equilíbrio regional no Nordeste Asiático. Primeiramente, pois em termos securitários a Coreia do Sul pode vir a ser parte importante na estratégia de rebalanceamento da China. Se os Estados Unidos optarem por utilizar seus aliados como meio de balanceamento militar da China, a Coreia do Sul possui uma posição privilegiada de acesso ao nordeste chinês. Segundo, e mais importante, é porque a Coreia do Sul pode vir a ser o país capaz de viabilizar o modelo rebalanceamento econômico proposto pelos EUA que é centrado no estabelecimento do TPP, pautado pelo modelo de governança corporativa. Nesse sentido, a experiência dos chaebols e da administração sul-coreana podem vir a ser centrais para a viabilidade do projeto.

Entretanto, essa aliança incontestável com os Estados Unidos está distante de ser consenso entre os sul-coreanos. O governo de Park tem sido bastante incisivo na aproximação com a China, o que tem desagradado aos Estados Unidos (CHANLETT-AVERY & RINEHART, 2014; MANYIN ET AL, 2013). Claramente, o governo de Park tem buscado aprofundar o poder do Estado frente aos grandes conglomerados sul-coreanos. Embora sejam responsáveis por parcela significativa do PIB, Park tem buscado alinhar os interesses das empresas aos do Estado sul-coreano. Nesse contexto, a intenção é convencer os chaebols de que a aproximação com a China é mais lucrativa no curto e médio prazo, dada a complementaridade das economias, e que a concertação com a Coreia do Norte pode trazer a possibilidade de incorporação de mão de obra barata e de matérias-primas. Assim, a indústria automotiva, naval e de semicondutores da Coreia do Sul obterá um importante fator de competitividade no plano internacional.

Claramente, esse processo de reversão da tendência histórica de alinhamento unicamente com os Estados Unidos se mostra bastante complexo. O fato é que a Coreia do Sul tem buscado se fortalecer enquanto potência regional e, nesse sentido, o que o governo de Park parece buscar é a consolidação do país como grande potência. Assim, a Coreia do Sul se coloca novamente diante de um dilema histórico presente no país: a autonomia via integração regional, ou o alinhamento com a potência extrarregional. Nesse panorama, é de se esperar que o país barganhe com os vizinhos (China e Japão especialmente) e com os Estados Unidos simultaneamente.

Contudo, a opção por manter-se como parte do centro imperial não é óbvia. Historicamente, antes mesmo de ser um país, a Coreia sempre foi um Estado tributário de algum centro de decisão externo. Primeiramente, foi tributária do Império Chinês, depois tornou-se

colônia do Japão, por fim, a Coreia do Sul, quando do seu nascimento no período pós-segunda guerra mundial, emerge como pertencente à zona de influência dos EUA. Embora, nos anos 1960, o país tenha atravessado um período de acentuada industrialização e modernização econômica através da forte participação do Estado no processo de decisão econômica e aquisição de capacidades, a Coreia manteve-se como Estado-cliente dos Estados Unidos. Apesar disso, não há como menosprezar a importância desse processo de modernização e crescimento econômico, pois dotaram o país de capacidades tecnológicas e defensivas que podem possibilitar ao país optar pela via autônoma.

Atualmente, a Coreia do Sul pode ser considerada uma potência regional na Ásia-Pacífico, contudo, em certa medida permanece tributária aos EUA (MARTINS, 2008). Por isso, o dilema enfrentado pela Coreia do Sul quanto à sua inserção internacional está estreitamente vinculado à aquisição de capacidades que lhe permitam alçar à posição de grande potência. Dessa forma, o país poderia aventar a possibilidade de relativizar a dependência dos Estados Unidos e optar pela integração regional como maneira de se consolidar em termos regionais. Em termos práticos, ao escolher por continuar sendo parte do Centro Imperial, Seul opta por postergar a saída das tropas estadunidenses, abdicando de seu projeto de modernização das forças armadas via desenvolvimento de capacidades nacionais e da concertação bilateral com a Coreia do Norte, privilegiando o apoio dos EUA para a pacificação da península. Cabe destacar que um eventual alinhamento com a China não implica na escolha automática por uma via autônoma de inserção internacional. Nesse sentido, o perfil de aliança estabelecido com os vizinhos é igualmente central para a definição do projeto nacional que irá prevalecer em sua Política Externa e de Segurança (PES).

Dado esse contexto, a afirmação da Coreia do Sul como Grande Potência é um fator determinante para o equilíbrio regional no Leste Asiático. O fortalecimento da sua posição regional de relevância introduz o país no âmago dos desdobramentos políticos na região. Assim, independente do perfil de inserção escolhido, será central para o balanço regional de forças. Caso a Coreia do Sul opte pela via autônoma de desenvolvimento e inserção regional, tanto o processo de integração, como o aumento da competição com Japão e China podem ganhar força. Caso contrário, a ampliação do vínculo ao projeto estadunidense de rebalanceamento da China fortalece o TPP e viabiliza o estabelecimento de uma alternativa econômica à ASEAN, bem como aos projetos chineses de integração econômica com a Ásia. Destarte, torna-se central

avaliar a possibilidade da Coreia do Sul se consolidar como Grande Potência. Essa possibilidade, nesse sentido, está conectada à afirmação da terceira Revolução Nacional na Coreia do Sul, ou seja, da entrada do país na terceira revolução industrial. Nesse processo, alguns indicadores são centrais para a verificação das condições da Coreia do Sul se tornar Grande Potência: 1) o projeto de modernização militar, 2) a transição tecnológica, 3) a geopolítica da energia e 4) a manutenção do crescimento econômico do país.

4.2.3 O Projeto de Modernização Militar

Desde o final dos anos 1990, a Coreia do Sul tem enfrentado um amplo processo de modernização de suas forças armadas. Os gastos militares da Coreia do Sul vêm aumentando em termos absolutos nos últimos anos e são vinculados ao crescimento econômico do país. Apesar disso, o gasto percentual na proporção do PIB se mantém estável, abaixo dos 3%, há cerca de vinte anos (SIPRI, 2013). Esse processo está nucleado na aquisição de capacidades aeronavais. Logo após a crise econômica asiática de 1997, o governo sul-coreano de Kim Dae Jung adotou medidas keynesianas para revitalizar a economia do país. Entre outras medidas, lançou um plano de modernização das forças armadas a partir do fortalecimento da produção nacional de equipamentos. Assim, através dos estímulos governamentais, os chaebols sul-coreanos elevariam sua produção e alavancariam toda a economia do país. O impulso dado à indústria de defesa serviu como um propulsor para a indústria naval do país, que hoje está entre as principais do planeta. Esse impulso gerou um processo de spillover na economia do país, com a criação de polos navais pelo país. Além disso, esse processo permitiu que o país estabelecesse as bases para diminuir a dependência do fornecimento externo de equipamentos militares que prevalecera desde a fundação do país na década de 1940.

Em 2001, a Coreia do Sul lançou um plano para a construção de uma frota marítima estratégica móvel. O plano incluía a construção de quatro navios de assalto anfíbio da classe Dokdo, e na implementação da segunda fase do programa KDX de construção de navios, ou seja, no comissionamento de uma nova classe de destróieres, a Classe Chungmugong Yi Sun-Shin, que passou a operar em 2003. O programa KDX (Destróier experimental coreano), iniciado em meados dos 1990, consistia no desenvolvimento de três classes diferentes de navios.

A primeira classe de destróieres derivada do programa foi a KDX-I, ou classe Gwanggaeto, o grande (DDH-971, DDH-972 e DDH-973). Composta por três navios (Gwanggaeto, Eulji Mundeok, Yang Manchun), essa classe foi estabelecida para substituir os

navios adquiridos junto às forças armadas estadunidenses que datavam dos anos 1950 e 1960. Com uma tonelagem de cerca de 4000t, similar a uma fragata, essa classe já contava com 48 células MK-48 do sistema de lançamento vertical (similares à MK-41). Entretanto, esse sistema ainda era importado e o país não possuía mísseis produzidos localmente. O KDX-II, classe Chungmugong, é composta por 6 belonaves (Chungmugong; Munmu, o Grande; Dae Jo-Yeong; Wang Geon; Gang Gam-Chan; Choe-Yeong), de tonelagem próxima a 5 500t. A classe Chungmugong, produzida pela Hyundai, conta com 64 células do sistema de lançamento vertical, sendo 32 do modelo K-VLS, desenvolvida pela própria Coreia do Sul. Essa classe já conta com os mísseis de cruzeiro Hyunmoo-III, e apesar da pouca tonelagem, concentra o poder de fogo da frota marítima do país.

Com o lançamento do KDX-III, a classe Sejong, o Grande, a Coreia chegou à última fase da modernização de suas belonaves. O Sejong tem a tonelagem de cerca de 9000 t, e conta com 128 células do sistema de lançamento vertical, sendo 48 do modelo K-VLS, que contam com a importante inovação do mecanismo de disparo a frio. Dessa forma, esses destróieres, que para muitos pode ser considerado um cruzador, contam com um poder de fogo bastante significativo, que permite que essa marinha asiática concentre seu poder de fogo nos destróieres.

A classe Sejong (DDG-991) é baseada nas classes Ticonderoga (CG) e Arleigh-Burke (DDG), mas conta com a inovação do disparo a frio, que permite a classe de destróier ter o poder de fogo de cruzador, e com o sistema de radar Aegis. O número de células do sistema de lançamento vertical é, contudo, superior a classe Ticonderoga e Arleigh-Burke. A classe Arleigh-Burke destaca-se pela função de proteção antiaérea, por ser adaptável ao ambiente de guerra nuclear, química ou biológica, e por seu caráter multifuncional: combate de superfície, antissubmarino, porta-helicópteros, sistemas anti-balísticos (ABRIL 2010).

Apesar de a Classe Dokdo, navio de assalto anfíbio (18000 t), ser a de maior tonelagem, é nos destróieres que a Coreia do Sul concentra o seu grande poder de fogo. Isso só é possível pela adoção dos mísseis de cruzeiro como principal veículo de entrega da capacidade explosiva, e pela inovação do disparo a frio. Além disso, dotar seus destróieres de considerável poder de fogo permite a essa marinha uma maior mobilidade no emprego de força, e torna menos custoso financeiramente, comparativamente à busca pelo desenvolvimento de belonaves ainda maiores. Outra grande vantagem que fica evidente quando da análise da marinha sul-coreana, é a busca pela autonomia produtiva. A ideia de nacionalizar a produção desses navios fomentou a indústria

naval local, enquanto a produção do míssil diminui a dependência do país em relação aos aliados externos. Isso diminui a vulnerabilidade da Coreia do Sul em caso de uma conflagração e impulsiona o estabelecimento de um complexo industrial de defesa. Resumidamente, podemos afirmar que a opção pelos mísseis de cruzeiro denota a busca por aquisição de uma capacidade dissuasória crível a um custo baixo. Além disso, o desenvolvimento desses mísseis e das plataformas móveis de lançamento fornece ao país a possibilidade de no curto prazo ter a capacidade de atingir alvos principais seja na Rússia, na China ou no Japão. Capacidade essencial para uma poder de dissuasão crível no âmbito regional.

Em termos de forças aéreas, a Coreia do Sul tem investido no desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional. Contudo, esse projeto ainda não obteve sucesso. A parceria com a Indonésia para a construção de um avião de quinta geração está estagnada, e a possibilidade de desenvolvimento de turbinas nacionais está inviabilizada por ora. Assim, a Coreia do Sul manteve o projeto de comprar 60 caças de quinta geração no exterior. Atualmente, a frota aérea da Coreia do Sul é composta majoritariamente por caças F-15s. Em 2013, encerrava o prazo para a definição do vencedor da licitação, no entanto, dadas as limitações orçamentárias vis a vis às demandas defensivas a Coreia do Sul acabou por adiar a decisão quanto à compra dos caças. Essa atitude surpreendeu os Estados Unidos, os principais concorrentes na licitação através da Boeing e da Lockheed Martin⁹⁶.

Por fim, a Coreia do Sul emerge como um exemplo de um país em desenvolvimento (a Coreia do Sul está entre as 15 maiores economias do mundo) que desenvolveu um programa de modernização da marinha muito peculiar, adaptado às suas necessidades e limitações financeiras. Basicamente, aliou um programa de nacionalização de sua produção bélica ao investimento em veículos de entrega menos custosos financeiramente, mas com poder de fogo considerável, e um poder dissuasão crível. Entretanto, cabe destacar que atualmente a Coreia do Sul ainda não dispõe de condições para se defender sozinha contra os vizinhos. Esse processo de aquisição de capacidades de dissuasão e de uma marinha de águas azuis está no cerne da possibilidade de projeção de forças além-teatro, premissa básica para a condição de grande potência.

⁹⁶ Os três aviões concorrentes eram os estadunidenses F-15S da Boeing e o F-35 da Lockheed Martin, além do Typhoon Eurofighter de um consórcio europeu. Ao preferir o F-35, a Coreia do Sul manteve inviabilizado o projeto de produção dessa aeronave, considerada a revolução em termos de combate aéreo pelos Estados Unidos.

4.2.4 O Processo de Transição Tecnológica na Coreia do Sul

O processo de transição tecnológica na Coreia do Sul tem evoluído significativamente nos últimos anos. Por transição tecnológica entende-se a aquisição produção de capacidades típicas da terceira revolução industrial, ou seja, consiste em capacidades de operação de satélites de comunicações, robôs, computadores, softwares, sistemas de GPS, telefonia celular.

O maior exemplo desse processo é sucesso no lançamento do satélite NARO-1 em janeiro de 2013. O êxito no lançamento reposicionou o país no concerto regional; afinal, era o único país do Leste Asiático que ainda não tinha realizado um teste desse tipo. A busca pela aquisição de capacidades espaciais existe há anos na Coreia do Sul, portanto, e apesar da parceria com os russos no que tange ao lançamento do foguete, consiste em um claro indício do avanço no país na esfera espacial.

Na Coreia do Sul, a aquisição e o desenvolvimento de tecnologias estão vinculados à criação de dois institutos: o Korea Institute of Science and Technology Information (KISTI) em 2001, que complementou os projetos empreendidos pelo Korea Aerospace Research Institute (KARI) que foi criado em 1989. O KARI é responsável pelo desenvolvimento das capacidades espaciais do país, e controla o Centro Espacial Naro, onde foi desenvolvido o projeto do satélite. Cabe destacar que o KARI vem desenvolvendo projetos de veículos aéreos não tripulados, aeronaves de alta altitude, e um projeto de helicóptero multi-propósito de próxima geração (KARI, 2013). Além desses projetos, o KARI vem desenvolvendo vários projetos de satélites, tais como o KOMPSAT (Satélite Multi-propósito da Coreia, também conhecido como Arirang), o COMS (Communication, Ocean and Meteorological Satellite), e o STSAT (Ciência e Tecnologia satélite).

O KISTI, por sua vez, trata das questões ligadas ao desenvolvimento tecnológico e pesquisa e desenvolvimento. Vale ressaltar que o KISTI tem forte vinculação com os chaebols. A maior preocupação sul-coreana é com o fomento do setor de Tecnologia da Informação, base para a implementação de uma modernização industrial mais ampla. Nesse sentido, o modelo sul-coreano de fomento do processo transição tecnológica está na vinculação entre grandes companhias e pequenas e médias empresas. Esse modelo surtiu efeito: o setor de semicondutores sul-coreano é um dos principais do mundo. A Samsung Electronics e a Hynix, ocupam a 1ª e a 2ª posição mundial no setor de semicondutores de memória, o que em termos práticos corresponde a 50% da produção global de semicondutores. Essa liderança sul-coreana ocorre também no setor

de telecomunicações, no qual o país ocupa o topo do ranking dos países que utilizam internet por cabos de fibra óptica.

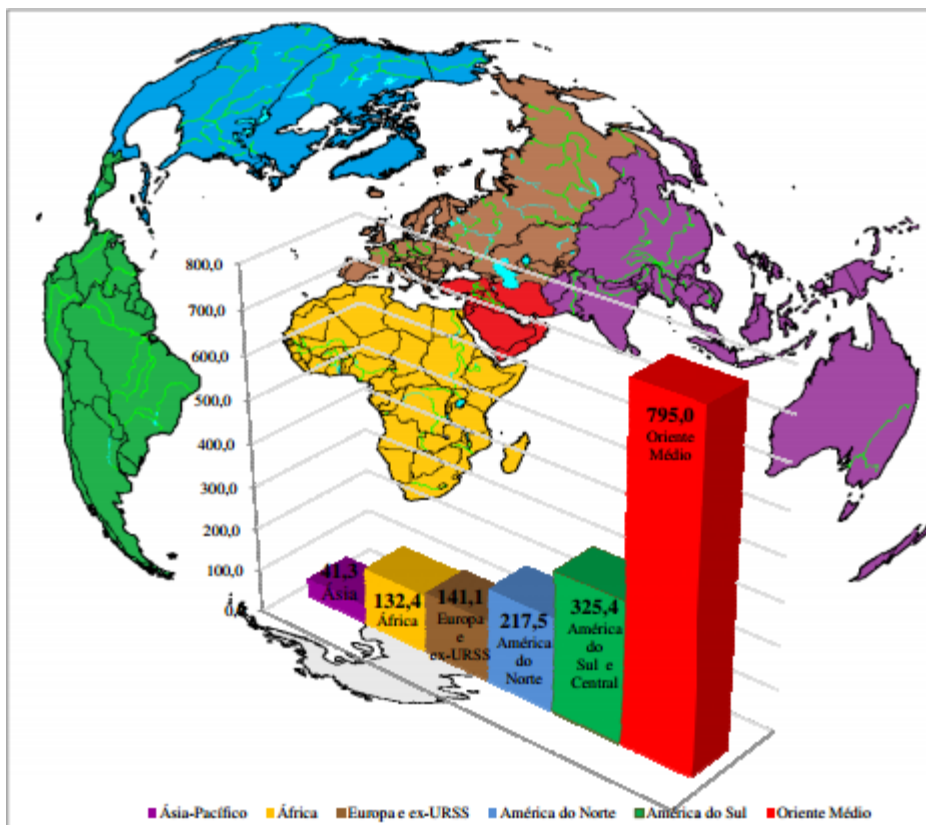
Nesse sentido, a liderança nesses setores contrasta com a escassez de reservas de matérias primas que são necessárias à produção. Assim, a aproximação com a Coreia do Norte aparece como uma alternativa interessante para diminuir a dependência externa do país. Estima-se que a RDPC possua aproximadamente o equivalente a 6 trilhões de dólares em reservas minerais, especialmente de terras raras.

Atualmente, a RDC possui três supercomputadores constantes na lista dos 500 melhores do mundo. Entretanto, o país ainda não possui capacidade de desenvolver superprocessadores. Essa capacidade é central para a evolução das capacidades de comando e controle, ou seja, de projeção de forças no plano regional. Dessa forma, a análise dos indicadores de transição tecnológica demonstra que a Coreia do Sul tem avançado significativamente na aquisição de capacidades tecnológicas da terceira revolução industrial. Embora o país ainda careça de alguns fatores essenciais para a sua consolidação, o estágio de desenvolvimento atingido pelo programa espacial e pela indústria de semicondutores permite que o país almeje realizar uma transição para a era da terceira revolução industrial brevemente. Assim, nesse quesito a Coreia do Sul tem se configurado em um dos países emergentes com maiores condições tecnológicas da atualidade.

4.2.5 A Geopolítica da Energia no Leste Asiático: Estudo de Caso da Coreia do Sul

Analisar a geopolítica energética no Leste Asiático ou na Ásia-Pacífico, exige algumas considerações iniciais referentes à disponibilidade de recursos energéticos e ao perfil do consumo de energia dos principais países da região, destacando-se o da Coreia do Sul nesta análise. Primeiramente, destaca-se que a região da Ásia-Pacífico, excluindo-se a Rússia e incluindo o sul e sudeste da Ásia, e a Oceania, possui reservas petrolíferas provadas de cerca de 41 bilhões de barris. Estas reservas representam menos de um terço do volume total das reservas africanas, são oito vezes menores que as sul-americanas e vinte vezes menores que as reservas petrolíferas do Oriente Médio.

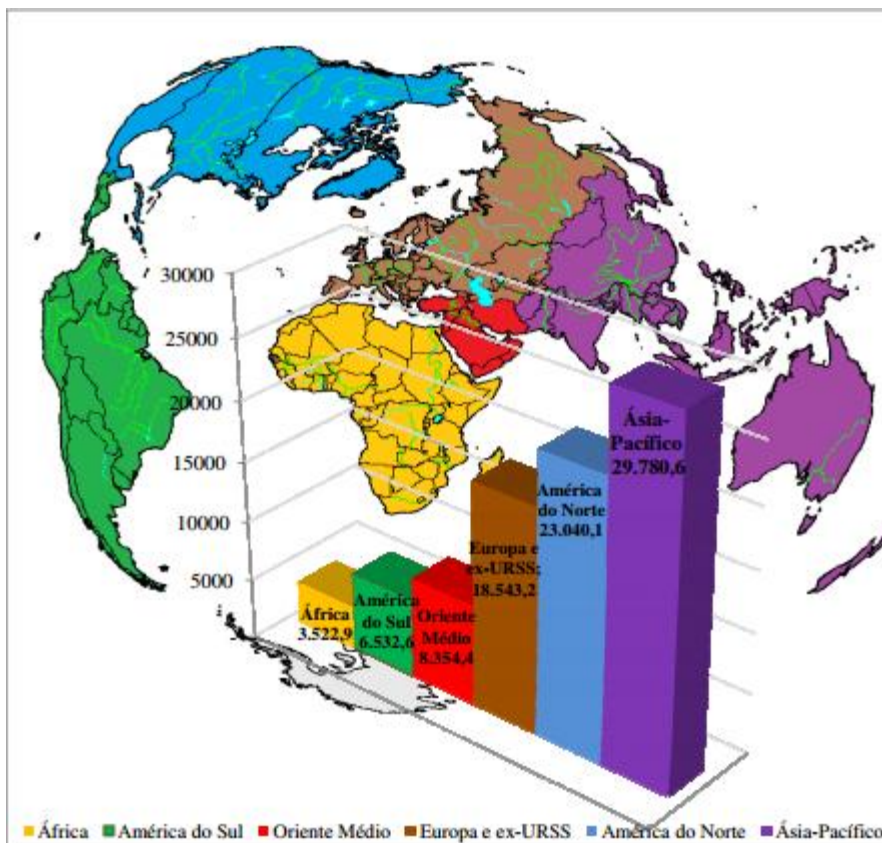
Mapa 4.2.1 - Gráfico da Distribuição Global das Reservas Comprovadas de Petróleo



Reservas em bilhões de barris. Fonte: OLIVEIRA (2012, p. 189), com dados da BP Statistical Review of World Energy 2012.

Contudo, a Ásia-Pacífico é a região mais populosa e a maior consumidora de petróleo no mundo, superando, inclusive, a América do Norte no consumo petrolífero. Considerando o desequilíbrio entre o consumo e a disponibilidade de um tipo de recurso energético fundamental como o petróleo, a Ásia-Pacífico é a região que possui o maior déficit energético do mundo na atualidade.

Mapa 4.2.2 - Gráfico da Distribuição Regional do Consumo de Petróleo



Consumo em milhões de barris/dia. Fonte: OLIVEIRA & BRITES (2014), no prelo.

Dados da BP Statistical Review of World Energy 2013.

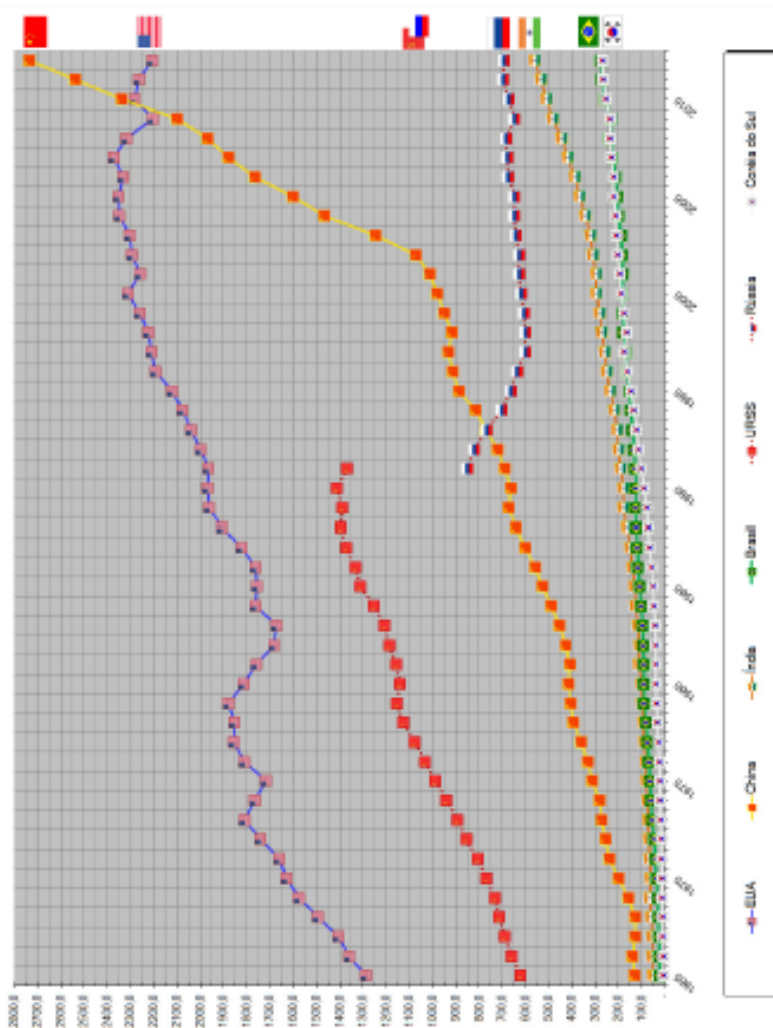
Soma-se a isto que esta região possui mais de três bilhões de habitantes e que o consumo per capita ainda é muito baixo, quando comparado ao da América do Norte ou Europa, e mesmo à ex-URSS, pode-se definir a Ásia-Pacífico como uma região de demanda fortemente reprimida por energia. Considerando que a região está se industrializando e apresenta taxas de crescimento bastante aceleradas, a tendência é que o déficit energético na Ásia-Pacífico torne-se ainda maior nas próximas décadas, ao menos no que diz respeito aos combustíveis fósseis.

Considerando-se o consumo de Energia primária, como um indicador fortemente associado ao desenvolvimento e à capacidade dos Estados de acumularem poder (OLIVEIRA,2012), torna-se interessante detalhar um pouco mais o perfil do consumo energético dos países do Leste Asiático, em comparação com alguns dos maiores consumidores de energia do mundo.

A partir da análise do gráfico 4.2.1, a seguir, pode-se notar que os Estados Unidos e a China são os maiores consumidores de energia primária do mundo, sendo que a China ultrapassou o consumo total dos EUA apenas recentemente, em 2010. O crescimento do consumo energético chinês tem sido bastante significativo, sendo que o país ultrapassou o recorde histórico de consumo máximo de energia primária da ex-URSS (1.413 milhões de TEP em 1989), apenas em 2004. Atualmente a China exibe um consumo de 2.735 milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP), sem sinais de que sua demanda energética está arrefecendo.

Nota-se que após EUA e China, a Rússia desponta como o terceiro maior consumidor de energia primária, com 694 milhões de TEP, sendo o maior consumidor do conjunto dos países da ex-URSS, que consomem 1029 milhões de TEP. A Índia, 5º maior consumidor de energia do mundo, ultrapassou a faixa de consumo da Alemanha em 2004, e do Japão em 2009, atingindo a marca de 563 milhões de TEP em 2012. Embora não estejam no gráfico 4.2.1, Japão e Alemanha ocupam o 5º e 6º lugar entre os maiores consumidores de energia primária, sendo que o consumo japonês atual é de 478 milhões de TEP e o da Alemanha é de 311 milhões de TEP. Estes dois países já consumiram volumes maiores de energia, ao longo dos anos 2000, sendo que o recorde de consumo japonês é 2005 (531,3 milhões de TEP) e recorde de consumo da Alemanha é de 2006, com 339,6 milhões de TEP (BP, 2013).

Gráfico 4.2.1 – Evolução do Consumo de Energia nos EUA, China, Índia, Rússia, Brasil e Coreia do Sul (1965- 2012)



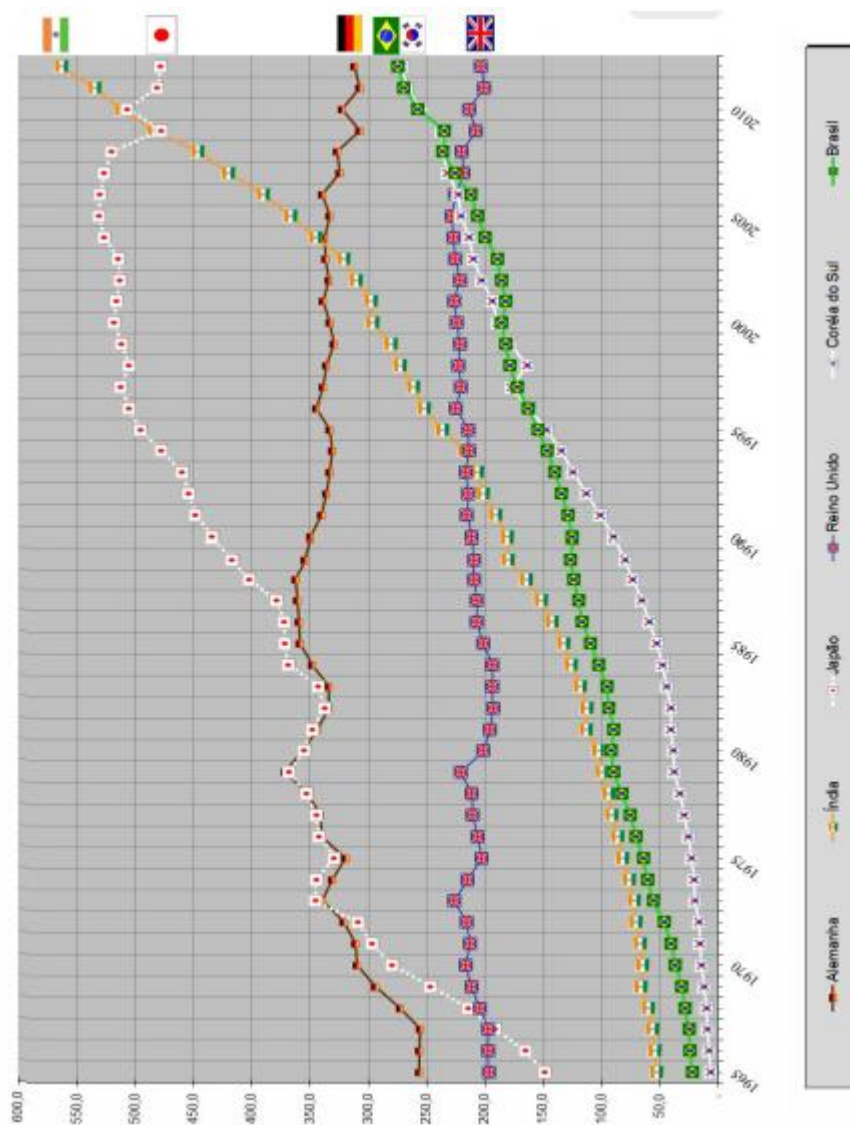
Escala em milhões de barris/dia. Elaborado pelo autor a partir de modelo comparativo utilizado por OLIVEIRA (2012) para analisar a evolução do consumo dos BRICs e dos EUA. Com dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

Logo a seguir, encontram-se o 7º e o 8º maiores consumidores de energia primária do mundo, o Brasil e a Coreia do Sul, que nos últimos 20 anos mantiveram uma média relativamente próxima de consumo energético, estando o Brasil (com um consumo de 274,6 milhões de TEP), apenas um pouco à frente do consumo da Coreia do Sul (271 milhões de TEP). Destaca-se que estes dois países ultrapassaram nas últimas décadas a média de consumo de energia primária de potências tradicionais como o Reino Unido e a França, que atualmente consomem respectivamente 203,5 e 245 milhões de TEP (BP, 2013). Destaca-se, contudo, que a Coreia do

Sul tem uma população muito menor que a do Brasil, mais precisamente, quatro vezes menor que a população brasileira, o que faz com que seu consumo per capita seja bem maior que o do país, ainda mais parecido com o perfil médio do consumo per capita de países da Europa Ocidental. A comparação com potências tradicionais, como Reino Unido e França, mostra-se bastante útil para avaliar a posição destes países emergentes, embora o tipo de energia consumida e o destino final deste consumo (no setor residencial, ou industrial ou de transportes), sejam indicadores interessantes a serem explorados em futuros trabalhos sobre estes países. Para a análise aqui desenvolvida, considera-se suficiente a comparação entre o perfil de consumo total de energia primária destes países, conforme argumento levantado por Oliveira (2012), de que este indicador é interessante justamente para análise comparada da capacidade destes Estados de se desenvolverem, acumularem riquezas e, principalmente, acumular poder em termos relativos.

Assim, tendo países desenvolvidos e que foram ou ainda podem ser considerados potências regionais - como Japão e Reino Unido - como base de comparação, prossegue-se à análise comparada da evolução do consumo energético de países emergentes como Índia, Brasil e Coreia do Sul. No Gráfico 4.2.2, a seguir, pode-se notar que o Reino Unido vem mantendo a mesma faixa de consumo de energia primária praticamente desde 1965, oscilando em torno de 200 a 210 milhões de TEP, com recorde de cerca de 230 milhões de TEP. Neste sentido, o Reino Unido pode ser considerado uma típica potência estagnada ou mesmo decadente, em termos relativos. Diferentemente, o Japão apresenta uma tendência geral de crescimento, apesar de décadas de estagnação, como nos anos 1980 e grande parte dos anos 2000 (BP, 2013).

Gráfico 4.2.2 – Evolução do consumo de Energia no Japão, Reino Unido, Alemanha, Índia, Brasil e Coreia do Sul (1965- 2012)



Escala em milhões de barris/dia. Elaborado pelo autor a partir do modelo comparativo de OLIVEIRA (2012) utilizado para analisar a evolução do consumo energético dos BRICs e EUA. Com dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

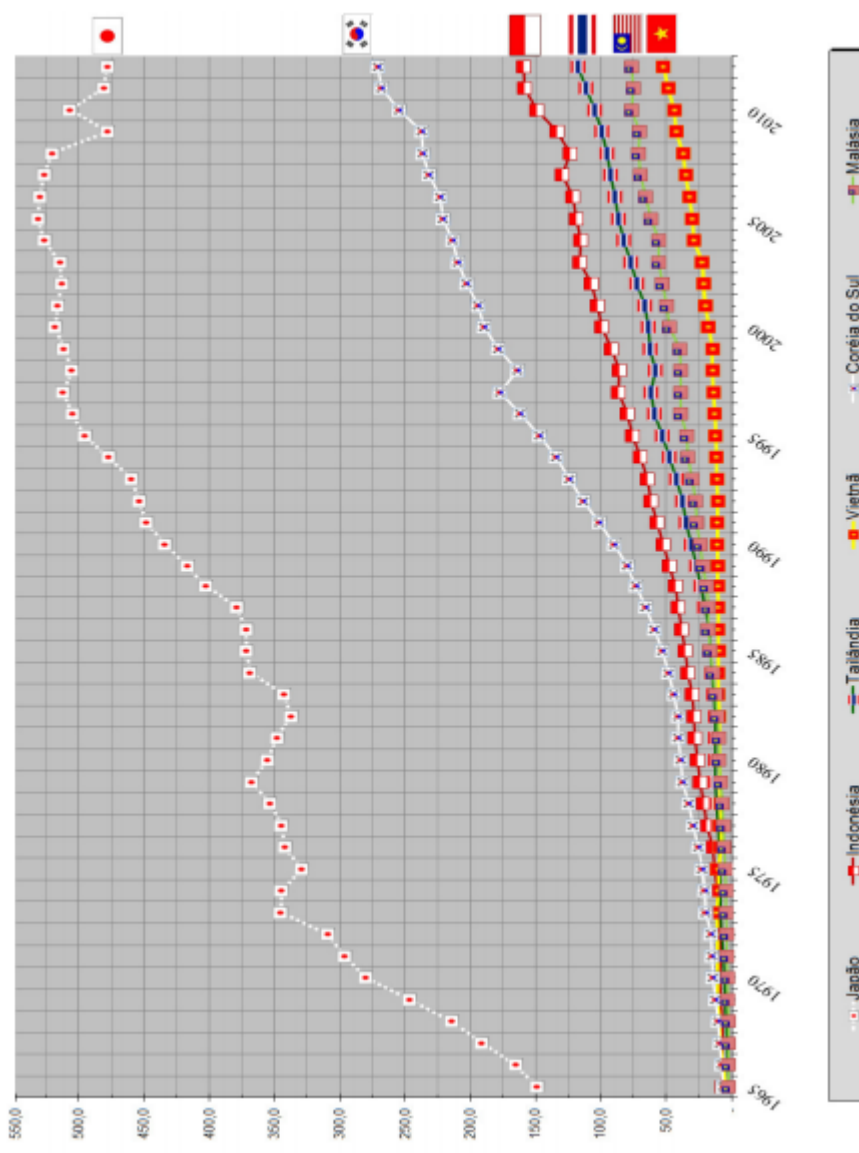
Comparativamente, o Japão ultrapassou a faixa de consumo energético de potências europeias, como o Reino Unido (1969) e a Alemanha (1973). Embora tenha mantido a mesma faixa de consumo que a Alemanha na década seguinte, disputando com este país o posto de 3º maior consumidor mundial de energia em meados dos anos 1970, ambos perderiam tal colocação para a China, que se tornaria o 3º consumidor de energia a partir de 1977. Contudo, o Japão

continuará sendo o quarto maior consumidor de energia ao longo das décadas seguintes, até 2009, quando foi ultrapassado pelo consumo de energia primária da Índia.

Destaca-se que, apesar das diferenças populacionais, Brasil e Índia apresentavam um padrão similar de consumo de energia primária nos anos 1960-1970, sendo que o consumo indiano passou a crescer mais aceleradamente apenas a partir da segunda metade dos anos 1980 e anos 1990. A Coreia do Sul que estava em um patamar bem mais baixo, devido à sua acelerada industrialização, alcança o padrão de consumo de energia primária do Brasil nos anos 1990, chegando a ultrapassar a média de consumo brasileira em meados dos anos 2000. Atualmente a diferença entre estes dois países é pequena, como foi mencionado antes, sendo que a Coreia do Sul consome 271 milhões de TEP e o Brasil, 274,6 milhões de TEP (BP, 2013). Destaca-se que tanto Brasil como Coreia do Sul ultrapassaram a faixa de consumo de energia do Reino Unido apenas recentemente, em 2007. Os dois países encontram-se atualmente mais próximos da faixa de consumo de energia da Alemanha, que vem sofrendo uma tendência de queda no consumo de energia desde o processo de reunificação, em 1990. Mantida a atual tendência de estagnação ou refluxo no consumo de energia da Alemanha e o crescimento do Brasil e da Coreia do Sul, tudo indica que estes países emergentes devem ultrapassar a média do consumo energético alemão antes do fim da atual década.

Neste sentido, importa comparar a evolução do consumo energético sul-coreano com outros países emergentes asiáticos, como Indonésia, Tailândia, Malásia e Vietnã, tendo o Japão como principal referência comparativa. O Japão mostra-se uma referência mais adequada para esta comparação, na medida em que é um país com território pequeno e população significativa, mas não tão grande, sendo muito mais parecido com o porte médio dos demais países emergentes supracitados do que de países com grandes territórios e populações gigantes como China ou Índia.

Gráfico 4.2.3 – Evolução do consumo de Energia no Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia, Malásia e Vietnã (1965- 2012)



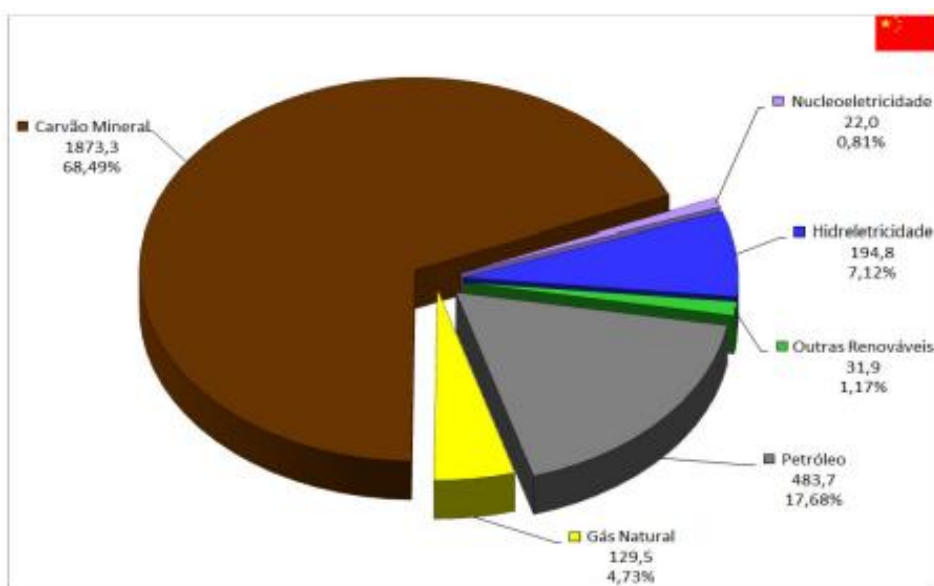
Escala em milhões de barris/dia. Elaborado pelo autor a partir do modelo comparativo de OLIVEIRA (2012) utilizado para analisar a evolução do consumo energético dos BRICs e EUA. Com dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

No Gráfico 4.2.3, destaca-se que estes emergentes asiáticos partiram de patamares muito baixos de consumo de energia nos anos 1960 e 1970, quase insignificantes. A Coreia do Sul teve sucesso em acelerar seu padrão de consumo energético mais rapidamente que os demais especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970 e dos anos 1980. Destes países, a Coreia do Sul foi o único que construiu um complexo de usinas nucleares, que atualmente representam

12% do seu consumo total de eletricidade. Neste contexto, importa analisar comparativamente a composição da matriz energética dos maiores consumidores de energia na Ásia-Pacífico, e a mais detidamente a evolução da matriz energética da Coreia do Sul.

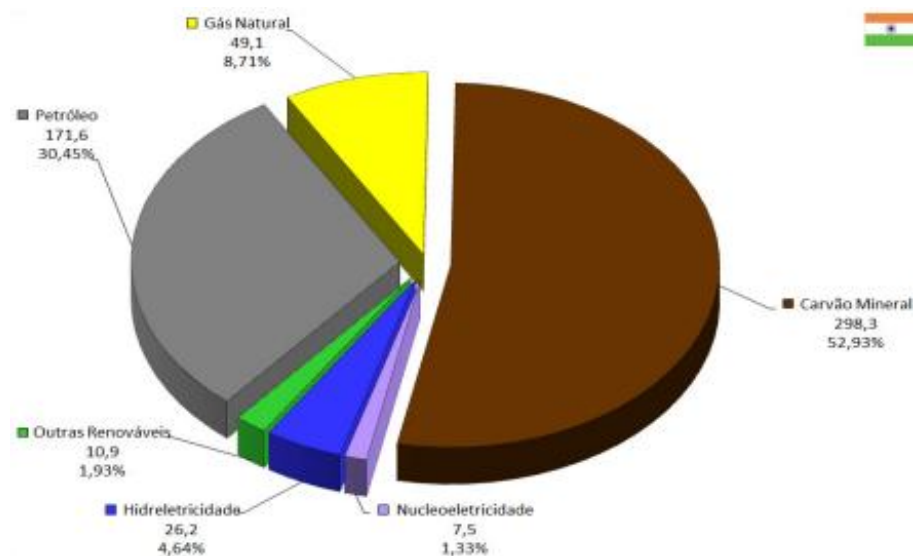
No Leste Asiático e Ásia Pacífico, os maiores consumidores de energia são a China e a Índia, cuja matriz energética depende essencialmente de carvão mineral, em uma taxa que chega a 68% do total no caso chinês e quase 53% no caso indiano. O Japão apresenta uma dependência menor de carvão, de apenas 26%, enquanto este recurso representa cerca de 30-31% da matriz energética da Coreia do Sul e da Indonésia (Gráficos 4.2.7 e 4.2.8).

Gráfico 4.2.4 – Matriz Energética da China



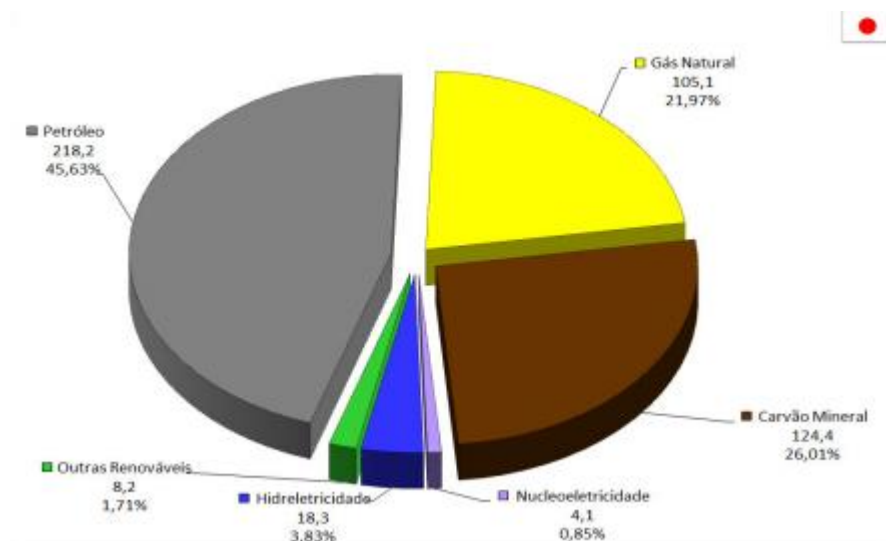
Total em milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP). Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

Gráfico 4.2.5 – Matriz Energética da Índia



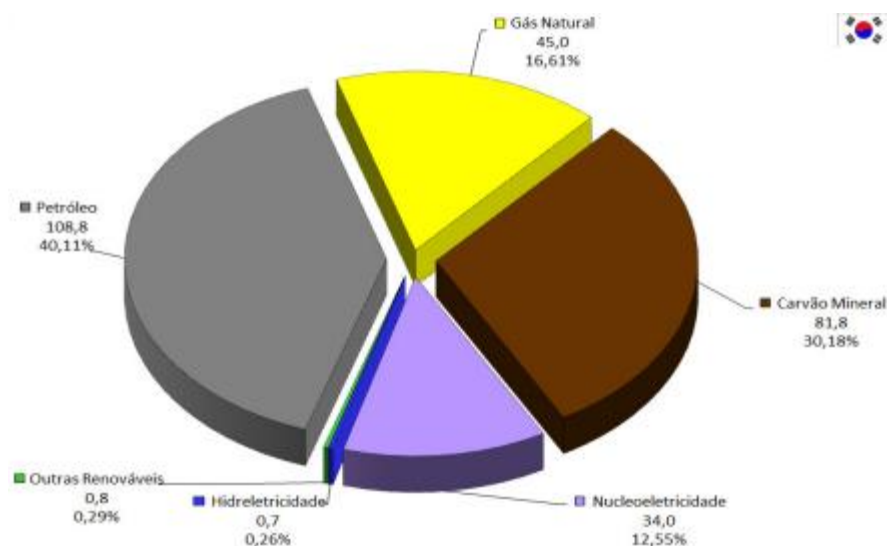
Total em milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP). Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

Gráfico 4.2.6 – Matriz Energética do Japão



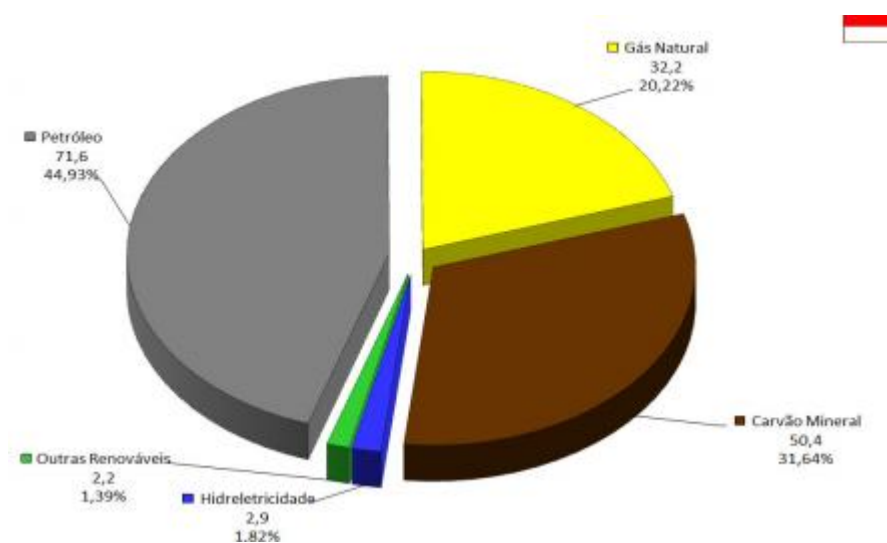
Total em milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP). Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

Gráfico 4.2.7 – Matriz Energética da Coreia do Sul



Total em milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP). Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

Gráfico 4.2.8 – Matriz Energética da Indonésia



Total em milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP). Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

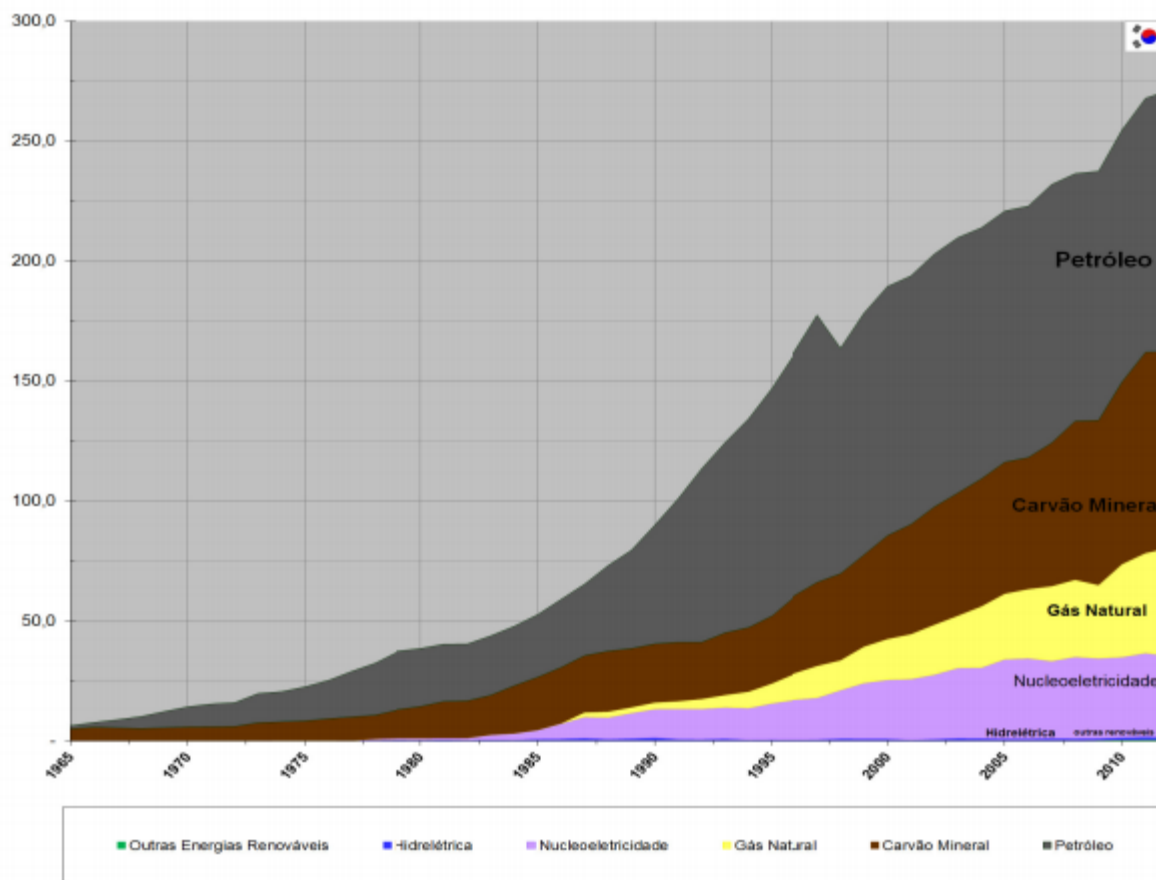
Destaca-se que o Japão, apresentou uma produção de eletricidade de origem nuclear significativa nas últimas décadas, sendo que entre 1995 e 2007 a geração de nucleoeletricidade ficou predominantemente na faixa entre 280 a 330 milhões de terawatts-hora por ano, ou entre 65 e 74 milhões de TEP. Contudo, o Japão teve sua geração de nucleoeletricidade abruptamente

reduzida em 2011 e 2012, após o acidente de Fukushima e o início de uma série de operações de manutenção preventiva e reformas nas usinas existentes no país. Neste contexto, a Coreia do Sul, que tem produzido entre 110 e 150 milhões de terawatts-hora (25 a 35 milhões de TEP), de núcleo-eletricidade, nos anos 2000, acabou tornando-se nos últimos dois anos, o maior gerador de eletricidade de origem nuclear do Leste Asiático. Isto porque os outros grandes geradores, a China, que produz atualmente 97 milhões de terawatts-hora (22 milhões de TEP) e a Índia, que produz 33 milhões de terawatts-hora por ano, equivalente 7,5 milhões de TEP (BP, 2013), estão bem atrás da Coreia do Sul em termos de capacidade instalada de geração de energia nuclear. Neste quesito, a Coreia do Sul encontra-se também à frente de outras potências europeias, como o Reino Unido (70 milhões de terawatts-hora) e a Alemanha (99,5 milhões de terawatts-hora), perdendo apenas para a Rússia e a França em geração de núcleo-eletricidade.

O programa nuclear sul-coreano é central para compreender a estratégia energética deste país, que se tornou um dos maiores polos industriais e um dos grandes geradores-consumidores de energia no Leste Asiático. Implementado nos 1970, com início da geração de núcleo-eletricidade em 1977, o programa nuclear sul-coreano foi basilar para sustentar a expansão do consumo de energia, especialmente eletricidade, na Coreia do Sul, ao longo das últimas 4 décadas. Embora a Coreia continue dependente de petróleo e gás importado, e venha sofrendo com o aumento progressivo das importações de carvão mineral, o país ainda possui uma capacidade instalada significativa de geração de energia nuclear que ajuda a ampliar um pouco sua segurança energética.

Um dos grandes desafios sul-coreanos no campo da segurança energética é justamente como aumentar sua oferta de energia interna sem aumentar ainda mais a dependência de recursos importados. Neste contexto, são grandes as expectativas referentes às capacidades da Coreia do Sul de investir pesadamente em programas de energia renovável, especialmente para permitir diversificar ainda mais sua matriz energética.

Gráfico 4.2.9 - Evolução da Matriz Energética da Coreia do Sul (1965-2012)



Total em milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP). Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review of World Energy 2013*.

Desde os anos 1960, a Coreia do Sul passou por um processo de industrialização e modernização de sua economia que elevou o país à condição de potência emergente, sendo incluída no grupo dos “next eleven”, ou N-11 (SILVA 2012; O’NEILL 2012, p. 16-17, 109, 117 e 158-159). Essa tendência de crescimento reflete a especialização da economia sul-coreana que, hoje, domina quase que plenamente o ciclo de produção da 3ª revolução industrial. Todavia, o crescimento econômico é insustentável no longo prazo se não for ampliada a oferta de energia do país, o que eleva a segurança energética a um patamar de grande relevância na agenda governamental.

A Coreia tem aumentado a sua demanda energética nos últimos anos; a expectativa é de que a demanda cresça a uma média de 2,8%/ano entre 2011 e 2016 (KEEI 2012). Destaca-se que a Coreia do Sul consome, hoje, quase a mesma quantidade de energia que o Brasil, um país de

dimensões territoriais e populacionais muito superiores, o que pode ser considerado um bom indicador do processo de ascensão ou emergência da Coreia no Sistema Internacional (OLIVEIRA 2012).

4.2.6 Panorama Econômico da Coreia do Sul

O desempenho econômico está no centro da capacidade sul-coreana de empreender sua inserção internacional. Desde os anos 1960, o país passou por um processo de industrialização e modernização de sua economia que elevou o país à condição de potência emergente, sendo incluída no grupo dos “next eleven”, ou N-11 (SILVA 2012; O’NEILL 2012). A economia do país cresceu cerca de 2,0 % em 2012 (WORLD BANK 2013), muito acima de economias tradicionais como França e Grã-Bretanha; e seu crescimento industrial foi de cerca de 4%. Essa tendência de crescimento reflete a especialização da economia sul-coreana que, hoje, domina quase que plenamente o ciclo de produção da 3ª revolução industrial.

Nesse contexto, os chaebols exercem um papel fundamental na economia sul-coreana. A transformação na matriz econômica pela qual passou o país está intimamente conectada ao papel exercido pelos conglomerados sul-coreanos. Nesse contexto, ainda durante o governo de Park Chung-Hee na década de 1960, o governo do país implementou um processo de modernização baseado na aliança entre os o governo e os conglomerados. Assim, os chaebols passaram a se relacionar intimamente com o poder público, exercendo funções que se confundiam com as do Estado. Priorizando, um modelo orientado pelas exportações, o governo incentivou o crescimento de grandes conglomerados ou os chaebols, desenvolvendo uma relação estreita e de conluio com eles. Essas políticas econômicas resultaram em crescimento econômico acelerado, com o PIB a uma média de 10% de crescimento anual entre 1962 e 1994. Embora a contribuição da agricultura para a economia tenha caído de 37% em 1965 para 3% em 2008, o setor industrial aumentou sua contribuição de 20% para 37%, enquanto o de serviços cresceu sua participação de 43% para 60% (WTO, 2013; THOMAS WHITE, 2013). Nesse contexto, as exportações se mantêm como propulsor do desenvolvimento econômico. A participação no PIB era de 8% em 1965, em 2008, as exportações correspondiam a 53% do produto interno bruto.

Esse modelo econômico é pautado pela governança corporativa, que está no cerne das relações entre os conglomerados e o Estado sul-coreano. Segundo Powers (2010),

Governança Corporativa é composta das relações e normas estabelecidas de comportamento entre os diversos agentes de uma empresa de responsabilidade limitada. Tais agentes incluem gestores, acionistas, empregados, credores, clientes

importantes e outras comunidades relevantes, que, juntos, determinam a estratégia de uma empresa. Regras e normas de comportamento que estrutura tal interação podem ser agrupados sob a categoria de governança corporativa. O princípio fundamental da boa governança corporativa pode ser generalizada como um incentivo para o estabelecimento de um saudável, competitivo setor corporativo, a prosperidade que forma um centro nacional de crescimento econômico. Conforme definido pelo OCDE, as metas de boa governança corporativa podem ser divididas em cinco grupos: (1) a proteção dos direitos dos acionistas, (2) o tratamento equitativo dos acionistas, incluindo os minoritários ou acionistas estrangeiros, o que inclui a capacidade de impugnar as decisões que violem os seus direitos; (3) o incentivo para acionistas para assumir um papel ativo na governança corporativa, (4) uma maior divulgação e transparência de todas as questões relevantes referentes à empresa; e (5) a proteção deste quadro através de monitoramento por conselhos de administração, que são responsáveis perante a sociedade e seus acionistas. (POWERS, 2010)

Assim, em termos gerais a governança corporativa consiste em uma governança de múltiplos atores corporativos que primam pelos direitos de proteção aos interesses privados. Na Coreia do Sul, esse modelo se somou às funções do Estado, assim os chaebols estão no cerne da construção de um modelo híbrido de governança corporativa. Nesse modelo, os conglomerados acabam exercendo funções de Estado e a proteção ao crescimento industrial e aos direitos das empresas estão no cerne da gestão associada ao Estado. Ou seja, há uma transferência de soberania e funcionalidade do Estado para as Companhias.

Essas características da economia sul-coreana a credenciam para atuar como gestora do TPP. O TPP tem sido o acordo econômico priorizado pelos Estados Unidos como método de rebalanceamento do crescimento chinês. A Parceria Transpacífica pretende, entre outros pontos, eliminar barreiras ao comércio, ao investimento e garantir a proteção aos direitos de propriedade intelectual (TRANS-PACIFIC, 2005). Mais do que isso, o TPP emerge como um novo modelo de gestão econômica, que relativiza a soberania do Estado. Nesse contexto, os grandes conglomerados acabam exercendo funções legislativas em áreas relativas a direitos trabalhistas, a meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, o TPP é a alternativa escolhida pelos EUA para isolar a China em termos econômicos na região. Na Coreia do Sul, o debate sobre a entrada no TPP ainda é grande. Existem muitas divergências acerca da adesão do país à parceria. Se, por um lado, a experiência dos chaebols poderia ser decisiva para a adesão ao TPP; por outro, a discussão que permeia a entrada no TPP é o dilema vinculado ao perfil de inserção internacional que o país adotará: aliando-se ao centro hegemônico ou optando por uma via autônoma de engajamento regional. Ou seja, se a Coreia do Sul optar por servir como gestora do TPP, estará se vinculando definitivamente ao projeto estadunidense de inserção na Ásia. Assim, Seul estaria abrindo mão da possibilidade um processo de integração regional. Cabe destacar que dada a vinculação

econômica que o país possui com China e Japão especialmente, é um fator que incide diretamente sobre a decisão de aderir ou não ao TPP. Nesse sentido, cabe avaliar se a Coreia pode abdicar da interdependência econômica que mantém com seus vizinhos no nordeste asiático.

4.2.7 Considerações sobre a PES da Coreia do Sul para o Leste Asiático

A análise da Política Externa e de Segurança da Coreia do Sul mostra que o país enfrenta uma fase decisiva para o perfil de inserção internacional que o país adotará nos próximos anos. Primeiramente, porque o governo da presidente Park está tentando implementar uma espécie de Revolução Nacional, ou seja dotar o país do Centro de Decisão Econômica e Tecnológica que desvincule o país da dependência externa e da vinculação automática ao centro imperial. Cabe destacar que essa vinculação é a tendência que tem prevalecido ao longo da história do país.

Se durante o governo de Park Chung-Hee na década de 1960 a Coreia adotou um modelo de crescimento econômico que industrializou o país, atualmente a Coreia parece estar próxima de adentrar no rol dos países que detém o controle das tecnologias espaciais, de comunicações, robótica e digitalização. Todavia, esse processo não implica necessariamente em uma desvinculação do centro hegemônico global ou regional (Estados Unidos ou China), mas permite que o país possa almejar a adoção de uma política externa mais autônoma.

Além disso, cabe salientar que esse processo de Revolução Nacional não é unidirecional ou alheio a resistências políticas internas. Existem divergências internas quanto ao papel que a Coreia do Sul deve exercer no cenário regional. Nesse sentido, o papel dos chaebols é fundamental para a inserção internacional do país. Em outros termos, os interesses dos chaebols podem ser decisivos para a resolução do dilema de qual modelo de inserção internacional o país irá adotar. Afinal, apesar dos esforços do governo sul-coreano em dinamizar a economia através da horizontalização da produção industrial, estimulando pequenas e médias empresas, ainda é absolutamente majoritária a participação dos chaebols no PIB do país. Nesse contexto, a hipótese de adesão ao TPP parece bastante sólida. Afinal, o modelo de governança corporativa proposta pela parceria é muito similar ao desenvolvido por Seul, e assim parece se configurar como um aliado preferencial para os Estados Unidos na gestão desse arranjo econômico.

Em contrapartida, a recente aproximação política com a China pode representar uma alternativa viável para a Coreia do Sul em relação ao TPP. A própria conclusão do Acordo de Livre-Comércio com os Estados Unidos foi alvo de muitas controvérsias. Nesse sentido, apesar das crescentes taxas de aprovação do governo de Park, é pouco provável que o país aceite

facilmente entrar para a Parceria Transpácífica no curto prazo - ainda mais devido à falta de acordo em relação a tarifas e mercados, o que vem travando o processo.

No contexto regional, a transição tecnológica que o país tem atravessado tem gerado implicações para o relacionamento do país com os vizinhos. O país tem investido em um processo de modernização militar bastante audacioso, que pretende dotar o país de capacidades de dissuasão frente aos poderosos vizinhos. O êxito no lançamento do satélite em janeiro de 2013, mostrou que o país conseguiu dar um salto de qualidade no seu programa espacial. Assim, deixou de ser o único país do Leste Asiático que não havia realizado tal feito. Em termos de defesa, a Coreia do Sul tem buscado desenvolver uma marinha de águas azuis, entretanto esse ainda é um processo em transformação. E, em termos comparativos, o país não tem condições de dissuadir os seus vizinhos de um ataque.

Dado esse contexto, é natural que a questão da Coreia do Norte continue no cerne da estratégia de defesa do país. Afinal, embora possua superioridade inegável sobre seu vizinho do norte, é pouco provável que uma conflagração na península não estivesse diretamente atrelada ao envolvimento de outros atores regionais. Nesse caso, a Coreia do Sul não teria como arcar com os custos financeiros, operacionais e humanos de uma guerra regional de tal magnitude sozinha. Assim, é esperado que a Coreia do Sul busque uma espécie de concertação com a China e com o próprio governo norte-coreano para diminuir as possibilidades de uma guerra. Contudo, como demonstrou a crise na península de 2013, essa concertação é bastante complexa.

Assim, ao que tudo indica a tendência é que a Coreia do Sul mantenha seu padrão de atuação na região. Em outros termos, a Coreia do Sul deve continuar balanceando as relações entre China e Japão de modo a obter vantagens com os atritos entre os dois gigantes. Trata-se de uma espécie de política de barganha tradicional, na qual o país menor consegue agendar as interações regionais. Nesse sentido, sua política externa aproxima-se da Coreia do Norte: ambos procuram agendar as relações regionais no intuito de não ser esmagados pelo contexto regional predominado pelas Grandes Potências: EUA, China, Japão e Rússia em menor medida. Enquanto a Coreia do Sul apoia-se nos Estados Unidos, a Coreia do Norte apoia-se na China.

Os desdobramentos políticos relacionados à possibilidade de uma Revolução Nacional na Coreia do Sul são centrais para a evolução do balanço regional de forças no Leste Asiático. Basicamente, pois ensejariam a consolidação do país como Grande Potência, fato que alteraria o equilíbrio e a polarização regional. Como pode se observar, os indicadores mostram que ainda

existem inúmeros desafios para que a Coreia do Sul possa ser definida como uma Grande Potência, capaz de projetar força para além de sua região. Entretanto, o país tem avançado significativamente nesse sentido. Assim, o comportamento externo da Coreia do Sul pode vir a balizar a interação entre EUA e China no Nordeste Asiático, e portanto no Sistema Interestatal Asiático.

4.3 Considerações Parciais

Esse capítulo procurou analisar a PES da República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) e da República da Coreia (Coreia do Sul) respectivamente. Para tanto, analisou o contexto interno e o perfil político das novas lideranças que assumiram os governos dos dois países: Kim Jong-Un e Park Geun-Hye respectivamente. Além disso, verificou-se os condicionantes e as oportunidades para a inserção internacional de ambos os países e os reflexos que sua PES geram sobre as relações no Leste Asiático.

Mesmo após a morte de Kim Jong-Il, e a chegada de Kim Jong-Un ao poder na RDPC, o país comunista em termos gerais manteve o padrão de interação com os vizinhos vigente nas últimas décadas. Desse modo, a Política Externa e de Segurança do país tem continua procurando a normalização das relações do país com a comunidade internacional. Fato que na prática seria obtido pela assinatura de um tratado de paz com os EUA. Assim, o país teria condições de promover a atração de investimentos externos e alavancar uma revitalização da economia do país. Assim, é de se esperar que o país mantenha sua política de brinkmanship, de provocações limitadas com o objetivo de obter concessões diplomáticas. Entretanto, desde a última crise na península, ficou claro que o regime norte-coreano não conta com o apoio incondicional da China. Portanto, precisa ampliar suas iniciativas de cooperação com o aliado.

Nesse contexto, a política interna tem exercido um papel fundamental para a evolução da execução da política externa do país. Especialmente, porque existem divergências quanto ao perfil que o país deve adotar na esfera regional. Em um primeiro momento, Kim Jong-Un procurou fortalecer os quadros do Partido dos Trabalhadores Coreano (PTC) em detrimento das forças armadas, ou seja relativizou o papel do Songun (Política dos Militares em Primeiro lugar). Contudo, o expurgo de Jang Song Thae mostrou que o novo líder voltou a se apoiar no exército e que tem enfrentado resistências na implementação de reformas e de adoção de concessões para companhias chinesas. Esse processo se vincula às disputas entre as elites ligadas ao tráfico. Enquanto as elites ligadas ao tráfico de drogas e falsificação de dinheiro buscam retardar o

processo de abertura do país, as elites ligadas ao tráfico de armas têm interesse na abertura do país, já que isso possibilitaria o acesso a novos mercados.

Dessa maneira, a análise da PES da Coreia do Norte mostra que no curto prazo, o país tende a manter a política de barganha, ou de chantagem nuclear em relação aos EUA. Contudo, dado o agravamento da crise econômica e humanitária do país, é pouco provável que o regime norte-coreano consiga evitar um processo de reformulação. Nesse sentido, Kim Jong-Un tem atuado de modo a viabilizar esse processo. Assim, dada a disposição norte-coreana em procurar reformar sua economia, é provável que a China forneça um apoio efetivo ao país. Em contrapartida, é pouco provável que as relações com os Estados Unidos sofram alguma alteração. A política de Obama para a Coreia do Norte, denominada de “Paciência Estratégica”, é baseada na espera de um colapso do regime, além disso estabelece que não haverá negociações incondicionais (PECEQUILO, 2012; CHANLETT-AVERY & RINEHART, 2013). Ou seja, enquanto não houver uma disposição prévia da Coreia do Norte em abdicar de seu programa nuclear, os EUA não aceitarão negociar. Assim, é de se esperar que o regime de Kim Jong-Un continue a busca por obter a possibilidade de negociação com os EUA, já que a reinserção do país está pautada na normalização das relações com a comunidade internacional.

Em relação à Coreia do Sul sob Park Geun-Hye, o país inverte sua tendência histórica de vinculação incondicional ao centro imperial, direcionando-se para uma modernização autônoma através da busca por dirimir a dependência externa a partir do estabelecimento de um Centro de Decisão Econômica e Tecnológica. Contudo, tal objetivo estratégico de Park enfrenta considerável oposição interna, visto que o seu avançado processo de modernização tecnológica não implica intrinsecamente em autonomia externa, seja no âmbito global (Estados Unidos), ou regional (China). Nesse sentido, o papel dos chaebols parece ser decisivo para a política que a Coreia do Sul deverá seguir, visto a significativa influência desses conglomerados para a condução das políticas (internas e externas) sul-coreanas. Em que pese a resistência por parte dos chaebols, visto a recente aproximação política com a China e as divergências comerciais com os EUA, há pouca probabilidade que a Coreia do Sul entre para o TPP no curto prazo. Contudo, o projeto nacional de maior autonomia encontra uma oposição consolidada através dos grandes conglomerados de Seul, os quais advogam pelo modelo de governança corporativa proposto pelo TPP, que garantiria à Coreia do Sul a posição de aliado especial dos EUA.

Em termos regionais, a tendência é que a Coreia do Sul mantenha o padrão de atuação, baseado no balanceamento e na barganha entre Japão e China. Assim como a Coreia do Norte, através do agendamento das relações regionais, o objetivo dessa estratégia é evitar o esmagamento pelo panorama regional predominado pelas Grandes Potências. Por outra via, a transição tecnológica pela qual passa a Coreia do Sul representa um desafio ao papel que o país desenvolve na região. O relacionamento com os vizinhos tende a ser abalado pelo robusto processo de modernização militar que a Coreia do Sul tem investido. Especialmente o lançamento do satélite e o processo de desenvolvimento de uma marinha de águas azuis refletem a busca por dotação de capacidades de dissuasão, frente à situação única no tabuleiro internacional na qual a Península Coreana está inserida: onde todos os seus vizinhos são Grandes Potências - China, Japão, Estados Unidos e Rússia (VIZENTINI, 2002).

Especialmente em relação à Coreia do Norte, é intuitivo que a PES da Coreia do Sul continue bastante voltada para a península. Ainda que o Sul mantenha clara superioridade de forças em detrimento ao Norte, Seul deve continuar perseguindo a política de Park de evitar uma confrontação direta devido aos altos custos financeiros, operacionais e humanos. Dessa forma, ainda que seja uma difícil concertação, são justamente tais custos que contribuem para a busca de Park para aproximação com China e Coreia do Norte. Sendo assim, cabe destacar que essa aproximação é claramente vinculada ao processo de Revolução Nacional. No caso com a Coreia do Norte, o significativo número mão de obra barata proveniente desse país pode ser central para o aumento da competitividade internacional da Coreia do Sul. Mais do que isso, a política de confiança estabelecida por Park busca estabilizar as relações com o Norte, através do abrandamento da agressividade na península. Tal política permite o processo de maior autonomia nacional, visto que faltaria legitimidade para a ala conservadora sul-coreana defender uma aliança automática com os EUA com sob a alegação das ameaças norte-coreanas. Além disso, a aproximação com a China viabiliza a Revolução Nacional da Coreia do Sul, visto que a conquista do mercado chinês - cujo principal parceiro no quesito importações é o Japão, seguido pela Coreia do Sul - proporcionaria os subsídios e o financiamento para a modernização militar e tecnológica sul-coreana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou avaliar em que medida as inflexões no padrão cooperação e conflito na Península Coreana impactam sobre as relações internacionais do nordeste asiático e sobre dinâmica regional de segurança. Nesse sentido, verificou-se que a questão coreana está no cerne das Políticas Externas e de Segurança das Grandes Potências, portanto está no âmago dos desdobramentos políticos da região.

Historicamente, a península esteve no centro das disputas geoestratégicas no Nordeste Asiático. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX, as reformulações no cenário regional decorrentes do ímpeto neocolonial das potências europeias, levaram às disputas pela hegemonia regional entre China, Japão e Rússia. Cabe salientar que a Coreia esteve no centro dessas disputas como demonstram a análise da Guerra Sino-Japonesa e da Guerra Russo-Japonesa.

A centralidade da Península Coreana para o equilíbrio regional persistiu por todo o século XX, sendo o episódio da Guerra da Coreia o mais significativo nesse sentido. Essa conflagração, cujas origens residem nas disputas entre as duas superpotências, EUA e URSS, foi determinante para os rumos da Guerra Fria, ao estabelecer o padrão de interação entre EUA e URSS: o não uso de artefatos nucleares e a utilização de Guerras Locais (limitadas geograficamente) como meio de reequilíbrio do Sistema Internacional (MARTINS, 2008).

A Guerra Fria foi determinante para o atual quadro do status quo político. Por um lado, a situação na Coreia do Norte é derivada da não transição para o período pós-Guerra Fria. Assim, tanto a questão nuclear quanto a crise humanitária são reflexos da reestruturação do Sistema Internacional a partir do colapso da URSS. Para a Coreia do Sul - conforme verificado no terceiro capítulo, hoje aproxima-se da Terceira Revolução Industrial - foi no período da Guerra Fria que o país obteve condições de transitar de um economia agrícola para uma economia industrial após o governo Park Chung Hee.

Dada essa centralidade securitária verificada historicamente, a crise na Coreia em 2013 torna-se um marco no remodelamento das interações entre as Grandes Potências na região. Foi durante essa crise que se evidenciaram os embates políticos internos dos países das Seis Partes e se observou uma alteração na PES das Grandes Potências para a região. A China, pela primeira vez, endossou uma condenação multilateral às atitudes da RDPC, postura que foi acompanhada pela Rússia. Os dois regimes que historicamente apoiam Pyongyang. Nos Estados Unidos, a política de Obama denominada “paciência estratégica” foi testada pela primeira vez de forma

severa. Nesse sentido, os EUA adotaram uma postura ambígua, que reflete a falta de definição estratégica quanto à resolução da questão coreana. Por um lado, o comando político procurou estabelecer canais de diálogo especialmente com a China, no intuito de resolver diplomaticamente a crise. Por outro, principalmente através do PACOM, os EUA aprofundaram as ameaças ao regime norte-coreano, inclusive com a utilização e sobrevoos de bombardeiros estratégicos sobre a península. Esse quadro demonstrou divergências internas nos EUA quanto ao engajamento na Coreia, contudo, permitiu que o país fortalecesse os laços securitários com os tradicionais aliados regionais (Japão e Coreia do Sul). Esse panorama traz sérias implicações para a segurança externa da China. Tendo em vista a política de rebalanceamento proposta pelos EUA, a Coreia emerge com um dos pontos mais sensíveis para a estabilidade regional. Por isso a postura chinesa pela busca de uma resolução pacífica da crise demonstra que o país necessita assegurar a estabilidade regional com vistas a manter sua trajetória de crescimento econômico. Assim, é de se esperar que o governo chinês aumente a pressão sobre a Coreia do Norte para que inicie um processo de abertura político-econômica.

A Coreia do Norte enfrenta, portanto, um dilema: por um lado, o agravamento da crise interna demanda um processo de reformulação econômica, todavia, isso traria instabilidade para o regime à medida que fortaleceria novas elites econômicas e assim desestabilizaria a rígida estrutura política do país. Cabe destacar que entre os principais objetivos da PES da Coreia do Norte estão a manutenção do regime e a reinserção do país na comunidade internacional, o que aconteceria através do tratado de paz com os EUA. Dado o panorama político interno do país, dividido entre correntes reformistas e conservadoras, ao que tudo indica, é de se esperar que a Coreia do Norte mantenha o padrão de aproximação-atrito que vigora na sua política externa, em que pese os ímpetus reformistas de Kim Jong-Un. Na Coreia do Sul a eleição da presidente Park Geun Hye reconfigurou as prioridades externas do país. A Coreia do Sul passou a priorizar as relações regionais, principalmente com a China; um engajamento construtivo com a Coreia do Norte; e o aprofundamento da Revolução Nacional do país, ou seja, a aquisição de capacidades tecnológicas que concedam a Seul a condição de se tornar Grande Potência. Nesse sentido, o país afastou-se da política globalista que prevalecia no governo anterior, o qual buscava vincular o país aos Estados Unidos. No entanto, o processo de autonomia da Coreia do Sul enfrenta divergências internas. A possibilidade de firmar-se como aliado preferencial dos EUA alimenta as disputas político-internas do país. O modelo de governança corporativa – essencial para o

crescimento econômico vivenciado pelo país nos últimos 50 anos – pode ser elemento central para a gestão do TPP, cuja essência está nucleada na diminuição da soberania estatal e na ampliação do gerenciamento das empresas sobre questões típicas do Estado, tais como direitos ambientais e trabalhistas. É prematuro afirmar qual dos projetos sul-coreanos irá sobressair no médio prazo, entretanto, no curto prazo é pouco provável que Seul venha a aderir ao TPP. Cabe destacar que as negociações do TPP estão estagnadas. A questão norte-coreana também traz desafios para a PES de Park, visto que à medida que recrudescem as ameaças do vizinho do Norte, aumentam as reivindicações acerca da manutenção da parceria estratégica com os EUA. A questão sobre a transferência do comando das Forças Armadas sul-coreanas – as quais encontram-se sob comando dos EUA - para a Coreia do Sul, foi pautada pela discussão sobre a capacidade do país em enfrentar sozinho a ameaça norte-coreana.

Todo esse panorama é norteado pela possibilidade de a Coreia do Sul ter êxito no processo de nacionalização do Centro de Decisão (FURTADO, 1962) e de conseqüentemente tornar-se Grande Potência. A emergência de um novo polo no Leste Asiático traria significativos reflexos para o equilíbrio regional. Embora a Coreia do Sul seja o segundo país com maior crescimento econômico do planeta (IBGE, 2014), não significa que possa ser considerada uma Grande Potência. Nesse sentido, a verificação de alguns indicadores é central para a análise dessa possibilidade: modernização militar; transição tecnológica; e geopolítica da energia. Em termos de defesa, a Coreia do Sul está no meio do processo de modernização de suas Forças Armadas, o qual é baseado na digitalização e na nacionalização da produção bélica. Em termos tecnológicos, o país vem avançando, inclusive com o êxito do lançamento de um satélite em janeiro de 2013. Além disso, o país é líder no mercado de semicondutores e comunicação, entretanto, ainda carece de capacidade produtiva na área de superprocessadores. Quanto à geopolítica energética, a Coreia do Sul assemelha-se ao Japão pela escassez de recursos energéticos. Isso torna o país vulnerável, já que não tem como garantir a segurança das SLOCs nos estreitos. O modo como vem tentando minimizar essa vulnerabilidade é através do desenvolvimento de energia nuclear. A análise desses indicadores mostra que a Coreia do Sul está em uma fase de transição, mas que não é errôneo afirmar que se trata de uma potência regional. Ao que tudo indica, é de se esperar que a Coreia do Sul continue avançando no processo de aquisição de capacidades tecnológicas e de modernização militar, o que pode ensejar a condição de competir com China e Japão pelos mercados do Sudeste Asiático. A PES da Coreia do Sul nesse momento tem procurado acirrar as

relações com o Japão e aproximar-se da China. Entretanto, isso não configura uma tendência de longo prazo, basicamente, pois em que pese as diferenças essenciais no modelo de inserção internacionais. Tanto o projeto de Park quanto o projeto globalista não têm na integração regional seu principal foco de atenção. A aproximação regional proposta por Park tem como objetivo fortalecer o crescimento econômico da Coreia do Sul e obter uma alternativa à vinculação com os Estados Unidos. O projeto globalista, por sua vez, objetiva o aprofundamento dos laços com os EUA e a inclusão do país no cerne da estratégia estadunidense para a Ásia.

A tendência é que as relações no Leste Asiático estejam no âmago das relações entre EUA e China. Os impactos oriundos da ascensão chinesa ainda trazem repercussões no âmbito regional e global. A política estadunidense de rebalanceamento ainda está sendo construída. Em termos securitários, o debate entre o JOAC e o Offshore Control irá incidir diretamente sobre o papel que os aliados regionais dos EUA adotarão no rebalanceamento da China. Nesse sentido, a escolha pelo JOAC traz sérias implicações para a estratégia globalista sul-coreana, pois prevê a diminuição pelo papel desempenhado pelos aliados. Entretanto, ao menos por hora, a tendência é que os EUA reforcem sua presença na Coreia e mesmo no Japão. Esse processo traz reflexos para a PES da China. Nesse sentido, é de se esperar que a Península Coreana assuma um papel central para a estratégia de defesa chinesa. Se Taiwan está no cerne dessa estratégia, é na Coreia que pode vir a ser decidido o equilíbrio regional no Leste Asiático. Destarte, cabe destacar que a Coreia continuará sendo o eixo central das interações entre as Grandes Potências na Ásia. Nesse sentido, a península mantém sua posição de centralidade geoestratégica, situação que é redimensionada especialmente dada a ascensão sul-coreana no Sistema Internacional.

A análise da dinâmica de segurança regional no Leste Asiático reflete panorama estrutural do Sistema Internacional. A emergência de novos polos de poder reconfigura o equilíbrio internacional. Segundo Martins (2013), pode-se considerar que atualmente existe cerca de sete ou oito Grandes Potências, o que configura a transição para um sistema internacional multipolar. Esse processo de recomposição hegemônica dificulta a governança sistêmica e aumenta a probabilidade de instabilidade. No caso da Coreia, a possibilidade de conflagração é bastante significativa, afinal, não percebe-se no horizonte a resolução da questão norte-coreana. Além disso, como demonstrou a crise de 2013, qualquer atrito pode escalar rapidamente. A Coreia está no centro de um cinturão de instabilidade que envolve a China. Nesse cinturão se incluem

Taiwan, Sudeste Asiático⁹⁷, Índia, Paquistão, Afeganistão e Ásia Central, demonstrando que todos esses pontos de tensão se articulam com a instabilidade gerada pela ascensão chinesa e pela reação dos EUA e das potências tradicionais a esse processo.

Portanto, como ocorreu na Guerra Fria, a Coreia pode vir a ser o palco central para a definição do processo de transição do Sistema Internacional em curso. Basicamente, pois ali se concentram quatro das Grandes Potências mundiais e, além disso, se encontra no coração da ascensão asiática no Sistema Internacional. Para o Brasil, as disputas na Ásia incidem diretamente sobre a possibilidade do país manter o desenvolvimento e o crescimento econômico que têm alcançado na última década. Apesar da instabilidade verificada na região, o Brasil acerta ao priorizar as relações Sul-Sul, especialmente com a China e com os demais países asiáticos. Primeiramente, pois a Ásia é, e continuará sendo, o principal motor do crescimento mundial. Segundo, porque mesmo em caso de uma conflagração na Península Coreana, por exemplo, envolvendo todos os atores asiáticos, esses países continuarão a demandar produtos primários (alimentos, metais) que são a essência da pauta exportadora brasileira. Por fim, pois a Ásia pode não vir a repetir a trajetória europeia da Primeira Guerra Mundial, quando o Sistema Internacional tinha estrutura semelhante à atual e as disputas hegemônicas conduziram à guerra. Em suma, a priorização do Brasil pela cooperação Sul-Sul é sustentável e vai ao encontro dos objetivos brasileiros de estabelecimento da América do Sul como polo do Sistema Internacional. Nesse sentido, a estabilidade sistêmica pode vir a ser decidida na Coreia, o que mostra que o cumprimento das expectativas acerca do “século do Pacífico” e das previsões de Marx (1853) sobre a centralidade da Ásia para o futuro do Sistema Internacional depende em grande medida dos desdobramentos políticos na Coreia do Norte e na Coreia do Sul. Ou seja, da sorte das Coreias depende o futuro do sistema interestatal asiático.

⁹⁷ As crises políticas na Tailândia e em Mianmar demonstraram que essa região sofre com divergências internas que podem culminar com uma onda de “Primaveras”, como ocorreu no Oriente Médio e no norte da África.

REFERÊNCIAS

- ABE, Shinzo (2012). **Asia's Democratic Security Diamond**. Project Syndicate. 27/12/12. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/a-strategic-alliance-for-japan-and-india-by-shinzo-abe>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.
- ABE, Shinzo (2013). *Speech on the Second Round of Policies under the Growth Strategy by Prime Minister Shinzo Abe at Japan Akademeia*. **Kantei**. 17/05/13. Disponível em: http://www.kantei.go.jp/foreign/96_abe/statement/201305/17speech_e.html. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.
- ALAGAPPA, Muthiah (2013). *North Korea tests Asian security*. **Asia Times Online**, 14/02/13. Disponível em: www.atimes.com/atimes/korea/KOR-01-1402213.html. Último acesso em: 31 de maio de 2013.
- ALPERT, Lukas I (2012). *Russia, North Korea sign debt pact*. **The Wall Street Journal**, Nova Iorque, 18/09/12. Disponível em: <http://online.wsj.com/news/articles/SB10000872396390444450004578003921362316046>. Último Acesso: 25 dez. 2013.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). *A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial*. **Tempo**, vol. 1, n.º 2, p. 99-131. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/29615_3613.PDF Último Acesso: 25 dez. 2013.
- ARRIGHI, Giovanni (1998). **A Ilusão do desenvolvimento**. 6ª ed. Ed. Vozes: Petrópolis.
- ARRIGHI, Giovanni; IKEDA, Satoshi & IRWAN, Alex (1997). *A Ascensão do Leste Asiático: um milagre ou muitos?* In: ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 53-129.
- BAJORIA, Jayshree & XU, Beina (2013). *The China-North Korea Relationship*. **Council on Foreign Relations**. Nova Iorque.
- BIN, Yu (2003). *What China Learned from its Forgotten War in Korea*. In: RYAN, Marc A. et al. **Chinese Warfighting**. M. E. Sharpe: Nova Iorque.
- BLANK, Stephen (2013). *The significance of Russia's frustration with North Korea*. **The Diplomat**, Tóquio, 23/12/13. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/12/the-significance-of-russias-frustration-with-north-korea/>. Acesso: 25 dez 2013.
- BRITES, Pedro V. P. (2011). **A Situação na Península Coreana: Estrutura, Panorama e Cenários**. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2011). *As China Rises, a New U.S. Strategy*. 14/12/11. **The Wall Street Journal**.

- BUCKLEY, Neil (2013). **Russia's eastern energy pivot has limits**. Financial Times. Londres, 27/06/13. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/e0f0833a-dea8-11e2-b990-00144feab7de.html#axzz2rj34sOac>>. Acesso: 29 jan. 2014.
- CALDER, Kent E (2012). *Ligações críticas e os contornos do regionalismo do nordeste da Ásia*. In: CALDER, Kent E. & FUKUYAMA, Francis. **Multilateralismo na Ásia Oriental: Perspectivas para a Estabilidade Regional**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.
- CARLETTI, Anna (2008). **Diplomacia e Religião: Encontros e Desencontros entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005**. Brasília: FUNAG.
- CEPIK, Marco (2004). *A Guerra da Coreia Terminou?* In: CEPIK, Marco & MARTINS, José. Miguel. **Política Internacional**. Editora Newton Paiva: Belo Horizonte, MG.
- CHA, Victor (2013). *Interview: The Demise of Jang Song Thaek*. 13/12/2013. **Center for Strategic & International Studies**.
- CHA, Victor (2012). **The Impossible State: North Korea, past and future**. Editora Ecco: Nova Iorque, NY.
- CHANG, Jae-Soon (2013). *Park's state visit to China offers promise to significantly upgrade ties*. 30/06/13. **Yonhap News Agency**.
- CHANLETT-AVERY, Emma & RINEHART, Ian E (2013). *North Korea: U.S. Relations, Nuclear Diplomacy, and Internal Situation*. **US Congressional Research Service**. Washington D.C.
- CHANNER, Hayley; DAVIES, Andrew; JENNINGS, Peter (2013). *Something New Under the Rising Sun: Expanding Australia–Japan Defence Cooperation*. **Australian Strategic Policy Institute**. 03/06/2013. Disponível em: <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/165166/ipublication_document_singledocument/4c68ca9b-2d1d-4e8a-831a-eca3e7dea812/en/Policy_Analysis111_Australia_Japan_coop.pdf>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.
- CHUNG, Jae Ho (2008). *South Korean Strategic Thought toward China*. In: **South Korean Strategic Thought toward Asia**, editado por Gilbert Rozman, In-Taek Hyun e Shin-wha Lee, 153-178. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- CLINTON, Hillary (2011). *America's Pacific Century*. **Foreign Policy**.
- CONANT, Melvin A. & GOLD, Fern R. (1981). **A geopolítica energética**. Rio de Janeiro: Bibliex.
- CUMINGS, Bruce (2009). **Dominion from Sea to Sea: Pacific Ascendancy and American Power**. Connecticut: Yale University Press.
- DINGLI, Shen Dingli (2006). *North Korea's Strategic Significance to China*. **China Security**, Autumn, p. 19 – 3. <http://www.wsichina.org/cs4_2.pdf>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

DOUGHERTY, Jill; MULLEN, Jethro & SMITH-SPARK, Laura (2013). *China, United States to work together to calm down North Korea*. 13/04/13. **CNN Asia**. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/04/13/world/asia/china-kerry-koreas-tensions/index.html?hpt=hp_inthenews>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

DUDDEN, Alexis. **Japan's Colonization of Korea: Discourse and Power**. University of Hawaii, 2005.

EAST ASIAN STRATEGIC REVIEW (2012). *Overview: East Asia in 2011*. **The National Institute for Defense Studies Japan**.

ERIKSON, Andrew; GOLDSTEIN, Lyle; LORD, Carnes (2010). *China sets sail*. **The New Asian Order**.

EUROPEAN COMMISSION (2013). **Indonesia: EU Bilateral Trade and Trade With the World**. 05/07/13. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113391.pdf>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

FISH, Isaac Stone (2013). *Inside North Korea's Crystal Meth Trade*. 21/11/13. **Foreign Policy**.

FRIEDMAN, George (2012). **A Próxima Década**. Editora Novo Conceito: Ribeirão Preto, SP.

FRIEDRICH, Jörg. (2011). **Yalu: à beira da Terceira Guerra mundial**. Rio de Janeiro: Editora Record.

FURTADO, Celso (1962). **A Pré-Revolução Brasileira**. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro.

GARDELS, Nathan (2014). *Brzezinski: Ominously, A Real Danger Of Conflict In East China Sea*. **The Huffington Post**. 27/01/14. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2014/01/27/brzezinski-east-china-sea_n_4667910.html>. Último acesso em: 16 de Fevereiro de 2014.

GILPIN, Robert. **War and Change in The World Politics**. Cambridge, 1981

GLANTZ, David (1983). *August Storm: The Soviet 1945 Strategic Offensive in Manchuria*. **Leavenworth Paper** No.7.February. Combat Studies Institute, U.S. Army Command and General Staff College; Washington, DC.

GRANT, Jeremy (2013). *Japan leads rush into southeast Asia*. **Financial Times Online**. 30/07/13. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/b30d255c-f8c2-11e2-b4c4-00144feabdc0.html#axzz2c4j0BaFs>>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz (2009). *Estado, instituições e desenvolvimento: o modelo coreano e a interpretação da crise asiática*. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 17, n. 34, p. 253-269, outubro/2009. <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a18v17n34.pdf>>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

- GUIMARAES, Alexandre Queiroz (2010). *Estado e economia na Coreia do Sul - do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior*. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 1, p. 45-62. <www.scielo.br/pdf/rep/v30n1/v30n1a03.pdf>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.
- GUIMARÃES, Samuel P. [org.] (2002). **Coreia: Visões brasileiras**. Brasília: IPRI / FUNAG.
- HALL, John Whitney (1985). **El Império Japonés**. Madrid: Siglo XXI, 1985.
- HEYDARIAN, Richard Javad (2013). *Japan pivots south, with eye on China*. **Asia Times Online**. 26/01/13. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Japan/OA26Dh01.html>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.
- HILL, Fiona; LO, Bobo (2013). *Putin's Pivot: Why Russia is looking East*. **Foreign Affairs**, Washington D.C., 31/07/13. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/139617/fiona-hill-and-bobo-lo/putins-pivot>>. Acesso: 29 jan. 2014.
- HOBSBAWN, Eric J (2010). **A Era das Revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- HUNTINGTON, Samuel P (1997). **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (2012). **Annual Military Balance - 2012**. Londres, IISS.
- IVASHENTSOV, Gleb (2013). *Comprehensive review of Russia-Republic of Korea relations*. In: RUSSIAN INTERNATIONAL AFFAIRS COUNCIL. **Russia-Republic of Korea Relations: revising the bilateral agenda**. Moscou: Spetskniga, 2013. p. 4-21.
- JAE-BONG, Lee (2009). *U.S. Deployment of Nuclear Weapons in 1950s South Korea & North Korea's Nuclear Development: Toward Denuclearization of the Korean Peninsula*. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, 17 de fevereiro de 2009. <http://www.japanfocus.org/-Lee-Jae_Bong/3053>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.
- JAHN, Egbert (2012). *Die Außenpolitik Russlands*. In: STAACK, Michael (Org.). **Einführung in die Internationale Politik: Studienbuch**. 5ª ed. Munique: Oldenbourg Verlag, 2012. p. 269-305.
- JAKARTA POST (2013). **Indonesia becoming core Japanese investment destination**. 23/07/13. Disponível em: <http://www.thejakartapost.com/news/2013/07/23/indonesia-becoming-core-japanese-investment-destination.html>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.
- JAPAN TIMES (2013). **'Abenomics' stirring optimism in Southeast Asia**. 06/08/13. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/opinion/2013/08/06/commentary/abenomics-stirring-optimism-in-southeast-asia/#.Ug1GnopDvFI>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

JAPAN TIMES (2013). **U.S. to press Abe on yen “devaluation”**. 14/04/13. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/news/2013/04/14/business/u-s-to-press-abe-on-yen-devaluation/#.Ug8IVIpDvFJ>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

JAPANESE GOVERNMENT (2010). **Summary of National Defense Program Guidelines for FY 2011 and beyond** [provisional translation].

JAPANESE MINISTRY OF DEFENSE (2012). **Defence of Japan**.

JONGSOO LEE, James. **The Partition of Korea After World War II: A Global History**. Palgrave Macmillan, 2006.

JUKES, Geoffrey. **The Russo-Japanese War**. Osprey, Londres, 2002.

KANEDA, Hideaki; KOBAYASHI, Kazumasa; TAJIMA, Hiroshi & TOSAKI, Hirofumi (2007). **Japan’s Missile Defense: Diplomatic and Security Policies in a Changing Strategic Environment**. The Japan Institute of International Affairs. Tokyo, Março de 2007.

KANG, David & CHA, Victor (2013). *Think Again: North Korea*. **Foreign Policy**. 25/03/13.

KANG, David C. (2003). **Getting Asia Wrong: The Need For New Analytical Frameworks**. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/SASD/2003readings/KangIS2003.pdf>>. Acesso em 16 de Fevereiro de 2014.

KARIMOV, Rashad (2013). *New Rail Links to Boost China’s Western Access*. **The Diplomat**, 27/12/13. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/12/new-rail-links-to-boost-chinas-western-access/>. Último acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

KECK, Zachary (2013a). *“The Three Faces of Park’s TrustPolitik”*. 09/05/2013. **The Diplomat**.

KECK, Zachary (2013b). *Air-Sea Battle to Cost \$524.5 Billion Through 2023*. **The Diplomat**. 24/12/13. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/12/air-sea-battle-to-cost-524-5-billion-through-2023/>>. 524-5-billion-through-2023/.

KECK, Zachary (2013c). *To hedge its bets, Russia is encircling China*. **The Diplomat**, Tóquio, 05/11/13. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/11/to-hedge-its-bets-russia-is-encircling-china/>>. Acesso: 29 jan. 2014.

KHANNA, Parag (2008). **O Segundo Mundo: Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KISSINGER, Henry (1994). **Diplomacy**. Simon & Schuster: New York 1994.

KISSINGER, Henry (2011). **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOMIYAMA, Ryoichi. (2010). **Asia energy outlook to 2030: Impacts of energy outlook in China and India on the world**. Tokyo: Institute of Energy Economics.

KOREA News Service (2013). **Traitor Jang Song Thae Executed**. 13/12/13, Disponível em: <<http://www.kcna.co.jp/item/2013/201312/news13/20131213-05ee.html>>. Último acesso em: 31 de maio de 2013.

LAM, Willy (2012). *The Maoist Revival and the Conservative Turn in Chinese Politics*. **China Perspectives**.

LANKOV, Andrei (2013). *Six-party soap opera set to restart*. **Asia Times Online**, 28 de Maio de 2013. Disponível em: <www.atimes.com/atimes/korea/KOR-01-2805213.html>. Último acesso em: 31 de maio de 2013.

LEÃO, Bruno Guerra C. (2010). **Japão, China e a Integração Econômica do Leste Asiático: O papel de Estados nacionais e Redes Produtivas**. Brasília: FUNAG.

LIU, Zhanzhang (2010). “*Ambitions grow for Changjitu*”. 23/03/2010. **China Daily**. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2010-03/23/content_9626191.htm>. Último acesso em: 31 de maio de 2013.

LUKYANOV, Fyodor (2013). *Russia in BRICS: Substantial or instrumental partnership?* In: KORNEGAY, Francis; BOHLER-MULLER, Narnia (Eds.). **Laying the BRICS of a New Global Order: from Yekaterinburg 2009 to eThekwini 2013**. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2013. p. 119-135.

MALDANER, Luis Felipe (2006). **O desafio da inovação: Brasil x Coreia do Sul**. Feevale: Novo Hamburgo, RS.

MALKASIAN, Carter. **The Korean War: 1950-1953**. Osprey Publishing, 2001.

MANNING, Robert A (2013). *Shinzo Abe's ASEAN Tour Stresses Regional Tension*. **Atlantic Council**. 16 de Janeiro de 2013. Disponível em: http://www.acus.org/new_atlanticist/shinzo-abes-asean-tour-stresses-regional-tension. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

MANYIN, Mark E. (2012). **Senkaku (Diaoyu/Diaoyutai) Islands Dispute: U.S. Treaty Obligations**. Washington: Congressional Research Service.

MANYIN, Mark E.; NIKITIN, Mary Beth; CHANLETT-AVERY, Emma; RINEHART, Ian E. & COOPER, William H (2013). **U.S.-South Korea Relations**. Congressional Research Service: Washington, 2013.

MARTINS, José Miguel Q. (2008). **Digitalização e Guerra Local: como fatores de equilíbrio no sistema internacional**. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS, José Miguel Quedi (2013). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança**. Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), Porto Alegre, 2013.

MARX, Kar (1850)l. *Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial*. Nova Gazeta Renana. **Revista Política e Econômica**. n°2 fev 1850.

MASIERO, Gilmar (2007). **Negócios com Japão, Coreia do Sul e China**. Ed.Saraiva: São Paulo, SP.

MCDEVITT, Michael. (2010). **China's Naval Modernization: Cause for Storm Warnings?** A paper presented at the 2010 Pacific Symposium, The Institute for National Strategic Studies of the National Defense University, 16 de junho.

MCGILL, Earl J (2011). **Black Tuesday Over Namsi**. Inglaterra: Helion & Company.

MEARSHEIMER, John (2006). *China's Unpeaceful Rise*. **Current History**, Volume 105, Número 690 (Abril de 2006), p. 160-162. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0051.pdf>>. Acesso em 14 de Fevereiro de 2014.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1999). **Quem tem medo de Geopolítica?** Edusp: São Paulo, SP.

MU, XUEQUAN (2013). *Xi's Central Asia trip aimed at common development, all-win cooperation*. 15 de setembro de 2013. **Xinhuanet**.

MUNHOZ (Moreira da Silva), Athos. **As relações entre a República Popular da China e o Japão: Da Guerra Fria à Interdependência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

N. KOREA Wants Peace Treaty with South. RIA Novosti. 29 de Maio de 2013. Disponível em: <http://en.ria.ru/world/20130529/181399746/N-Korea-Wants-Peace-Treaty-with-South---Media.html>. Último acesso em: 31 de Maio de 2013.

NIXON, Richard (1969). **Address to the Nation on the War in Vietnam**. Nixon Library. Washington D.C.

NORTH Korea defies warnings in rocket launch success. BBC News Asia, 12 de Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-20690338>>. Último acesso em: 31 de Maio de 2013.

O'HANLON, Michael; MOCHIZUKI, Mike (2003). **Crisis on Korean Peninsula**. Nova Iorque: McGraw Hill.

O'NEILL, Jim (2012). **O Mapa do Crescimento: Oportunidades Econômicas nos BRICs e além deles**. Editora Globo: São Paulo, SP.

OLIVEIRA, Henrique Altemani & LESA, Antônio Carlos (2006). **Política Internacional Contemporânea**. p. 83-100. Ed. Saraiva: São Paulo, SP.

OLIVEIRA, Henrique Altemani & MASIERO, Gilmar (2009) [orgs.]. **Coreia do Sul - Visões Latino-Americanas**. Ed. Juruá: Curitiba, PR.

OLIVEIRA, Lucas Kerr (2011). **Implicações da Transição Energética para a Distribuição de Poder no Sistema Internacional do Século XXI**. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas, 08 a 11/novembro/2011. São Paulo, SP.

OLIVEIRA, Lucas Kerr (2012). **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: os desafios da Geopolítica do Petróleo e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese de Doutorado em Ciência Política. PPGPol, UFRGS, Porto Alegre, RS.

PAINE, S. C. M (2012). **The Wars For Asia 1911-1949**. Nova Iorque: Cambridge University Press.

PANDA, Ankit (2013). *What Jang Song-Thaek's Purge Tells Us About Kim Jong-Un's Ambitions*. 13/12/13. **The Diplomat**. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/12/what-jang-song-thaeks-purge-tells-us-about-kim-jong-uns-ambitions/>>. Último acesso em: 31 de Maio de 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2009). *A Diplomacia Presidencial de Barack Obama*. **Meridiano 47**, n. 105, abr. 2009 [pp.8-11].

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2011). **A política externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança**. Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2011). *A política externa e as eleições de meio de mandato: perspectivas do governo Obama*. **Conjuntura Austral**. V. 2, n. 3-4 (2011), pp. 4-19.

PEOPLE'S DAILY. **Chinese diplomat pushes for nuclear talks resumption**. 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://english.people.com.cn/90883/8542367.html>>. Último acesso em: 30 de fevereiro de 2014.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2011). **China's National Defense in 2010**. Information Office of the State Council.

PIKE, Francis (2011). **Empires at War: A short history of modern Asia since World War II**. Ed. MacMillan, UK.

POWELL, Bill. **Is Kim Jong Un Preparing to Become North Korea's Economic Reformer?** 19 de Abril de 2012, Time World.

POWERS, Charlotte Marguerite (2010). **The Changing Role of Chaebol**. **Georgetown University**. Disponível em: http://www.stanford.edu/group/sjeaa/journal102/10-2_09%20Korea-Powers.pdf. Último acesso em: 30 de fevereiro de 2014.

PUTIN, Vladimir (2012). *Russia and the changing world*. **RT**, 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://on.rt.com/0shuuy>>. Acesso: 29 jan. 2014.

RANGSIMAPORN, Paradorn (2009). **Russia as an Aspiring Great Power in East Asia: Perceptions and Policies from Yeltsin to Putin**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. (St. Antony's Series).

REIS, João Arthur da S., PEZZI, Júlia & MAGNO, Bruno (2012). **A “perda” da China: os erros estratégicos estadunidenses**. III Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais. Unipampa, Santana do Livramento, RS.

ROBERTS, J. A. G (2012). **História da China**. Lisboa: Texto & Grafia, 2012.

ROZMAN, Gilbert; TOGO, Kazuhiko; FERGUSON, Joseph P. (2006). *Overview*. In: ROZMAN, Gilbert; TOGO, Kazuhiko; FERGUSON, Joseph P. (Eds.). **Russian Strategic Thought toward Asia**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. (Strategic Thought in Northeast Asia). Capítulo 1.

S/RES/2087 (2013). **Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea**. United Nations Security Council. Disponível em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2087\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2087(2013))>.

S/RES/2094 (2013). **Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea**. United Nations Security Council. Disponível em:

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2094\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2094(2013)).

SCOBELL, Andrew. **North Korea Strategic's Intentions**. University of California, 2005.

SENISE, Maria Helena Valente (2008). *Tratado de Nanquim (1842)*. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz: os Tratados que Desenharam o Planeta**. São Paulo: Contexto, 2008.

SEYDOV, Igor; ZAMPINI, Diego (2011). Coreia, alvo: a represa de Supjun. *Revista Asas*. Ano X, nº 60, junho-julho 2011.

SHARP, Walter. **OPCON Transition in Korea**. 02 de dezembro de 2013. Center for Strategic & International Studies.

SHATALOVA, Ekaterina; BRAUTLECHT, Nicholas (2013). *Putin builds North Korea rail to circumvent Suez Canal*. **Bloomberg News**, online, 15 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2013-10-15/putin-builds-north-korea-rail-to-circumvent-suez-canal.html>>. Acesso: 13 de janeiro de 2014.

SHUBIN, Vladimir (2013). *Russia's Geopolitical Calculus in the Launching of BRICS*. In: KORNEGAY, Francis; BOHLER-MULLER, Narnia (Eds.). **Laying the BRICS of a New Global Order: from Yekaterinburg 2009 to eThekwini 2013**. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2013. p. 101-118.

SILVA, André Luiz Reis (2012a). **Os novos países emergentes na política internacional: caracterização do Grupo Next Eleven (N-11) e das oportunidades para o Brasil**. I Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais, ABRI, Associação Brasileira de Relações Internacionais, Mesa de Política Externa, 12- 13/07/2012. Brasília, DF.

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute (2013). **Military Expenditure**. 2013. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex>. Acesso: 13 de janeiro de 2014.

SNYDER, Scott (2009). **Lee Myung-bak's Foreign Policy: A 250-Day Assessment**. Korea Institute for Defense Analyses, 2009.

SPENCE, Jonathan D (1996). **Em Busca da China Moderna: Quatro Séculos de História**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

STEIN, Andre & VASSILEV, Miro (2013). *The TPP, Abenomics and America's Asia Pivot*. **The Diplomat**. 06 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/08/06/the-tpp-abenomics-and-america-asia-pivot/>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

SUKUP, Viktor (2009). *Coreia: "Tigre" em turbulências, mistérios no norte*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 52, n. 2, p. 81-101. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/05.pdf>>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

SWANSTROM, Niklas (2011). **China and Greater Central Asia: New Frontiers?** Washington DC: The Central Asia-Caucasus Institute, 2011.

TAKAHASHI, Toshiya (2012). *A new trend in Japan's defence white paper*. **East Asia Forum**, 21 de Agosto.

TEIXEIRA Jr., Augusto Wagner M. & LIMA, Marcos C. (2010). **Cooperação, Regionalismo e Desenvolvimento Econômico: Brasil, Índia e Coreia do Sul Comparados**. Século XXI, vol. 1, n. 1. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1702/30>>. Último acesso em: 17 de Agosto de 2013.

THE ASAHI SHIMBUN (2012). **Philippines says it would welcome stronger Japan**. 10 de Dezembro de 2012. Disponível em: http://ajw.asahi.com/article/asia/south_east_asia/AJ201212100115. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

THE HANKYOREH (2012). **Top ten chaebol now almost 80% of Korean economy**. Disponível em: http://www.hani.co.kr/arti/english_edition/e_business/549028.html. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

THE PHILLIPINES STAR (2013). **News Analysis: Plan to allow US, Japan military access to Phl bases met by opposition**. 29 de Junho de 2013. Disponível em: <http://www.philstar.com/headlines/2013/06/29/959812/news-analysis-plan-allow-us-japan-military-access-phl-bases-met>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

THE WALL STREET JOURNAL (2013). **ANZ, Mizuho in Talks Over Stake in Indonesian Lender**. 14 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424127887324085304579011760712171116.html>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

THOMAS WHITE (2013). **The Chaebols in South Korea: Spearheading Economic Growth**. Disponível em: <http://www.thomaswhite.com/pdf/emerging-markets-spotlight-korea-chaebols-november-10.pdf>. Último acesso em: 16 de Agosto de 2013.

TOKI, Masaki (2011). **Japan's Defense Guidelines: new conventional strategy, same old dilemma**. Nuclear Threat Initiative, 01 de Março.

TRANS-PACIFIC Strategic Economic Partnership Agreement. **New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade**. Disponível em: www.mfat.govt.nz/downloads/trade-agreement/transpacific/main-agreement.pdf. Último acesso em: 31 de Maio de 2013.

TUCHMAN, Barbara W. **Stilwell and the American Experience in China, 1911-1945**. Nova Iorque: Groove Press, 2001.

UNSC (United Nations Security Council) (2013). **Resolution 2094(2013) on Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea**. of 7 march 2013. UN Document S/RES/2094.

US DEPARTMENT OF DEFENSE (1990). **The Report of the Bush Administration on the Strategic Framework for the Asian Pacific Rim**. Washington, D.C., 1990.

US DEPARTMENT OF STATE (2010). **Remarks at Press Availability: Hillary Rodham Clinton**. Hanoi, Vietnam, July 23, 2010. Disponível em: www.state.gov/secretary/rm/2010/07/145095.htm. Último acesso em: 31/05/2013.

VISENTINI, Paulo & MELCHIONA, Helena (2012). *As reformas econômicas e a sucessão política na Coreia do Norte*. **Conjuntura Austral**, vol. 3, n. 9-10. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/25910/15314>>. Último acesso em: 31/05/2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes (2012). **As Relações diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, MG.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes & PEREIRA, Analucia Danilevich (2010). **História Mundial Contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética**. Brasília: Funag, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes G. (2002). *A Coreia e as Grandes Potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão*. In: **Coreia Visões Brasileiras**, organizado por Samuel Pinheiro Guimarães, 175-195. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

VIZENTINI, Paulo G. F. (1996). *Desenvolvimento e segurança na Ásia-Pacífico: Problemas e perspectivas, da Pax Americana ao pós-guerra fria*. **Indicadores Econômicos FEE**, Vol. 23, No 4 (1996). Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1018/1328>> Último acesso em: 31/05/2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (2006). **A Ásia no Sistema Internacional: o Primado Neowestfaliano e as bases da Multipolaridade**. VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 06-08/novembro/2007. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília: DF. Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/viienee/exec/arquivos/ANAISVIIENEE_INTERNET/02RELACOESINTERNACIONAIS/MESA24ALIANCASESTRATEGICAS/MESA24PAPERS/PauloParceriasAsiaticas.pdf>. Último acesso em: 31/05/2013.

VOGEL, Ezra F.; YUAN, Ming & TANAKA, Akihiko (2002). **The Golden Age of U.S.-China-Japan Triangle: 1972-1989**. Harvard University Asia Center.

WEITZ, Richard (2012). *Putin's Grand Plan for Asia*. **The Diplomat**, Tóquio, 13 de março de 2012. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/03/putin-grand-plan-for-asia/?allpages=Yes>>. Acesso: 29 jan. 2014.

WITTMAYER, Alicia P. Q.;GROLL, Elias (2013). **Jang Song Thaek's Execution is even weirder than you think**. 13 de dezembro de 2013. Disponível em: http://blog.foreignpolicy.com/posts/013/12/13/jang_song_thaeks_execution_is_even_weirder_than_you_think. Acesso: 29 jan. 2014.

WTO (World Trade Organization) (2013). **Republic of Korea: Country Profile**. Disponível em: <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Country=KR&Language=F>>. Último acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

XINHUA (2007a). **Hu Jintao proposes Scientific Outlook on Development for tackling China's immediate woes, challenges**. 15 de outubro de 2007. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/15/content_6883135.htm. Último acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

XINHUA (2007b). **Hu Jintao calls for building harmonious world**. 15 de outubro de 2007. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/15/content_6884160.htm. Último acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

XINHUA (2013). **Commentary: Bo's case shows China's anti-corruption consensus**. 26 de julho de 2013. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-07/26/c_132577517.htm. Último acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

YAN, Xuotong (2011). **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

YERGIN, Daniel (1992). **O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. Ed.Página Aberta: São Paulo, SP.

YUN, Segey (2009). **Russian Policy in East Asia**. Apresentação no Instituto de Estudos Europeus de Macau, 13 de março de 2009.

ZHANG, Xiaoming. **Red Wings over the Yalu: China, the Soviet Union, and the Air War in Korea**. Texas A&M University Press, 2002.